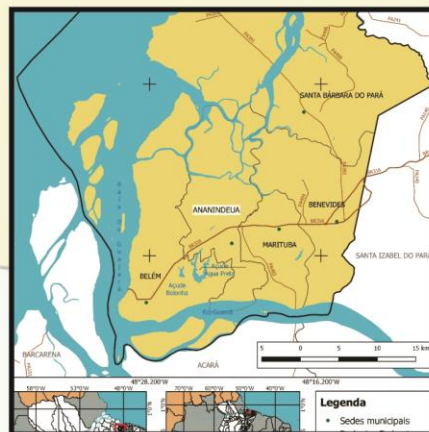
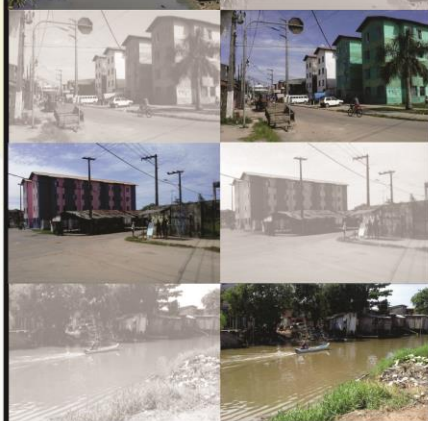
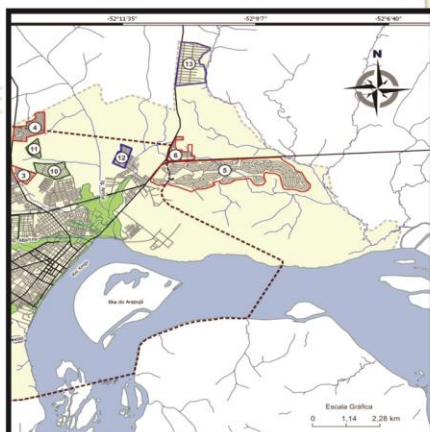
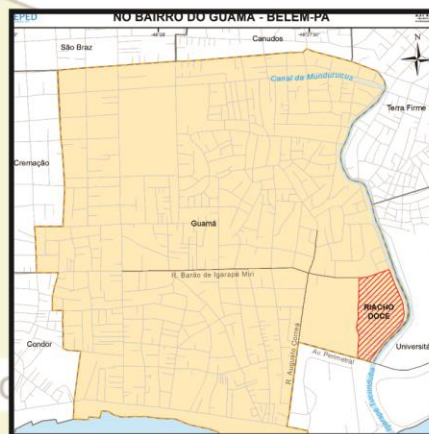
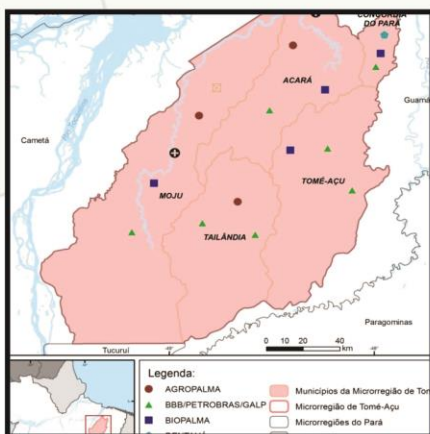


GEOGRAFIA, TERRITÓRIOS E IMPACTOS: Olhares da Iniciação Científica Paraense sobre os Grandes Empreendimentos

Júlia Seffer



Organizadores:

João Marcio Palheta da Silva
Jovenildo Cardoso Rodrigues
José Antônio Herrera
Gláucia Rodrigues Nascimento Medeiros

0 100 200 300 m

Rio Guamá

GAPTA/UFPA

48°23'13"W

48°21'25"W

48°22'48"W

48°16'12"W

60°0'W



**GEOGRAFIA, TERRITÓRIOS E
IMPACTOS: Olhares da Iniciação
Científica Paraense sobre os Grandes
Empreendimentos**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GRUPO ACADÊMICO PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA

Reitor da UFPA: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho
Líder do GAPTA: Prof. Dr. João Marcio Palheta
Editor de Publicações do GAPTA: Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Gerência e Preparação do Texto: GAPTA
Revisão: GAPTA
Capa: Gláucia Rodrigues Nascimento Medeiros
Editoração: Gláucia Rodrigues Nascimento Medeiros

Comissão Editorial GAPTA

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva
Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues

Conselho Editorial GAPTA

Prof. Dr. Adolfo Oliveira Neto
Prof. Dr. Jose Sobreiro Filho
Prof. Dr. Ricardo Angelo Pereira de Lima
Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira

Conselho Consultivo GAPTA

Prof. Dr. Afonso do Ó – Universidade do Algarve
Prof. Dr. Antônio Carlos Freire Sampaio – UFU
Prof. Dr. Adolfo Oliveira Neto – UFPA
Prof. Dr. Clay Anderson Chagas – UFPA
Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Simmons – University of Florida
Prof. Dr. Christian Nunes da Silva – UFPA
Prof. Dr. David Gibbs McGrath – UFOPA
Prof. Dr. Eduardo Shiavone Cardoso – UFSM
Prof. Dr. Eliseu Saverio Sposito – UNESP
Prof. Dr. Flávio Rodrigues do Nascimento – UFC
Prof. Dr. Gilberto Rocha – UFPA
Prof. Dr. José Sobreiro – UFPA
Prof. Joao Marcio Palheta – UFPA
Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues – UFPA
Prof^ª. Dr^ª. Judite Nascimento – Univ. Cabo Verde/UniCV
Prof^ª. Dr^ª. Lisandra Pereira Lamoso – UFGD
Prof^ª. Dr^ª. Maria Célia Nunes Coelho – UFRJ
Prof^ª. Dr^ª. Oriana Trindade de Almeida – UFPA
Prof. Dr. Otavio José Lemos Costa – UECE
Prof. Dr. Raúl Vincéns – UFF
Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima – UNIFAP
Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira – UFAM
Prof. Dr. Robert Walker – University of Florida
Prof. Dr. Rui Moreira – UFF
Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa – USP

João Marcio Palheta da Silva
Jovenildo Cardoso Rodrigues
José Antônio Herrera
Gláucia Rodrigues Nascimento Medeiros

Organizadores

GEOGRAFIA, TERRITÓRIOS E IMPACTOS: Olhares da Iniciação Científica Paraense sobre os Grandes Empreendimentos

1ª Edição



Belém • 2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Geografia, territórios e impactos: olhares da iniciação científica paraense sobre os grandes empreendimentos / organizadores, João Marcio Palheta, Jovenildo Cardoso Rodrigues, José Antônio Herrera e Gláucia Rodrigues Nascimento. – 1. ed. – Belém: GAPTA/UFPA, 2017.
221 p. : il. ; 21 cm.

ISBN: 978-856311725-0

1. Usinas hidrelétricas– Aspectos ambientais. 2. Energia – Fontes alternativas. 3. Dendê. 4. Política urbana – Belém, Região Metropolitana de (PA). 5. Territorialidade humana - Pará. I. Título.

CDD 22. ed. 621.4098115

SUMÁRIO

Apresentação	7
EFEITOS DO EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE NOS SERVIÇOS URBANOS E REGIONAIS EM ALTAMIRA – PARÁ	9
<i>Hemerson Lucas da Silva Costa</i>	
A CONSTRUÇÃO DA UHE BELO MONTE E A EXPANSÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA-PA ENTRE 2006 E 2015	14
<i>Genilson Santana Cornélio</i>	
DINÂMICAS ECONÔMICAS: Análises a partir dos repasses financeiros advindos dos processos industriais do complexo bauxita-alumina-alumínio para o município de Barcarena (2010-2017).	42
<i>Dhemerson Martins Gonçalves</i>	
DADOS QUANTITATIVOS: Saúde, Educação, Emprego E Renda No Município De Barcarena	57
<i>Flávio Augusto Lima De Lima</i>	
DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS E ORDENAMENTOS TERRITORIAIS BASEADAS NA DISTRIBUIÇÃO DA CFEM NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS	70
<i>Fabio Henrique de Assunção Sobrinho</i>	
URBANIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO URBANA E PRODUÇÃO DE DESIGUALDADE SOCIOESPACIAIS E DA MORADIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: o caso do conjunto PAAR, Ananindeua, Pará.	92
<i>Guilherme Batista Monteiro</i>	
A EXPANSÃO DA DENDEICULTURA E O BIODIESEL NA AMAZÔNIA PARAENSE: estudo da microrregião de Tomé-açu	169
<i>Jakeline Almeida Brito</i>	
IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NA METRÓPOLE PARAENSE: UM ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE RIACHO DOCE, BAIRRO DO GUAMÁ, BELÉM	181
<i>Rosiane de Carvalho Malheiros</i>	

Apresentação

O presente livro *Geografia, Territórios e Impactos: olhares da iniciação científica paraense sobre os grandes empreendimentos* é resultado da parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFGA) e a Fundação Amazônia de Amparo à Estudos e Pesquisas (FAPESPA), no edital 006/2016 Bolsa PIBIC Graduação, no qual foram contemplados 10 alunos de graduação em Geografia, para desenvolverem projetos em conjunto com os professores do PPGEO, Joao Marcio Palheta, Jovenildo Rodrigues, Christian Nunes, Jose Herrera, Joao Nahum e Gilberto Rocha, durante 12 meses. A parceria entre a fundação e o PPGEO foi desenvolvido durante o ano de 2017, constituiu iniciativa fundamental para integrar Pós-Graduação e Graduação, e conseqüentemente, melhorar a pesquisa dos alunos de graduação.

A parceria entre o PPGEO e FAPESPA possibilitou o desenvolvimento desta publicação, cujos subtemas encontram-se vinculados ao tema “impactos territoriais no Pará”, encontrando-se subdivididos da seguinte maneira: dinâmicas econômicas e ordenamentos territoriais dos grandes projetos de mineração no estado do Pará (2009-2017); dinâmicas econômicas: análises a partir dos repasses financeiros advindos dos processos industriais do complexo bauxita-alumina-alumínio para o município de Barcarena; dados quantitativos: saúde, educação, emprego e renda no município de Barcarena; a construção da UHE Belo Monte e a expansão urbana no município de Altamira-Pa entre 2006 e 2015; urbanização, reestruturação urbana e produção de desigualdade socioespaciais e da moradia na região metropolitana de Belém: o caso do conjunto PAAR, Ananindeua, Pará; efeitos do empreendimento hidrelétrico de belo monte nos serviços urbanos e regionais em altamira – Pará; a expansão da dendeicultura e o biodiesel na Amazônia paraense: estudo da microrregião de Tomé-Açu; implicações territoriais das políticas habitacionais na metrópole paraense: um estudo sobre a comunidade riacho doce, bairro do Guamá, Belém, ou seja um livro organizados e escrito por pesquisadores e alunos de iniciação científica no primeiro exercício de suas caminhadas a formação de cientistas na Amazônia paraense.

A importância das pesquisas orientadas pelos professores do PPGEO está presente no livro que ora vem a público com as sistemáticas desenvolvidas pelos bolsistas – e, como resultado final de suas atividades de iniciação à pesquisa geográfica-, que contribuiram para amadurecimento intelectual dos alunos em sua busca como futuros pesquisadores amazônicos.

Parceria com a da FAPESPA com PPGeo/UfPA são fundamentais para o desenvolvimento científico do estado Pará e região da Amazônica.

Belém, 02 de fevereiro de 2018

Organizadores

EFEITOS DO EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE NOS SERVIÇOS URBANOS E REGIONAIS EM ALTAMIRA – PARÁ

Hemerson Lucas da Silva Costa¹

Resumo

A partir das fontes orais pretendeu-se investigar as representações de dor nas falas de moradores altamirenses diretamente impactados pela construção da hidrelétrica de Belo Monte. As fontes orais, em destaque as narrativas, comportam grande valor informativo, são uma importante fonte para análise e compreensão da realidade vivida pelo sujeito. Elas exprimem as memórias, cultura e subjetividade, para além de fontes orais, as narrativas são uma possibilidade de análise das transformações ocorridas no tempo e espaço. Assim afirma Schmidt e Mahfoud (1993) em artigo cujo propósito era apresentar ideias fundamentais de Maurice Halbwachs sobre o seu trabalho com a memória: “podemos entender a situação de entrevista como um outro momento de ruptura que propicia a percepção da realidade cotidiana e sua elaboração por parte do indivíduo”.

Palavras-chave:

INTRODUÇÃO

As fontes orais, em destaque as narrativas, comportam grande valor cultural, informacional, ideológico. Compreende-se que o sujeito está entrelaçado com o mundo a sua volta, desfruta de meios de significar e de se significar, está envolvido pela língua e sua exterioridade. Portanto, as narrativas orais se destacam quando se trata de análise e compreensão da realidade vivida pelo sujeito. Elas exprimem memórias, cultura e subjetividade, para além de fontes orais, as narrativas são uma possibilidade de análise das transformações ocorridas no tempo e espaço. Schmidt e Mahfoud (1993), ao apresentar ideias fundamentais de Maurice Halbwachs sobre sua produção em relação a memória, diz: “podemos entender a situação de entrevista como um outro momento de ruptura que propicia a percepção da realidade cotidiana e sua elaboração por parte do indivíduo”. Compreende-se que a percepção capturada pelo sujeito nos revela aspectos despercebidos, aspectos abstratos e imateriais, bem como suas insatisfações, reclamações, satisfações, elogios. Durante o processo da entrevista até a sua transcrição, são percebidas diversas elucubrações, desejos,

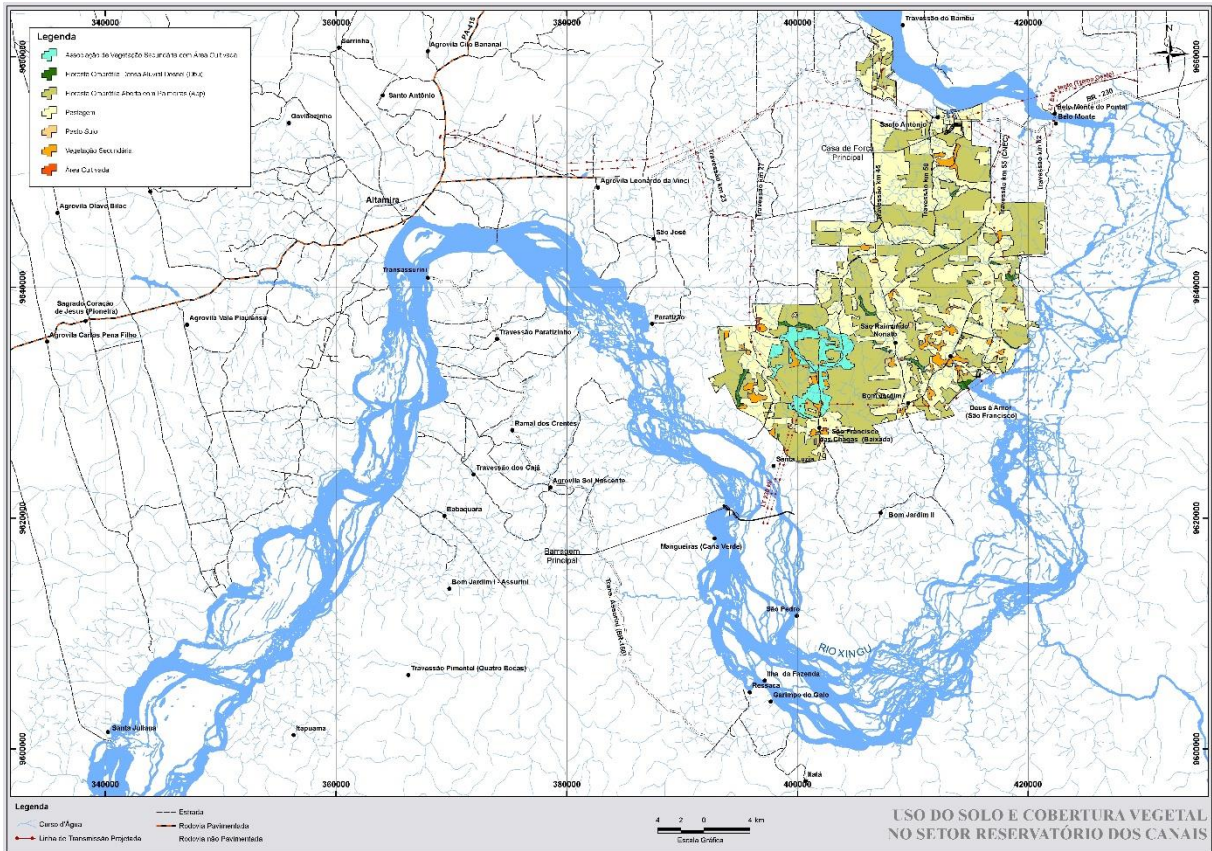
¹ Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: hlucas.csilva@gmail.com

sentimentos, e nesta lógica, quando expomos esta perspectiva do sujeito afetado, queremos ressaltar as mudanças que ocorreram em suas vidas, trazendo à tona suas percepções.

Nesta lógica, Pollak (2012) ao discutir a relação entre memória e identidade diz que “a história de vida apareceu como um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, os momentos de transformação”, dando forma a uma maneira de expor a consciência do sujeito numa correlação com as transformações que ocorrem em suas vidas, permitindo a compreensão de suas vivências e experiências, ou compreender aspectos ou a totalidade de seu mundo interior.

Ao lembrar algo, tudo que vem a nossa mente são distorções, fragmentos de uma memória, apesar de se ter noção do que aconteceu, não conseguimos nos lembrar com perfeição e precisão de tudo que aconteceu seja na infância ou mesmo no dia anterior. Só conseguimos nos lembrar de trechos marcantes em nossas vidas, trechos importantes com alguma significação, embora essas lembranças tomem forma distorcidas, fragmentadas e muitas vezes obscuras. “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (Pollak, 2012). Este caráter seletivo da memória nos auxilia nas investigações das representações de dor dentro do discurso dos entrevistados, pautando-se nas diversas problemáticas que os sujeitos testemunharam e vivenciaram com o advento da usina hidrelétrica. Dado esse evento atípico nas vidas dos sujeitos espera-se que a reminiscência da memória seja efetuada com mais facilidade.

Selecionamos duas áreas como foco da pesquisa, a Vila Santo Antônio pertencente ao município de Vitória do Xingu-PA, e a comunidade Santa Luzia localizada na extensão do município de Altamira. Justificamos nossa seleção ao apontar que as áreas mencionadas estavam sob impacto direto da construção da Hidrelétrica Belo Monte, bem como a existência do elo que as duas localidades mantem com os cemitérios pertencentes a vila e comunidade, respectivamente. Santo Antonio vila construída as margens da rodovia Transamazônica, está ao lado do canteiro de obras onde foi construída a estrutura da casa de força principal da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Já a comunidade Santa Luzia encontrava-se no mesmo local onde foi estruturado o barramento principal, respectivamente no Sítio Pimental.



Fonte: RIMA, 2009. Pg. 360.

Santa Luzia, por estar localizada no mesmo local determinado para se realizar o barramento principal no rio, desapareceu juntamente com seu cemitério, seus moradores se dispersaram pela região, tomando, cada morador, um rumo diferente. O reassentamento coletivo que era uma das soluções propostas como forma de reparação e amparo as famílias, não foi construído pela empresa construtora, resultando numa forçosa aceitação da indenização proposta pela empresa. Ainda que as indenizações não fossem satisfatoriamente aceitas pelas famílias afetadas, em sua maioria acabaram aceitando a indenização por apreensão e incerteza quanto ao recebimento dos valores prometidos e também por apreensão quanto a demora na luta na justiça. O cemitério pertencente a comunidade foi realocada pela empresa construtora para outros locais, inclusive para o cemitério municipal de Altamira.

Santo Antônio, diferentemente, não teve seu cemitério realocado, mesmo depois dos moradores saírem da vila, o cemitério continua presente, resistindo como último resquício da existência da vila Santo Antônio. Da mesma maneira que Santa Luzia, os moradores de Santo Antônio se dispersaram pelos municípios vizinhos a Altamira.

OBJETIVOS

Descrever os objetivos iniciais do curso destacando os que foram alcançados. Caso tenha havido mudanças nos objetivos propostos, especifique quais e justifique. Justifique se alguns não foram alcançados.

3.1. Geral

Investigar as representações de dor reproduzidas dentro de um recorte da recordação fúnebre a partir de narrativas orais de moradores afetados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

3.2. Específicos

- ✓ Refletir a respeito das noções de dor e sofrimento;
- ✓ Compreender o papel das narrativas na sua importância para se entender a realidade local;

Analisar a representação de dor nas narrativas orais de moradores afetados pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

METODOLOGIA

Relatar resumidamente a metodologia do curso proposto, destacando as alterações metodológicas introduzidas posteriormente à aprovação do curso

A grande área de pesquisa pertence a Ciências Humanas/Letras com linha de pesquisa direcionada à Análise do Discurso. Quanto a natureza da pesquisa, classifica-se como um estudo teórico analítico respaldado pela pesquisa de campo e coleta de narrativas orais; quanto a forma de abordagem do problema, a classificamos como qualitativa. De caráter explicativo, usa-se o procedimento técnico bibliográfico, experimental por meio do estudo de caso. Pautase no procedimento metodológico instrumental da entrevista, na coleta de narrativas orais e na transcrição das mesmas.

Durante o processo de construção e instalação do projeto hidrelétrico de Belo Monte, o Grupo de Estudos Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GEDTAM), acompanhou, estudou e discutiu as diversas problemáticas que envolveram a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. O grupo realizou pesquisas de campo pautadas nos procedimentos de coleta de entrevistas, registro fotográfico e aplicação de questionários semiestruturados como principal fonte empírica de dados para se desenvolver os estudos. Os dados que aqui estão sendo analisados são frutos de anos de trabalho, narrativas e registros fotográficos irão respaldar a pesquisa empiricamente.

Entendendo os seres humanos como seres sociais, podemos referir que a memória por estar vinculada a esta entidade social possui para além do individual, um caráter coletivo, possuindo forte ligação com as relações entre os sujeitos, como afirma Pollak (2012) “(...) a memória é constituída por pessoas, personagens”.

Segundo Halbwachs a memória é algo que a princípio parece ser um fenômeno isolado, individual, mas em contrapartida é algo que está entrelaçada com o social, sujeita a constantes transformações. Ela se constitui na relação de proximidade dos sujeitos, da necessidade humana de estar entre seus iguais. A partir do particular, uma lembrança está sempre acompanhada de pessoas que compartilham da mesma memória de diferentes maneiras constituindo a memória coletiva. Alberti (2003) nos mostra que é possível se aprender com as narrativas dos entrevistados “quando a narrativa vai além do caso particular e nos fornece uma chave para a compreensão da realidade”. As narrativas possuem esta espetacular característica/atributo, nos permite por meio das falas dos entrevistados conhecer a fundo sobre determinado objeto estudado. As diversas problemáticas geradas em consequência da instalação e construção da Usina Hidrelétrica afetam inúmeras pessoas de diversas formas, seja positivamente ou negativamente, ressaltar um ângulo ou aspecto ainda não tanto discutido ou percebido, dá evidência do quão severo pode ter sido as consequências na vida das pessoas.

Optou-se por desenvolver a análise das narrativas através da teoria da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, surgida na década de 60 do século passado na França, tendo como seu principal precursor Michel Pêcheux. Teoria que congrega três diferentes campos de estudo: a Linguística, Psicanálise e Marxismo histórico. A linguística deu a Análise do Discurso (A.D) o conceito de estrutura, e compartilha do status de ciência da linguagem, garantindo-lhe rigor científico, superando os estudos de sentenças estáticas e visando o texto como unidade de sentido ou sentidos. A Psicanálise desenvolve o conceito de sujeito, desvelando o inconsciente da mente humana. O Marxismo histórico oferece auxílio na compreensão da relação ideologia e discurso e suas condições de produção.

Ao abordar noções bases sobre Análise do Discurso Orlandi (2009) descreve que independentemente do interesse pela língua e gramática, a ciência se volta para o discurso. “Palavra que etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento”. O discurso está em estado de ação, a palavra em dinâmica atividade de prática linguageira, “com o estudo do discurso observa-se o homem falando”.

Pretendemos com o auxílio da Análise do Discurso investigar as representações da dor no discurso de sujeitos diretamente afetados em consequência da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte visando aqueles que mantinham relações simbólicas e afetivas com o espaço vivido e em particular os sujeitos que possuem vínculos com os entes sepultados em cemitérios que estavam para ser realocados. Utiliza-se como principal fonte de dados os relatos orais coletados ao longo dos anos em que se estendeu a construção da usina.

RESULTADOS OBTIDOS DA PESQUISA

Apresentar e discutir os principais resultados obtidos.

A dor vivenciada pelos sujeitos aos quais foram afetados pela Hidrelétrica Belo Monte, reproduzem uma dimensão de dor coletiva, reflexo do afastamento do seu espaço vivido, para então serem reestabelecidos em outro, que de forma alguma se assemelha com seu lugar de origem, deixando para trás suas relações com o meio, laços, vivências, e em consequência marcando suas vidas com uma experiência que lhe traz angústia, sofrimento e dor.

Optamos pelo termo dor coletiva por que entendemos que a experiência vivenciada pelos ex-moradores da Vila Santo Antônio e Comunidade Santa Luzia os marcou profundamente, coletiva em virtude da dor sentida pelos moradores ao serem forçados a se despedirem, sucedendo no rompimento de laços de vizinhança e amizade. Em relação aos cemitérios, Santo Antônio padece ainda hoje com a mesma situação de 6 anos atrás, o não realocamento dos sepultados para outro cemitério e a proibição da entrada dos ex-moradores para visita resultou em revolta, frustração, descontentamento, indignação e raiva, sentimentos de total repulsa a usina hidrelétrica.

Podemos destacar também o choque de interesses que cercam a população, uma parcela vê a possibilidade de desenvolvimento para a região, bem como a expectativa de ascensão financeira, e outra, percebe as complicações em manter certas atividades que antes subsidiavam a estabilidade financeira de diversas famílias, nesta lógica Herrera e Santana afirmam:

Evidenciam-se duas lógicas de assimilação do território. A primeira diz respeito ao território como recurso, usado para fins de apropriação de seu valor econômico, essencialmente para geração de riquezas a partir da transformação do valor de uso em valor de troca. A segunda pauta-se no território como abrigo, garantia dos modos de vida tradicionais, a partir da relação entre o homem e a natureza, adotando práticas mais sustentadas no que diz respeito à permanência no lugar. (HERRERA E SANTANA, 2016)

As pesquisas desenvolvidas possibilitaram compreender relações subjetivas que se manifestam em espaços cujo a carga simbólica e sentimental é intensa, o sentimento de dor, angustia e sofrimento que reside nas narrativas desvelam um universo diverso e completamente comunicável, como parte da dimensão humana, é uma possibilidade de compreender as relações mantidas com o lugar e os sujeitos que o habitam.

Os ex-moradores de Santo Antônio para além da deslocação e transformações nas relações e processos, sofreram com a não realocação do cemitério para outro local, bem como a impossibilidade de visitar os entes sepultados. O apego ao lugar, sentimento de pertencimento, vínculos e relações mantidas por tanto tempo foram rompidas, gerando este sentimento de angustia e dor nas falas dos entrevistados.

De acordo com o parecer do Ibama para com o 2º relatório semestral de andamento do Projeto Básico Ambiental e das condicionantes da licença de instalação 795/2011, da Usina Hidrelétrica Belo Monte, referente ao processo de reassentamento, verifica-se o seguinte comentário:

O processo por que passa a comunidade da Vila Santo Antônio é traumático. A demora em proceder ao reassentamento deixa as famílias em meio a casas demolidas, terrenos antes cuidados pelos antigos moradores que agora estão tomados por mato, e trânsito de caminhões e pessoas estranhas à comunidade, que tornam mais dolorida a mudança de vida nesta fase. É preciso que o empreendedor inicie imediatamente a construção da nova vila, e que não atrele esta decisão ao início da implantação da vila residencial dos trabalhadores; e providencie maior apoio ou conforto psicológico às famílias moradoras no local, fazendo com se sintam amparadas. (IBAMA, 2012)

A empresa construtora não cumpriu as exigências e recomendações do IBAMA para com a construção de um reassentamento coletivo para as famílias da Vila Santo Antônio e comunidade Santa Luzia, a demora em tomar providencias e entrar em acordos com as famílias resultou na dispersão dos moradores, impossibilitando a construção do reassentamento e os forçando a aceitar as indenizações propostas pela empresa.

Apesar da realocação dos restos mortais dos sepultados para outro local, podemos afirmar que o vínculo mantido com o lugar e a simbologia que ele carrega retrata um ambiente onde as pessoas sentiam-se confortáveis em visitar, realizar seus ritos e orações, a retirada dos corpos resultou numa explosão de sentimentos, bem como podemos perceber na fala de uma ex-moradora da comunidade:

Para mim foi uma emoção, foi mesmo que estar... ter morrido naquele dia, por que estava enterradinho lá e tal, e a gente.... e todo dia de finados a gente ia acende vela lá, aí em trazer pra cá, ah, ainda chorei por que estava mexendo... nos restos mortais do meu pai, da minha mãe. (GEDTAM, 2014)

A ex-moradora retrata a emoção que sentiu ao ver seus pais sendo retirados de seus túmulos, como bem explica o sentimento de perda dos pais, a dor, foi igual ao dia em que fora realizado o sepultamento de seus entes queridos, a memória que possui deste dia em específico ficou gravado em sua alma, uma marca que a acompanha e que lhe aflige dor, essa memória foi acionada ao ver a retirada dos restos mortais de seus pais do cemitério, a dor e sentimento de angústia e perda penetram na fala da moradora.

A imagem 01 refere-se ao cemitério da comunidade de Santa Luzia, é possível perceber pela disposição das cruzes no ambiente e também pela sigla da Usina Hidrelétrica Belo Monte que a retirada dos restos mortais dos sepultados já havia se iniciado, deixando na terra e nos corações das pessoas marcas que fermentam a reminiscência da memória, permitindo que as lembranças de cada ente querido que jaz ali estava sepultado, flua com mais facilidade e intensidade, emoções adormecidas escorrem pelos olhos e pelas palavras dos entrevistados.



Fonte: GEDTAM, 2012

Imagem 01: Imagem referente ao cemitério da comunidade de Santa Luzia.

Cercado pela vegetação, o cemitério de Santo Antônio permanece intocado, a empresa construtora por não ter realizado a realocação dos restos mortais deveria se responsabilizar pela manutenção do lugar, coisa que não aconteceu como bem visto na imagem 02. Sobressaem sobre o verde as catacumbas e as cruzes pertencentes ao cemitério, desvelando um conjunto sentimentos e direitos que deveriam estar sendo respeitados. Questões imateriais relacionadas as entidades do ser são ignoradas deixando as famílias desamparadas psicologicamente, bem como a história de vida dos moradores e daqueles que pertenciam a Vila.



Fonte: Silva, 2012.

Imagem 02: Imagem referente a entrada do cemitério da Vila Santo Antônio.

Ao lado da entrada do cemitério percebemos um comunicado deixado pela empresa construtora, no qual diz: “A *Norte Energia* informa aos moradores da Vila Santo Antônio e comunidades vizinhas, que o cemitério da **Vila Santo Antônio**, será **interditado** pela prefeitura de Vitória do Xingu a partir de 1 de janeiro de 2012, ficando expressamente proibido todo e qualquer sepultamento no local.” “O sepultamento que se fizer necessário no período entre a interdição até a construção do novo cemitério, será realizado no **Cemitério Municipal de Altamira**.”. Apesar do comunicado se referir aos sepultamentos, segundo o relato de alguns ex-moradores, os mesmos foram impedidos de entrar no cemitério e também de realizar a manutenção do local. 6 anos após ter sido colocado o comunicado no local, ainda não há perspectiva de se realizar a realocação dos restos mortais dos sepultados para outro local.

O apego a vila, aos vínculos e relações mantidas com o lugar fortalecem o sentimento de pertencimento, as relações mantidas com moradores, a história de cada um que ali cresceu e viveu, transfiguram noções que fogem a simples palavras, desvelam noções ontológicas do ser. Na fala de um ex-morador de Santo Antônio percebemos o quão forte é o sentimento de pertencimento e o apego ao lugar, mesmo depois de todos os moradores terem saído da vila e ter suas casas demolidas, mesmo após o desaparecimento da vila, as relações mantidas com o lugar dão ao sujeito o desejo de voltar para sua terra, para um lugar onde possa chamar de lar.

Continua lá, que até eu falei um tempo desse, falei com os meninos, eu vou voltar para lá por que vocês falaram que iam tirar a gente, e a gente não podia ficar lá, e

iam tirar o cemitério e vocês não tiraram, então, o cemitério não tá lá? Então, eu vou voltar para lá vivo. Não quero ir morto não, eu quero ir vivo para lá, para Santo Antônio. (GEDTAM, 2014).

O desejo não é somente o de regressar a vila, mas regressar ao ponto em que Santo Antônio era viva, com suas festas costumeiras, as praias bem localizadas, as relações com os moradores, toda história construída no lugar. A dor infligida aos moradores por deixarem sua história, modos de vida, relações, bem como seus entes sepultados no cemitério vem agonizando estas pessoas, a mudança em suas vidas resultou em um salto de realidade ao qual muitos estão tentando se adaptar.



Fonte: Silva, 2012.

Imagem 03: Imagem referente ao interior do cemitério da Vila Santo Antônio.

Abandono e solidão, são as percepções que encontramos ao visualizar a imagem, o verde começa a cobrir os rastros da existência humana, não somente rastros, mas a história de toda uma gente, ritos e costumes praticados desmembrados.

CONCLUSÃO

Neste relatório final optou-se por apresentar a pesquisa que está se desenvolvendo para elaboração do trabalho de conclusão de curso, até então intitulado “A representação de dor em narrativas orais: Santo Antônio e Santa Luzia, versões de um sofrimento”. É válido apontar que durante a elaboração deste relatório a pesquisa se encontrava em seus passos iniciais, e neste sentido as ponderações e análises das narrativas ainda estão em fase de seleção e análise.

Foi percebido durante campos e transcrições de narrativas que há uma predominância de sujeitos que apontam a hidrelétrica como causa/consequência de uma degradação em suas vidas, notado principalmente em narrativas de sujeitos que mantinham relações com o rio.

Os sujeitos afetados pontuaram diversas transformações que surtiram um efeito negativo em suas vidas, quanto a esfera subjetiva o empreendimento não leva em consideração seus laços e relações com o espaço e os que nele vivem. Laços de amizade, vizinhança, comerciais, uma infinidade de aspectos que configuram a identidade dos impactados. Ao relatar todas essas transformações o entrevistado também está desabafando e fazendo um apelo, é uma voz que muitas vezes não chega a ser ouvida. Durante a dinâmica da pesquisa há uma troca de auxílios, enquanto o participante atingido relata suas experiências e frustrações, o participante pesquisador coleta essas informações para então elaborar suas ponderações e conclusões. A ruptura dos modos de vida, o sentimento de insegurança, de se sentir vulnerável e prisioneiro de sua residência fazem parte de um conjunto de fatores que são manifestados nestes discursos. E para além do sofrimento e frustração encontrados nas narrativas, damos foco aos sujeitos que sofreram com a realocação ou a não realocação dos cemitérios, manifestando em seus discursos sofrimento, angústia e dor.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. **Narrativas na história oral**. Simpósio Nacional de História, v. 22, 2003.
- CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar; SANTOS, Leonardo José Cordeiro. **Hidrelétricas no Rio Madeira-RO: tensões sobre o uso do território e dos recursos naturais na Amazônia. Confins**. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 15, 2012.
- HERRERA, J. A.; SANTANA, N. C. Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 2, p. 250-266, mês. 2016. ISSN 2179-0892.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Parecer n.º 168/2012. 2012. pgs. 09.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. In: **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Pontes, 2009.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência**. Psicologia Usp, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

A CONSTRUÇÃO DA UHE BELO MONTE E A EXPANSÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA-PA ENTRE 2006 E 2015

Genilson Santana Cornélio²

Resumo

O município de Altamira, localizado no Sudoeste do Pará, tem suas dinâmicas transformadas pelo avanço do capital com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O trabalho é centrado na hipótese de que Altamira passou a receber um grande contingente populacional para disponibilizar mão de obra durante a construção da usina, que contribuiu para a expansão acelerada da malha técnica urbana, ou seja, da estrutura da cidade. À medida que se intensificou o crescimento demográfico e a reprodução das atividades ligadas à construção da barragem, a cidade de Altamira apresentou um significativo aumento de sua área urbana, por meio da produção de novos loteamentos residenciais e a construção dos reassentamentos urbanos coletivos. Os reflexos do intenso processo de expansão urbana e de maior complexificação dos usos do solo na configuração espacial da cidade foi observada a partir da construção da usina de Belo Monte, considerando as novas áreas no entorno da cidade que passaram a ser incorporadas à malha urbana do município.

Palavras-chave: Crescimento demográfico; expansão urbana; UHE Belo Monte.

Abstract

The municipality of Altamira located in the Southwest of Pará has its dynamics transformed by the capital advance with the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant. The work is centered on the hypothesis that Altamira started to receive a large population contingent to provide manpower during the construction of the plant, which contributed to the accelerated expansion of the urban technical grid, that is, the structure of the city. As the demographic growth and the reproduction of activities related to the construction of the dam intensified, the city of Altamira presented a significant increase of its urban area, through the production of new residential subdivisions and the construction of collective urban resettlements. The reflexes of the intense urban expansion process and the greater complexity of the ground use in the city's spatial configuration were observed after the construction of the Belo Monte power plant, considering the new areas around the city that were incorporated into the urban network of the city.

Keywords: Demographic growth; urban expansion; UHE Belo Monte.

Resumen

El municipio de Altamira ubicado en el Sudoeste de Pará tiene sus dinámicas transformadas por el avance del capital con la construcción de la Usina Hidroeléctrica de Belo Monte. El trabajo se centra en la hipótesis de que Altamira pasó a recibir un gran contingente poblacional para disponer de mano de obra durante la construcción de la planta, que contribuyó a la expansión acelerada de la malla técnica urbana, o sea, de la estructura de la ciudad. A medida que se intensificó el crecimiento demográfico y la reproducción de las actividades ligadas a la construcción de la represa, la ciudad de Altamira presentó un significativo aumento de su área urbana, a través de la producción de nuevos loteamientos residenciales y la construcción de los reasentamientos urbanos colectivos. Los reflejos del intenso proceso de expansión urbana y de mayor complejidad de los usos del suelo en la configuración espacial de la ciudad fue observada a partir de la construcción de la usina de Belo Monte, considerando las nuevas áreas en el entorno de la ciudad que pasaron a ser incorporadas a la malla urbana del municipio, de los municipios.

Palabras clave: Crecimiento demográfico; expansión urbana; UHE Belo Monte.

INTRODUÇÃO

² Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira.

E-mail: genilsoncornelio@gmail.com

A Amazônia Brasileira, abundante em recursos naturais, acaba atraindo vários interesses e olhares antagônicos dos distintos grupos sociais para seu território, dando início a um processo de expansão da fronteira a partir da década de 1970. A partir de então, segundo Martins (1993), a Amazônia se tornou tema de vários debates dentro e fora do país; o avanço das políticas públicas e o avanço do capital interno/externo apresentam características da Amazônia como última fronteira de expansão do capital no País.

“Nos últimos trinta anos, a Amazônia Paraense vem sofrendo múltiplas transformações ocasionadas pela especulação e construção de grandes projetos capitalistas” (MOREIRA, DA SILVA e HERRERA, 2013, pág. 1315). Nesse cenário, a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte na Microrregião de Altamira no Estado do Pará tem se constituído como um dos projetos mais discutidos no Brasil, provocando opiniões distintas e mobilizando diversos atores sociais, que defendem ou desaprovam sua construção.

Neste contexto, sabe-se que os Grandes Projetos de Investimento (GPI) acabam por provocar uma série de impactos nos territórios onde são instalados, por consequência, aceleraram processos que, antes à sua instalação, ocorriam de forma natural, ocasionando, assim implicações, consequências e resultados diversos (MIRANDA NETO, 2016). Portanto, o presente trabalho tem como proposta estabelecer um marco de ação a partir dos múltiplos desafios que foram intensificados pela especulação e pelo início das obras da UHE Belo Monte, com a hipótese de que este grande empreendimento foi determinante para o processo de expansão acelerada da malha urbana do município de Altamira.

Fez-se necessário estudar o Plano Básico Ambiental (PBA), o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), com o intuito de entender o planejamento urbano-regional consolidado pelas políticas públicas e privadas na capacidade da reestruturação urbana dos municípios que compõem a Área de Influência Direta (AID) da UHE Belo Monte, em especial o município de Altamira.

Souza (2011), ao tratar da questão do desenvolvimento urbano, afirma que as cidades tendem a se transformar durante o seu aparecimento e continuam a se transformar sem cessar. Por esse ângulo, partindo da perspectiva desse autor, de que as cidades estão em constante transformação na realidade concreta, é pertinente ponderar que, em hipótese, à medida que se intensifica a construção da UHE Belo Monte e, conseqüentemente, o aumento da demanda por mão de obra, o que impulsiona o crescimento demográfico, temos como resultado desse processo a expansão urbana de Altamira.

Assim, o trabalho é centrado na hipótese de que os municípios da AID passaram a receber um grande contingente populacional para disponibilizar mão de obra durante a

construção da usina, que contribuiu para uma expansão territorial urbana acelerada. Tal característica é percebida como tendência nos espaços influenciados por grandes projetos, pois a construção de novos empreendimentos complementa em avançar espaços que anteriormente eram considerados rurais, uma vez que é natural que o crescimento da população urbana leva a um crescimento das áreas urbanas, para comportar esse contingente populacional dentro das cidades.

Sposito (2004) pondera acerca da necessidade de articular a dimensão temporal à dimensão espacial para compreender a realidade colocada. Isto posto, com o objetivo central de mensurar a expansão urbana do município de Altamira, o presente trabalho evidencia uma descrição da estrutura da cidade, sendo mostrado três recortes distintos, tendo como base o ano de início da construção da UHE Belo Monte (2011). Dessa forma, analisar-se-á um intervalo de 5 anos antes do período proposto (2006) e o ano de início de geração de energia pela Usina (2015).

Assim, mensurar a expansão urbana no município de Altamira é relevante para compreender os múltiplos desafios que foram ocasionados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no território, por entender que as políticas públicas e/ou privadas para o desenvolvimento da Amazônia são políticas que aumentam as desigualdades socioespaciais, em virtude de serem verticalizadas no bojo de interesses exógenos à realidade local (Santos, 1999). Face ao exposto, percebe-se que Altamira vem sofrendo uma série de transformações em sua dinâmica de uso e ocupação do solo devido ao grande contingente populacional que o empreendimento hidrelétrico causou na região da transamazônica e Xingu.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

O município de Altamira, localizado no Sudoeste do Pará, tem suas dinâmicas transformadas pelo avanço do capital com a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, em Vitória do Xingu (município sede da obra), arquitetada desde a década de 1970, e com o início das obras, em agosto de 2011.

É importante frisar que as atenções das diferentes instituições que acompanham os impactos da obra estão, em maior grau, voltadas para o município de Altamira. Tal fato se consolida por esse município ser entendido como polo sub-regional, congregando as demandas dos demais municípios que compõem a microrregião de Altamira, consolidando a sua sede urbana como a área a ser estudada no presente trabalho, como evidenciado na figura 1.

Localização da Área de Estudo

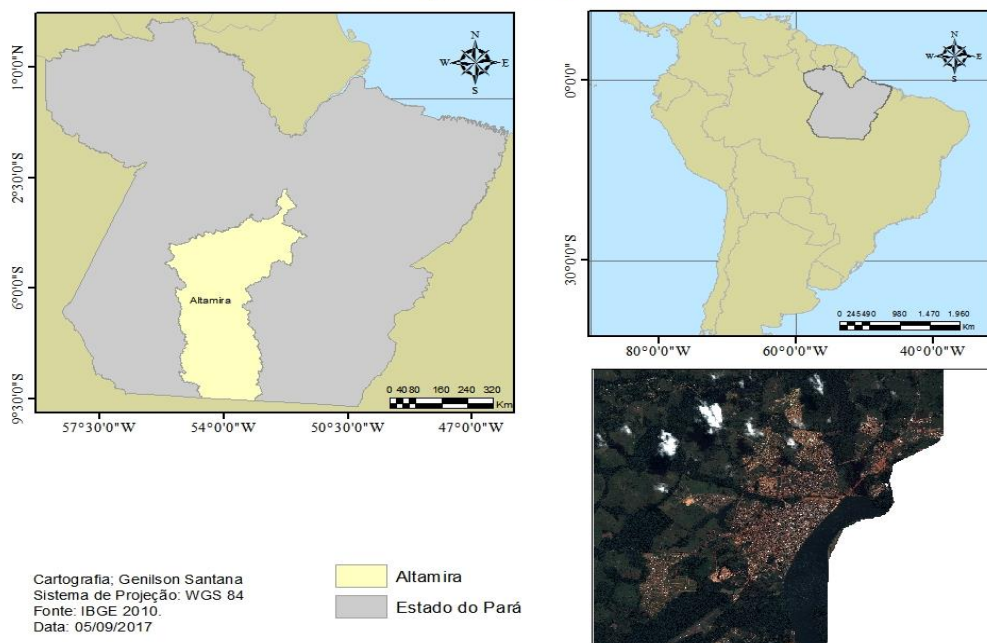


FIGURA 1: Localização da área de estudo. **Fonte:** IBGE, 2010 e Imagem Plêiades, 2016.

É no município de Altamira que se inicia a “volta grande do Xingu”, trecho sinuoso e cheio de cachoeiras no rio Xingu, onde, no final desse trecho, está sendo construída a UHE Belo Monte. Altamira está localizada na bacia hidrográfica do rio Xingu, e sua sede urbana é cortada por três igarapés: Panelas, Ambé e Altamira, e ambos desaguam no Xingu.

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu – maior obra integrante do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal, financiada em grande parte com recursos oriundos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e executada pelo Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), contratado pela empresa Norte Energia S/A (NESA) –, vem causando severos impactos no meio ambiente e no modo de vida da população local.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A proposta metodológica do trabalho está atrelada à metodologia do GEDTAM³, que além de analisar a expansão urbana, busca valorizar a importância dos sujeitos locais, na medida que se registra a desestruturação dos espaços e a manutenção dos impactos como subterfúgios para o desenvolvimento do capital.

³ Grupo de Estudos Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia.

No campo geográfico, as representações espaciais têm mostrado grande potencial para compreender e analisar, por meio de ambientes de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), a realidade cotidiana, apresentando-se como ferramenta eficaz para análise temporal, o que, neste trabalho, teve como objetivo fundamental visualizar a expansão da malha urbana, com o propósito de calcular o tamanho da área em diferentes anos.

Os dados obtidos referentes à população foram retirados da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Estudo elaborado pela Secretaria de Planejamento de Altamira (SEPLAN). As informações referentes aos vínculos empregatícios foram retiradas do site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), disponibilizado na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os dados coletados serviram como subsídio, com o intuito de entender o panorama da cidade antes do início das obras da Usina, a fim de compreender o atual cenário a partir da instalação de Belo Monte.

Foram utilizadas, também, como procedimento de aquisição de dados, visitas nos loteamentos, com o intuito de obter informações sobre o número de lotes/terrenos em cada empreendimento, para que se tenha um panorama capaz de mensurar e quantificar a expansão urbana da cidade.

Sobre a questão de método, é importante destacar o que Morin (2005) aborda. Para ele, o método deve ser construído durante a pesquisa, ele só pode emanar e se formular depois, no momento em que o termo se transforma em um novo ponto de partida, desta vez dotado de método; em outras palavras, “o método se ajusta com o fenômeno e não o fenômeno que se ajusta com o método” (ALVES, 2008, p.228). Esta assertiva reafirma as transformações no curso da pesquisa e na forma de olhar a relação sujeito-objeto intrincada na pesquisa.

Neste aspecto, a pesquisa tem seu escopo sobre o Método Materialista Histórico e Dialético e parte da hipótese fundamental da dialética, de que não existe nada eterno, fixo, pois tudo está em constante transformação, tudo está sujeito ao contexto histórico do dinâmico e da modificação, atrelada aos avanços do modo de produção capitalista, resultando na configuração de um espaço permeado por relações desiguais e contraditórias.

À vista disso, é imprescindível a relação do método com o objeto de pesquisa (a cidade de Altamira), do modo que a cidade não é simplesmente o espaço da acumulação, mas ela é, além disso, o lugar onde se dá a reprodução da força de trabalho, constituindo, dessa forma, foco de conflito entre as ações relativas à reprodução do capital e as que dizem respeito à sobrevivência da população trabalhadora.

3. MOBILIDADE POPULACIONAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID) DA UHE BELO MONTE

A Amazônia passou a atrair, nas últimas quatro décadas, Grandes Projetos capitalistas, com o objetivo de aproveitar-se das riquezas naturais explorando a força de trabalho. Becker (2001) discorre sobre as políticas de ocupação do território amazônico, de duas maneiras distintas: as políticas exógenas para a Amazônia, fundamentada numa visão externa ao território e as políticas endógenas, baseadas numa visão interna.

As políticas exógenas para a Amazônia contribuem em parte para aumentar a mobilidade populacional e aumentar o processo de urbanização das cidades amazônicas, o que Becker (2001) explica quando relata que “a Amazônia tornou-se uma floresta urbanizada”. É verdade que as cidades se tornaram um dos maiores problemas ambientais da Amazônia, dada a velocidade da imigração e a carência de serviços. Nesse ínterim, há de chamar a atenção para o que Becker (2001) relata sobre as “economias de enclave”, ou seja, os grandes projetos que são inseridos abruptamente no espaço amazônico sem o devido respeito aos modos de vida das populações locais.

Sobre a dinâmica dos grandes projetos na Amazônia, Trindade Jr (2006) evidencia a ruptura de antigos padrões de organização espacial, ocasionada pelos investimentos econômicos e as ações governamentais na região, de modo que o processo de urbanização da Amazônia passou a ter reflexos mais concentrado, principalmente ao longo das rodovias e não mais dos rios.

Com tal característica, o Espaço Urbano Amazônico tem sua dinâmica modificada à medida que os Grandes Projetos de Investimentos sob a égide do grande capital são instalados nos territórios. A migração na Amazônia pode ocorrer também regionalmente por expectativa e/ou melhores condições de vida. Pode-se dizer que a grande massa de trabalhadores que esses projetos absorvem em sua construção é o principal motivo do aumento demográfico das cidades amazônicas, conforme aborda Porto Gonçalves (2010):

A extrema mobilidade da população, que migra de um lugar para outro, tal e qual um peão, termo consagrado pelo uso popular, revela, na verdade, a dinâmica que o capitalismo vem empreendendo à organização espacial brasileira nas suas diferentes escalas local, regional, nacional (PORTO GONÇALVES, Pág. 112, 2010).

É pertinente ponderar que o aumento demográfico das cidades amazônicas não é exclusivo dos grandes projetos, no entanto, quando essas ações integradoras de exploração da força de trabalho sobre os recursos naturais acontecem, contribuem nessa migração influenciada por ofertas de emprego e melhores condições de vida.

Uma das transformações mais evidentes gerada pela construção da UHE Belo Monte é o crescimento populacional, em consequência do grande contingente populacional que migra para a Área de Influência Direta da Usina em busca de emprego. A mobilidade populacional é importante no diagnóstico da dinâmica demográfica das cidades, visto que a atração exercida pela cidade de Altamira, resultante das maiores oportunidades de emprego e/ou mercado de trabalho impulsionado pela UHE Belo Monte, provoca deslocamentos das populações para o território.

Segundo Souza (2003), o crescimento populacional implica transformações nas novas formas de produção da cidade, o que não ocorre de maneira distinta na área de estudo, visto que o aumento relativo da população implica afetar as condições de vida, além de corroborá-las, ocasionando a geração de maiores demandas de infraestrutura e de serviços públicos, como hospitais, escolas, habitações, equipamentos, lazer, etc.

De acordo com o censo demográfico de 2010 os municípios da AID, a saber: Altamira, Anapú, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, apresentavam uma população de 161.784 habitantes. Em 2016, não se tem os dados concretos referentes à população dos municípios que compõe a AID, o que se tem são estimativas elaboradas pelo IBGE, que investiga uma amostra da população e, a partir de modelos estatísticos, chega à representação do todo, em que, segundo as estimativas, a população dos municípios chega a um total de 177.196 habitantes, conforme o gráfico abaixo.

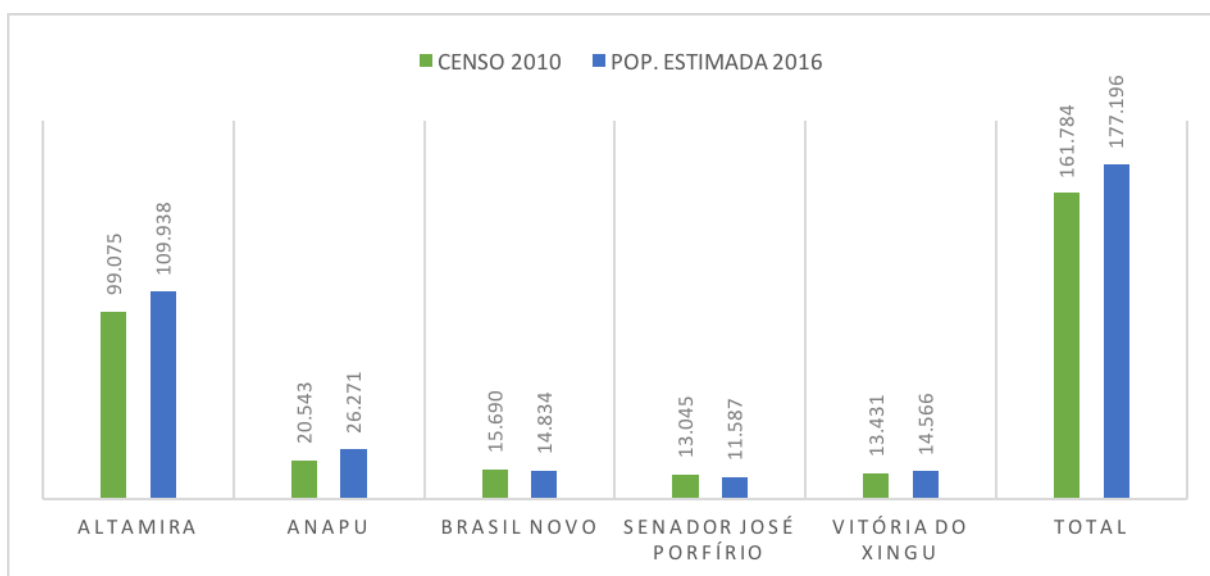


GRÁFICO 1: População dos municípios que compõem a AID de acordo com o Censo demográfico de 2010 e a população estimada em 2016. **Fonte:** IBGE (Censo 2010 e estimativas populacionais 2016).

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), fornece o total de vínculos empregatícios nos municípios

pertencentes à AID de 2009 a 2013, em que fica evidente o significativo aumento nos empregos ofertados no município de Altamira após o ano de 2009, chegando a um aumento de mais de 450% até o ano de 2013. Nos outros municípios da AID, percebe-se um aumento gradativo dos vínculos empregatícios comparados a Altamira.

TABELA 1
Vínculos Empregatícios Total no Emprego Formal nos Municípios da AID - 2009 a 2013

Município	2009	2010	2011	2012	2013
Altamira	9.246	10.178	17.293	27.689	42.512
Anapú	929	1.025	1.432	1.818	1.966
Brasil Novo	718	691	891	754	1.061
Senador José Porfírio	553	593	648	674	683
Vitória do Xingu	160	500	714	583	1.553

Fonte: MTE-RAIS, 2016.

Com base no exposto na tabela 1, pode-se constatar que a partir do início das obras na Usina, em 2011, o número de vínculos empregatícios deu um salto bastante expressivo. Discute-se aqui que o fator de atração que permitiu a geração de emprego em diversos setores da economia local foi o empreendimento hidrelétrico de Belo Monte. Para corroborar com a assertiva, evidencia-se, no gráfico 2, os vínculos empregatícios no setor da construção civil, em que se acredita ter relação direta na construção da usina.

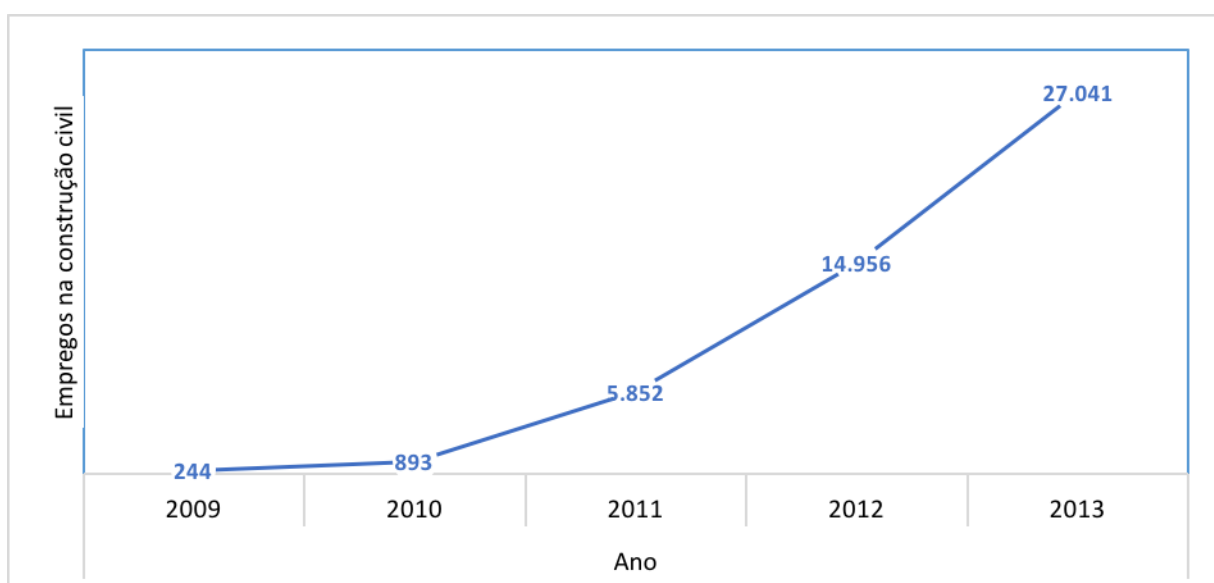


GRÁFICO 2: Vínculos empregatícios no setor da construção civil no município de Altamira de 2009 a 2013.

Fonte: MTE-RAIS, 2016.

A vinda de migrantes foi umas das características observadas neste período, ocasionada pela oferta de empregos temporários na UHE Belo Monte, tendo em vista que com a construção da usina, foi possível a inserção de novos capitais e de agentes modificadores do espaço.

Cavalcante (2011) pondera sobre os fluxos populacionais com a construção de Hidrelétricas na Amazônia:

Os fluxos populacionais que se configuram a partir da construção de hidrelétricas ocorrem mediante dois “velhos” processos na Amazônia: o de territorialização de contingentes em busca de trabalho que passam a ocupar esta área e o de desterritorialização marcado pela desapropriação da população das áreas de influência do reservatório (CAVALCANTE, Pág. 10, 2011).

No cenário local, com a construção de Belo Monte, verificou-se os dois processos explicitados por Cavalcante (2011): no primeiro momento, com o início das obras em 2011, houve o processo de territorialização de uma grande massa de trabalhadores que vieram em busca de emprego/trabalho no empreendimento, como é percebido na Tabela 01, evidenciada acima, pelo grande aumento nos vínculos empregatícios. O segundo momento é caracterizado pelo processo de desterritorialização das famílias que compõem a Área Urbana Diretamente Afetada (ADA Urbana).

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) indicou a probabilidade de um grande fluxo migratório na região, para além dos trabalhadores da obra. As primeiras estimativas aferiam um acréscimo de 100.000 pessoas, atraídas por oportunidades de emprego e renda, entre outros fatores.

No que tange à população na cidade de Altamira, MOREIRA, DA SILVA E HERRERA (2012) mostram um estudo elaborado pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) da Prefeitura de Altamira, em que, partir dos dados coletados, a população de Altamira encontra-se bem acima do último censo realizado pelo IBGE:

Dados da Secretaria de Planejamento do Município apresentam que a população altamirense encontra-se bem acima do registro feito pelo IBGE, os dados sistematizados foram feitos a partir de dois estudos: do aumento na coleta de lixo entre todo o ano de 2011 e o mês de janeiro de 2012 estima a população de Altamira em 148.053 pessoas; e a partir de atendimentos de urgência/emergência no Hospital Municipal São Rafael entre os anos de 2010 e 2011 e os dois primeiros meses de 2012 estima a população em 143.918 pessoas. Por isso, a secretaria de Altamira atua considerando a média dos dois estudos, 146.224 pessoas, alegando defasagem ainda nos primeiros meses do ano de 2012 (MOREIRA, da SILVA, HERRERA, 2012, p.6).

A partir do estudo elaborado pela SEPLAN, concatenando com os dados do IBGE, percebe-se uma disparidade muito alta, pois, de acordo com o censo, a população de Altamira compunha 99.075 habitantes no ano de 2010. Evidencia-se, então, uma grande disparidade

entre as informações. No entanto, nos dados do IBGE, a população é constituída pelas pessoas residentes no domicílio, ou seja, aquelas que tinham o domicílio como local de residência habitual, que estivessem presentes ou ausentes na data de referência.

Já os dados cogitados pela SEPLAN abrangem todo o universo, incluindo os trabalhadores que estão na cidade por um curto período de tempo, conforme discutem Moreira, da Silva e Herrera (2012), que, segundo eles, “o não registro de parte da população como residente no município é um problema característico do aumento excessivo do trabalho temporário” (MOREIRA, da SILVA, HERRERA, 2012, p.6), em tal caso, a UHE Belo Monte.

Nesse sentido, o acréscimo populacional resultante das migrações induzidas pode ser considerado um dos principais impactos da implantação de empreendimentos hidrelétricos, visto que repercute em diversas esferas da sociedade local, alterando, entre outros aspectos, sua dinâmica econômica, a qualidade e suficiência dos serviços públicos prestados e a configuração espacial dos municípios de destino dos fluxos.

Juntamente a este aumento demográfico impulsionado por Belo Monte, Altamira passou a apresentar uma grande expansão de sua área urbana, sendo redesenhada em diferentes núcleos e/ou vertentes distintas.

4. NOVAS ESPACIALIDADES QUE CONDICIONAM A EXPANSÃO TERRITORIAL URBANA DE ALTAMIRA

Altamira, hoje considerado o maior município do País em extensão territorial, tem sua fundação a partir do Coronel Gayoso, como explica Umbuzeiro (2012):

O fundador da cidade de Altamira foi Raymundo José de Souza Gayoso, [...] conhecido como Coronel Gayoso, na data de 2 de abril de 1883. A data de 2 de Abril, tem como referência o dia do término da construção da estrada de Gayoso, quando o desbravador chegou à foz do Igarapé Ambé e aqui se instalou. Gayoso denominou o local de Fortaleza (que depois passou a ser chamado de Forte Ambé) e seus escravos foram alojados rio acima, onde se formou posteriormente o núcleo urbano de Altamira [...] (UMBUZEIRO, 2012, p.57).

Altamira se constitui um território polo em relação aos outros municípios pertencentes à Microrregião, por atender maiores demandas e serviços. Foi elevado à categoria de município e distrito pela lei estadual nº 1234, em 1911; porém, começou a ser povoado desde as missões jesuítas no Médio Xingu, no século XVIII. Atualmente, as atividades econômicas do município são: extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública e agropecuária, de acordo com as estatísticas municipais paraenses da FAPESPA (2015).

Desde a década de 1970, a Microrregião de Altamira tem vivido a especulação pela construção de grandes projetos capitalistas, com o objetivo de expandir a matriz energética brasileira. Recentemente, vive-se o momento de um processo de expansão territorial em Altamira, proveniente de grandes investimentos públicos em infraestrutura que estão sendo implementados como elemento das políticas de desenvolvimento regional da Amazônia (MOREIRA, DA SILVA e HERRERA, 2013).

Para Haesbaert (2005), o processo de territorialização consiste na ação, movimento ou processo de construção e criação de territórios pela apropriação, uso, identificação, enraizamento com determinadas extensões do espaço por lógicas políticas, econômicas ou culturais. É nesse contexto que a Migração populacional, proveniente de outras regiões brasileiras em busca de trabalho, promove a concentração demográfica no município, ocasionando uma expansão urbana acelerada.

Neste trabalho, é adotado o conceito de estrutura urbana a partir de Sposito (2004), o qual argumenta que a expressão estrutura urbana é conveniente para se fazer menção à forma como se encontram organizados e se articulam os usos do solo num dado momento, em outras palavras, essa noção aplica-se para demonstrar a forma como está organizado o espaço de uma cidade.

A partir das palavras de Corrêa (1989), “o espaço urbano é um produto social, resultado de ações acumuladas pelo tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço” (CORRÊA, 1989, Pag.11). Por consequência, torna-se pertinente observar em escala temporal a priorização e a distribuição da sociedade no espaço urbano, o que torna necessário investigar quais os principais agentes de produção do espaço a partir do início da construção de Belo Monte.

Assim, evidencia-se no texto as novas espacialidades que condicionam a expansão territorial urbana de Altamira: i) o Programa de Habitação Minha Casa Minha Vida (Atuação do Estado/Capital para atender a demanda social); ii) os Loteamentos Privados (Capital Imobiliário), bairros estes que seguem a lógica do urbanismo e/ou planejamento urbano moderno; e, iii) os Reassentamentos Urbanos Coletivos - RUCs⁴ (Reparação de perdas/mitigação de impactos da população afetada), construídos para realocar as famílias da ADA Urbana. A figura 2 mostra a malha urbana de Altamira no ano de 2015, evidenciando as vertentes de expansão percorridas acima.

⁴ Unidades Habitacionais construídas para o Reassentamento das famílias que residiam na ADA Urbana.

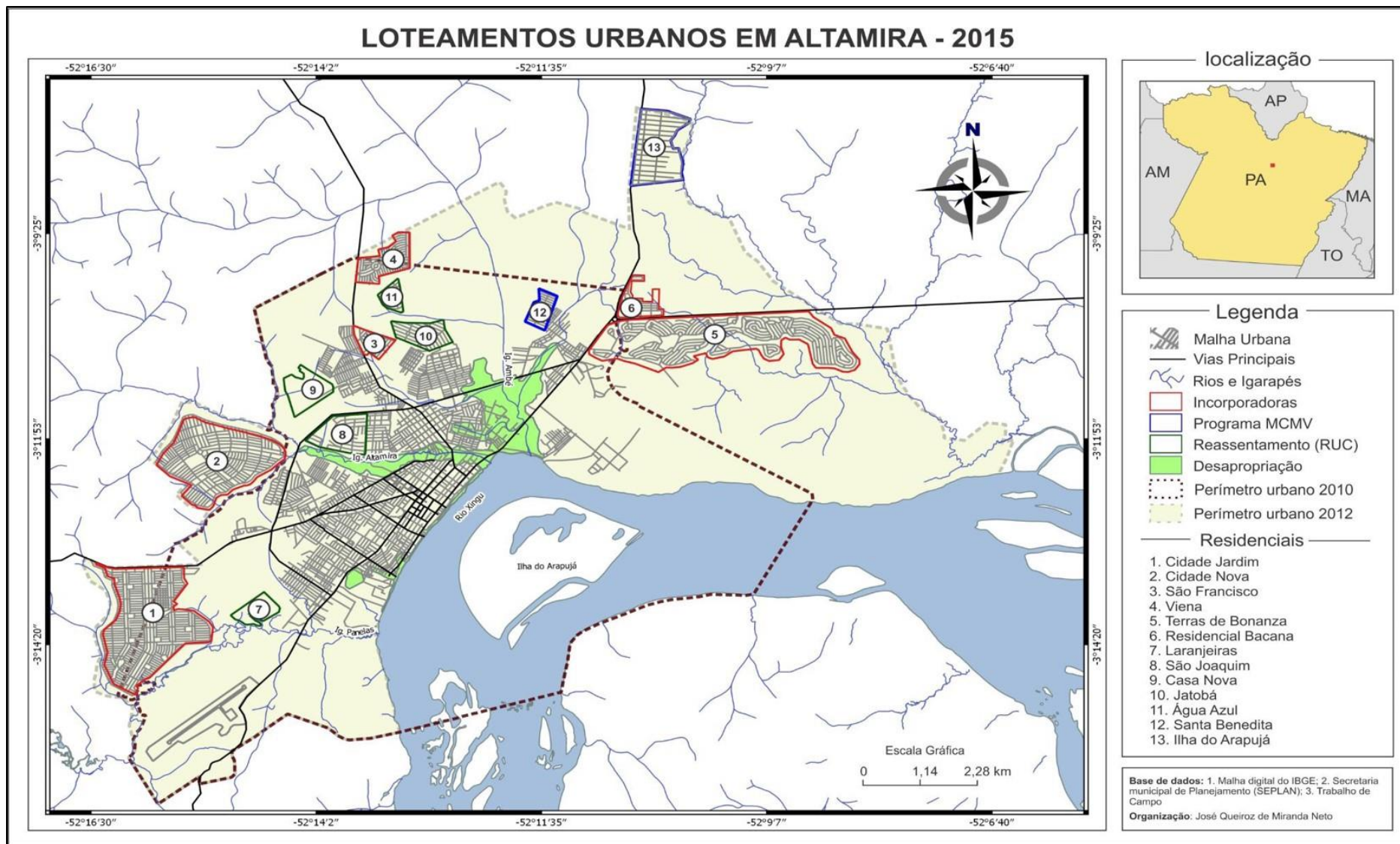


FIGURA 2: Loteamentos Urbanos em Altamira em 2015. **Fonte:** MIRANDA NETO, 2016.

4.1 PROGRAMA DE HABITAÇÃO MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

O governo federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem como intento implantar obras de infraestrutura em todo o país, tendo em vista agilizar e possibilitar um avanço no desenvolvimento econômico brasileiro, apresenta como uma de suas principais vertentes o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que atende famílias de baixa renda, fornecendo habitações, conectado às ofertas de crédito fornecidas pela CEF (Caixa Econômica Federal).

A partir das informações no site oficial do PMCMV, tornou-se possível elaborar a Tabela 2, com as faixas de renda que o programa atende.

TABELA 2: Faixas de Renda do PMCMV

Faixa	Renda
1	Até 1.800,00 R\$
2	Entre 2.351,00 e 3.600,00 R\$
3	Entre 3.600,00 e 6.500,00 R\$

Fonte: Site oficial do Ministério das Cidades, 2016.

A renda é somada entre todas as pessoas que formam o núcleo familiar, ou seja, marido e mulher, pai e filhos, mãe e filhos, só mãe, só pai, enfim, qualquer pessoa que vá morar na casa; não existe nenhuma restrição quanto a isso.

Segundo Rodrigues (2016), citando Arantes e Fix (2009), a finalidade do governo federal, ao criar o PMCMV, constituía-se no intuito de estender o crescimento e o desempenho do setor imobiliário e, da mesma forma, atender a demanda habitacional de baixa renda. Assim, em Altamira, o PMCMV não ocorre de maneira distinta, uma vez que sua finalidade também consiste em atender famílias de baixa renda, além de contribuir para o estímulo do crescimento do setor imobiliário na cidade.

Com tal característica, foram esquematizados para Altamira dois empreendimentos do PMCMV, com o intuito de fornecer um total de 2.400 Unidades Habitacionais (U.H.) para famílias de Faixa 1.

De acordo com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará - SINDUSCON/PA (2015), foi contratado, no ano de 2010, o primeiro empreendimento, denominado Residencial Santa Benedita, com um total de 958 habitações, sendo entregues no ano de 2012. O segundo empreendimento, denominado Residencial Ilha do Arapujá, contratado no ano de 2013, com a finalidade de ser entregue no ano de 2015, com uma

quantidade de 1.444 U.H., teve suas obras interrompidas em detrimento de o tamanho das residências encontrar-se fora das especificações mínimas estabelecidas pela CAIXA (MIRANDA NETO, 2016).

Consequentemente, houve ocupação do Residencial Ilha do Arapujá em maio de 2015 por cerca de 800 famílias, segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Ainda de acordo com o MAB, a ocupação teve início após o mandado de desocupação de uma área particular, conhecida como Pajé. Essas famílias chegaram a realizar protestos em frente ao prédio da CAIXA, exigindo o enquadramento das mesmas no Programa, tendo em vista que as pessoas que ocuparam este espaço, na sua maioria, são de baixa renda e vítimas da segregação social, promovida pelo próprio modo de produção capitalista.

Durante a ocupação do Residencial Ilha do Arapujá, foi discutida a disponibilização de um terreno pela Norte Energia para a construção de um PMCMV Entidades (Novo Pajé). O terreno previa a construção de 500 habitações pelo governo (Ministérios das Cidades, CEF e Casa de Governo estavam envolvidas na negociação). O MAB ficaria responsável pela indicação dos beneficiários da faixa 1. O projeto teria sido realizado por uma cooperativa ligada ao MAB. O IBAMA forneceria a madeira para as ocupações provisórias no terreno. Contudo, com o impeachment da senhora ex-presidente Dilma Rousseff, essa negociação foi interrompida.

É preciso salientar, mais uma vez, que os ocupantes são pessoas que estão contempladas no sorteio do PMCMV, pessoas cadastradas nos programas habitacionais do Município e que aguardam a efetivação de seu direito e pessoas que não estão contempladas ou cadastradas em nenhum programa habitacional, mas que deveriam estar.

O fato é que o surgimento desse conflito não é algo derivado da mera influência da sorte: existe, na conjuntura brasileira atual e, em especial no Município de Altamira, toda estirpe de condicionantes para se deflagrar um movimento desse tipo, especialmente se se considerar a pressão populacional (com impacto evidente nos aluguéis) promovida pela UHE Belo Monte.

Sem desvincular do sentido do trabalho, é percebido que o PMCMV em Altamira colabora como uma vertente para o processo de expansão urbana da cidade, porém, sem ligação direta com a UHE Belo Monte.

4.2 LOTEAMENTOS IMOBILIÁRIOS PRIVADOS

A dinâmica de expansão urbana de Altamira apresenta, ultimamente, uma ação intensa e desigual de valorização do solo associado à crescente promoção de novos produtos

imobiliários, em que, segundo Carlos (2013), estes vêm como uma alternativa para o acesso à cidade por meio da propriedade. Estes projetos imobiliários oferecem lotes em áreas que passam por um processo de infraestrutura e licenciamento para receber a implantação das residências que vão sendo construídas pelos novos proprietários, que compram os lotes por meio de crediário e/ou financiamento.

Os loteamentos imobiliários em Altamira foram implementados na “fronteira” entre o espaço urbano e as áreas rurais em torno da cidade. De fato, os loteamentos vêm como uma alternativa para a expansão do núcleo urbano dos municípios, principalmente quando ocorre um aumento significativo no montante populacional das cidades.

Utilizando do pensamento de Correa (1995), em que afirma que os novos agentes produtores do espaço vão se inserindo inesperadamente no território, Sposito (1999) discorre sobre os empreendimentos imobiliários na cidade, relatando que:

(...) não respondem apenas aos interesses econômicos de comercialização de bens e serviços. Em primeiro lugar estão os interesses de natureza fundiária e imobiliária, pois a construção de grandes equipamentos potencializa fluxos para áreas da cidade, anteriormente pouco valorizadas, constituindo-se numa forma da qual se otimizam os preços de novas localizações produzidas (SPOSITO, 1999, p.91).

Em decorrência do exposto, os promotores imobiliários, como agentes sociais produtores do espaço, acabam por determinar o processo de expansão urbana da cidade de Altamira e contribuir para ele, dada a grande quantidade populacional atraída por Belo Monte, o que intensificou a demanda por aquisição de solo urbano.

Ainda sobre o processo de produção da cidade, CARLOS (2013, p. 27 e 28) argumenta que “o processo de produção da cidade tem por característica fundamental produzir um produto que é fruto do processo social de trabalho, enquanto processo de valorização, que aparece sob a forma de mercadoria, que se realiza através do mercado”. Assim, nota-se que a implementação dos loteamentos imobiliários em Altamira é voltada aos interesses do capital imobiliário na venda de solo urbano para a construção de habitações.

Rigatti (2002) pondera que “a forma tradicional e formal de incorporação de áreas novas às áreas urbanizadas é a do parcelamento do solo urbano na forma de loteamentos” (2002, pag. 38). De tal forma, a velocidade da migração populacional, estimulada pelo início das obras em Belo Monte, ocasionou uma demanda por terras urbanas para a construção de habitações, sendo supridas pelo surgimento de loteamentos.

Com o acelerado crescimento demográfico em Altamira, ocasionada, em sua grande parte, pela construção da UHE Belo Monte, inicia-se o processo de edificação de alguns loteamentos imobiliários para atender a essa demanda. À vista disso, como o interesse do

trabalho é mensurar a expansão urbana de Altamira a partir do início das obras em Belo Monte (2011), foram selecionados os loteamentos criados a partir desse período.

Os loteamentos implementados em Altamira a partir de 2011 são 5 (cinco), até então, a saber: Cidade Jardim, Cidade Nova, Residencial Viena, Residencial São Francisco e Terras de Bonanza. De acordo com dados obtidos junto aos loteamentos, foi possível elaborar a tabela 3 com o número de lotes/terrenos de cada empreendimento, com um total de 28.105 lotes ofertados.

TABELA 3

Características gerais dos Loteamentos Imobiliários

Loteamento	Ano de Lançamento	Nº de Lotes/Terrenos
Cidade Jardim	2012	11.378
Cidade Nova	2013	6.560
Residencial Viena	2013	2.458
São Francisco	2012	709
Terras de Bonanza	2013	7.000

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

As localizações desses loteamentos são em áreas distantes do centro da cidade e dos principais serviços e equipamentos urbanos. Esses lotes variam de tamanho, conforme o loteamento, sendo que, normalmente, tem as dimensões de 10x25m, constituindo um total de 360m². Essas especificações de tamanho dependem geralmente da finalidade, seja para moradia seja para trabalho, cujas regras de construção estão estabelecidas em uma lei específica, a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, que cada Município tem em particular.

A Lei Federal 6766/79 estabelece as condições do parcelamento do solo para fins urbanos, destacando que Estados, Distrito Federal e Municípios podem e devem estabelecer as normas complementares da ocupação do solo municipal, adequando esta lei às particularidades locais e regionais.

Em relação à atuação do capital imobiliário nas cidades, Botelho (2007) pondera que estas manifestações dos agentes no espaço, quando amparadas no alicerce da reprodução do capital, contribuem para estimular e ocasionar três particularidades das cidades contemporâneas, a saber: a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização do espaço urbano. Essas características abordam um fenômeno, denominado por Lefebvre (1991) de constituição da não cidade ou da anticidade, na medida que intensifica a segregação socioespacial no espaço urbano.

Dito isso, de acordo com o estatuto da cidade, Lei nº 10.257/2001, cabe salientar que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenamento da cidade, em relação às necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, assegurando o direito de todos os seus habitantes atuais e futuros.

4.3 REASSENTAMENTOS URBANOS COLETIVOS (RUCS)

Já a terceira vertente estudada no trabalho ocorre a partir de 2013, com a construção de Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), para realocar as famílias que residiam na Área Urbana Diretamente Afetada pela UHE Belo Monte. Este momento é marcado pelas novas dinâmicas socioeconômicas e espaciais, às quais o espaço urbano está submetido com a construção da Usina.

Os RUCs construídos pela Norte Energia S.A.⁵, conforme evidencia Miranda Neto (2014), são entendidos como:

(...) uma grande ação de intervenção urbana com impacto direto na habitação, uma vez que, por um lado, envolve a mudança do local de moradia de mais de 22 mil pessoas e, por outro, mobiliza grandes projetos de engenharia no contexto da cidade, como a construção de 6.000 unidades habitacionais e reurbanização de mais de 500 hectares (MIRANDA NETO, 2014, Pág. 3).

De acordo com Leturcq (2016), a construção de obras de grande porte, como uma usina hidrelétrica, causa, imprescindivelmente, uma transformação na paisagem, seja nas formas físicas seja também nas abstratas. De tal modo, levando em consideração a modificação da paisagem ocasionada pela instalação de uma Usina, a construção dos RUCs para a realocação das famílias que residiam na ADA Urbana acaba por contribuir nesse processo de transformação e, conseqüentemente, em contribuir na expansão da estrutura urbana de Altamira, dada a rapidez da construção das habitações.

A Norte Energia já implantou 5 (cinco) reassentamentos na zona urbana de Altamira, sendo eles: Água Azul, Casa Nova, Jatobá, Laranjeiras e São Joaquim). A Tabela 4 mostra o número de residenciais construídos em cada RUC, sendo observado que o RUC Jatobá (o primeiro a ser construído) apresenta o maior número, com 1.270 Residenciais. O RUC Laranjeiras, por sua vez, (o último a ser construído) apresenta 545 Residenciais.

TABELA 4

Características das Áreas de Reassentamento Urbano Coletivo

⁵ A Norte Energia S.A. é formada por empresas estatais e privadas do setor elétrico, fundos de pensão e de investimento e empresas autoprodutoras, para construir e operar a Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu (PA), e é responsável por todas as etapas do processo de reassentamento.

RUCs	Nº de Lotes (Estimativo)	Residenciais RUC	Vila Residencial
Jatobá	1.286	1.270	16
São Joaquim	1.041	937	104
Casa Nova	453	453	-
Água Azul	775	775	-
Laranjeiras	545	545	-
TOTAL	4100	3.980	120

Fonte: Norte Energia, 2013b.

O projeto de Reassentamento Urbano Coletivo tem o objetivo de abranger unidades familiares, atividades comerciais, industriais e de serviços, que foram impactadas. A opção pela indenização às famílias atingidas acontece de duas formas: por meio de dinheiro ou carta de crédito e pela opção por reassentamento.

O processo de reassentamento das famílias atingidas pela construção da Usina iniciou-se em 2013, acontecendo de forma progressiva, tendo seu pico em 2014 e 2015. Antes do início das remoções compulsórias, foi publicado, em janeiro de 2012, o Decreto de Utilidade Pública, logo após, começaram a ser afixadas placas de congelamento nas áreas de desapropriação.

Segundo o Projeto Básico Ambiental (PBA), o processo de realocação deve ser buscado com respeito à manutenção dos vínculos sociais e familiares:

“A condição do atingido é reconhecida na proposição de reparação do dano material e o dano imaterial, estando o primeiro ligado ao patrimônio e à integridade física das pessoas, e o segundo aos sentimentos e conjunto de relações e vínculos comprometidos no processo de implantação do empreendimento.” (PBA, vol. II, 4, p. 302)

Face ao exposto sobre as perdas materiais e imateriais dos atingidos, é pertinente refletir que há, então, uma perda na sociabilidade, pois uma parte de seus parentes e vizinhos foram deslocados compulsoriamente para outra área, acarretando perdas de relações sociais e de convívio, como os laços de parentesco, as relações de vizinhança, os vínculos comunitários, etc., o que, segundo o PBA, não pode ocorrer. O não cumprimento dessa regra implica a precarização da vida dos atingidos, justamente por significar uma desterritorialização forçada, sem as respectivas medidas compensadoras.

O próprio EIA (item 12.9.1.5), aludindo aos aspectos imateriais (dimensões culturais, éticas e morais) que devem permear o processo de indenização, reconhece que “a ocorrência de perdas não mensuráveis, tais como a quebra de relações sociais, a rede de apoio da

vizinhança, as mudanças temporárias ou definitivas nos hábitos, dentre outras variáveis, deverão orientar essa negociação”.

A perda de moradia e a alteração das relações econômicas são impactos (ou externalidades) pressupostos à implantação do empreendimento, tendo em vista a necessária substituição do uso e ocupação de uma parcela do espaço para a formação do reservatório, áreas que passarão por um processo de requalificação urbana. A materialização desse impacto pode ser evidenciada na remoção compulsória das famílias que residiam na Área Diretamente Afetada, ou seja, abaixo da Cota 100, para os RUCs.

A recomendação do IBAMA sempre esteve pautada em assegurar que não ocorresse qualquer tipo de segregação para com os atingidos, sem violação ou inadequação de qualquer condicionante, de forma que o processo de relocação incluía reassentar os atingidos nos RUCs mais próximos da área onde foram retirados, da seguinte forma:

- **RUCs Jatobá e Água Azul:** destinados preferencialmente à relocação dos atingidos às margens do Igarapé Ambé;
- **RUCs São Joaquim e Casa Nova:** destinados preferencialmente à relocação dos atingidos às margens do Igarapé Altamira;
- **RUC Laranjeiras:** destinado preferencialmente à relocação dos atingidos às margens do Igarapé Pannels.

Para espacializar essas áreas em torno dos igarapés onde os atingidos foram desterritorializados e demonstrar em quais RUCs foram reterritorializados, evidencia-se, abaixo, a figura 3.

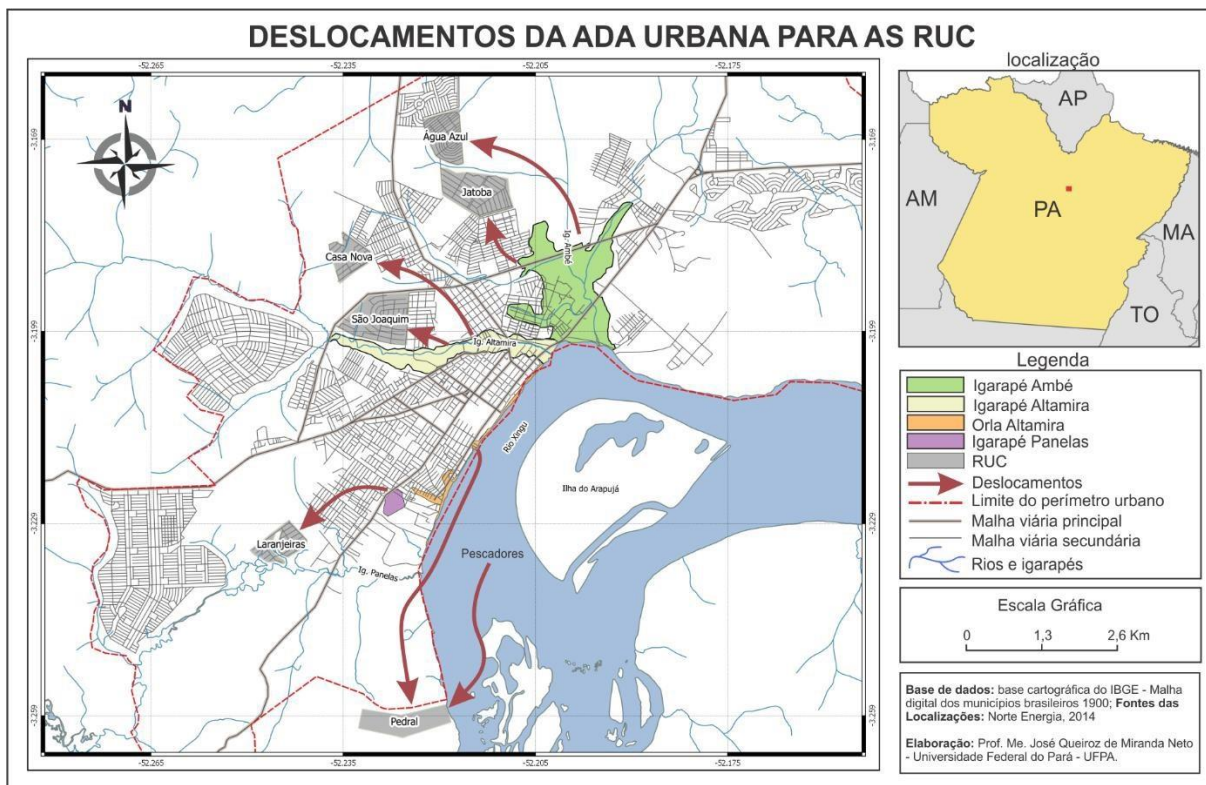


FIGURA 3: Deslocamentos da ADA Urbana para os RUCs. **Fonte:** Miranda Neto, 2016.

Segundo a Norte Energia, em torno do Igarapé Ambé é encontrada a maior quantidade de famílias atingidas, com 55% do total, seguido pelo Igarapé Altamira, com 36%, do Igarapé Painelas (7%), e somente 2% estão localizadas na orla do Rio Xingu.

Grande parte das famílias retiradas em torno da orla do Rio Xingu serão realocadas no RUC do Pedral (o RUC do Pedral está fora do perímetro urbano e não é foco da área de estudo), que ainda passa por um processo de licenciamento ambiental pela SEMAT. Já foi autorizada a supressão vegetal do local onde serão construídas 150 (cento e cinquenta) casas. O projeto de reassentamento do Pedral é composto por 2 (duas) etapas, que contará com um total de 600 (seiscentas) casas, de acordo com os técnicos da NESÁ. Este RUC será destinado aos ribeirinhos e índios citadinos que ficaram sem acesso ao rio após a realocação pela Norte Energia. No local, será construído um porto, onde atualmente funciona o Balneário do Seu Paulo, para que os reassentados tenham acesso ao rio Xingu.

5. ESTRUTURA E EXPANSÃO URBANA DE ALTAMIRA

Com base no que foi apresentado até aqui, considera-se que a construção do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte acelerou a mudança da estrutura urbana da cidade, uma vez que o aumento da população e sua distribuição no espaço é um dos aspectos

que se configuram para o processo de expansão urbana das cidades. Dito isso, percebe-se que os novos contornos da configuração e da expansão da malha urbana de Altamira estão associados às vertentes discorridas no capítulo anterior.

Para Corrêa (1995), os agentes que fazem e refazem a cidade estão relacionados às ações e instrumentos que o Estado emprega no espaço urbano, além das estratégias dos promotores imobiliários na venda de lotes urbanos para a produção de habitações. Há, nesse processo de produção e reprodução da cidade, diferentes aspectos, assim como: acréscimo populacional, interesses de capital privado e a atuação do Estado, que, na maioria das vezes, busca desconcentrar ou criar novas atividades para a produção do espaço urbano. Logo, a expansão urbana de Altamira é resultante de diversos processos internos e externos à cidade.

Através do processamento de dados, utilizando mapas da mancha urbana de Altamira, foi possível constatar e quantificar a expansão urbana do município ao longo dos anos. Em 2006, Altamira apresentava uma área urbana de 10,05 km², aumentando esse número para 17,42 km², em 2011, sendo verificado, nesse intervalo de tempo, um aumento de 73,3%. Com essa perspectiva de expansão atrelada ao início da construção da Usina, o município começa a passar por uma mudança na configuração da cidade, visto que em 2015 (ano de início de geração de energia pela hidrelétrica), a cidade já apresentava uma área de 31,14 km², constituindo um aumento de 78,7% em relação ao ano de 2011.

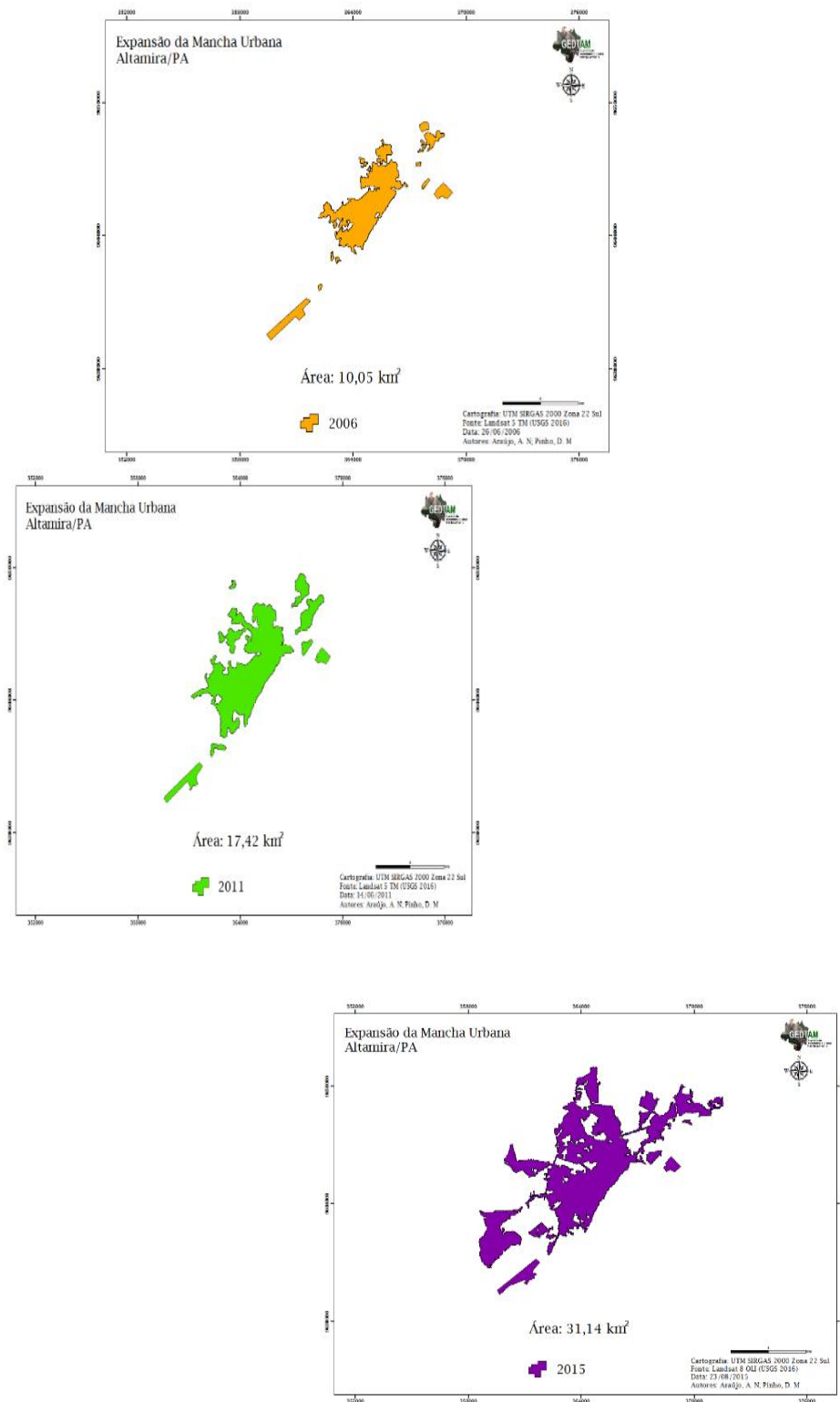


FIGURA 4, 5 e 6: Mancha Urbana de Altamira/PA em 2006, 2011 e 2015, respectivamente.

Fonte: GEDTAM, 2016.

Acredita-se que o maior crescimento, ocorrido no período de 2011 a 2015, com 78,7% de incremento em área, está atrelado ao fator da construção da UHE Belo Monte. Pode-se

perceber que o padrão de crescimento da mancha urbana foi no sentido norte se contrapondo ao rio Xingu (barreira física) em direção ao sentido Leste-Oeste em paralelo às vias que dão acesso à cidade.

Para ter-se um panorama quantitativo da área de expansão urbana da cidade, a partir de cada vertente aqui estudada, a tabela 05 evidencia a área em km² do PMCMV (Santa Benedita e Ilha do Arapujá), Loteamentos Imobiliários (Cidade Jardim, Cidade Nova, Residencial Viena, São Francisco e Terras de Bonanza) e os RUCs (Água Azul, Casa Nova, Jatobá, Laranjeiras e São Joaquim).

TABELA 5

Área total de Expansão Urbana

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	
Residencial	Área em Km²
Santa Benedita	0,35
Ilha do Arapujá	0,46
LOTEAMENTOS IMOBILIÁRIOS	
Loteamento	Área em Km²
Cidade Jardim	3,62
Cidade Nova	4
Residencial Viena	0,68
São Francisco	0,34
Terras de Bonanza	3,07
REASSENTAMENTOS URBANOS COLETIVOS (RUCs)	
RUC	Área em Km²
Água Azul	0,48
Casa Nova	0,37
Jatobá	0,72
Laranjeiras	0,38
São Joaquim	0,78

Fonte: Elaboração própria. **Nota:** Calculado via software QGis 2.14

Para discutir a expansão urbana, torna-se conveniente observar como acontece a transformação do espaço e quais elementos existentes induzem essa expansão. À vista disso, a expansão urbana, neste trabalho, centra-se na perspectiva das novas espacialidades, onde

acredita-se que os Loteamentos Imobiliários Privados e os RUCs são desdobramentos do processo de construção da UHE Belo Monte, o que ocasionam uma mudança na estrutura urbana da cidade.

O gráfico 3 revela a área em km², além da porcentagem que cada vertente contribuiu na expansão urbana da cidade. Observa-se, assim, que os Loteamentos Imobiliários são responsáveis por cerca de 77% do crescimento da estrutura urbana após o início das obras em Belo Monte (2011), os RUCs correspondem a 18%, enquanto o Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal equivale a apenas 5%.

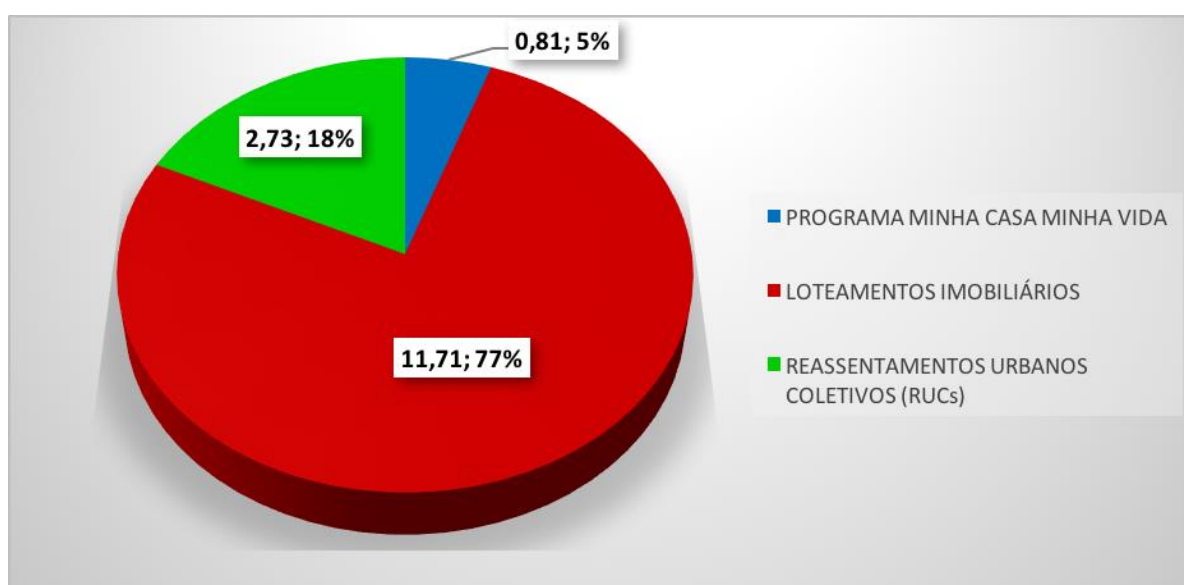


GRÁFICO 3: Área em Km² e porcentagem das vertentes de expansão urbana.

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, constata-se que o aumento demográfico em Altamira promoveu a ampliação da especulação imobiliária na cidade, sendo materializada pelo surgimento dos loteamentos imobiliários, estes que apresentam as maiores taxas de incremento em área.

Denota-se no Gráfico 4, as taxas de crescimento da área urbana da cidade nos períodos de estudo, revelando o total da área de cada ano, e a taxa de crescimento entre os anos, para demonstrar o total da expansão territorial urbana entre 2006 e 2015.

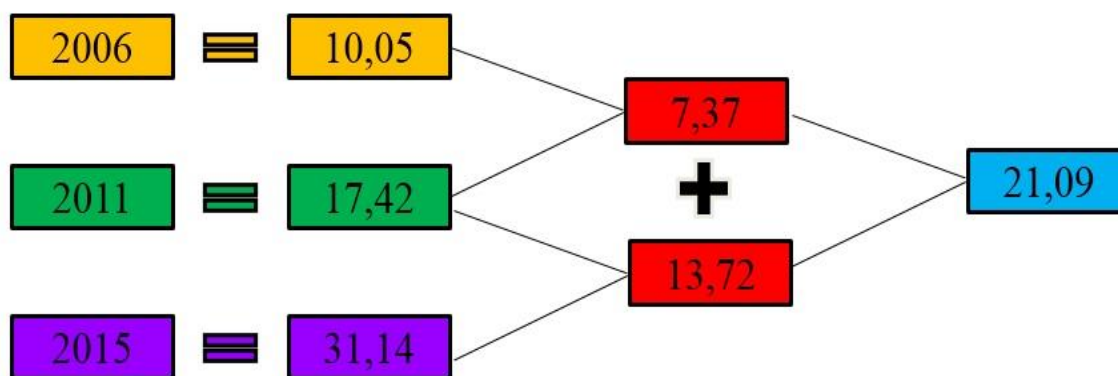


GRÁFICO 4: Taxas de crescimento da área urbana de Altamira entre 2006 e 2015.
Fonte: Elaboração própria.

Depreende-se que entre 2006 e 2011 houve um aumento da área urbana da cidade de 7,37 km². No período de 2011 a 2015, por sua vez, há um aumento de 13,72 km², quase dobrando o valor do primeiro período destacado. É possível notar que entre o período estudado (2006 a 2015) há uma expansão territorial urbana de 21,09 km².

Portanto, os reflexos desse intenso processo de expansão territorial urbana e de maior complexificação dos usos do território na configuração espacial da cidade têm sido observadas a partir da construção da usina de Belo Monte, considerando as novas áreas no entorno da cidade que passaram a ser incorporadas à malha urbana do município.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a Expansão Urbana possibilitou compreender a nova configuração da cidade de Altamira sob a perspectiva da atuação dos grandes projetos de infraestrutura nos territórios, como é o caso da UHE Belo Monte. Dessa maneira, foi verificado que o evento da construção da usina na Microrregião de Altamira criou condições para o processo de expansão urbana acelerado da cidade.

Pôde-se perceber que a expansão da cidade surge como um resultante do aumento da população a partir da atração exercida pelo início das obras em Belo Monte, que se traduz na configuração urbana por meio da necessidade de novas áreas para as construções dos RUCs para a política de realocação das famílias atingidas e dos loteamentos imobiliários, visando obter lucros sobre o solo urbano condicionado pela demanda que o empreendimento trouxe ao município.

À medida que se intensificou o crescimento demográfico e a reprodução das atividades ligadas à construção da barragem, a cidade de Altamira apresentou um significativo aumento

de sua área urbana, por meio da produção de novos loteamentos residenciais e a construção dos reassentamentos urbanos coletivos.

Observando os resultados obtidos e os estudos teóricos desta pesquisa, é notório observar como os grandes projetos influenciam na estrutura urbana das cidades na Amazônia, e que fixam no território os interesses do capital, sem levar em consideração as especificidades do espaço urbano local, produzindo, assim, na estrutura urbana, características variadas, distintas, dialéticas e contraditórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, P. F; FIX, M. Minha Casa Minha Vida: o pacote habitacional de Lula. **Correio da Cidadania**. 30 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/content/blogcategory/66/171>>. Acesso em: 27 set. 2016.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, 2001, pp. 135-159.

BECKER, Bertha. **Síntese do processo de ocupação da Amazônia: Lições do passado e desafios do presente**. Causas e dinâmica do desmatamento da Amazônia. Brasília: MMA, 2001.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Relação Anual de Informações Sociais, 2016.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade** / Ana Fani Alessandri Carlos. 9. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013. (Repensando a Geografia).

CAVALCANTE, Maria Madalena; SANTOS, Leonardo José. Hidrelétricas no Rio Madeira-RO: tensões sobre o uso do território e dos recursos naturais na Amazônia. **Revista Francobrasileira de Geografia**, v. 15, 2012.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar et. al., “Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: contribuições sobre a área de influência das Hidrelétricas no Rio Madeira (Rondônia/Brasil)”, **Revista franco-brasileira de geografia Confins** [Online], 11/2011. Disponível em <<http://confins.revues.org/6924>> Acesso em 04 de maio de 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995.

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA). **Estatísticas Municipais Paraenses: Altamira**. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2015.

GEDTAM. Grupo de Estudos Desenvolvimento e Dinâmicas territoriais na Amazônia. **Expansão da Mancha Urbana de Altamira/PA**. Altamira: Universidade Federal do Pará, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. 2005. 1-19 p.

HERRERA, J. A.; MIRANDA NETO, J. Q.; MOREIRA, R. P. TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO EM ÁREA DE FRONTEIRA DE ACUMULAÇÃO: interpretações a partir de evidências no microterritório de Altamira - Pará. In: II Seminário Internacional sobre Micro territorialidades nas Cidades, 2012, Presidente Prudente. **Anais do II Seminário Internacional sobre Micro territorialidades nas Cidades**, 2012. p.504-521.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 1. ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1991. 145 p.

LETURCQ, G. Diferenças e Similaridades de Impactos das Hidrelétricas entre o Sul e o Norte do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XIX, n. 2, p. 267-290, abr.-jun, 2016.

MARTINS, J. S. **A chegada do Estranho**. São Paulo. Hucitec, 1993.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência** / José Queiroz de Miranda Neto. - Presidente Prudente: [s.n], 2016. 370 f. Tese (doutorado).

_____. Reassentamento da população Urbana Diretamente Afetada pelo empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-PA. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v.02, n.13, p. 43-57, 2014.

MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. 2.ed. Tradução Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOREIRA, R. P.; da SILVA, P. R. P.; HERRERA, J. A.; Hidrelétrica de belo monte e transformações socioeconômicas e ambientais no município de Altamira-Pará. In: V Semana de Geografia da UEPB. Guarabira, **Anais**. 2012, p.1-13.

PINHO, Davieliton Mesquita *et al.*. EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA, PARÁ... In: **Anais do II Congresso Amazônico de Meio Ambiente e Energias Renováveis**. Anais...Belém(PA) UFRA Campus Belém-Pa, 2017. Disponível em: ><https://www.even3.com.br/anais/camaer2016/31492-EVOLUCAO-DA-MANCHA-URBANA-DO-MUNICIPIO-DE-ALTAMIRA-PARA>< Acesso em: 24/03/2017 às 07:21.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo. Editora Contexto. 2010, p.178.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RIGATTI, D. Loteamentos, Expansão e Estrutura Urbana. **São Paulo** n. 15 p. 35 - 69 – dez 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano** / Marcelo Lopes de Souza – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 508 f. Tese (Livre Docência) - Unesp, Presidente Prudente, 2004.

_____. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DAMIANI, Amélia Luisa; SEABRA, Odete de Lima (Org). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999, p.83-99.

TRINDADE JR., S. C. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. **Revista Terra livre**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 177-194, jan.-jun. 2006.

UMBUZEIRO. A. U. B; UMBUZEIRO, U. M. U. **Altamira e sua história**. 4ed. Belém, Ponto Press, 2012.

DINÂMICAS ECONÔMICAS: Análises a partir dos repasses financeiros advindos dos processos industriais do complexo bauxita-alumina-alumínio para o município de Barcarena (2010-2017).

Dhemerson Martins Gonçalves⁶

Resumo

As Dinâmicas Econômicas encontradas no município de Barcarena no estado do Pará, no período de 2010 a 2017, apresentou alterações significativas referentes aos repasses financeiros advindos dos processos industriais decorrentes do processamento da bauxita, alumina e alumínio, gerando receitas significativas para o referido município. A receita municipal de Barcarena além de ser bastante elevada, proporciona arrecadação de impostos ligados à mineração de forma direta e indireta, mas entre tantos impostos arrecadados, ao longo da pesquisa, os gráficos apresentados ilustram que os investimentos locais, ainda estão muito aquém do potencial econômico municipal, surgindo questionamentos, quanto à qualidade de vida da população municipal.

INTRODUÇÃO

A chegada do projeto Albrás/Alunorte - hoje denominado como Alumínio Brasileiro S.A (ALBRAS), e Alumina do Norte do Brasil S.A (HYDRO ALUNORTE) – no município de Barcarena estado do Pará foi nos anos de 1980-1985 que passa a integrar o conjunto dos empreendimentos do Programa Grande Carajás (PGC) em 1981, onde foram impulsionados pelos atrativos do governo federal, que visava atrair para o município barcarenense o projeto de alumínio primário, o projeto se consolidou e elevou as receitas municipais e transformou as dinâmicas territoriais do município barcarenense.

A escolha do município levou em consideração: 1) a relativa proximidade das fontes de seus principais insumos – Bauxita e Energia elétrica; 2) a possibilidade de construção e utilização que permitisse a atracação de navios de grande capacidade, acima de 40.000 toneladas; 3) as características de solo com topografia plana e do subsolo bastante favorável para o suporte de fundação da fábrica; 4) a existência de água com qualidade e volume para uso industrial; 5) a disponibilidade de mão de obra barata; 6) área com baixa densidade de ocupação e ao mesmo tempo próxima ao grande centro urbano. Após análises dos fatores e diante das alternativas existentes, foi definido que o complexo ficaria na área de influência de Belém. Barcarena era o território que reunia muitas dessas características vantajosas (NAHUM, 2011, p. 60).

⁶ Graduando em Geografia pela UFPA. E-mail: dhemersonmartins2@gmail.com

O complexo de bauxita-alumina-alumínio Albrás/Alunorte que pertencia a então companhia Vale do Rio Doce – hoje denominada por Vale. O complexo foi vendido para a empresa norueguesa Norsk Hydro em 2006, onde:

... A ALBRAS se trata de uma empresa conjunta, onde a Hydro detém 51 % de suas ações e a empresa NAAC (Nippon Amazon Aluminium Company) detém os 49% das ações restantes” (HYDRO, 2017). “A Hydro Alunorte (Alumina do Norte do Brasil S.A.), empresa em que a Hydro tem uma participação acionária de 91 % (HYDRO, 2017).

O complexo recebe o minério bauxita dos municípios de Trombetas e de Paragominas, onde a mina de bauxita também pertence a empresa Hydro que começou a operação em 2007, onde os produtos são transportados via mineroduto⁷, diretamente para o município de Barcarena.

DINÂMICAS EM BARCARENA

A implantação do projeto no município de Barcarena impulsionou novas dinâmicas territoriais, dando ênfase às transformações nas dinâmicas econômicas. O município de Barcarena sendo a sede do complexo recebe recursos financeiros advindos principalmente dos processos industriais do alumínio: como o Imposto de Produtos Industriais (IPI), além dos Impostos de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o município também recebe a Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores e a Transferência do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural, que estão diretamente ligados à dinâmica de atividades de mineração, esses impostos juntos impulsionam a receita municipal de Barcarena. Foram analisados os anos de 2010 a 2017, onde estão representados respectivamente nos gráficos 1, 2, 3 a arrecadação do estado do Pará de IPI, ICMS, FPM e nos gráficos 4, 5, 6 a arrecadação municipal dos referidos impostos, os gráficos 7 e 8 são os das transferências ao município, que estão ligadas diretamente à dinâmica da mineração.

⁷ Por ser destinada via mineroduto, com 244 km de extensão, o projeto atinge de forma direta sete comunidades dos municípios de Ipixuna, Tomé-açu, Acará, Moju, Abaetetuba e Barcarena, no seu destino final essa área dos sete municípios é considerada pela empresa como área de influência direta do mineroduto. A bauxita chega na forma de polpa, na Hydro Alunorte, em Barcarena, após refinamento é transformada em alumina e, posteriormente, transformada em alumínio (LIMA et al, 2016).

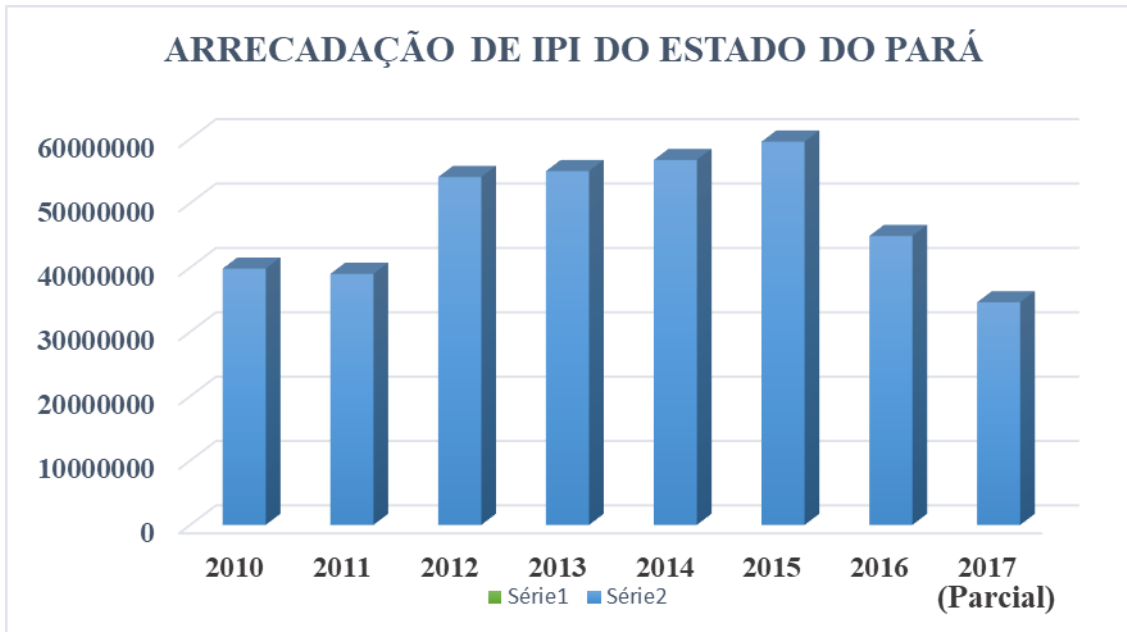


Gráfico 01 – Arrecadação de IPI no estado do Pará.
 Fonte: SEFA, 2017.

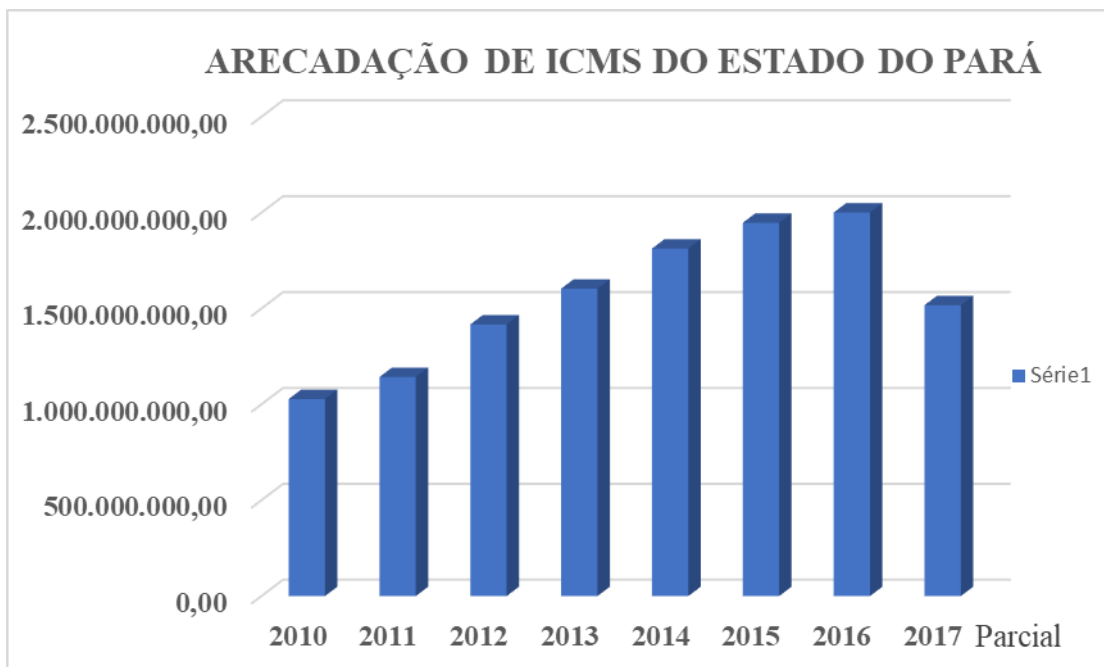


Gráfico 02 – Arrecadação de ICMS do estado do Pará.
 Fonte: SEFA, 2017.

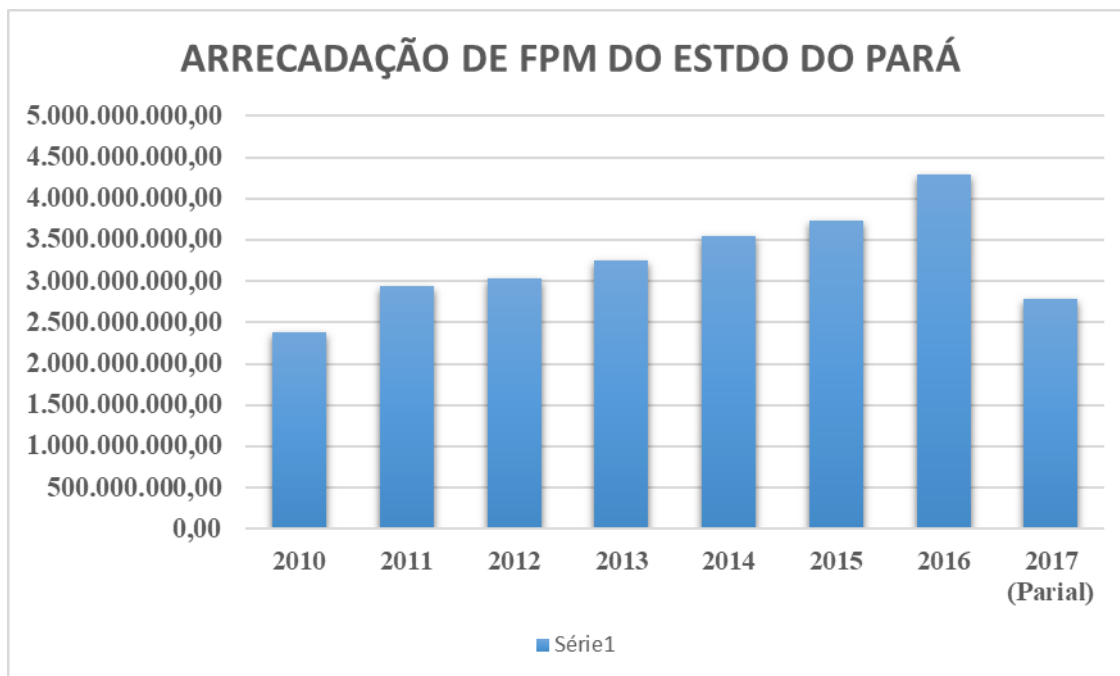


Gráfico 03 – Arrecadação de FPM do estado do Pará.
 Fonte: portal da transparência, 2017.

A arrecadação estadual dos impostos ligados à dinâmica da mineração do estado paraense atinge números elevados para a receita estadual, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) gráfico 01, onde foram analisados os anos de 2010 a 2017, há uma oscilação sendo que em 2010 os valores chegam a arrecadação de R\$39.818.529,15 milhões, e os anos seguintes havendo uma crescente, chegando a atingir no ano de 2015 R\$59.544.291,06 milhões sendo o ano que mais recebeu esse imposto entre os anos estudados. Já nos anos seguintes, houve uma decrescente relativa aos anos anteriores com valores de R\$44.894.093,42 milhões em 2016 e R\$ 34.589.072,96 em 2017, levando em consideração o fator parcial da análise que foi até o mês de outubro do referido ano. A arrecadação total dos anos analisados chega aos valores de R\$383.577.795,29 milhões, esses valores são advindos principalmente da dinâmica mineral paraense.

O Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) possui uma parcela expressiva e gradativa na participação da receita estadual, contribuindo para os altos valores de arrecadação, conforme o Gráfico 02. Tal valor foi de R\$ 1.027.793.189,63 bilhão em 2010, chegando em 2016 ao valor de R\$ 2.000.714.746,09 bilhões. já em 2017, o ano apresentou uma queda, que poderia ser justificada pelo fato dos dados coletados serem parciais, coletados até outubro do referido ano, no valor de R\$ 1.517.448.743,40 bilhão. Os valores totais da arrecadação do ICMS do estado do Pará foram de R\$ 12.469.370.843,85 bilhões de 2010 a 2017. Contando com o valor parcial do último ano da análise.

A arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do estado paraense também possuiu números elevados para a receita estadual (Gráfico 03) com valores dos anos de 2010 a 2017 a arrecadação foi de R\$ 25.974.603.715,04 bilhões (sendo analisado até o mês de outubro de 2017), atingindo o ponto mais alto no ano de 2016 com arrecadação de R\$ 4.288.045.374,10 bilhões.

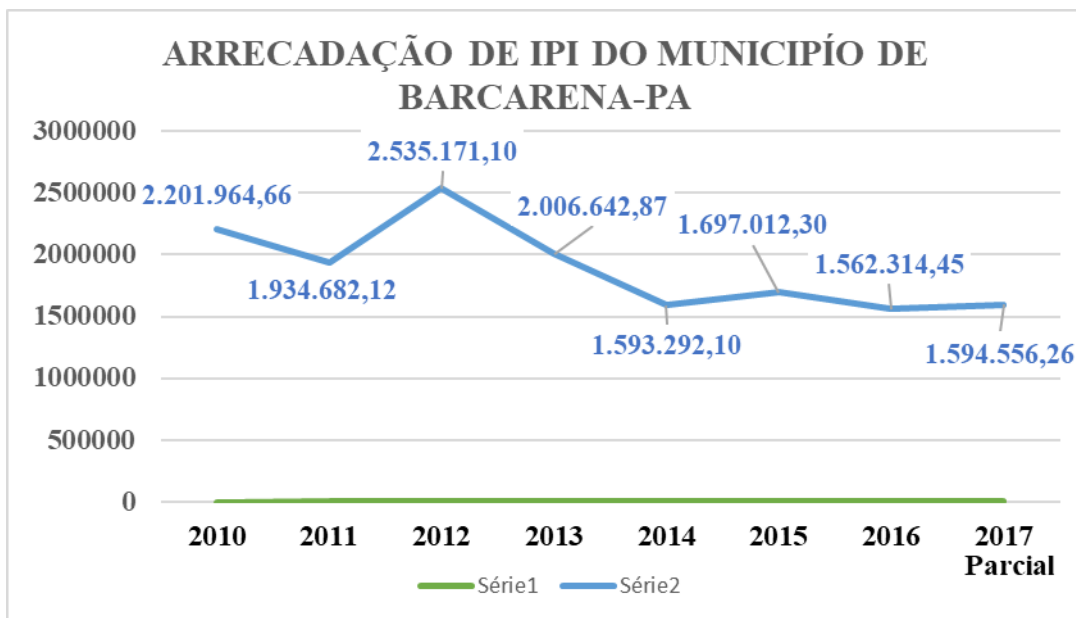


Gráfico 04 – Arrecadação de IPI do município de Barcarena.
Fonte: SEFA, 2017.

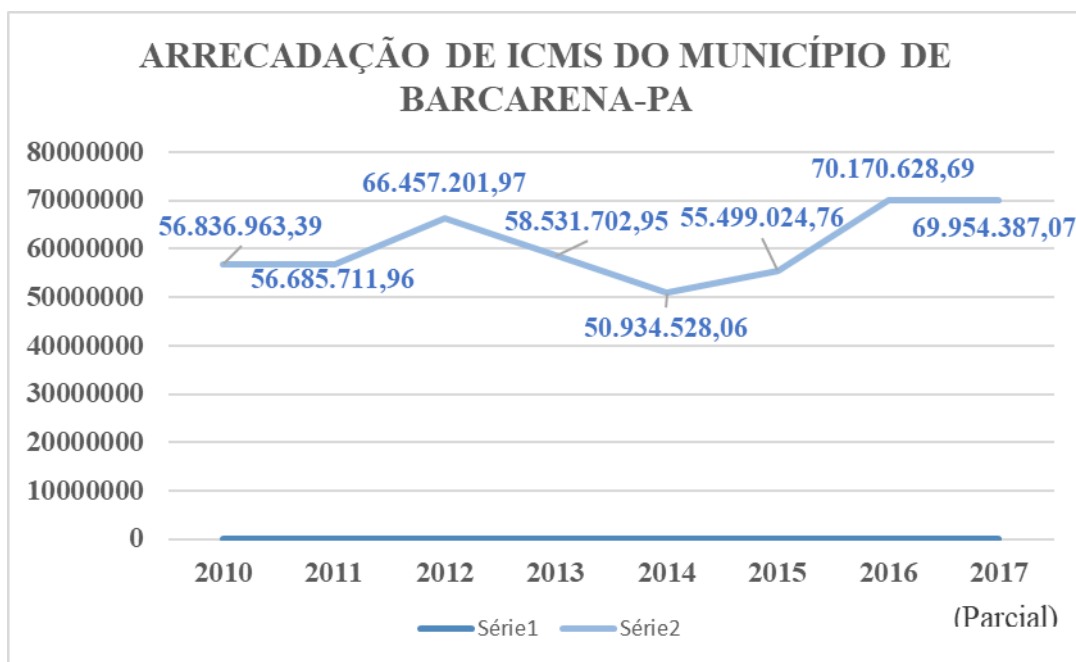


Gráfico 05 – Arrecadação de ICMS do município de Barcarena.
Fonte: SEFA, 2017

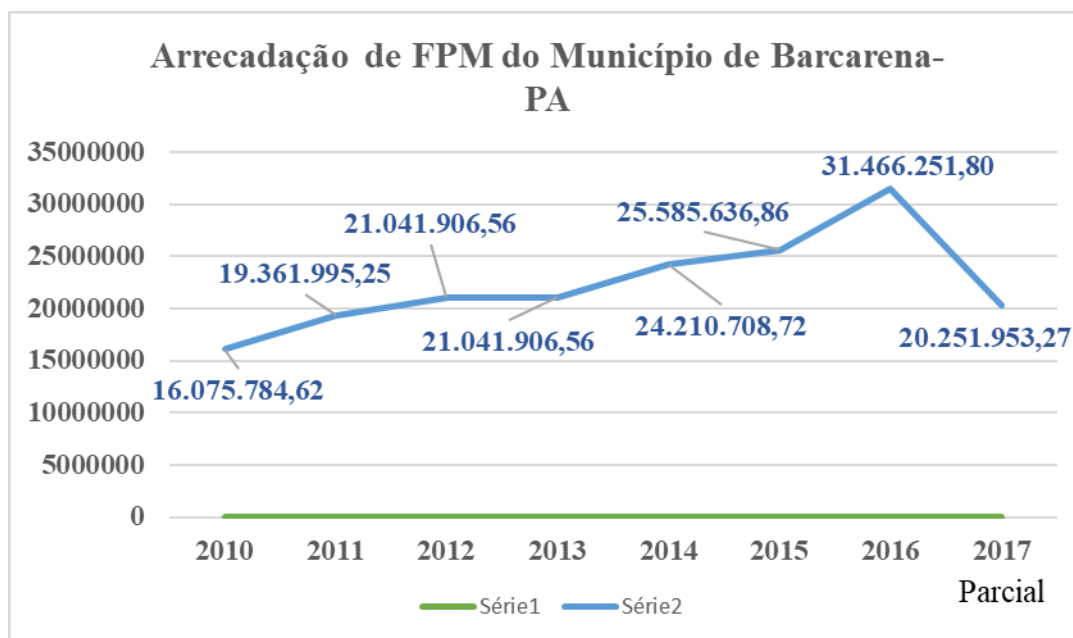


Gráfico 06 - Arrecadação de FPM do município de Barcarena.

Fonte: Portal da transparência, 2017.

Os valores dados acima, das receitas municipais, destacam o município de Barcarena por receber valores altos de impostos devido à dinâmica do processo industrial do município ser bastante intensa com o complexo de Bauxita-Alumina-Alumínio. O IPI, ICMS e FPM destacados respectivamente nos gráficos acima expõem as arrecadações de valores da receita municipal entre os anos estudados. O IPI do município de Barcarena (Gráfico 04) chega a valores de R\$15.125.635,86 milhões entre os anos de 2010 a 2017, destacando que no ano de 2012 chega a atingir R\$2.535.171,10 milhões sendo o ano que mais recebeu imposto advindo da produção industrial entre os anos estudados, logo depois há uma decrescente chegando a atingir no ano de 2016 R\$1.562.314,45 milhões e no ano seguinte atingindo R\$ 1.594.556,26 milhões, sendo um valor parcial, por ter sido analisado até o mês de outubro de 2017.

O ICMS do município de Barcarena (Gráfico 05) também tem sua contribuição importante na arrecadação de impostos, pois chega a receber valores elevados para a receita municipal chegando há R\$70.170.628,69 milhões em 2016 sendo o ano que mais recebeu ICMS entre 2010 a 2017, somando todos os anos chega à quantia de R\$485.070.148,85 milhões, levando em consideração a parcial do ano de 2017.

Outro imposto com valores elevados para a arrecadação municipal é o FPM (Gráfico 06), que arrecadou entre os anos estudados R\$179.036.143,64 milhões, em 2010 tendo uma receita de R\$16.075.784,62 milhões e chegando a atingir R\$31.466.251,80 milhões em 2016, apresentando um crescimento significativo até 2016. No ano de 2017 houve uma queda de arrecadação, chegando ao valor de R\$20.251.953,27 milhões, vale ressaltar que o valor

informado em 2017 é parcial, devido ao término do prazo da pesquisa PIBIC, sendo analisado até ao mês de outubro de 2017.

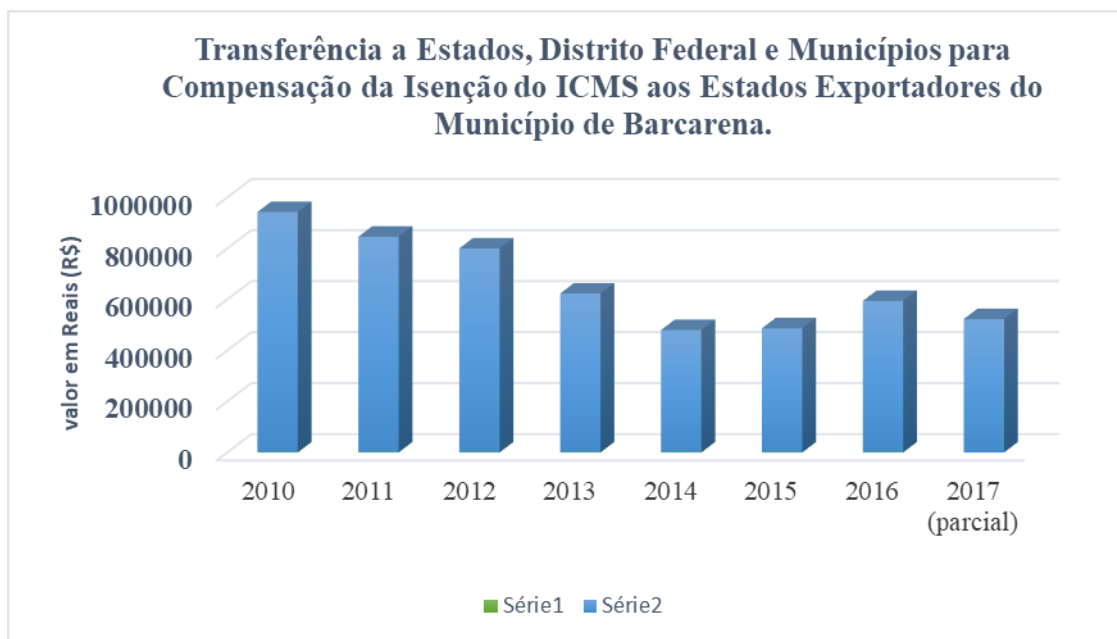


Gráfico 07 - Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores do Município.
 Fonte: Portal da transparência, 2017

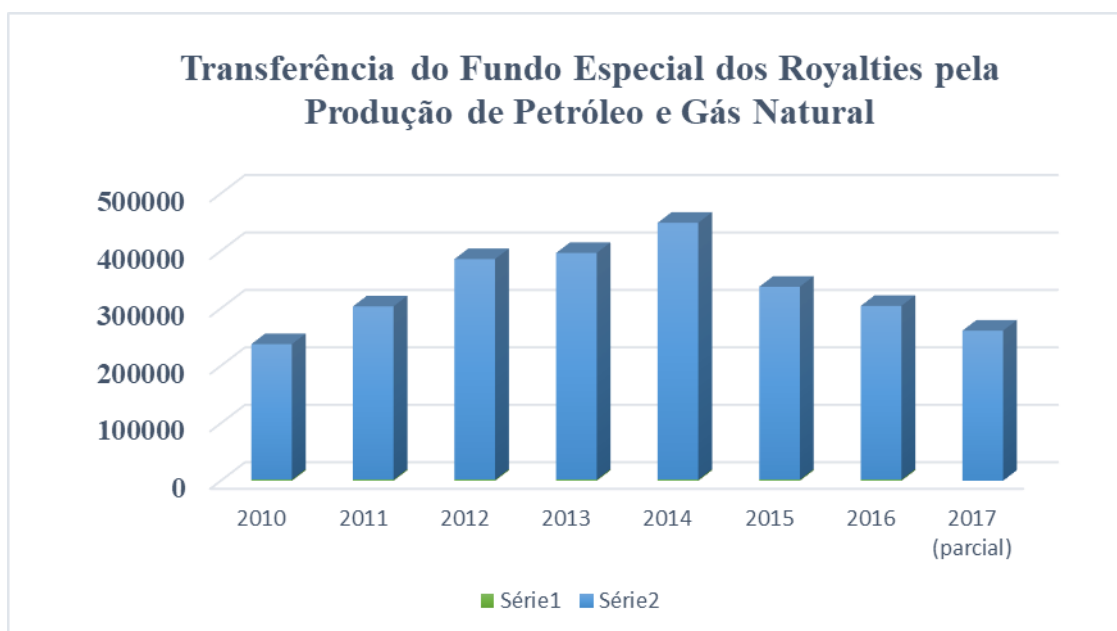


Gráfico 08 - Transferência do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás.
 Fonte: Portal da transparência, 2017

A Transferência a Estados, Distritos Federais e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores (Gráfico 07), foi um imposto pago ao município entre os anos estudados que chamou a atenção, por ser uma forma de pagamento ao município pela isenção do ICMS. Essa compensação tem um elevado valor na receita

municipal, no ano de 2010 a arrecadação do tributo chegou há R\$941.121,36 mil, com arrecadação total de R\$5.283.100,42 milhões, levando e consideração a parcial do ano de 2017. A Transferência do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Gráfico 08) é outra compensação que o município recebe, o gráfico expõe os valores entre os anos estudados de R\$2.662.423,46 milhões. Em 2014 sendo o ano que mais recebeu arrecadação com valores de R\$447.084,01 mil.

Análises dos sistemas de saúde, educação, emprego e renda do município de Barcarena.

Os dados a seguir dos gráficos 9, 10, 11, 12, 13 e 14 são respectivamente os gráficos de valores e demonstração das análises realizadas no município entre os anos de 2010 a 2017, principalmente em fatores como: saúde, educação, emprego e renda.

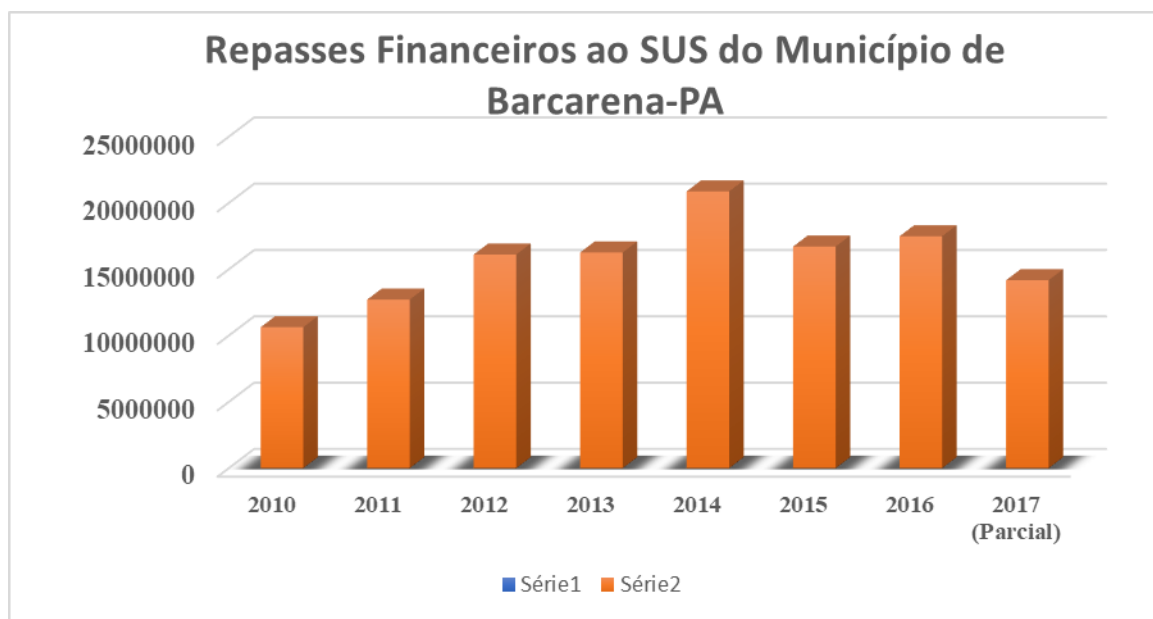


Gráfico 09 - repasses financeiros ao SUS do município de Barcarena.
Fonte: Postal da transparência, 2017.

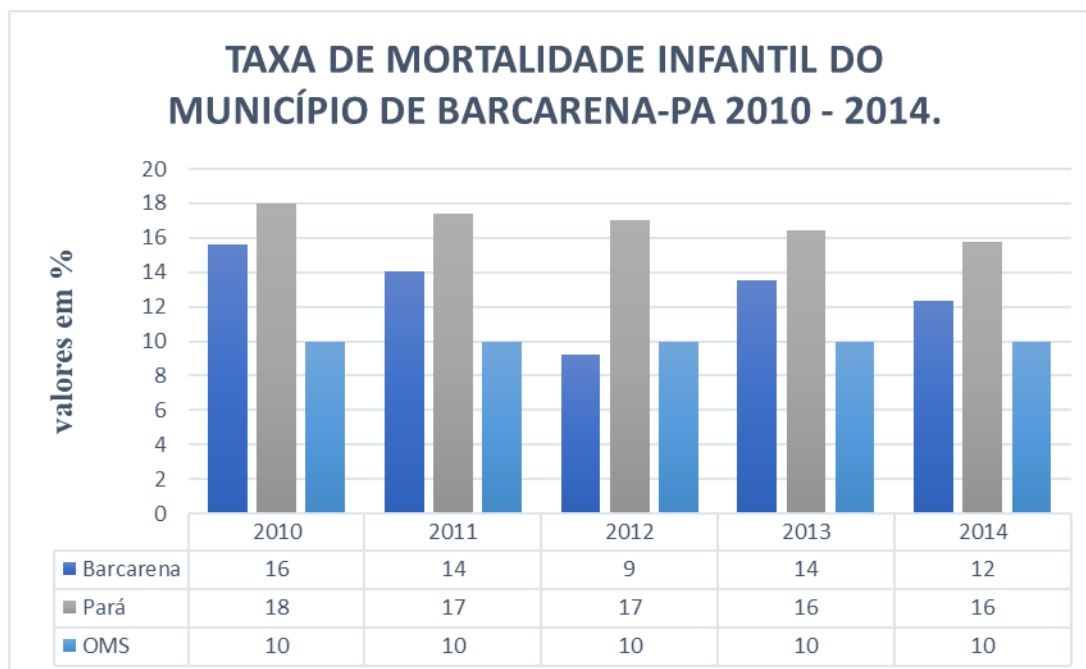


Gráfico 10 - taxa de mortalidade infantil do município de Barcarena.

Fonte: DATASUS, 2014

A abordagem do fator saúde foi feita a partir dos repasses financeiros feitos ao Sistema Único de Saúde (SUS) do município de Barcarena (gráfico 9), repasses esses utilizados no sistema de saúde como: atenção básica, média e alta complexidade, assistência farmacêutica, gestão do SUS, vigilância em saúde, investimentos e diversos. Esses repasses sendo analisados nos anos da pesquisa, no ano de 2010 os repasses eram de R\$ 10.634.755,34 milhões, nos anos seguintes havendo uma crescente, chegando há R\$ 20.880.423,89 milhões em 2014 sendo o seu ponto mais alto entre os anos estudados, logo após há uma decrescente em relação a 2014, chegando a atingir R\$ 17.494.237,99 milhões em 2016, e no ano de 2017 há valores parciais de R\$ 14.178.713,48 milhões (análise até outubro do referido ano). Recebendo os repasses financeiros totais de R\$ 125.005.246,20 milhões dos anos estudados.

Nas análises do fator saúde serão representados os dados de mortalidade infantil do município estudado (gráfico 10), sendo analisados os anos de 2010 à 2014, e levando em consideração os dados de metas previstas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), onde foram comparados o estado do Pará com o município de Barcarena, onde o município está na posição de 103º lugar no ranking da taxa de mortalidade infantil, com 12,36% (valores exatos) de óbitos em mil nascidos vivos, fazendo os estudos de porcentual dos anos da pesquisa. Em 2010 o percentual foi de 16% no município de Barcarena sendo o estado com 18% de óbitos por mil nascidos vivos, portanto o ano com mais mortalidade infantil durante o tempo da pesquisa, sobrepondo a meta de 10% óbitos por mil nascidos vivos estabelecida pela OMS.

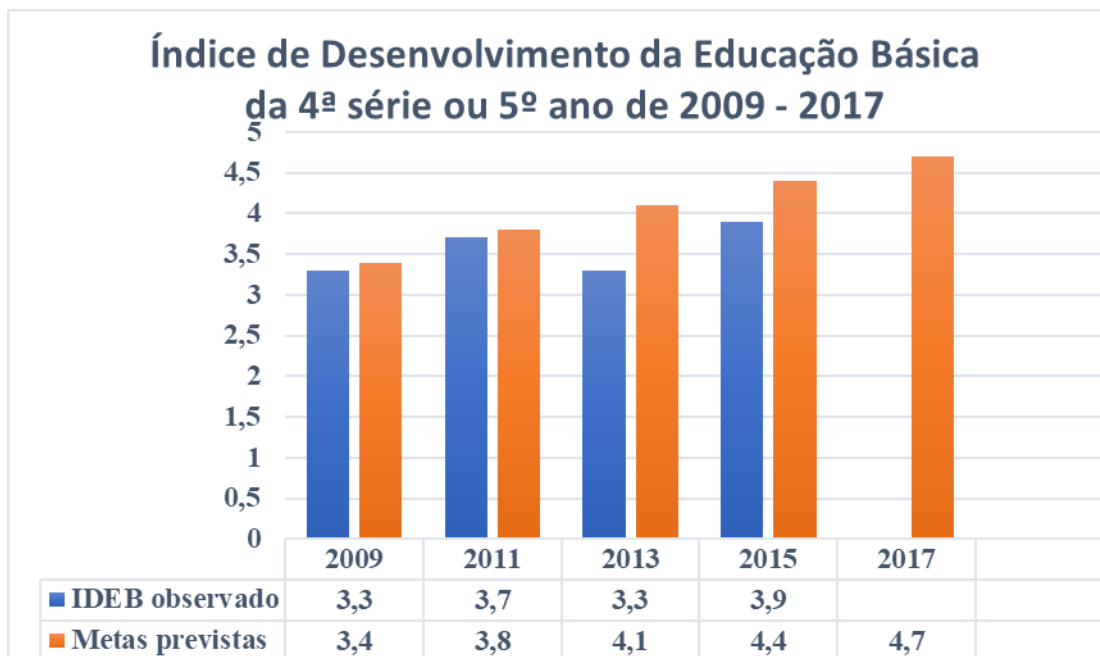


Gráfico 12 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da 4ª série ou 5º ano.
Fonte: IDEB, 2016.

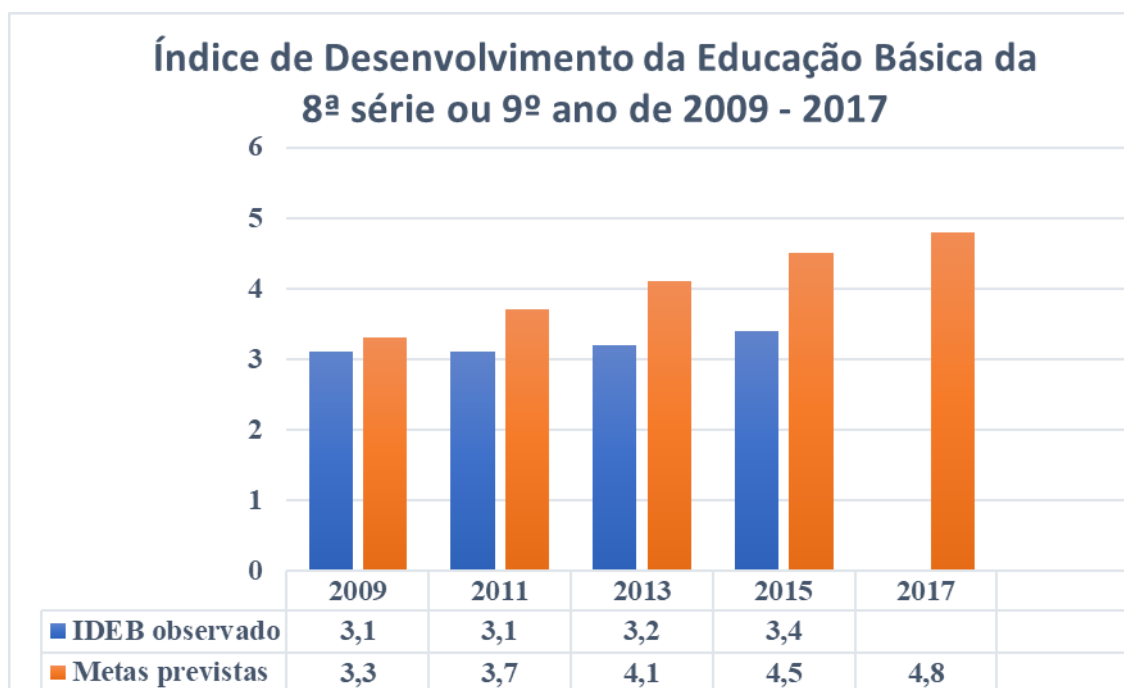


Gráfico 13 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da 8ª série ou 9º ano.
Fonte: IDEB, 2016.

Do IDEB municipal foram analisadas as turmas da 4ª série ou 5º ano (gráfico 12), e da 8ª série ou 9º ano (gráfico 13), das redes públicas de ensino por meio da prova Brasil. As metas previstas variam sendo em 2009 de 3,4 à 4,7 para o ano de 2017, nas 4ª séries ou 5º ano, o IDEB municipal observado entre os anos estudados, todos os anos estão abaixo das metas estabelecidas pelo o IDEB. As metas previstas pelo índice de 2009 à 2017 para as 8ª séries ou 9º ano foram de 3,3 para 2009 à 4,8 para 2017, sendo que o IDEB observado no município, não chegou a nem se igualar as metas estabelecidas em todos os anos estudados.

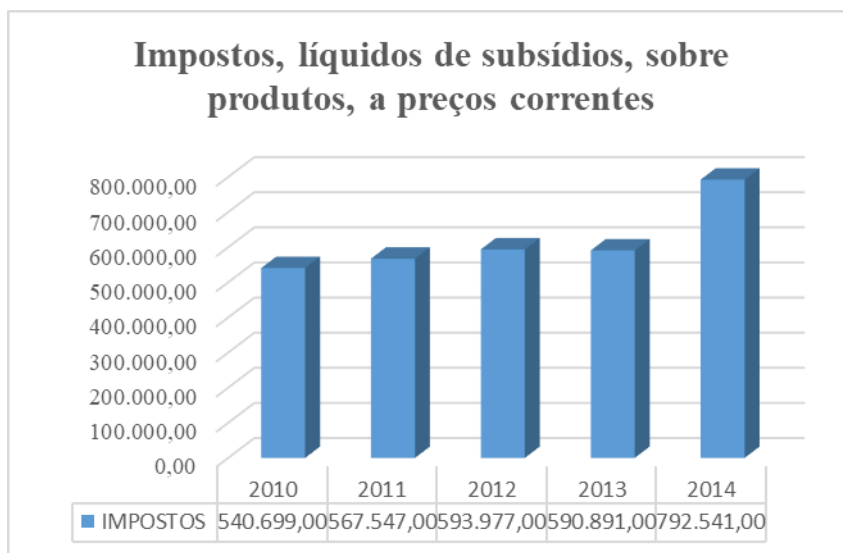


Gráfico 14 – PIB Impostos de Barcarena-Pa.
Fonte: IBGE, 2014. Elaborado por GONÇALVES, D.M



Gráfico 15 – PIB Serviços de Barcarena-Pa.
Fonte: IBGE, 2014. Elaborado por GONÇALVES, D.M

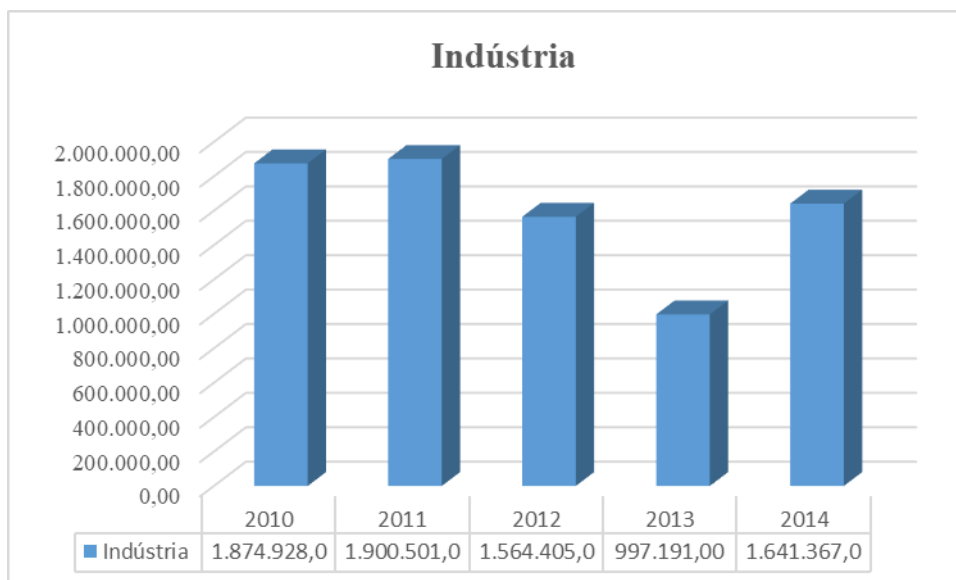


Gráfico 16 – PIB indústria de Barcarena-Pa.
 Fonte: IBGE, 2014. Elaborado por GONÇALVES, D.M

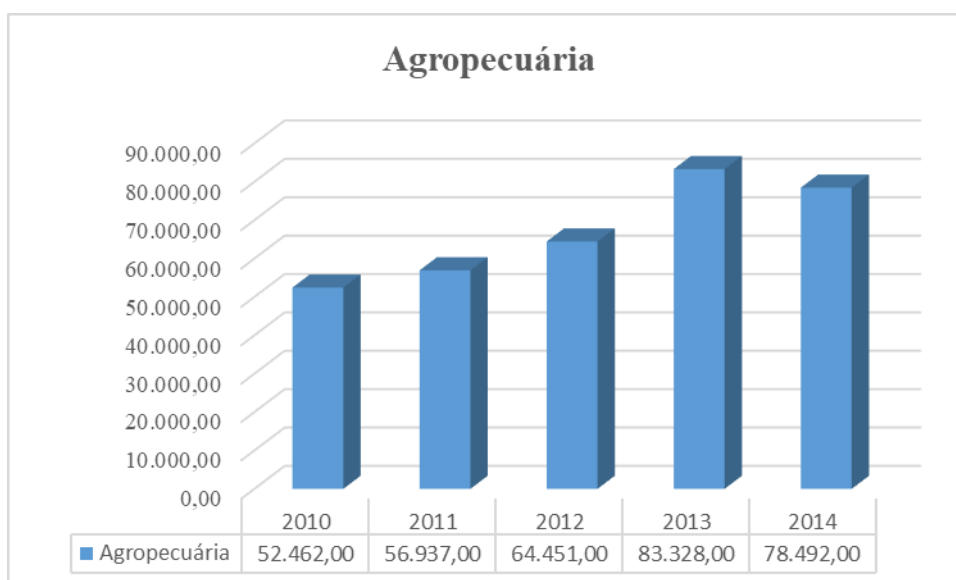


Gráfico 17 – PIB Agropecuária de Barcarena-Pa.
 Fonte: IBGE, 2014. Elaborado por GONÇALVES, D.M.

As análises das relações de emprego e renda podem ser entendidas de acordo com os valores repassados sobre o PIB municipal (gráfico 14,15,16 e 17), onde indicam as principais formas econômicas municipais, destacando os impostos, serviços, Indústria e a agropecuária respectivamente, que são as principais arrecadações do município. A arrecadação total do PIB de imposto municipal (gráfico 14) do ano de 2010 foi de R\$540.699,00 mil, tendo um

crescente de 42,85% em relação a 2014 que recebeu valores de R\$792.541,00. Os valores totais entre os anos estudados foram de R\$3.085.655,00 milhões.

A arrecadação do PIB de Serviços do município (gráfico 15), onde estão destacados os valores de 2010 de R\$565.802,00 mil, e tendo nos anos seguintes um crescente de 55,54% em relação a 2014 que teve a arrecadação de R\$1.018.666,00 milhões, chegando a um valor total entre 2010 a 2014 de R\$3.483.523,00 milhões.

Os repasses do PIB da indústria municipal (gráfico 16) somam números elevados para o município, em 2010 arrecadaram R\$1.874.928,00 milhões, tendo uma decrescente de 53,18% em relação a 2013 que recebeu o valor de R\$997.191,00 mil, no ano seguinte há um crescente chegando ao valor de R\$1.641.367,00 milhões, o total entre os anos estudados foi de R\$7.978.392,00 milhões.

A arrecadação do PIB da agropecuária municipal (gráfico 17) do ano de 2010 foi de R\$52.462,00 mil, havendo um crescente de 62,95% para o ano de 2013 que recebeu R\$83.328,00 mil. No ano seguinte a arrecadação teve uma decrescente chegando a R\$78.492,00, o total do PIB da agropecuária entre 2010 a 2014 foi de R\$335.670,00 mil.

A população do município de acordo com a pesquisa realizada no último censo é de 99.859 mil habitantes, com estimativa para 2017 de 121.190 mil habitantes. “A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 20,8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições de 10º de 144” (IBGE, 2015). O salário médio mensal era de 2,9 salários mínimos, “Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 46,4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 107º de 144 dentre as cidades do estado” (IBGE, 2015). O PIB per capita em 2014 era de R\$ 34.455,26 e 71% do seu orçamento proveniente de fontes externas.

Considerações finais

A receita municipal de Barcarena é bastante elevada, devido a dinâmica de arrecadação de impostos direta ou indiretamente ligados a mineração, mas entre tantos impostos arrecadados há a preocupação de trazer a análise ao debate as devidas participações da gestão municipal, pois são as relações do poder municipal que dinamizam os impostos arrecadados e, indicam para onde deveriam ser distribuídos em: saúde, educação, emprego e renda municipal. Vale destacar que a elevada receita municipal não é sinônimo de qualidade de vida, pois se não são empregadas no município não o muda em nada as relações de descompromisso do poder local já existentes, como: baixa renda familiar, falta de educação de qualidade, falta de infraestrutura e entre outros problemas municipais, que não são apenas

problemas de Barcarena, mas também, de inúmeros municípios paraenses que possuem arrecadações advindas direta ou indiretamente da dinâmica da mineração. Ademais ao problema da falta de aplicação dos valores das arrecadações no município, acarreta também o problema do crescimento demográfico no município, segundo Palheta da Silva:

[...] os novos fluxos populacionais reconfiguram a distribuição espacial no território paraense, com especial destaque para os grandes projetos de mineração que, junto ao poder de atração pelos empregos demandados pela atividade mineradora, contribuíram para acelerar o crescimento demográfico nas cidades que têm atividades mineradoras (PALHETA DA SILVA, 2017).

E é devido às relações de poder municipal que deveriam dinamizar e com a falta de empregar políticas públicas com os recursos advindas das atividades diretas e indiretamente ligadas à mineração no município e aceleração demográfica, com as ofertas de empregos advindos dos processos industriais que dinamizam a configuração territorial barcarenense, e é neste momento que se contradizem as empresas mineradoras e o estado brasileiro com o sustento da lógica de desenvolvimento local e regional.

Referências bibliográficas

DITES/SEFA, Arrecadação do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) do estado do Pará. Disponível em: <http://www.sefa.pa.gov.br/index.php/orientacoes/71-receitas-despesas/tesouro-estadual/ipi/834-repasse-ipi>

DITES/SEFA, Arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estado do Pará. Disponível em: <http://www.sefa.pa.gov.br/index.php/144-receitas-despesas/info-fazendarias/12783-boletim-mensal-de-arrecadacao>

DITES/SEFA, Arrecadação do Imposto de Produtos Industrializados (IPI), do Município de Barcarena. Disponível em: <http://www.sefa.pa.gov.br/index.php/receitas-despesas/71-receitas-despesas/tesouro-estadual/ipi/12807-2-semester-2017>

DITES/SEFA, Arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Município de Barcarena. Disponível em: <http://www.sefa.pa.gov.br/index.php/receitas-despesas/tesouro/icms/534-repasse-icms>

IBGE, cidades. Taxa de Mortalidade Infantil do Município de Barcarena. Disponível em: [https://cidades.ibge.gov.br/painel/saude.php?lang=&codmun=150130&search=para\[barcarena\]info%EFficis:-estabelecimentos-de-sa%FAde-e-morbidade-hospitalar](https://cidades.ibge.gov.br/painel/saude.php?lang=&codmun=150130&search=para[barcarena]info%EFficis:-estabelecimentos-de-sa%FAde-e-morbidade-hospitalar)

INEP. Números de Escolas por Nível do Município de Barcarena, 2015. Disponível em: [https://cidades.ibge.gov.br/painel/educacao.php?lang=&codmun=150130&search=para\[barcarena\]info%EFficis:-escolas-docentes-e-matr%EDculas-por-n%EDvel](https://cidades.ibge.gov.br/painel/educacao.php?lang=&codmun=150130&search=para[barcarena]info%EFficis:-escolas-docentes-e-matr%EDculas-por-n%EDvel)

IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da 4^o série ou 5^o ano do município de Barcarena. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=31637>

IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da 8º série ou 9º ano do município de Barcarena. Disponível em:

<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=31637>

IBGE, Produto Interno Bruto do Município de Barcarena. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=150130&search=para|barcarena|info%EF%BC%91ficos:-despesas-e-receitas-or%EF%BC%91ment%EF%BC%91rias-e-pib>

LIMA, Joanderson Barra; PALHETA DA SILVA, João Márcio; SOUSA, Hugo Pinon de; SILVA, Marcus Vinicius Pinheiro da. Dinâmicas Econômicas da Mineração no município de Paragominas no estado do Pará. In: SILVA, Christian Nunes da; PALHETA DA SILVA, João Márcio; ROCHA, Gilberto de Miranda; BORDALO, Carlos Alexandre Leão (Orgs.).

Produção do Espaço e Territorialidades na Amazônia Paraense: Elementos para a análise geográfica, Belém: GAPTA/UFPA, 2016.

NAHUM, J. S. Usos do Território e Poder do Atraso em Barcarena (PA). In: NAHUM, João Santos (Org.). Dinâmicas Territoriais e Políticas no Município de Barcarena no estado do Pará. Belém: Açai, 2011.

PALHETA DA SILVA, João Márcio. Conflitos pelo Uso do Território na Amazônia Mineral. In: Revista Mercator, Fortaleza. v. 16. 2017.

TRANSPARÊNCIA, Portal. Arrecadação do Fundo de Participação do Município (FPM) estado do Pará. Disponível em:

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaListaAcoesUF.asp?Exercicio=2017&SelecaoUF=1&SiglaUF=PA&Pagina=2>

TRANSPARÊNCIA, Portal. Arrecadação do Fundo de Participação do Município (FPM) do Município de Barcarena. Disponível em:

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaListaAcoes.asp?Exercicio=2017&SelecaoUF=1&SiglaUF=PA&CodMun=0425&Pagina=1>

TRANSPARÊNCIA, Portal. Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores do Município. Disponível em:

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaListaAcoes.asp?Exercicio=2017&SelecaoUF=1&SiglaUF=PA&CodMun=0425&Pagina=2>

TRANSPARÊNCIA, Portal. Transferência do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás. Disponível em:

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaListaAcoes.asp?Exercicio=2017&SelecaoUF=1&SiglaUF=PA&CodMun=0425&Pagina=3>

TRANSPARÊNCIA, Portal. Repasses Financeiros ao SUS do município de Barcarena. Disponível em:

<http://aplicacao.saude.gov.br/portalttransparencia/visao/dadosTransparencia.jsf?uf=%27PA%27>

DADOS QUANTITATIVOS: SAÚDE, EDUCAÇÃO, EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE BARCARENA

Flávio Augusto Lima De Lima

Resumo

A referida pesquisa teve por objetivo mapear quantitativamente os dados de saúde, educação, emprego e renda no município de Barcarena. Nesta pesquisa foram incluídos hospitais, postos de saúde, escolas públicas e privadas, pesquisadas a partir de órgão que detém dados confiáveis para que o estudo tenha coerência teórico-metodológica. Partindo dessa perspectiva, a pesquisa além de utilizar-se de dados quantitativos, conta com produção cartográfica e revisão bibliográfica. O estudo tem o intuito de complementar uma análise minuciosa de dados socioeconômicos do município de Barcarena. Este que é atingindo por grandes projetos de mineração; O Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia- GAPTA, tem como um de seus objetivos, discutir a influência da mineração nos municípios do Pará, pelo qual o mesmo atinge de diversas maneiras. Sendo assim, viabilizado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará- FAPESPA, a pesquisa teve por objetivo analisar a conjuntura socioeconômica do município entre o período de 2010-2017, para identificar em que setor houve evolução ou retrocesso dos índices sociais do município de Barcarena-Pa.

Introdução

A referida pesquisa tem por objetivo mapear quantitativamente os dados de saúde, educação, emprego e renda no município de Barcarena, incluindo hospitais, postos de saúde, escolas públicas e privadas. O estudo servirá como complemento para uma análise minuciosa de dados socioeconômicos do município de Barcarena. Este que é atingindo por grandes projetos de mineração; a partir desta perspectiva o Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia- GAPTA, propôs a representação cartográfica e a análise quantitativa dos dados disponíveis para melhor entendimento da dinâmica territorial do município. Os dados coletados, referem-se a educação, saúde, Emprego e renda.

2. EDUCAÇÃO

2.1 PERFIL DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BARCARENA

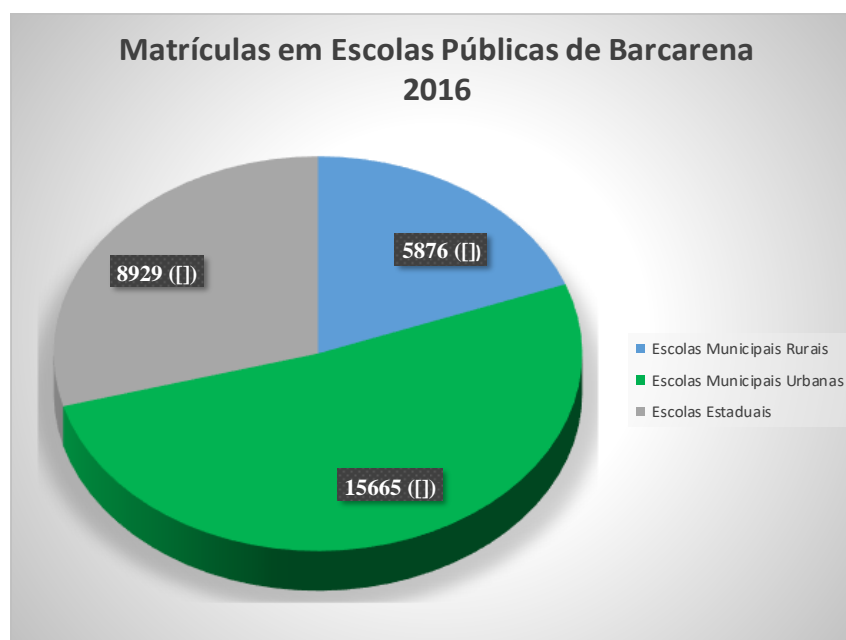
Para obter êxito na quantificação dos dados, a pesquisa no âmbito educacional foi praticamente todo direcionado a partir dos dados contidos na página QEDU⁸ que disponibiliza dados do censo escolar das instituições das cidades brasileiras. De acordo com a página, o município possui 168, o que será facilmente refutado com a pesquisa. Primeiramente, o município tem no momento quarenta escolas que não estão mais em funcionamento, ou porque foram extintas ou por estarem paralisadas. A tabela¹ abaixo demonstra a situação das escolas.

BARCARENA	
ESCOLAS EXTINTAS E PARALISADAS	
ESTADUAIS	Perímetro
EEEF Aicarau	RURAL
EEEF Arauaia	RURAL
EEEF Arrozal	RURAL
EEEF Cabresto	RURAL
EEEF Castanhalzinho	RURAL
EEEIEF Doutor Firmo Cardoso	RURAL
EEEF Nossa Senhora Do Tempo	RURAL
EEEF Piramanha	RURAL
EEEF São Luiz	RURAL
EEEF Vereador João De Jesus Pantoja	RURAL
MUNICIPAIS	
EMEIEF Curuçambaba	RURAL
EMEIEF Do Cafezal	RURAL
EMEIEF Do Pedral	RURAL
EMEIEF Do Tauá	RURAL
EMEIEF Embrasa	RURAL
EMEF Eurico Dutra	RURAL
EMEIEF Foz Do Cabresto	RURAL
EMEIEF Furo Grande	RURAL
EMEIEF Guajarino	RURAL
EMEIEF Ilha Dos Patos	RURAL
EMEIEF Ilha Longa	RURAL
EMEIEF Jabutiteua	RURAL
EMEIEF Joao Batista Tavares Furtado	RURAL
EMEF Jupuuba	RURAL
EMEF Lima Cardoso	RURAL
EMEIEF Paraense	RURAL
EMEIEF Ponta De Cima	RURAL
EMEFI Prainha	RURAL
EMEIEF Pramajo	RURAL
EMEIEF São José	RURAL

⁸ <http://www.qedu.org.br/>

EMEF São Lourenço	RURAL
EMEF São Pedro	RURAL
EMEF Smith	RURAL
EMEIEF Uzina Vitoria	RURAL
EMEF Vila Arapiranga	RURAL
EMEIEF Carrossel	URBANA
ESCOLAS PARALISADAS	
ESTADUAIS	Perímetro
EEEF Vereador João De Jesus Pantoja	RURAL
MUNICIPAIS	
EMEIEF Baixo Guajará	RURAL
EMEIEF Bom Ji	RURAL
EMEIEF Rotary Clube	RURAL
Total	40

Nota-se que todas as escolas com problemas são públicas e praticamente todas localizavam-se no perímetro rural, apenas uma escola era localizada no perímetro urbano. Quatro escolas tiveram suas atividades paralisadas, sendo uma estaduais e três municipais. No que se refere as escolas em funcionamento, a pesquisa desenvolvida mostrou a existência de 128 escolas, sem 69 municipais no perímetro rural do município, entre colônias, ilhas, comunidades entre outros. 27 municipais que atendem o perímetro urbano, 12 estaduais, além de 20 escolas particulares. De acordo com a página, no ano de 2016 as escolas públicas foram responsáveis pela matrícula de 30.470 aluno, entre crianças jovens e adultos, como mostra o gráfico.



FONTE: <http://www.qedu.org.br>

As escolas municipais da zona rural, foram responsáveis pela matrícula de 8929 estudantes, com uma evasão escolar de apenas 155 alunos. O índice de aprovação é significativamente alto, porém, a qualidade de ensino é insatisfatória. Das quatro escolas que participaram da prova Brasil no ano de 2015, apenas uma superou a média estipulada pelo Índice de desenvolvimento da Educação Básica-IDEA, que foi exatamente a Escola Municipal Antônio Clarindo Magno Junior, como mostra a tabela², que destaca a nota na cor verde.

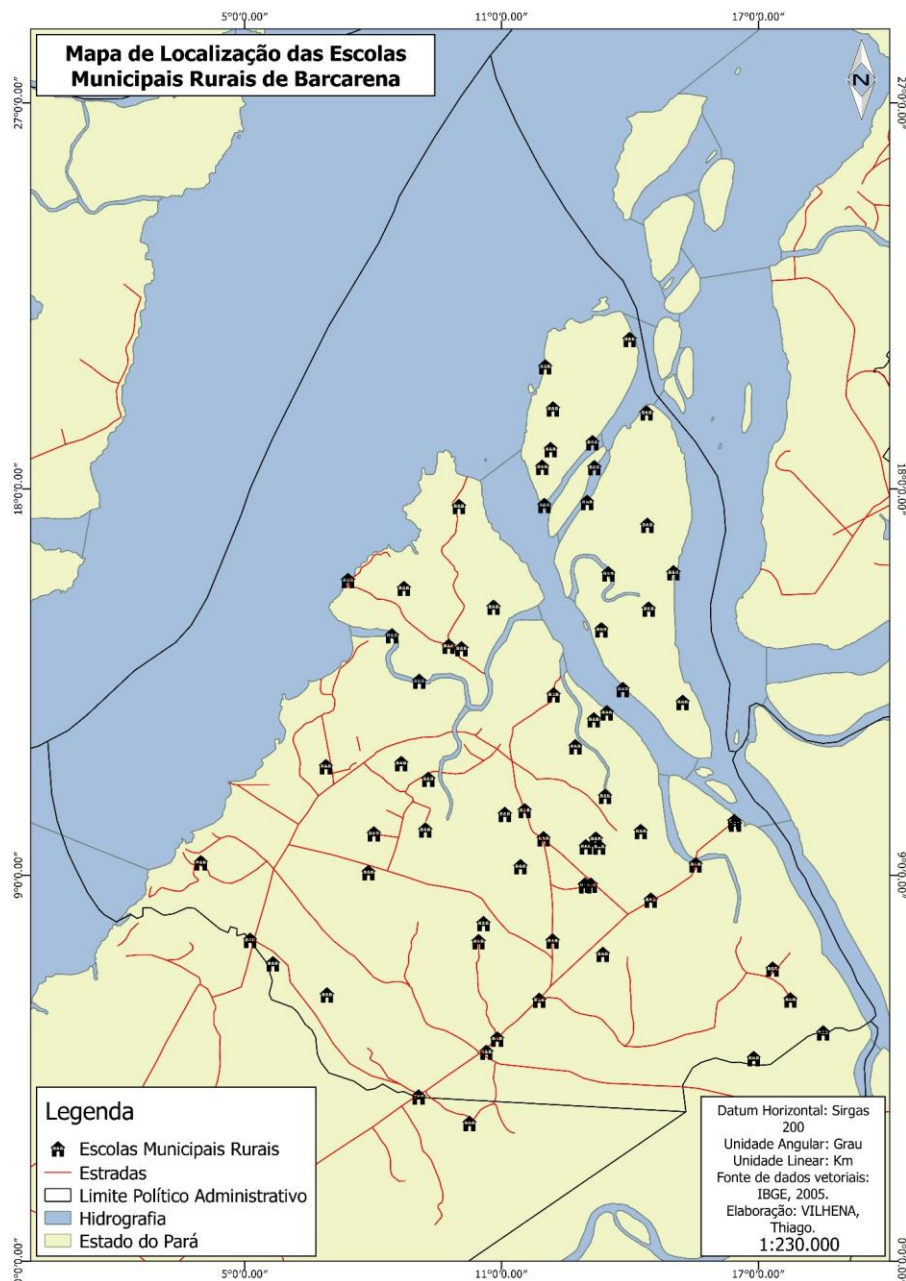
Tabela²

ESCOLAS MUNICIPAIS DO PERÍMETRO RURAL- BARCARENA					
Ensino Infantil	Nº de Matrículas 2016	Aprovações	Reprovações	Abandonos	Desempenho IDEB
EMEI Cantinho Do Saber	73	XXX	XXX	XXX	XXX
EMEI Criança Feliz	49	XXX	XXX	XXX	XXX
E M E I Joao Pantoja De Castro	13	10	0	0	XXX
EMEI Norma Guilhon	35	XXX	XXX	XXX	XXX
EMEI Santa Bernadeth	103	66	8	2	XXX
EMEI Tia Ana Cunha	79	XXX	XXX	XXX	XXX
EMEI Tia Zita	43	XXX	XXX	XXX	XXX
Ensino Infantil e Fundamental					
EMEIEF Aicarau	23	20	3	0	XXX
EMEIEF Araquissal	27	16	5	0	XXX
EMEIEF Araticu	48	39	6	1	XXX
EMEIEF Arienga	38	25	5	1	XXX
EMEIEF Bom Jesus	28	15	4	0	XXX
EMEIEF Bom Sossego	81	64	0	1	XXX
EMEIEF Conego Eugenio G Pantoja	57	35	7	0	XXX
EMEIEF Desembargador João Batista G Campos	121	79	18	1	XXX
E M E I F Antônio Clarindo Magno Junior	278	209	32	10	4,5
E M E I F Dom Pedro I	145	77	42	1	2,7
E M E I F Furo Das Laranjeiras	63	32	15	0	XXX
E M E I F Idália Da Silva Gurgel	79	47	11	0	XXX
E M E I F Marilda Nunes	99	61	7	0	XXX
E M E I F Nossa Senhora Da Conceição	54	39	4	3	XXX
E M E I F Nossa Senhora Do Livramento	14	10	1	2	XXX
E M E I F Nossa Senhora Do Perpétuo Socorro	65	36	10	3	XXX
E M E I F Nsra Da Piedade	66	36	15	2	XXX
E M E I F Professor João Queiroz Magno	86	49	18	4	XXX
E M E I F Prof.º Roberto Carlos Dias Dos Anjos	109	71	22	5	XXX
EMEIEF Professora Joana	59	36	9	1	XXX

D Arc					
EMEIEF Professora Terezinha De Jesus	53	35	6	0	XXX
E M E I F Ramal Santa Maria	93	75	19	0	XXX
E M E I F Santa Cecilia	27	19	4	0	XXX
E M E I F Santa Joana	38	23	6	0	XXX
E M E I F Santa Luzia	65	41	9	0	XXX
E M E I F Santa Rosa	22	11	6	0	XXX
E M E I F Santo Antônio	25	18	4	0	XXX
E M E I F São Raimundo Nonato	58	37	10	0	XXX
Eduardo Francisco Ambe	29	10	7	0	XXX
EMEIEF Flecheira	33	20	4	0	XXX
EMEIEF Furo Conceição	20	13	3	0	XXX
EMEIEF Jandiaquara	18	12	2	0	XXX
EMEIEF José Pinheiro Rodrigues	57	49	7	2	XXX
EMEIEF Jupariquara	17	11	4	0	XXX
EMEIEF Landy	27	18	4	0	XXX
EMEIEF Limeira	67	44	11	1	XXX
EMEIEF Lucília Nunes Dos Santos	24	20	0	0	XXX
EMEIEF Madre De Deus	56	40	6	0	XXX
EMEIEF Manoel Nascimento Do Amaral	34	23	6	0	XXX
EMEIEF Massarapo	50	31	5	2	XXX
EMEIEF Monte Santo	21	12	0	0	XXX
EMEIEF Nair Dias Serrão	37	28	7	0	XXX
EMEIEF Nova Santarém	71	51	4	0	XXX
EMEIEF Nova Vida	22	16	1	0	XXX
EMEIEF Piramanha	125	76	26	2	XXX
EMEIEF Professora M ^a Das Graças S. Nascimento	52	20	9	0	XXX
EMEIEF Rio Cafezal	24	17	4	0	XXX
EMEIEF Sacaia	36	20	7	0	XXX
EMEIEF São Felipe	44	33	8	4	XXX
EMEIEF São Francisco	31	17	6	0	XXX
EMEIEF São Gregório	35	27	3	0	XXX
EMEIEF São José-Ilha das Onças	68	46	14	0	XXX
EMEIEF São José Furo do Arrozal	64	21	10	0	XXX
EMEIEF São Luiz	21	20	2	0	XXX
EMEIEF São Marcos	63	40	6	0	XXX
EMEIEF São Sebastião	20	17	1	0	XXX
EMEIEF Sucuriçu	23	16	6	0	XXX

Ensino Fundamental (5º ao 9º Ano)					
EMEF Agrícola De Barcarena	63	58	4	2	XXX
Ensino Infantil, Fundamental e EJA					
EMEF Arapari	625	435	84	28	3,0
E M E I F Jose Marcos Da Paixão Rocha	429	224	54	16	XXX
EMEF Prefeito Laurival Campos Cunha	720	552	71	21	3,1
EMEIEF Prefeito Laurival Cunha	534	309	106	40	3,1
Total	5876	3677	798	155	

Mapa de Localização das escolas:



O perímetro urbano é contemplado por 27 escolas, porém, estas atendem um número bem maior de estudantes. As matrículas referentes ao ano de 2016, totalizaram 15.665, ao final deste mesmo ano, o índice de evasão foi de 333 alunos e a aprovação foi de 73% dos alunos. A tabela 3 mostra detalhadamente o desempenho das escolas, entretanto apenas uma escolas alcançaram a meta estipulada pelo IDEB.

Tabela 3

ESCOLAS MUNICIPAIS DO PERÍMETRO URBANO- BARCARENA						
Ensino Infantil (Creche e Pré-escola)	Nº de Matrículas 2016	A provações	R eprovações	A bandonos	Des empenho IDEB	
EMEI Chapeuzinho Vermelho	145	X XX	X XX	X XX	X XX	XX X
EMEI Crianças Unidas	159	X XX	X XX	X XX	X XX	XX X
E M E I Bem Me Quer	573	X XX	X XX	X XX	X XX	XX X
E M E I Nossa Senhora De Guadalupe	130	X XX	X XX	X XX	X XX	XX X
E M E I Prof Lindalva Maria Margalho Figueiras Azevedo	277	X XX	X XX	X XX	X XX	XX X
EMEI Gotinha De Luz	677	X XX	X XX	X XX	X XX	XX X
EMEI Narizinho	313	X XX	X XX	X XX	X XX	XX X
EMEI Os Três Pastorzinhos	135	X XX	X XX	X XX	X XX	XX X
EMEI Recanto Das Crianças	464	X XX	X XX	X XX	X XX	XX X
Ensino Infantil e Fundamental						
E M E I F Nossa Senhora De Fátima	417	2 54	3 2	5 5	5	XX X
E M E I F Nsra Da Conceição	415	3 63	5 0	5	4	4,1
E M E I F Professor Francisco Conceição Nascimento	305	2 81	2 3	2	2	4,3
EMEIEF Nossa Senhora Aparecida	376	3 12	5 8	5	8	4,1
Ensino Infantil e Fundamental e EJA						
EMEIEF Checralla Salim Khayat	1314	7 98	2 18	2	43	3,7
Ensino Fundamental						
E M E F Maria Cecilia Vasconcelos Ribeiro	418	3 88	2 9	2	2	4,8
EMEF Jarbas Passarinho	430	3 59	7 1	7	1	4,3
EMEF Maria Rosângela Carvalho Da	392	2 97	9 0	9	7	3,3

Conceição							
EMEF Zita Contente Magno Cunha	557	76	4	8	0	2	4,1
Ensino Fundamental e EJA							
EMEF Conego Francisco Da Silva Cravo	835	92	5	7	2	43	4,0
Prefeito Laurival Cunha	1661	143	1	2	19	46	3,6
E M E F Prefeito Wandick Gutierrez	709	78	3	1	17	22	3,5
E M E F Prof Aloysio Da Costa Chaves	1439	52	8	2	43	83	4,0
EMEF Noronha De Barros	1063	68	6	1	55	31	3,4
EMEF Santa Sofia	672	03	5	1	01	12	3,2
EMEF São Francisco	31	7	1	6	0	0	XX X
EMEF Vereador Marcos Martins Magno	1666	084	1	2	53	22	3,8
EJA							
Centro Mul De Atendimento Educacional Especializado Santa Joana	92	XX	X	X	XX	X	XX X
Total	15665	765	8	1	3	33	

As escolas estaduais estão identificadas na Tabela 4, totalizando 12. Duas escolas alcançaram a meta estipulada pelo IDEB. Informações sobre as escolas particulares não foram obtidas nesta pesquisa.

Tabela 4

ESCOLAS ESTADUAIS- BARCARENA							
Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)	Nº de Matrículas 2016	A provações	Re provações	A bandonos	Desemp enho IDEB		
EEEF Batista Campos	190	81	1	10	0	4,4	
EF Maria Amélia Da Silva Costa	49	9	4	0	0	XXX	
Erc Santa Helena	245	05	2	25	6	1	XXX
EEEIEF Nossa Senhora De Nazaré	291	48	2	36	9	3,8	
Ensino Fundamental e Médio (A partir do 6º ano)							
EEEFM Eduardo Angelim	1314	38	9	14	2	37	---
Ensino Fundamental e EJA							
EEEF Conego	1027	5	80	4		2,0	

Batista Campos		52		4		
Ensino Fundamental, Médio e EJA						
EEFM Padre Jose Delgardes	872	86	4	16	8	100 ---
EEEFM Jose Maria De Moraes	1113	94	5	19	6	56 XXX
EEEFM Presidente Dutra	911	37	6	71	0	1 4,6
Ensino Médio						
EEEM Acyr De Jesus Barros Pereira	701	52	5	63	8	8 XXX
EEEFM Professor Jose Maria Machado	1213	76	7	26	2	77 XXX
Ensino Médio e EJA						
CE Palmira Gabriel	1003	39	5	43	9	9 XXX
Total	8929	757	5	10	96	36

Diante de tantos dados, foi possível diagnosticar se os alunos recebem uma educação adequada ou não. A análise é feita a partir dos indicadores obtidos a partir da prova Brasil que foi realizada em 2015, os dados coletados são expostos nos gráficos seguintes:

Gráfico 2

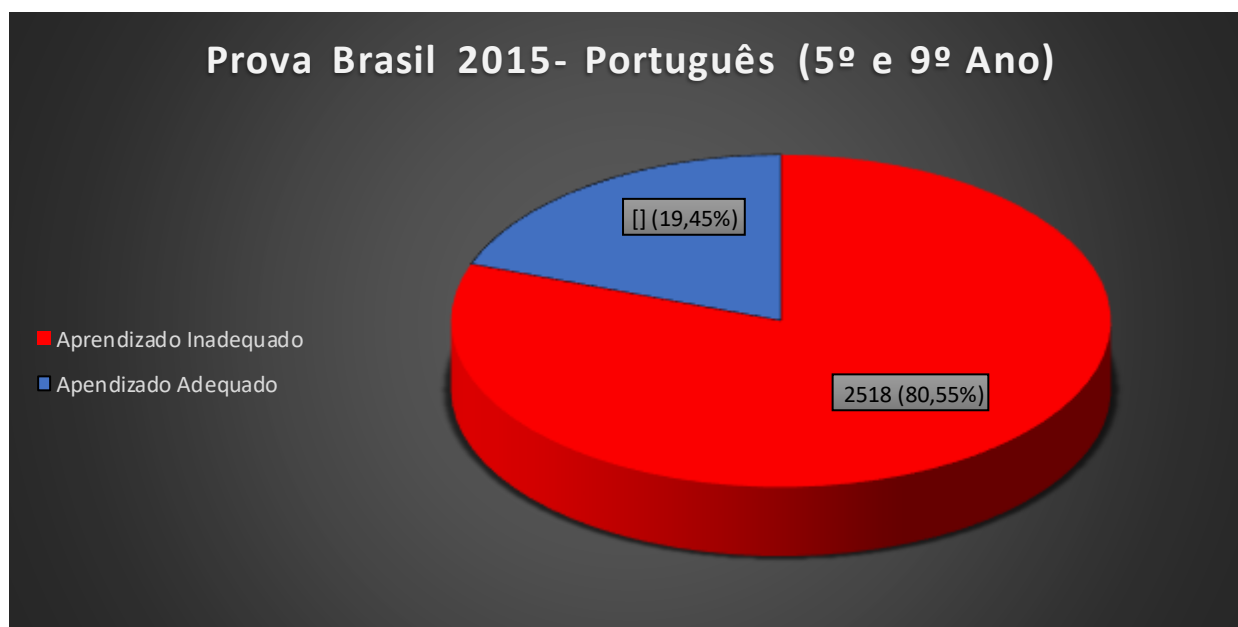
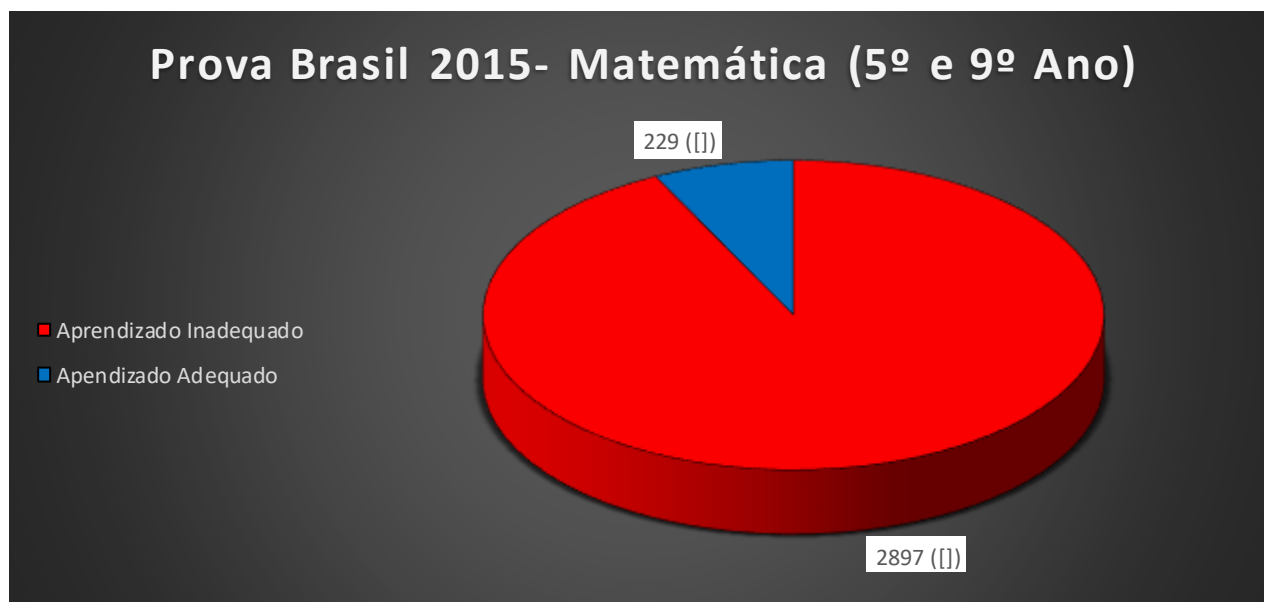


Gráfico 3



Conclui-se a partir dos gráficos que é inadequado o ensino público no município, os indicadores são preocupantes.

2.2 Emprego e Renda

De acordo com IBGE⁹ Cidades, o PIB per capita de Barcarena no ano de 2014 foi de 34.455,26 reais. Esta estimativa contrasta com a análise de emprego para o município. Apesar dos grandes projetos terem se instaurado em Barcarena, tendo como parâmetro a página do ministério do trabalho, mais precisamente a base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados- CAGED¹⁰ perceberemos que as ocupações que mais empregaram entre 2010 e 2017 tem pouco a ver com a mineração. A tabela 5 mostra quais ocupações que mais admitiram e demitiram no período de sete anos.

Tabela 5

Perfil de Emprego no Município de Barcarena Janeiro/Dezembro 2010				
Ocupações	Salário Médio	Admissões	Desligamentos	Saldo
717020:Servente de Obras	538,59	1.441	953	488
715545:Montador de Andaimes (Edificacoes)	992,15	440	418	22

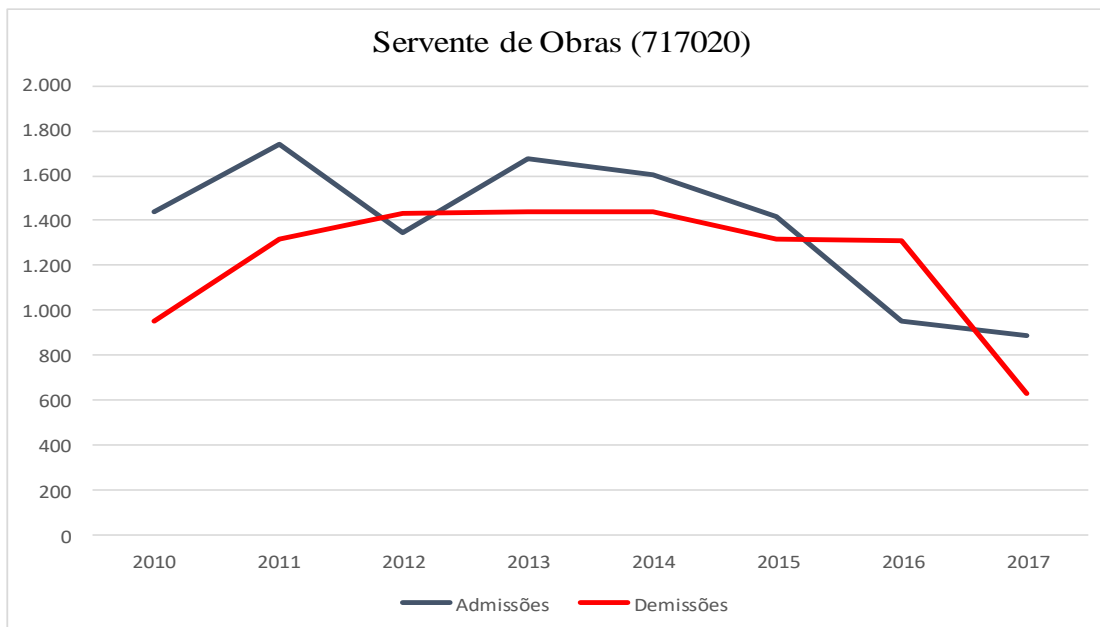
⁹<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150130&idtema=162&search=para|barcarena|produto-interno-bruto-dos-municipios-2014>

¹⁰ http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php

782410:Motorista de Onibus Urbano	1.011,59	310	311	-1
Perfil de Emprego no Município de Barcarena Janeiro/Dezembro 2011				
717020:Servente de Obras	590,96	1.738	1.314	424
782510:Motorista de Caminhao (Rotas Regionais e Internacionais)	1.031,45	322	241	81
715545:Montador de Andaimos (Edificacoes)	1.097,30	316	339	-23
Perfil de Emprego no Município de Barcarena Janeiro/Dezembro 2012				
717020:Servente de Obras	684,72	1.349	1.432	-83
782510:Motorista de Caminhao (Rotas Regionais e Internacionais)	1.143,24	409	334	75
622020:Trabalhador Volante da Agricultura	624,5	209	280	-71
Perfil de Emprego no Município de Barcarena Janeiro/Dezembro 2013				
717020:Servente de Obras	727,79	1.678	1.438	240
782510:Motorista de Caminhao (Rotas Regionais e Internacionais)	1.279,59	400	375	25
725205:Montador de Maquinas	1.374,44	355	292	63
Perfil de Emprego no Município de Barcarena Janeiro/Dezembro 2014				
717020:Servente de Obras	814,39	1.607	1.437	170
725205:Montador de Maquinas	1.493,20	453	476	-23
782510:Motorista de Caminhao (Rotas Regionais e Internacionais)	1.413,72	337	443	-106
Perfil de Emprego no Município de Barcarena Janeiro/Dezembro 2015				
717020:Servente de Obras	858,51	1.415	1.317	98
725205:Montador de Maquinas	1.634,02	486	422	64
782510:Motorista de Caminhao (Rotas Regionais e Internacionais)	1.592,60	449	369	80
Perfil de Emprego no Município de Barcarena Janeiro/Dezembro 2016				
717020:Servente de Obras	919,92	949	1.308	-359
725205:Montador de Maquinas	1.730,66	399	434	-35
715545:Montador de Andaimos (Edificacoes)	1.465,27	282	277	5
Perfil de Emprego no Município de Barcarena Janeiro/Setembro 2017				
717020:Servente de Obras	1.007,29	891	632	259
715545:Montador de Andaimos (Edificacoes)	1.520,45	288	263	25
782510:Motorista de Caminhao (Rotas Regionais e Internacionais)	1.664,39	253	125	128

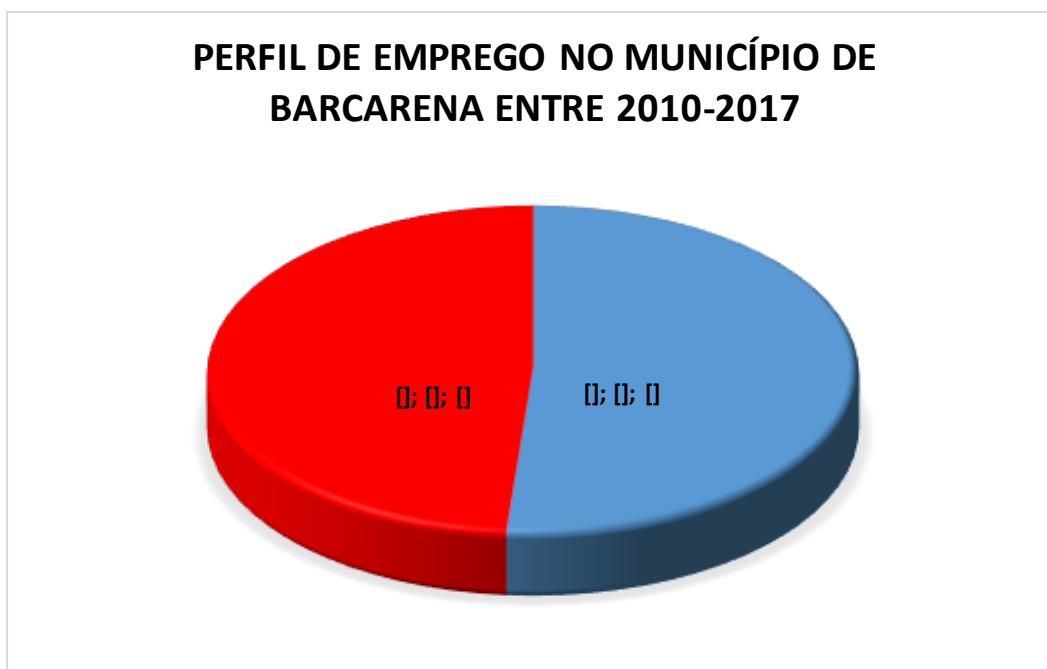
É possível notar que a ocupação que mais empregou nos últimos sete anos foi a de servente de obras, porém, esta ocupação vem nitidamente sofrendo queda nas contratações. O gráfico mostra como 4 mostra a evolução da contratação desta ocupação.

Gráfico 4



O gráfico 5 mostra que as oportunidades de emprego neste período caminhou lado a lado com a dispensas. Ao longo dos sete anos houve tantas admissões quanto demissões em Barcarena.

Gráfico 5



2.3 Saúde

Essa pesquisa mapeou e quantificou 15 postos de saúde e hospitais que atendem o município como mostra a tabela 5. Não foram quantificadas as clínicas particulares.

Tabela 5

Postos e Hospitais- Barcarena
Unidade Básica de Saúde- UBS Imobiliária
Unidade Básica de Saúde da Betânia
Unidade Mista de Saúde de Barcarena
6 CRC- 6 Centro de Saúde regional
Hospital e Maternidade Nazaré
Unidade Básica de Saúde da Pedreira
Centro de Vigilância em Pedreira
Unidade Básica de Saúde Bairro Novo
UBS de Nossa Senhora do Carmo (Zita Cunha)
UBS José dos Santos Dias
Unidade de Básica de Saúde de Nazaré - UBS
Hospital São José
Unidade Básica de Saúde Do São Jose - UBS
Unidade Básica De Saúde Do Santa Maria - UBS
Hospital Saúde Da Família

DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS E ORDENAMENTOS TERRITORIAIS BASEADAS NA DISTRIBUIÇÃO DA CFEM NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS.

Fabio Henrique de Assunção Sobrinho¹¹

Resumo

As atividades mineradoras no Pará têm uma grande influência nos processos de dinâmica territorial no Estado e também causam inúmeros impactos nas áreas onde são aplicados, impactos esses, que são de âmbito natural, social e econômico. O município de Paragominas é o primeiro no ranking de extração de bauxita no país feita pela empresa Hydro que atua no município desde o ano de 2007 com a extração bruta e beneficiada da bauxita, que posteriormente com o beneficiamento se transforma em alumina e em seguida em alumínio. A economia dos municípios mineradores, se não houver incentivos públicos para novos empreendimentos e formas econômicas, os mesmos acabam ficando reféns da atividade mineradora e tendo sua base econômica apenas dos royalties minerais. Os impactos são incontáveis nessas áreas de atuação dos projetos mineradores.

INTRODUÇÃO

As atividades mineradoras no Pará tem uma grande influência nos processos de dinâmicas territoriais no Estado e também causam inúmeros impactos nas áreas onde são aplicados, impactos esses, que são de âmbito natural, social e econômico. O município de Paragominas é o primeiro no ranking de extração de bauxita no país feita pela empresa Hydro que atua no município desde o ano de 2007 com a extração bruta e beneficiada da bauxita, que posteriormente com o beneficiamento se transforma em alumina e em seguida em alumínio.

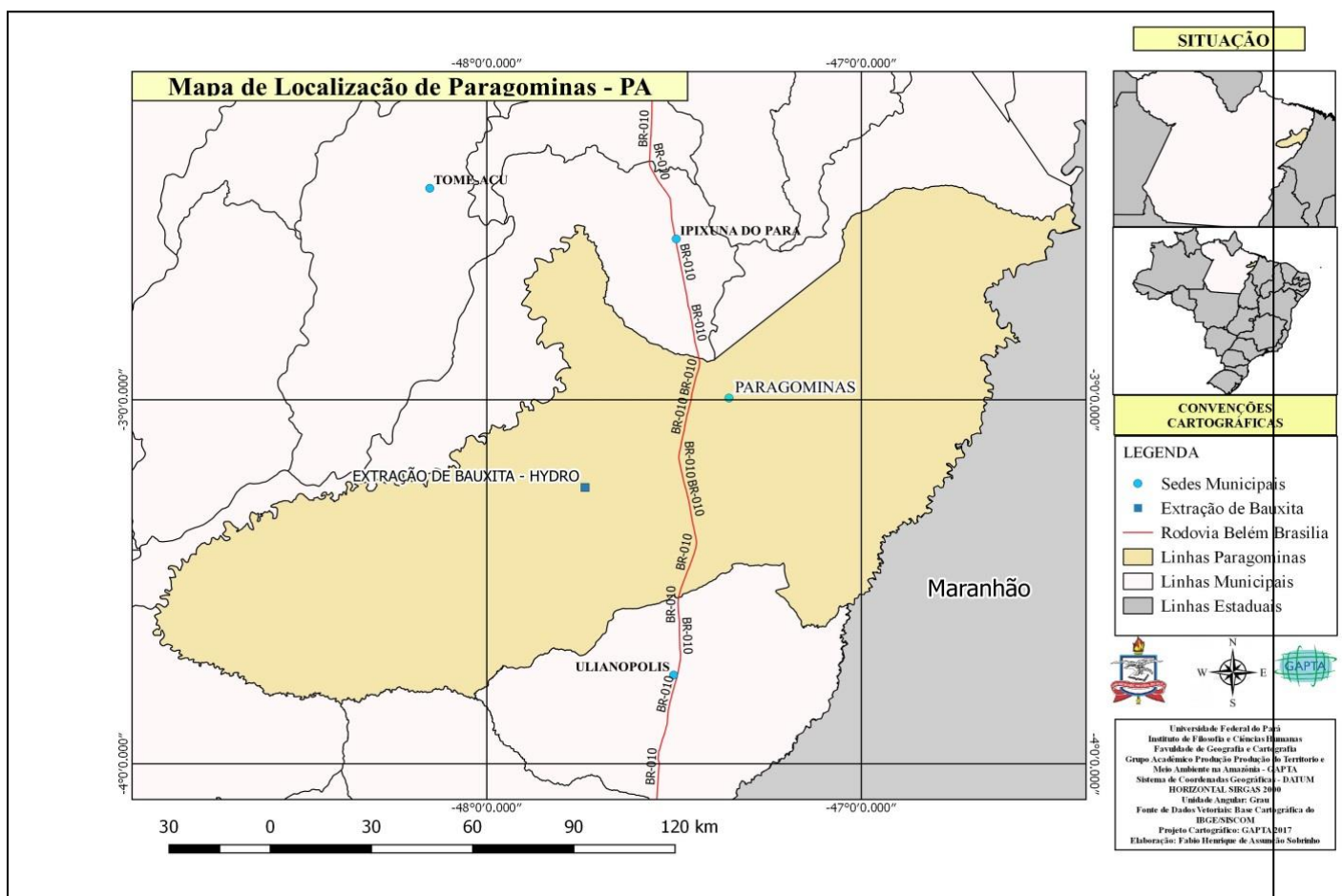
Os municípios que tem em seu território a atividade mineradora recebem um percentual dos royalties de acordo com o volume da exploração como, por exemplo, o ICMS (Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços) e a CFEM (compensação financeira pela exploração de recursos minerais). Essa arrecadação por parte dos municípios é direcionada para o desenvolvimento das cidades e seu entorno. No caso da CFEM, esses recursos devem ser aplicados em projetos que revertam benefícios para a comunidade local, seja em melhoria da infraestrutura, do uso ambiental, da saúde ou educação.

De acordo com o site do IBGE, o município de Paragominas está localizado na zona fisiográfica de guajarina que pertence ao Estado do Pará, sendo uma das mais recentes unidades autônomas. Outrora pertencia ao distrito sede de São domingos de Capim e ao

¹¹ Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: fabiohenrique2213@gmail.com

distrito de Camiranga, em Vizeu (PARAGOMINAS (PA), Prefeitura. 2009). Paragominas se localiza no nordeste do Estado do Pará, entre as coordenadas 2° 25' E 4°09' S e 46°25'E 48°54' WGr. Tem como composição da malha viária as rodovias BR-010, PA-125 e PA-256. A BR 010 se caracteriza como a mais importante, pois corta o município no sentido norte-sul na sua porção central e faz com que o escoamento de produtos da região Norte passe por seu território. Duas bacias drenam o município de Paragominas, a do rio Capim e a do rio Gurupi, enfatizando que a bacia do rio Gurupi serve de divisa entre os estados do Pará e Maranhão segundo a EMBRAPA, 1992.

MAPA 1 – Mapa de localização de Paragominas



Fonte: IBGE, 2005 (SOBRINHO,2017).

De acordo com a Embrapa (1992), a construção do município está intimamente ligada à abertura da BR 010, que ocorreu na década de 1960. Porém, o IBGE afirma que em 1958, Ariston Alves da Silva atravessou a bacia do Rio Capim para estabelecer a primeira roça de

Arroz. O que faz com que se desconheça a data de criação do núcleo populacional que originou a cidade atual.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

De acordo com a Embrapa (1992), a construção do município está intimamente ligada à abertura da BR 010, que ocorreu na década de 1960. Porém, o IBGE afirma que em 1958, Ariston Alves da Silva atravessou a bacia do Rio Capim para estabelecer a primeira roça de Arroz. O que faz com que se desconheça a data de criação do núcleo populacional que originou a cidade atual.

JUSTIFICATIVA:

O território paraense, segundo a FIPE (2009), possui cerca de 18% das reservas brasileiras de minério de ferro e 84% das reservas de cobre contido, correspondendo a 33Bt e 14Mt, respectivamente. A bauxita, cuja produção é a mais verticalizada do Estado se caracteriza por ter a participação nas reservas mais expressiva, sendo responsável por cerca de 3.6Bt e sendo encontrada 95% de sua totalidade Nacional, no estado do Pará. A região Norte se encontra em segundo lugar no ranking de arrecadação da Compensação Financeira Pela Exploração Mineral CFEM com o valor de 443.950.996 de reais arrecadados, perdendo apenas para a Região Sudeste que tem um volume de 610.277.404 de reais em arrecadação.

Paragominas se destaca no cenário nacional de exploração mineral de Bauxita e também na arrecadação da CFEM. A bauxita, transformada em alumínio tem uma participação de 7,78% da arrecadação da Compensação Financeira Pela Exploração Mineral (CFEM). Porém, essa distribuição não é feita de forma correta por parte da prefeitura local. O desenvolvimento do município se ocorre paralelamente com a arrecadação de impostos que deveriam ser aplicados de forma mais transparente na cidade.

Dessa forma, a necessidade de realizar essa pesquisa é analisar os dados da arrecadação da CFEM no município de Paragominas e relacionar com as taxas de desenvolvimento locais e conseqüentemente propiciar informações para a sociedade sobre a transparência e a aplicabilidade dos recursos públicos no município. As características principais analisadas foram a Educação, Saúde, Infraestrutura e Meio Ambiente e Economia, dessa forma, buscar os impactos causados pela atividade mineral nesses pontos.

As diferentes conceituações do território analisadas nas leituras de textos e livros durante o levantamento bibliográfico são essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, pois, sem essa base não é possível a visão mais crítica das situações sociais no município e também

a análise da dinâmica territorial se apresenta superficial demais. Na obra *Por uma Geografia do Poder* de Raffestin (1993), podemos analisar uma das conceituações de território mais aceita, onde o poder é característica essencial para a sua consolidação. A obra: *Território e Multiterritorialidade: Um Debate*, do Autor Rogério Haesbaert (2007), nos dá noções de diferentes formas do território, de seus diferentes fatores de construção e dos diferentes autores que compõem o território e como eles se encontram dentro de toda essa dinâmica. Com o livro: *Território e Mineração em Carajás* (2013), do autor João Márcio Palheta é possível uma análise mais regional dos processos de dinâmica territorial e das atividades mineradoras no Estado, dessa forma, conseguimos trazer para mais próximo de nós as análises, que em muitos casos, parecem distantes do território Amazônico. Também a obra: *Conhecimento, Inovação e Território de Mário Vale* (2012) são usados como base, pois, nela a análise da inovação do território fica evidente e também os processos do desenvolvimento regional, desenvolvimento das áreas com grandes projetos e como esse desenvolvimento deve ser feito para que as áreas afetadas não fiquem dependentes do capital advindos desses grandes projetos.

OBJETIVOS:

OBJETIVOS GERAIS:

Analisar comparativamente os impactos socioeconômicos das atividades mínero-metalúrgicas no município de Paragominas, no período de 2010 a 2017, através da aplicabilidade da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e seu rebatimento na dinâmica socioeconômica territorial municipal tendo como base o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) e o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) que são formas de análise e gestão da distribuição dos impostos nos municípios e o desenvolvimento da qualidade de vida urbana.

O desenvolvimento da análise das dinâmicas econômicas, sociais, educacionais e ambientais levando em consideração a arrecadação da compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM) e como isso influencia no ordenamento territorial do município de Paragominas, tendo em vista que a cidade tem um dos maiores números de arrecadação advindos da mineração e conseqüentemente uma das maiores arrecadações de Royalties no ranking nacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Análise da atividade mineradora no município de Paragominas e as dinâmicas territoriais causadas por essa essa exploração.
2. Buscar dados públicos referentes ao desenvolvimento socioeconômico dos anos de 2010 a 2017 no município de Paragominas e compara-los baseados no IQVU e IFGF para o desenvolvimento territorial.
3. Explorar o desenvolvimento do município tendo como base a mineração e identificar as necessidades sociais e estruturais da sociedade.

MATERIAIS E MÉTODOS:

A transformação do arranjo urbano-espacial verificado na Amazônia a partir da entrada do capital minerador na década de 1970 provocou mudanças na dinâmica territorial das cidades sedes de projetos de mineração, com destaque para a cidade de Paragominas. No entanto, a lógica da produção do espaço é marcada por diferenças sensíveis entre os municípios que serão trabalhados na pesquisa.

Para avaliar o impacto da atividade mineradora, foi selecionada essa cidade que tem como um das principais formas econômicas a mineração para aferir os impactos socioeconômicos dos Grandes Projetos no desenvolvimento local. Para isso, foram selecionados os indicadores econômicos, indicadores de saúde e indicadores de educação, meio ambiente e infraestrutura para uma amostra municipal. Em seguida, serão construídos índices-síntese para aferir a aplicabilidade da CFEM a fim de captar a oferta de serviços públicos e, conseqüentemente, a condição social, para diferenciar e analisar o impacto do Grande Projeto minerador no ordenamento territorial, a partir de 2010.

Além dessa diferença básica, existe outra questão importante, essas cidades possuem diferentes empresas atuando em seu território, seguindo a lógica da marcha forçada da industrialização na Amazônia, a partir dos Grandes Projetos, do Estado autoritário. Apesar de apresentar diferenças sensíveis durante o processo de implantação esses projetos minero-metalúrgicos, é perceptível a visualização de problemas socioeconômicos muito parecidos, o que de certa forma instiga a necessidade de investigação científica do referido projeto de pesquisa. Para subsidiar nossa análise, vamos utilizar a metodologia proposta por Nahas et al (1996), o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), sobretudo na infraestrutura municipal. Também usaremos o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) feito em Junho de 2015 tendo como ano base 2013 que tem como objetivo analisar a forma como os tributos pagos pela sociedade são administrados pelas prefeituras.

Do levantamento bibliográfico e documental:

A primeira diz respeito a realização do levantamento bibliográfico e documental, o primeiro passo de toda pesquisa, pois essa parte torna-se necessário para o fortalecimento teórico do projeto através de levantamento, seleção, resenhas e arquivamento de informações e documentação relacionadas direta e indiretamente à pesquisa. Essa etapa preliminar objetiva o levantamento de dados secundários, com a finalidade não somente de coletar informações necessárias à pesquisa (documental etc.), mas também, de formar um banco de dados bibliográficos sobre a mineração. Para tanto será realizado levantamento, em bibliotecas virtuais (TCM, IPEA, SUS, SUDAM, TCE, STN, IPEA, UNB, Biblioteca Nacional, ONU, UNESCO, IBGE etc), nas empresas mineradoras (VALE, ALCOA, ALABRAS-ALUNORTE etc.), e em bibliotecas na cidade de Belém (SUDAM, UFPA, Museu GOELDI, IBGE, DNPM, CPRM, FNS, SESP, SEDUC, SEFIN, SECTI etc.), e nas secretarias e arquivos dos municípios que fazem parte dessa pesquisa; visita aos sítios de periódico como: periódicos da CAPES (<http://periodicos.capes.gov.br>), SciELO – Scientific Electronic Library Online, Social Science Citation Index, e outros que possuam em seus bancos de dados temas relacionados com a geografia econômica e a mineração, incluindo teses de mestrados e doutorados, por exemplo. Essa técnica consiste em buscar dados em instituições e órgãos que tenham relação com a pesquisa e com o problema elaborado no Projeto.

RESULTADOS:

ANÁLISE DE TERRITÓRIO E OS PROCESSOS DE EXPLORAÇÃO MINERAL NO PARÁ

As dinâmicas territoriais do Pará e de forma mais específica em Paragominas, buscando a melhor abrangência de suas características, são analisadas baseadas no conceito de Território, Territorialidade e Territorialização de clássicos da geografia e obras contemporâneas que abordam esses conceitos. O território é caracterizado por Raffestin em uma área onde se projetou o trabalho e também existem relações de nós e pontos em sua composição. Para Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, isto é, o espaço pela análise desse autor é o substrato material ou matéria prima para a constituição de redes, circuitos e fluxos que caracterizam o território. Dessa forma, é necessário levar em consideração as características locais presentes na região aonde irá se iniciar o processo de mineração pois os mais impactados com as mudanças socioeconômicas são a sociedade local.

Segundo Haesbaert (2007), o conceito de território pode ser analisado em diferentes escalas: Território, Territorialidade e Multiterritorialidade, onde o território se caracteriza pelos processos sociais com ênfase na questão do poder. A territorialidade é a questão do

vivido, da concepção histórica da sociedade com a área onde estão suas relações e atividades (território). Já a Multiterritorialidade se caracteriza pelas diferenças dos territórios, onde dependendo dos objetivos podem ser caracterizados como Simbólico ou Funcional.

A territorialidade torna-se, assim, uma condição para se construir a resistência nos lugares e a organização em setores da sociedade civil para elaborarem suas metas, com o intuito de conseguir suas ações e objetivos frente ao desenvolvimento sócio-econômico político (PALHETA DA SILVA, 2013). Dessa forma, a territorialidade torna-se uma forma das sociedades atingirem seus objetivos em situações onde grandes projetos buscam impor suas necessidades e exigências para a exploração mineral, que é a problemática abordada na pesquisa.

A maior parte das reservas de bauxita no mundo encontram-se nas áreas tropicais e sub-tropicais, assim, a exploração atual do planeta é capaz de satisfazer as necessidades do mundo. As reservas de Bauxita são divididas em dois tipos, Trihidratadas e Monohidratadas. A primeira é o tipo de bauxita que requer pressão e temperatura mais baixa para ser transformada em Alumina então, o seu custo de transformação é mais baixo e esse tipo de Bauxita é a explorada no Brasil. Em 2016, as substâncias da classe dos metálicos, na tabela periódica, responderam a cerca de 76% do valor total da produção mineral comercializada no Brasil segundo o último ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO (2016).

TABELA 1 - CINCO MAIORES ARRECADADORES DA CLASSE DOS METÁLICOS

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
MINAS GERAIS	32.844.041.805	48,66
PARÁ	25.004.389.756	37,04
GOIÁS	4.790.294.647	7,10
BAHIA	1.544.920.797	2,29
MATO GROSSO	1.146.779.191	1,70

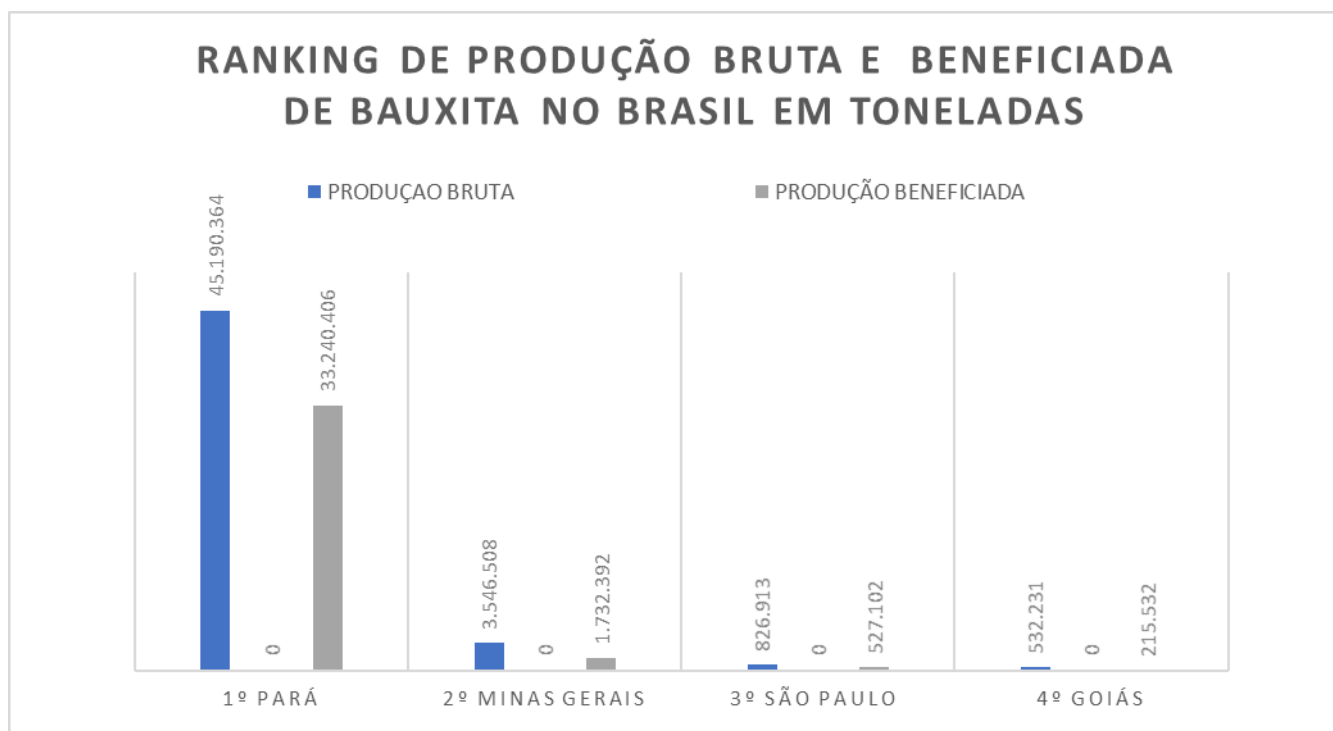
Fonte: Anuário Mineral Brasileiro, 2016 (Elaborado pelo autor 2017).

Como é possível analisar na tabela acima (Tabela 1), os Estados de Minas Gerais e Pará se destacam dentro do cenário nacional e internacional da produção mineral da classe dos metálicos, somando mais de 85,7% da produção Nacional. Dentro desse cenário da exploração mineral, a população tem pouco conhecimento do real potencial que seus Estados

possuem na questão mineração e também, muito menos sabem de seus direitos perante os processos de transformações locais que acontecem.

A mineração no estado do Pará merece destaque, pois é uma das principais formas de economia local. A exploração mineral no Pará tem números importantes na escala nacional chegando à segundo lugar no *ranking* da produção mineral comercializada, ficando atrás apenas de Minas Gerais e primeiro na produção bruta e beneficiada de bauxita (alumínio), segundo o ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO (2016), deixando o estado do Pará como referência em extração e beneficiamento de minério na região Norte.

GRÁFICO 1- Produção bruta e beneficiada de bauxita no Brasil em toneladas



Fonte: SIMINERAL 2017 (Elaborado pelo autor)

A implantação de grandes projetos minerais no Pará é capaz de causar inúmeras mudanças nas questões sociais, ambientais, econômicas e estruturais no estado e também de transformar a dinâmica territorial local, tendo em vista que as mudanças causadas pelos grandes projetos mineradores são irreversíveis na questão ambiental, pela exploração mineral e profunda na questão socioeconômica por todo o impacto sobre a população local.

As mudanças podem ser no âmbito social, com o fluxo de novas famílias se deslocando para essas cidades que recebem os empreendimentos minerais em busca de novas oportunidades, (oportunidades que sabemos que são para poucos) e também pelo crescimento

das disparidades sociais no município. Na perspectiva natural, esses projetos causam grandes impactos na área onde são fixados com a destruição de áreas biologicamente essenciais para a sobrevivência de inúmeras espécies de seres vivos, contaminação de rios, se a exploração e tratamento dos resíduos sólidos não forem feita nas formas legais. A economia dos municípios mineradores, se não houver incentivos públicos para novos empreendimentos e formas econômicas, os mesmos acabam ficando reféns da atividade mineradora e tendo sua base econômica refém dos royalties minerais sem ter alternativas de desenvolvimento. Os impactos são incontáveis nessas áreas de atuação dos projetos mineradores.

EXPLORAÇÃO MINERAL NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS

O município de Paragominas, tem a sua dinâmica socioeconômica baseada nas necessidades do capital internacional, por sua produção mineral ser voltada à esse mercado. Existe a necessidade da maior agregação de valor dos produtos que saem do Estado do Pará, pois sem esse desenvolvimento na questão tecnológica, Paragominas e muitos outros municípios que são denominados como mineradores não passarão apenas de áreas de exploração de matéria prima. A verticalização da produção é necessária para que os benefícios dessa produção cheguem ao município minerador transformado em melhoria de vida para a sociedade local e de seu desenvolvimento, para isso é necessário o investimento, por parte do Estado e da empresa mineradora em pesquisas e capacitação local com o objetivo de gerar empregos e conseqüentemente o desenvolvimento do município.

É necessário garantir às populações atingidas pelos grandes projetos de mineração seus direitos, não somente no uso dos recursos naturais, mas também a multiplicidade de experiências de usos do território pela sociedade, diferentemente das empresas de mineração, para garantir assim suas territorialidades. PALHETA DA SILVA (2013)

Outro ponto importante a se destacar na análise da dinâmica socioeconômica dos municípios mineradores é a relação da arrecadação mineral e a distribuição do imposto da Compensação Financeira Pela Exploração Mineral, a CFEM, que tem como objetivo amenizar os impactos causados pela exploração mineral nesses municípios buscando aplicar essa arrecadação em pontos específicos para a melhoria de vida local. Este recurso foi estabelecido através da Constituição de 1988, em seu Art. 20, § 1º, assim, é calculado a partir do valor de faturamento líquido, quando realizada a venda de origem do produto derivado da extração mineral. A distribuição desse recurso é realizada da seguinte maneira: 12% - Destinados a União e distribuídas entre o DNPM, IBAMA e MCT/FNDCT; 23% - Repassados ao Estado

de origem da extração e 65% - Destinados ao município onde ocorre a extração, segundo o DNPM 2017.

Paragominas apresenta um grande potencial para mineração, principalmente de bauxita, que está presente em 58% da área do município. Há ainda outros minerais, embora em menor proporção: alumínio (14% de sua área), caulim (0,7%) e prata (0,5%). Em 27% da área do município não houve levantamentos do potencial mineralógico. A exploração da mina de bauxita, localizada a 64 quilômetros da sede municipal, iniciou sua produção comercial em março de 2007 com o aumento progressivo da arrecadação nos anos, segundo o IBGE (2016).

A mina Hydro em Paragominas, que tem o maior projeto de exploração de bauxita no município, tem a capacidade de cerca de 10 milhões de toneladas métricas anuais, segundo o Site Oficial da Empresa. A bauxita lavrada é triturada e transportadas pelo Mineroduto que tem cerca de 244 quilômetros de extensão e passa pelos municípios de Ipixuna, Tomé-Açu, Acará, Moju, Abaetetuba até chegar no município de Barcarena, atravessando os rios Capim, Acará, Acará Mirim e Moju. No município de Barcarena a Bauxita em forma de polpa chega à empresa Hydro Alunorte onde é recebida na estação de desaguamento de Bauxita (EDB) e refinada, se transformando em Alumina. Existem inúmeros projetos que esperam por autorizações para iniciar os estudos e buscar recursos para futuras explorações, caso existam mais áreas ricas em minério na área.

DINAMICAS TERRITORIAIS, ANÁLISE DO ÍNDICE FIRJAM NO MUNICÍPIO E APLICABILIDADE DO ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA URBANA (IQVU).

O desenvolvimento de atividades minerais nos municípios paraenses são motivos para debates sobre os objetivos dessas atividades e quais formas de amenizar os impactos serão desenvolvidas nessas áreas. Em muitos casos, o uso do termo “sustentabilidade” é negado ou questionado para as atividades minerais, pois os impactos causados são irreversíveis tanto na questão ambiental com a apropriação de grandes áreas naturais para a extração mineral, quanto na social como, por exemplo, a retirada de populações de suas casas para que se torne possível o desenvolvimento do grande empreendimento. A transformação socioeconômica nos municípios é um fator essencial na análise dos impactos sociais, pois em muitos casos, não estão preparados para receber esses grandes projetos, e acabam ficando dependentes dessa

economia sem desenvolver formas alternativas de renda, tendo em vista que os recursos minerais são finitos.

A população de Paragominas era de 97.819 em 2010 tendo um aumento estimado para 110.026 habitantes no ano de 2017 segundo dados do IBGE (2017). A cidade teve um aumento em sua populacional impulsionado pela presença da empresa Hydro em seu território com a exploração mineral, famílias que vem de outros estados em busca de novas oportunidades de emprego tentam a sorte indo para o município. Porém, a implantação da exploração mineral acaba sendo uma esperança, em muitos casos, frustrada, pois as administrações dos municípios não trabalham de forma correta para o desenvolvimento da cidade aplicando na melhoria social as arrecadações que são exclusivas para esse ponto.

A incapacidade dos municípios mineradores de receber o grande número de famílias que procuram chances de melhoria de vida e vão para essas áreas sem nenhuma perspectiva de emprego, porém com a esperança de conseguir alguma oportunidade faz com que a exclusão social só aumente pela má distribuição pública e sem nenhum critério do dinheiro público advindo da mineração. A organização econômica do território da mineração, realizada pelos grandes grupos do capital estrangeiro, acaba por projetar nesses espaços, problemas na ordem social, uma vez que a migração pela busca por empregos nesses projetos e por melhores condições de vida leva muitas pessoas a locais que não foram projetados para recebê-las. Segundo (PALHETA DA SILVA, 2013).

O Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), é um instrumento criado em Belo Horizonte em 1996 que posteriormente passou a ser aplicado na escala Nacional em 2005 (IQVU –BR) para analisar o desenvolvimento e a qualidade da vida urbana nos municípios. As Secretarias Nacionais de Habitação, Saneamento e Transporte/Mobilidade que integram o Ministério das cidades são usadas como referência para a análise desse conceito de qualidade de vida urbana nos municípios. Os aspectos fundamentais para a mensuração da qualidade de vida urbana, seguindo o IQVU-BR (2015), são: 1. O dimensionamento da equidade do acesso da população aos bens e recursos urbanos, 2. A avaliação da qualidade ambiental a partir de aspectos socioambientais e 3. A produção de elementos para a discussão de sustentabilidade do desenvolvimento humano

Analisando as características do município de Paragominas na temporalidade de 2010 à 2017, podemos aplicar o instrumento do IQVU para o desenvolvimento de questões sociais e ambientais relacionadas à arrecadação Compensação Financeira para a Exploração de Recursos Minerais (CFEM). As dinâmicas territoriais na cidade de Paragominas são grandes

e, partir do início da exploração mineral no município (2007), essas dinâmicas não devem ser vistas apenas como exclusivas do município minerador, mas também das cidades e outros tipos de habitações ao redor, como vilas camponesas, ou pesqueiras, famílias que vivem à beira de estradas, entre outros que devem ser introduzidas nessa análise. No caso da exploração de Bauxita em Paragominas, o seu beneficiamento não é feito no município, então é transportado pelo mineroduto até a cidade de Barcarena, com uma distância de 244 passando por Ipixuna, Tomé-Açu, Acará, Moju e Abaetetuba e todas essas áreas devem ser vistas como influenciadas pela mineração que ocorre em Paragominas.

Os índices de Educação, Saúde, Meio Ambiente e Infraestrutura são tidos como essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. O uso do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGH), lançado em 2012, como ferramenta de análise da gestão municipal das cidades é utilizado como outra base de análise, pois com ele é possível ter a transparência de como os gastos públicos estão sendo distribuídos nas cidades e em quais setores mais especificamente há o maior gasto e também onde há a necessidade de melhorias. Relacionando o índice Firjan com a exploração mineral e a arrecadação dos impostos advindos dessa atividade, podemos notar como o desenvolvimento da cidade não está acompanhando os lucros das empresas da mineração, e que as verbas disponíveis advindos da mineração não estão sendo aplicadas de forma correta.

De acordo com indicadores do site oficial do Índice Firjan e fazendo uma análise em um recorte menor, o regional ou municipal, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) disponibiliza dados importantes para analisar o desenvolvimento do município de Paragominas. Com base nos dados coletados no ano de 2010, Paragominas segue um processo de desenvolvimento relativamente bom, comparado a outros municípios Paraenses e até mesmo do Brasil, se consolidando na quarta posição no ranking do Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal (IFDM), porém um ponto que se destaca nessa análise é que a questão da saúde no município não acompanhava esse processo de melhoria, ficando como desenvolvimento regular, acima apenas do baixo desenvolvimento como é apresentado no gráfico.

TABELA 2- INDICADORES FIRJAM DE 2010 E 2013

ANO	IFDM	EDUCAÇÃO	SAÚDE	EMPREGO/RENDA
2010	0.6502	0.6240	0,5901	0,7365
2013	0.6818	0.7123	0.6839	0.6592

Fonte: IFGF, IFGF (Elaborado pelo autor).

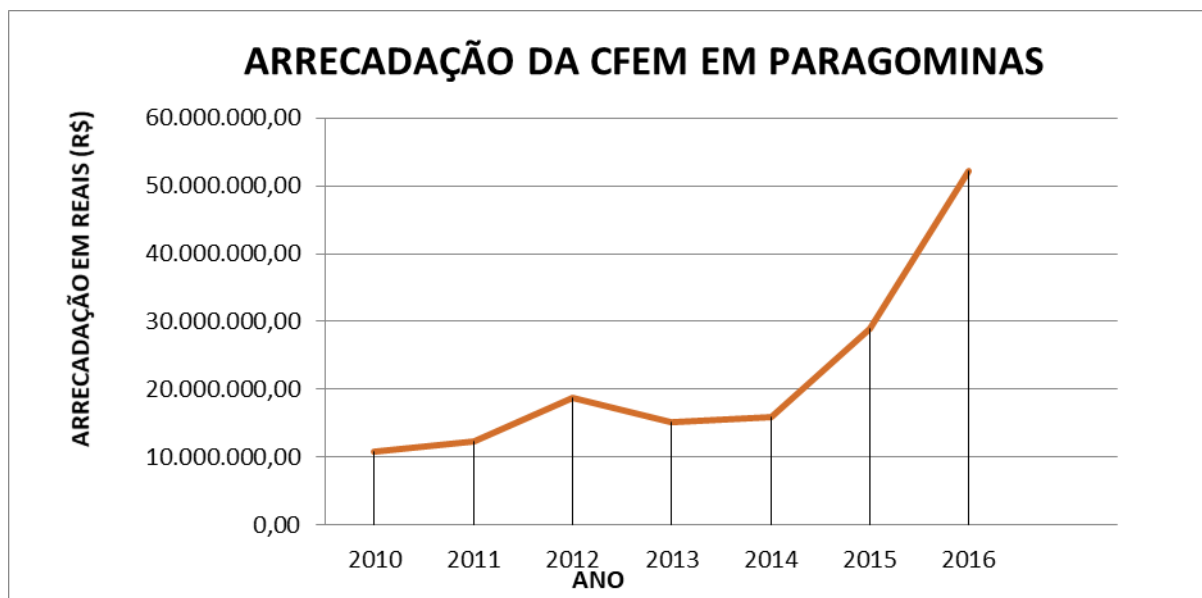
O IFDM faz uma análise mais profunda dos municípios brasileiros, pois medir o desenvolvimento de um país apenas pelo desenvolvimento econômico não é o ideal, pois a necessidade de uma leitura do micro é essencial para se desenvolver uma opinião crítica das dinâmicas de cada município. As notas variam de 0 à 1, onde os municípios que mais se aproximam da nota máxima, maior é seu desenvolvimento, isso permite enxergar tendências e identificar mudanças. Dessa forma, é possível identificar carências e gerenciar o seu desenvolvimento e também é uma forma democrática de geração de dados para a sociedade que necessita.

O desenvolvimento da Educação e do Emprego/Renda está tido como moderado no ranking Firjam, diferente de outros municípios do Pará que tem como base econômica a mineração e também outras bases econômicas. Isso deixa claro que o município de Paragominas apresenta números relativamente bons, estando no grupo da região norte dos 15% dos municípios com o “Desenvolvimento Moderado”, tendo em vista que o grupo do “Desenvolvimento Regular” é de 75% e o de “Baixo Desenvolvimento” 13,2%. Porém, deve ser levado em consideração que o potencial da cidade poderia ser maior do que o apresentado se for relacionado com a quantidade da extração mineral no município, como foi exposto nos dados do anuário mineral brasileiro (2016) e conseqüentemente dos impostos recebidos por esse processo, a CFEM.

RELAÇÃO DA ARRECADAÇÃO MINERAL COM O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O desenvolvimento da atividade mineral nos municípios brasileiros é de certa forma polêmica e contraditória em alguns fatores, uma vez que a partir da instalação desses grandes projetos a lógica deveria ser que desenvolvimento local fosse paralelo aos números da exploração. Porém, em inúmeros casos a instalação dos projetos minerais faz com que os municípios se tornem reféns dessa base econômica, o que é um perigo por ser uma base de recursos naturais finitas. A falta de incentivos ao desenvolvimento de alternativas econômicas nos municípios é um dos principais fatores dessa dependência da mineração por parte dos governos locais.

GRÁFICO 2 – Arrecadação da CFEM em Paragominas (2010 – 2016).



Fonte: DNPM - CFEM 2017 (Elaborado pelo autor)

É possível analisar de acordo com os dados da tabela apresentada que os números de arrecadação da CFEM vêm crescendo desde o ano de 2010, com uma pequena queda no intervalo de 2012 à 2013 e mantendo o nível até 2014 seguido por um crescimento considerável na arrecadação passando dos cinquenta milhões de reais. Porém, esse crescimento não é acompanhado pelo desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida da população local.

De acordo com dados do DATASUS, a quantidade de unidades de atendimento aumentou nesse período de 44 para 99 nos anos de 2010 à 2016. As formas de atendimento no município cresceram de forma geral, pois segundo dados do IBGE (2016), houve um aumento nos anos de 2010 para 2017 nessa infraestrutura da saúde. Formas de atendimento que não existiam no ano de 2010 passaram a ser disponibilizadas para a população, como por exemplo, o Centro de Apoio a Saúde da Família (CASF) e outros aparatos que já existiam aumentaram seus números, como é o caso das clínicas especializadas que passaram de 8 para 31.

É possível notar também que o número de postos de saúde diminuiu consideravelmente de 18 para 5 unidades municipais e o número de unidades móveis terrestres também diminuiu de 2 para apenas 1 no intervalo de 2010 à 2017. Dessa forma, fica evidente que o desenvolvimento na saúde pode ser analisado por diferentes atores sociais,

pois a população com renda menor acaba sendo a mais prejudicada pela diminuição dos postos de saúde, tendo em vista que essa forma de atendimento acaba sendo a mais próxima tanto no âmbito social, com os médicos atendendo bairros e tendo uma atenção maior para os moradores, tanto na questão da localização, por esses postos se encontrarem em mais acessíveis para essa população de menor renda nos bairros menos desenvolvidos do município.

TABELA 3 – Quantidade e tipos de estabelecimentos em Paragominas.

Quantidade por Município e Tipo de Estabelecimento	Período: Jan/2010	Período: Set/2017
CENTRAL DE REGULAÇÃO	0	1
CENTRO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA-CASF	0	1
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS	0	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA DE SAUDE	0	20
CLINICA ESPECIALIZADA/AMBULATORIO ESPECIALIZADO	8	31
CONSULTORIO	3	11
HOSPITAL GERAL	4	5
POSTO DE SAUDE	18	5
PRONTO ANTEDIMENTO	0	1
SECRETARIA DE SAUDE	0	1
UNIDADE DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA	1	7
UNIDADE DE SERVICIO DE APOIO DE DIAGNOSE E TERAPIA	6	10
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSP-URGENCIA/EMERGENCIA	0	1
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	2	1

Fonte: TABNET – DATASUS 2017 (Elaborado pelo autor)

No que se refere à educação no município, os indicadores mostram que apesar do crescimento da arrecadação da CFEM o número de matrículas nas escolas diminuiu. De acordo com dados coletados do INEP, comparando os anos de 2012 e 2016, as matrículas nas escolas estaduais e municipais caíram no ensino fundamental, médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), apenas a educação infantil teve aumento de matrículas. No ensino fundamental a queda de matrículas foi de 1.575 estudantes matriculados, no médio a queda foi menor, de 186, porém grande, comparada ao número de matriculados não ser tão elevado e no EJA a queda foi de 1994 estudantes a menos nas escolas. Deve se levar em consideração que no ano de 2016, a arrecadação da CFEM passou dos 50 milhões de reais em Paragominas

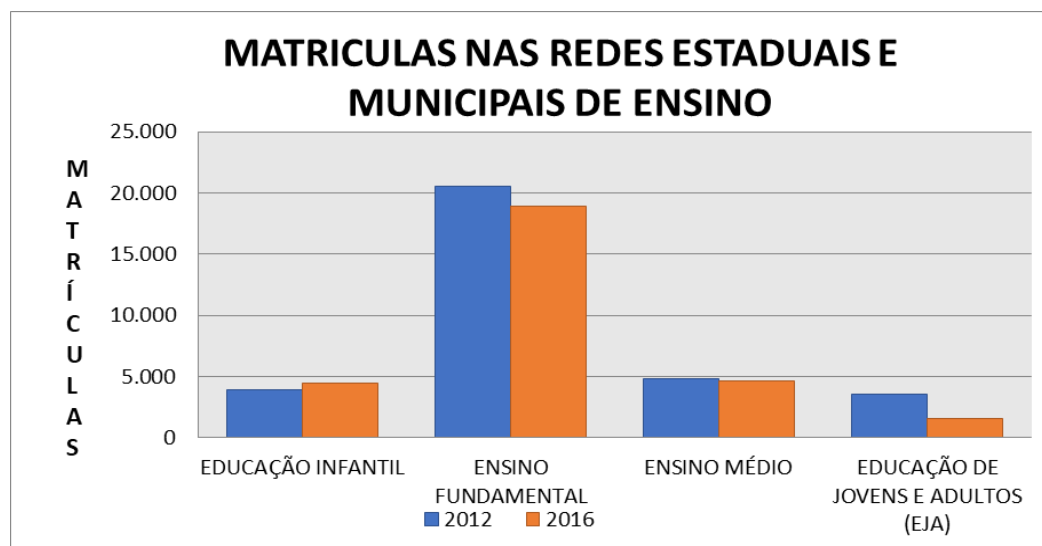
mostrando que a necessidade de uma transparência no uso dessa arrecadação deve ser feita para a sociedade saber onde estão sendo investidos os royalties advindos da mineração.

Como nos números da saúde, a relação da arrecadação dos royalties advindos da mineração não está em harmonia com o desenvolvimento e da melhoria da situação da sociedade de Paragominas, como aborda Palheta da Silva (2013)

É, preciso garantir que o Estado Nacional seja forte e torne forte o Estado Paraense para resistir às pressões internacionais, e assim, o uso dos recursos naturais – como os minerais – sirva à própria lógica do desenvolvimento do Estado Nacional e local, a serviço de sua sociedade. (...) É necessária a modernização das administrações municipais e um maior compromisso do gestor público com seus municípios. Na maioria das vezes não se vê os gestores locais pensando no futuro de seus municípios. PALHETA DA SILVA (2013 p 257 e 259)

A transparência na administração Municipal e Estadual é essencial para o desenvolvimento dessas áreas de forma que a população tenha conhecimento de seus direitos e possa reivindicar os seus direitos perante o município. O número de escolas relacionadas ao número da população local não é o ideal segundo o IQVU, pois para se mensurar a qualidade de vida urbana não se deve levar em consideração apenas as condições sociais como números e sim o acesso aos bens materiais e a sua distribuição na área do município, para que dessa forma, seja possível analisar se todas as classes sociais estão sendo atendidas de forma homogênea pela gestão municipal.

GRÁFICO 3 – Matrículas nas redes estaduais e municipais de ensino em Paragominas



Fonte: DATAVIVA – DATASUS, 2017 (Elaborado pelo autor).

Segundo dados da SEDUC, no intervalo dos anos de 2010 a 2017 uma escola Estadual foi fechada ficando com um total de 5 escolas estaduais com o número de 4.472 matrículas efetuadas no ano de 2017. Diante dessa análise, a dinâmica que se concretiza em Paragominas na área da Educação tem variáveis que influenciam muito na sociedade local, variáveis essas que afetam diretamente a população de menor poder aquisitivo, pois as escolas particulares não sofrem influências da mineração e vem aumentando seus números ao longo dos anos enquanto que população que necessita do ensino público não vê melhorias estruturais e de ensino na cidade.

TABELA 4 – Quantidade de Escolas em Paragominas

<u>DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA</u>	<u>NÚMERO DE ESCOLAS</u>
ESTADUAL	5
FEDERAL	1
MUNICIPAL	84
PRIVADA	13

Fonte: Educacenso – INEP, 2017 (Elaborado pelo autor).

Outro tema de análise na cidade de Paragominas é o Meio Ambiente e como ele vem sendo tratado no decorrer do tempo. A preservação dos meio naturais é essencial para manter o equilíbrio de uma sociedade com o desenvolvimento sem a devastação da natureza local. Segundo o Imazon (2013) Paragominas é um município emblemático porque passou pelo rápido processo de ocupação na década de 1960, e com diferentes ciclos econômicos, como a pecuária extensiva, exploração madeireira e a partir de 2007 a exploração de bauxita. Todos esses processos fizeram com que Paragominas alcançasse o número crítico de 44% de desmatamento de seu território até 2010.

A necessidade de sair da lista dos municípios que mais desmatavam no país, Paragominas começou inúmeros processos de repressão e conscientização da sociedade sobre o desmatamento de sua cobertura vegetal, um deles foi o cadastro ambiental rural (CAR) em pelo menos 80% de seu território. O lançamento do projeto “Paragominas: município verde” foi uma iniciativa que teve o apoio de inúmeros órgãos ambientais para que se concretizasse. Dessa forma, Paragominas se tornou exemplo no Estado na sustentabilidade dos seus recursos naturais depois de seu passado de extrema exploração natural desenfreada. Segundo a SIMINERAL

A Hydro realiza, em Paragominas, o controle de sedimento de lama vermelha que é gerado pela produção de alumina. Para isso é feito um processo que envolve lavagem, filtração e descarte que impede a filtração do depósito no solo. Além disso, em sua operação as águas pluviais são coletadas e filtradas para o ajuste do Ph necessário. SIMINERAL (2017)

Paragominas vem mostrando a melhoria no desenvolvimento de formas para o uso sustentável da sua cobertura vegetal. Aplicação rígida de leis sobre a extração de madeira ilegal. Segundo o Site da Prefeitura (2016) o município diminuiu em 90% o desmatamento em seu território. Se a exploração mineral não for feita de forma segura, os impactos naturais serão profundos e irão se arrastar por centenas de anos na área do município. Assim, é necessário que a gestão municipal tenha uma posição rigorosa em relação à forma como a empresa Hydro trata com os resíduos da exploração e não faça com que os impactos, que já são grandes no município sejam maiores.

Levando em consideração as dinâmicas da cidade de Paragominas pela influência da extração mineral, outro ponto que deve ser levado com consideração é a questão da infraestrutura municipal, tendo em vista que esse é um fator que se reestruturou ao longo do tempo, com a construção da Rodovia 010, popularmente conhecida como Belém-Brasília. Esses processos de estruturação da cidade nesse período de tempo são diferentes das dinâmicas atuais do município, pela necessidade de atender as necessidades do capital estrangeiro e a instalação dos grandes projetos minerais no município.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Paragominas apresenta 12.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 12.9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 5.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). O município também está incluído no Programa PLANSANEAR/PA que tem por finalidade apoiar tecnicamente os municípios do Pará na elaboração de planos setoriais no âmbito do saneamento básico – Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), segundo a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Pará (2017).

Não podemos afirmar que a mineração nos municípios é sinônimo de desenvolvimento, pelo menos não para todas as parcelas da sociedade e sim para os mais privilegiados que tem seus imóveis no centro urbano do município. Como levanta Maria Amélia Enriquez em sua tese de Doutorado (2007)

As fartas rendas provenientes da extração dos recursos minerais produzem uma espécie de maldição por limitarem a capacidade expansiva de outros setores produtivos. (...) Elas induzem o poder de uma elite atrasada e parasitária que não conseguem deslanchar políticas para diversificar a economia e deixa-la menos dependente do setor mineral. (ENRIQUEZ, 2007 p 25).

O desenvolvimento estrutural da cidade não acompanha a arrecadação mineral no município, isso mostra mais uma vez que o processo de desenvolvimento das cidades que são tidas como mineradoras necessitam de uma correlação de três pontos: A sociedade, a gestão pública e a Mineração. Sem essa harmonia, a parcela que mais necessita do desenvolvimento e melhoria de vida não é atendida em suas necessidades mais básicas, pois apenas as lógicas comerciais são atendidas pelo poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, ficam evidentes diante das análises socioeconômicas do município de Paragominas que o processo da mineração não é necessariamente sinônimo de prosperidade, pois, o desenvolvimento, geração de empregos, sustentabilidade, entre outros fatores em muitos casos ficam apenas nos discursos. As atividades minerais levam consigo particularidades que precisam ser avistadas em suas entrelinhas para que a hegemonia do capital estrangeiro não torne os municípios mineiros reféns de seu desenvolvimento.

Dessa forma, o desenvolvimento, em inúmeros casos, depende de grupos particulares, ou empresas que se territorializam nos municípios mineradores com interesses específicos que não levam em consideração a opinião da sociedade local e acabam por impor suas intenções. As dinâmicas territoriais desses locais passam a ser modeladas pelo capital estrangeiro usando de diversas estratégias para concretizarem seus projetos, estratégias essas, que em muitos casos são direcionadas diretamente à administração do município que por necessidade de novas formas econômicas para crescimento da cidade acaba incentivando no âmbito fiscal a chegada dos grandes projetos mineradores para depois pensar nas possíveis consequências que eles podem introduzir na dinâmica local. Segundo Vale (2012):

O conceito de desenvolvimento depende de grupos particulares e interesses específicos de lugares em determinados momentos temporais. O desenvolvimento é socialmente determinado. Os caminhos do desenvolvimento das regiões são divergentes, em resultado da evolução histórica da economia e da sociedade em cada região. (...) Os benefícios do desenvolvimento econômico não se distribuem de forma igual entre as regiões (e as pessoas). Os conceitos e as teorias constituem quadros de racionalidade explicativa das dinâmicas regionais que nos permitem entender os agentes e as

relações causais e a forma como configuram processos e mecanismos ajudam-nos a interpretar como e por que determinadas manifestações ocorrem de determinada forma. (Vale, 2012, p 23 e 24)

O Estado, por sua vez deveria agir como um mediador dos interesses das diversas parcelas sociais com o objetivo do desenvolvimento homogêneo em todos os quesitos, como por exemplo: social, econômico ou ambiental. A maior transparência do uso dos recursos advindos da mineração é essencial para que a sociedade passe a ter consciência dos seus direitos perante as transformações causadas pelos grandes projetos mineradores. O uso específico da CFEM não tem uma secretaria específica para gerenciar a aplicabilidade por parte das prefeituras desses recursos em prol da sociedade, dessa forma, a dificuldade de saber se os investimentos estão sendo feitos nas áreas corretas é grande. Como aborda PALHETA DA SILVA (2013)

É necessária a modernização das administrações municipais e um maior compromisso do gestor público com seus municípios. Na maioria das vezes não se vê os gestores locais pensando no futuro de seus municípios. A solução para muitos governantes é mais imediatista, e a mineração quando está presente nos municípios acaba contribuindo para esse pensamento, que inibe um planejamento futuro. PALHETA DA SILVA (2013 p 259).

O desenvolvimento do município de Paragominas não acompanha os números da arrecadação mineral e a empresa Hydro, por sua vez não tem a preocupação social em seus primeiros planos. A desigualdade social no município não diminui e os investimentos sobre as áreas da saúde, educação, meio ambiente e infraestrutura foram feitos em sua maior parte no início da exploração como uma forma de resposta aos governos. Seguindo a análise do município no IQVU, os números não são esperançosos, tendo em vista que os investimentos no desenvolvimento da qualidade de vida local são pequenos comparados com o potencial mineral que a área de Paragominas apresenta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cidades IBGE Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/1505502>,
[acesado em 14/09/2017](#)

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia, 2007, p. 2-28.

DNPM, Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/assuntos/arrecadacao>, acessado em 10/06/2017

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, Informe Mineral do Estado do Pará, 2016, Belém – PA, Agosto de 2017.

DNPM, O que é CEFEM? Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/dnpm/documentos/folder-cfem>, Acessado em: 04/05/2017.

Imazon – Municípios Verdes, disponível em: <http://imazon.org.br/slide/municipios-verdes/>, acessado em: 10/08/2017.

SAQUET, Marques Aurélio. **Abordagens e concepções de território e territorialidade**, Revista Geográfica da América Central. 2011, p. 1-16.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa, **Bases teóricas, metodológicas de elaboração e aplicabilidade de indicadores intra – urbanos na gestão municipal da qualidade de vida urbana em grandes cidades: o caso de Belo Horizonte**, São Carlos-SP: UFSCar, 2002, pg.22-62.

_____. **Metodologia de Construção de Índices e Indicadores Sociais, como Instrumentos Balizadores da Gestão Municipal da Qualidade de Vida Urbana: uma síntese da experiência de Belo Horizonte**, PRONEX-NEPO/UNICAMP, 2000.

SILVA, Maria Amélia Rodrigues da, **ROYALTIES DA MINERAÇÃO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE REGIÕES MINERADORAS NA AMAZÔNIA ORIENTAL?** Disponível em http://www.repositorio.ufpa.br:8080/jspui/bitstream/2011/3086/1/Artigo_RoyaltiesMineracaoInstrumento.pdf, Acessado em: 20/05/2017.

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. **Os recursos de territórios e os territórios de recursos**, Geosul, 2001, p. 31-50.

PALHETA DA SILVA, João. **Território e Mineração em Carajás**. Belém. Editora ED GAPTA, 2013.

VALE, Mário. **Conhecimento, inovação e território**. Lisboa. Fernando Mão de Ferro, 2012.

LIMA, Joandreson. **“Dinâmicas e ordenamentos territoriais dos grandes projetos de mineração no Estado do Pará (2009 – 2014): O caso de Paragominas”**. Geosaberes, v 6, n 1, Fevereiro/2016.

ENRIQUEZ, Maria Amélia. **Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira.** 2007. Número de páginas. 449. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília – DF, 2007.

DATAVIVA. Disponível em: <http://www.dataviva.info>. Acessado em: 07/08/2017

EDUCACENSO. Disponível em: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/paragominas>.

Acessado em 10/09/2017

URBANIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO URBANA E PRODUÇÃO DE DESIGUALDADE SOCIOESPACIAIS E DA MORADIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: o caso do conjunto PAAR, Ananindeua, Pará.

Guilherme Batista Monteiro¹²

Resumo

O presente plano de trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a urbanização do território amazônico, a reestruturação urbana e a produção da moradia nas cidades de Belém e Ananindeua no contexto metropolitano a partir dos anos de 2000. Considerando tal proposta, elegemos como recorte territorial o Conjunto PAAR, espaço que se constitui como aglomerado precário oriundo de grandes ocupações que foram produzidas na Região Metropolitana de Belém (RMB) na década de 1990, como resultado do processo de urbanização do território amazônico, de políticas públicas urbanas induzidas pelo Estado.

INTRODUÇÃO

O presente plano de trabalho tem como objetivo analisar a relação a relação entre a urbanização do território amazônico, a reestruturação urbana e a produção da moradia nas cidades de Belém e Ananindeua no contexto metropolitano a partir dos anos de 2000. Considerando tal proposta, elegemos como recorte territorial o Conjunto PAAR, espaço que se constitui como aglomerado precário oriundo de grandes ocupações que foram produzidas na Região Metropolitana de Belém (RMB) na década de 1990, como resultado do processo de urbanização do território amazônico, de políticas públicas urbanas induzidas pelo Estado. Tais processos bem como, as estratégias e ações por parte do poder público a partir dos anos de 1970 no sentido de induzir dinâmicas de concentração e desconcentração econômica, espacial e demográfica, contribuíram para a desterritorialização de classes sociais com baixa demanda solvável de algumas áreas centrais da primeira légua patrimonial de Belém.

Desse modo, tais elementos contribuíram para uma divisão social desigual do espaço das cidades, assim como, para a produção do processo de valorização do espaço construído, da especulação imobiliária e do inchaço populacional. Paralelamente a isso, os investimentos do Estado no que tange a produção de moradia para classes com baixo poder aquisitivo a partir dos anos de 1980 resultaram na redefinição da relação centro-periferia.

As políticas habitacionais desenvolvidas pelo governo Estadual e municipal, através da COHAB colaboraram para a formação de diversos bairros desse município, dentre os

¹² Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Pará. E-mail:

quais, o Conjunto PAAR, que constitui expressão de espacialidades urbanas desiguais no contexto metropolitano. Sustentamos a hipótese de que os processos de urbanização e reestruturação urbana e da cidade, associados a estratégias e ações governamentais através de políticas públicas habitacionais, contribuíram para a manutenção e ampliação de desigualdades socioespaciais, visto que tais elementos engendraram formas, conteúdos socioespaciais, bem como processos de reprodução do espaço urbano que expressam diferenciações e desigualdades socioespaciais, sobretudo a partir dos anos de 2000.

OBJETIVOS:

Geral

- Analisar a relação entre a urbanização do território, reestruturação urbana e desigualdades socioespaciais correlacionadas à produção da moradia no Conjunto PAAR a partir dos anos 2000.

Específicos

- Identificar os elementos fundamentais na formação do Conjunto PAAR no âmbito da estruturação da cidade de Ananindeua no contexto metropolitano belenense;
- Investigar como o poder público em suas distintas esferas (municipal, estadual e federal) agiu e ainda age na produção da moradia no Conjunto PAAR;
- Analisar qual o papel que os agentes sociais excluídos possuem na produção do Conjunto PAAR;
- Examinar como vem sendo produzidas as desigualdades socioespaciais no Conjunto PAAR no que diz respeito à moradia a partir dos anos 2000.

JUSTIFICATIVAS

O presente trabalho justifica-se, do ponto de vista teórico, pela necessidade de construir um conjunto de reflexões acerca do delineado objeto de pesquisa, entendido como resultado e condição da existência das particularidades urbanorregionais, principalmente no que diz respeito a suas relações com a produção do espaço metropolitano, regional e brasileiro durante a passagem dos períodos geográficos.

Já sob um ponto de vista teórico-prático, se justifica por procurar constituir-se como um trabalho que apresente relevância para embasar futuras ações relacionadas à elaboração de políticas públicas dotadas de eficiência frente às demandas e particularidades que essa fração da urbano-diversidade amazônica apresenta.

Por fim, sob um ponto de vista teórico-prático, o trabalho em questão procura subsidiar a sociedade brasileira e paraense com informações consistentes acerca das contradições imanentes à maneira como se deu a urbanização do território e suas reverberações e contradições na produção das desigualdades socioespaciais no que refere a problemática da moradia que a acompanha e a ela se inter-relaciona.

Com base no exposto acima, o respectivo trabalho, vinculado ao projeto “Reestrututuração urbano-regional e desigualdades socioespaciais em cidades amazônicas: a produção da desigualdade socioespacial e da moradia em Marabá e Parauapebas, Pará”, se coloca como relevante pelo imperativo de compor uma agenda de pesquisa sobre a produção de desigualdades socioespaciais correlacionada à produção de moradia em cidades amazônicas.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Para o desenvolvimento da presente pesquisa objetiva-se primordialmente levar a cabo o envolvimento entre a abordagem teórica e a abordagem empírica. Com isso procurou-se num primeiro momento executar reuniões do grupo de pesquisa para eleger e aprimorar os fundamentos teóricos e metodológicos que irão ser o suporte do estudo com base em levantamento e análise bibliográfica. Nesse sentido, debateremos conceitos como desigualdade socioespacial, reestruturação urbana e da cidade, metropolização do espaço, urbanização e dispersão urbana. Esse exercício será feito ao lado de levantamento documental e a respectiva análise sobre a formação de nosso recorte espacial de estudo, ou seja, o Conjunto PAAR no âmbito da formação metropolitana, pretendendo estabelecer um enfoque histórico-geográfico que permita compreender elementos e processos determinantes na configuração de nosso objeto de pesquisa.

Dentre as temáticas que se articularão ao instrumental teórico serão abordadas: 1) As condições de Moradia; 2) Dinâmica populacional e mercado de trabalho; 3) Ramos de atividades econômicas que atendem a população da área em questão e sua suficiência no suprimento das demandas; 4) Déficit habitacional: co-habitação, improvisação e uso de materiais rústicos; 5) Programas habitacionais de interesse social públicos; 6) Condições

inadequadas de moradia: densidade excessiva, irregularidade fundiária, carência de infraestrutura e de instalações sanitárias nos domicílios e; 7) Processos de planejamento urbano e habitacional. Tais temáticas foram selecionadas por permitirem a compreensão da reprodução das desigualdades socioespaciais no interior do espaço urbano e os aspectos da urbanização e suas manifestações na periférica na Região Metropolitana de Belém.

No que se refere aos indicadores que serão utilizados para a interpretação da produção, distribuição e localização das desigualdades socioespaciais no espaço estudado elencamos: 1) Número de habitantes por domicílio, o que possibilita verificar o número de habitantes por domicílio na cidade e no setor censitário; 2) Domicílios sem banheiro, sendo de grande valia para demonstrar os domicílios em piores condições; 3) Domicílios com quatro banheiros ou mais, o que possibilita a localização das melhores condições dos domicílios; 4) Chefes de família com rendimento de até um salário mínimo, indicados que possibilita a localização do chefes de família com algum rendimento; 5) Chefes de família sem rendimento, indicador que condiciona a localização dos chefes de família com pior rendimento; 6) Chefes de família com rendimentos acima de vinte salários mínimos, este que propicia a localização do melhores rendimentos e, conseqüentemente, melhores indicadores.

Os indicadores acima serão apresentados através de 4 intervalos de classe, sendo que cada intervalo de possuirá uma cor que será mais quente conforme o indicador apresentar piores resultados e menos quente conforme apresente resultados melhores. No caso das variáveis “domicílios com 4 banheiros ou mais” e “chefes de família com renda acima de 20 salários mínimos”, os indicadores melhores serão expressos por cores mais frias e os piores por cores menos frias.

Quanto os valores a seres expressos nos intervalos de classes, eles foram divididos utilizando a divisão baseada nos “quantis”, ou seja, no estabelecimento de separatrizes que divide qualquer amostra em partes com dimensões iguais, recurso existente no SIG Quantum GIS 2.18, versão Las Palmas.

Esses indicadores levantados acima terão sua distribuição demonstrada no Conjunto PAAR por meio da produção de uma cartografia para cada indicador através do SIG Quantum GIS 2.18, versão Las Palmas, sendo que os indicadores terão seus valores distribuídos por setor censitário. Com esta tarefa pretendemos identificar a localização de diferentes segmentos sociais no Conjunto PAAR juntamente com os aspectos qualitativos de suas moradias.

A realização de levantamentos e análises de dados secundários irá compor o segundo momento da pesquisa, por meio do qual procurar-se-á obter indicadores demográficos, socioeconômicos e espaciais junto a órgãos e institutos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nos quais serão buscados indicadores sociais municipais. Indicadores obtidos junto à Secretaria Executiva de Planejamento, de Orçamento e Gestão do Estado do Pará (SEPOF), ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ao Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (SNIU), aos Censos Demográficos e aos Órgãos de Planejamento municipais também serão utilizados para oferecer dados importantes de caráter econômico e social.

O terceiro momento da pesquisa irá contar com a efetuação de registros fotográficos por meio de observações sistemáticas do espaço estudado para averiguação a estrutura espacial e das formas existentes no recorte territorial estudado, procurando atentar para a urbanização e sua relação com as desigualdades socioespaciais. Juntamente com esses procedimentos metodológicos, irá ser feito ainda mapeamento da estrutura metropolitana, do município e da cidade de Ananindeua utilizando geotecnologias e SIG's com o objetivo de localizar e analisar a distribuição das condições de acesso à moradia no espaço da referida cidade.

Num quarto momento irão ser realizadas entrevistas com agentes específicos em campo para confirmação ou negação das informações obtidas por meio dos dados secundários, as quais terão como guia roteiros de entrevista semiestruturadas. Será feito, posteriormente, a sistematização dos dados coletados pela construção de planilhas e quadros síntese, derivados dos dados primários e secundários levantados.

1. Urbanização, desigualdades socioespaciais e metrópole

Analisar um certo espaço e um dado fenômeno no âmbito da ciência implica a apropriação de um certo número de conceitos, categorias e teorias a fim de conferir coerência e garantir o estatuto científico da pesquisa. Desse modo, nesta parte dos resultados elencaremos as principais formulações conceituais e teóricas por meio das quais nosso objeto de estudo, isto é, as desigualdades socioespaciais referentes a moradia no bairro PAAR, será analisado.

Nossos marcos teórico-conceituais pensados como essenciais para a pesquisa são, o conceito de urbanização, o conceito de desigualdades socioespaciais e o de metrópole. Os dois

primeiros porque pensado como co-determinantes e associados, o segundo porque *locus* particular de manifestação do urbano e de concentração e produção das desigualdades socioespaciais. Vejamos, então, os as formulações conceituais que sustentarão o desenvolvimento de nosso trabalho.

1.1 Sobre o Conceito de Urbanização

Falar na produção de desigualdades socioespaciais enquanto conceito norteador deste trabalho coloca a necessidade de pensar a urbanização de Ananindeua e a constituição de sua cidade, visto que este processo e esta forma espacial se postam como condição/meio para a produção/reprodução das desigualdades. Para tanto, é mister que procuremos refletir sobre o conceito de urbanização para demarcar os caminhos que iremos percorrer.

Ressaltando seu caráter processual, a urbanização exige sua reflexão como propagação do urbano, cuja generalização e expansão alcançam a escala mundial. Esse processo, por se constituir numa nova qualidade do espaço, produz novas relações e paralelamente tem implicações sobre as pré-existentes. Portanto, a urbanização seria um direcionamento de processos sociais e espaciais que possibilitam que o capitalismo reproduza o que há de mais essencial de suas relações sociais de produção. Além disso, temos que tomá-la como um processo que, sendo iniciado no início de séc. XIX com a expansão das condições engendradas pela revolução industrial e desenvolvimento do “capitalismo concorrencial”, muda de qualidade conforme se altera a geografia histórica de seu desenrolar.

Harvey (2004c) aborda muito bem da urbanização numa perspectiva que permite vislumbrá-la enquanto um processo de produção desigual do espaço, como um movimento correspondente ao modo de produção capitalista e sua expansão, a partir do qual os processos construção e re-construção urbanos são postos em movimento para a promoção de lucro e reprodução do capitalismo. Dessa maneira, a urbanização conformaria uma determinada forma de organizar no espaço e no tempo as capacidades humanas em suas várias facetas, tomando as forças divergentes com o fim não de coloca-las em convergência, mas de direcioná-las aos caminhos possíveis de valorização.

Retomando processos de reestruturação do ambiente construído, especificamente nos EUA, durante a adoção de políticas keynesianas (produção da “cidade keynesiana” e absorção de excedentes através do ambiente construído), Harvey (2004c) considera a urbanização como fator responsável pela mobilização de uma gama de negócios, da própria “produção,

apropriação e absorção de excedentes orçamentais” (p. 34), assumindo diferentes formas e sentidos nas reconfigurações do modo de produção capitalista.

Nesses termos, o mesmo autor chama atenção para as diferenças de mobilização de excedentes na cidade mercantil, industrial e “keynesiana”, assim como o significado do urbano seu papel na acumulação de capital. Especificamente na cidade “keynesiana” é que é encontrada a possibilidade de reproduzir o capitalismo através da construção e reconstrução do ambiente urbano, quando “o capitalismo deve se urbanizar para se reproduzir” (p. 35). Além do mais, nessa dinâmica o espaço urbano não só passa a ser produzido para/pelo capital, mas é controlado à medida que o acesso, gestão são feitos em prol da acumulação e absorção de excedentes.

Assim, a urbanização se mostra como possibilidade para realização e reprodução do capital, tanto por redefinição de relações sociais, quanto por intervenções no ambiente construído, visto que esta passa por verdadeiras ressignificações e descamba em inúmeras tensões. Harvey (2004c) leva em consideração as transformações e possibilidades que oferece a urbanização ao longo da história social partindo do século XIX, explicando suas particularidades e determinações em momentos distintos, nos quais sempre se apresenta como saída ao problema do excedente inativo de capital.

Coadunando com Harvey (2004c) no que toca a mudança de natureza que sofre a urbanização, Lefebvre (1999) ressalta um fortalecimento nas últimas décadas da divisão social do trabalho e das diferenciações no interior da escala da cidade, atentando para o fato de que esta passa a ser vista cada vez mais como mercadoria e submetida à lei do valor de troca no seio do processo de acumulação capitalista. Complementando essa compreensão, Harvey (2008) também observa a existência de uma estrita ligação entre a urbanização e o desenvolvimento do capitalismo quando lembra que perpetuamente contribuiu a absorção de excedente e a produção de lucro. Vide as “revoluções urbanas” que ocorreram em Paris orquestradas no século XIX por Haussman e em Nova York na década de 1940 por Moses apontadas pelo autor. Tais apontamentos trazem a necessidade de pensar a urbanização perspectiva histórico-geográfica, resgatando e identificando as determinações presentes nos diversos períodos e suas materializações.

Ao refletir sobre o direito à cidade no âmbito de urbanização sob o modo de produção capitalista, Harvey (2008) apresenta diversas consequências desse entrelaçamento, como

desposseções, distribuição desigual do espaço construído, segmentações sociais neste e, ainda que não se refira a estas, desigualdades socioespaciais.

Com o entendimento de que a urbanização deve ser lida através da abordagem de seu movimento espaço-temporal, Sposito (2004) chama atenção que seu enfoque deve perpassar a longa duração, desde a constituição das primeiras cidades e seus propósitos primeiros, até suas atuais configurações. Essa é perspectiva que pensamos ser essencial para nossa reflexão, a saber, por proporcionar o entendimento do desenvolvimento geral e as particularidades da formação do espaço urbano de Ananindeua e seus respectivos subespaços no contexto metropolitano. Desse modo, segundo essa linha de pensamento, deve-se pensar a urbanização a partir da existência de uma divisão social e territorial do trabalho, além da escala temporal, isto é, à luz da formação histórico-geográfica.

Beaujeu-Garnier (1980) também pensa a urbanização de forma processual e extensiva, diferenciando-a de outros elementos que podem ser observados pelo pesquisador. Nesse sentido, a autora diferencia “civilização urbana” da “urbanização”. A primeira se refere aos hábitos, modos de vida e técnica próprias da cidade para além desta, sua penetração no espaço rural, bem como relações de trabalho. A autora considera isso a difusão de nuances do urbano e não a urbanização em si; a segunda, a urbanização, se trata de um processo que corresponde ao desenvolvimento das cidades em dimensões numéricas, territoriais e demográficas, ou seja, se refere a uma forma-conteúdo (SANTOS, 2014) particular, referente a espacialização do fenômeno urbano capaz de estruturar e transformar as próprias cidades e seus arredores próximos e distantes.

Beaujeu-Garnier (1980) considera o fenômeno urbano como atinente ao sentido da urbanização, sendo a cidade sua plena manifestação. Além disso, identifica a cidade que se estrutura enquanto um “sujeito-objeto”. Isto porque, para a autora, enquanto a cidade centraliza objetos, serviços e atividades, possibilita múltiplos contatos com relações, sujeitos e informações, emite e recebe fluxos de áreas periféricas, se realiza como objeto de um lado, e também condiciona mudanças nos homens que nela habitam, seu arranjo e funcionalidades definem a distribuição das atividades internas, se realizando como sujeito, de outro. Daí esboçar o entendimento do que constituiria um quadro urbano concreto, com formas e conteúdo correspondentes.

Entretanto, Beaujeu-Garnier (1980) não limita o urbano às cidades, pois estas existem se houver alguns requisitos, como “núcleo suscetível de unificar, de dominar, de organizar a periferia” (p. 9), além da capacidade de exercer atração às suas periferias no tocante a serviços

e funções administrativas. Assim, a autora fala que sem essas condições pode existir um fenômeno urbano com uma população a ele identificada, porém não há cidade.

Beaujeu-Garnier (1980), nesse interim também pontua questões acerca do que identifica como “região urbanizada” e “região urbana”. A primeira se referindo ao espaço onde se estende a cidade e todos os seus eixos estruturantes dentro de seus limites político-administrativos. A “aglomeração total” (p. 13) localizada dentro da área construída da cidade. A segunda, por outro lado, apresenta um sentido mais amplo, designando as relações existentes entre a cidade e sua área de influência que vai além do ambiente construído citadino, tendo como elemento importante o fato de a população recorrer a um centro para ter acesso a serviços essenciais que se localizam em seu limite, tendo ainda capacidade de atender a essa demanda.

Portanto, a supracitada autora considera a urbanização como um processo extenso, duradouro, que traz consigo formas geográficas e conteúdo específico que se espacializam, produzem e transformam a cidade, mas que não se limita à cidade e ao espaço urbano, difundindo símbolos, técnicas, hábitos e modos de vida a espaços rurais numa organização e extensão do “tecido urbano” a espaços eminentemente não urbanos.

Contudo, sendo a urbanização considerada um processo passível de análise, temos que sua manifestação ou expressão material fundamental é a cidade. Damiani (2004), por sua vez, compreende a urbanização como um processo em expansão que se manifesta através da modernização do território e da instauração de uma racionalidade instrumental que contribui para a produção da cidade como valor de troca, influenciando também a segmentação do espaço e condicionando sua produção desiguais. Dentro dessa lógica a urbanização assume um caráter crítico, por meio da qual a produção do espaço urbano de uma maneira específica vai se dar pela produção de espaços que negam o homem e sua humanidade.

Limonad (1999) compreende a urbanização como um processo particular que compõe um processo geral de estruturação do território e da sociedade, onde estes são alterados por elementos como a mobilidade do trabalho (espacial e setorial) subsumidas às relações de produção (sociais e espaciais) e suas resultantes, como as desigualdades geográficas, sociais e econômicas. Além disso, diante desse processo são condicionados fixos e fluxos com expressão na escala da cidade e da rede urbana.

Conforme Limonad (1999), há a ocorrência de urbanidade desde que há cidade e uma divisão social do trabalho, entretanto seu sentido varia conforme se altera a geografia histórica

na qual se situa. A urbanização enquanto um longo processo data de duzentos anos atrás, mas no início do séc. XXI seu significado também se transforma conforme se estrutura o meio técnico-científico-informacional. Isso demonstra que não só a urbanização, mas a própria maneira de estruturação do território e realização da materialidade que a urbanização compõe se transforma com o passar do tempo (LIMONAD, 1999).

A mesma autora pontua que a urbanização não possui autonomia, ou seja, não existe e “responde” por si mesma, mas integra/integrou o capitalismo e sua produção espacial resultante, mesmo que gerasse barreiras seu posterior desenvolvimento. Afirma isto porque o contexto urbano assume importância durante a fase de reprodução ampliada do capital associada a “globalização da economia e desenvolvimento do meio técnico-científico” (p. 75), o que acaba por resultar em pesada concentração de capital nos centros urbanos industriais e amplia a demanda do capital e do trabalho acerca de infraestrutura (LIMONAD, 1999). Sendo assim, o espaço urbano deveria ser adequado à reprodução capitalista e às demandas sociais.

Complementando a afirmação acima, Limonad (1999) pensa a urbanização como uma forma de estruturação do território cuja qualidade se modifica no tempo e espaço de acordo com elementos de ordem econômica, social, política e até cultura. Considerando o processo mais geral, a estruturação do território se trata de um fator essencial das relações gerais de produção que incide sobre a produção das configurações territoriais e, conseqüentemente, “na distribuição desigual e hierarquizada das classes sociais e das atividades produtivas no espaço que levam a uma diferenciação social e espacial” (LIMONAD, 1999, p. 64). Se a urbanização nela está integrada, então se trata de uma condicionante desses fatores elencados acima.

O fenômeno urbano estaria também sendo condicionada pelas lógicas de agentes como o Estado, capital industrial, agroindustrial e imobiliário, individualmente e em aliança, bem como a força de trabalho, no que tange a distribuição de atividades produtivas e população no território de modo que tomem o caráter de propagação do urbano (LIMONAD, 1999). Logo, a autora chama atenção para o tratamento do urbano lançar mão do entendimento da mobilidade do trabalho e do capital no território, seu papel na distribuição das atividades produtivas e das diferentes classes sociais.

Por fim, Limonad (1999) também entende a urbanização dentro do seu movimento de produção de contradições e exclusão, no qual interesses econômicos associados à valorização do espaço segundo interesses privados deixam à mercê da ilegalidade e informalidade grande parte da população. O adensamento de desigualdades socioespaciais é resultado dessas práticas que se são segundo a produção capitalista do espaço urbano.

Santos (1993) enfoca o processo de urbanização enquanto produto/produzida de transformação do padrão de produção territorial do Brasil, onde a urbanização do território se desenvolve juntamente com a urbanização da sociedade em detrimento da urbanização espacial e socialmente seletiva que era percebida anteriormente à década de 1960. Nesse interim, velozes mudanças territoriais se colocam. Essas transformações são próprias do período técnico-científico-informacional e a generalização de seu “meio geográfico” (SANTOS, 2001) correspondente.

Essa nova materialidade não engendra novas condições somente na cidade, mas também no campo através da modernização do processo produtivo, ocasionando a expulsão dos pobres, os quais se dirigem às cidades, ensejando significativo aumento de tamanho destas (SANTOS, 1993). E continua afirmando que a cidade, como *locus* do urbano, “como relação social e como materialidade” (SANTOS, 1993, p. 10), se coloca como produtora de pobreza pelo modelo socioeconômico que lhe subsidia e pelo modelo espacial que se projeta como produto.

Isso é resultante de determinações econômicas, sociais e sobretudo políticas, uma vez que o próprio fenômeno urbano é mobilizado e a própria cidade é produzida a partir interesses de agentes socioeconômicos hegemônicos, relacionados à reprodução do capital. Com isso, o urbano, em especial as grandes cidades, vão se constituir num imenso polo de pobreza, sendo que os indivíduos que a integram não têm acesso a empregos e a serviços básicos, favorecendo a difusão da “crise urbana” (SANTOS, 1993). Podemos inferir que o processo de urbanização composta por esses elementos favorece a produção de desigualdades socioespaciais, já que situa, insere e amplia a parcela da população em diferenças sociais e espaciais de caráter negativo no interior da cidade.

Portanto, segundo os autores estudados acima, a urbanização demonstra sua função essencial na difusão e reprodução do modo de produção capitalista, repercutindo na produção capitalista do espaço, seja como condição para acumulação, seja como objeto mesmo da acumulação de capital. Com isso, a ocupação seletiva do espaço, sua valorização diferencial segundo possibilidades lucro, juntamente com a sua hierarquização, fragmentação se fazem regra.

De acordo com a explanação apresentada acima, assumimos uma compreensão do conceito de urbanização que leve em conta seu caráter processual, imbricado com o desenvolvimento e reprodução do capitalismo, sua relação com o tempo histórico-geográfico e suas expressões materiais na escala da cidade nos processos de segregação e segmentações

sociais e espaciais, na produção desigual do espaço e, sobretudo, na produção de desigualdades socioespaciais encontrada na abordagem integrada dos supracitados autores. É importantíssimo o entendimento de que desigualdade e urbanização enquanto processos inter-relacionados, havendo uma co-determinação entre eles (RODRIGUES, 2015).

1.2. Diferenciação e Desigualdades Socioespaciais

Inicialmente, reconhecemos a grande complexidade que existe na discussão sobre desigualdades socioespaciais, pois há a possibilidade de múltiplas dimensões serem contempladas sobre esse viés, bem como há várias formas de lê-las e interpretá-las. Sendo assim, seria necessário perpassar o raciocínio sobre esta temática por contextos específicos, atentar aos processos que as engendram e para as variáveis que exprimam os referenciais de leitura que estamos assumindo. Desse modo, pode-se falar de desigualdade de renda, de acesso à infraestrutura, de direitos etc. à medida que existem diferenças qualitativas entre agentes e espaços, de modo que haja hierarquia e exclusão entre estes.

Ao tocarmos nos termos “diferenças qualitativas”, que por sua vez podem exprimir desigualdades, pensamos que não seja possível pensar de maneira isolada o conceito de desigualdade e o de diferença e, por conseguinte, diferenciação conforme apresentaremos mais à frente. Antes de adentrar de fato na conceituação e esclarecimento do que entendemos por desigualdade, procuraremos expor uma rápida reflexão sobre o conceito de diferenciação. Geralmente, diferenciação se refere a distintas qualidades objetos e processos, as quais seriam discerníveis por uma análise mais ou menos acurada.

Especificamente no campo geográfico, Rodrigues (2015) chama atenção para a não unicidade da terminologia diferenciação, a qual varia de acordo com a perspectiva teórico-metodológica utilizada. Ainda segundo o autor, em La Blache (2007 [1903]), a ideia da diferenciação estava associada à tentativa de apreensão das modificações pelas quais vinha passando o território francês, o que demandava compreender suas generalidades e conseqüentemente suas particularidades em suas diversas conexões, onde ficaria nítido e bem demonstrado as múltiplas paisagens, organizações produtivas e aglomerações.

Já Hartshorn (1939 APUD RODRIGUES, 2015) irá salientar que a pesquisa e análise geográfica devem focar a diferenciação de áreas e procurar entender o porquê de elas resultarem assim na superfície terrestre, levando em consideração os processos que as animam

e a lógica das interações com outras áreas, o que evidenciaria os motivos das diferenciações e as funcionalidades dos espaços.

O conceito de diferenciação segundo os dois autores citados acima é tomado a partir das particularidades geográficas das áreas, o que ponderaria as funções e os processos que diferenciariam as áreas no âmbito regional. Esses enfoques, longe de ser falso ou equivocado, foi bastante comum num período específico da ciência geográfica, onde diferentes perspectivas teórico-metodológicas inspiravam as pesquisas.

No que tange a diferenciação, Corrêa (2007a) pontua que este tema foi abordado de diversas formas dentro da Geografia. Chama atenção ainda de que o ponto de partida inicial não só da Geografia como ciência, mas da percepção do homem, foi a diferenciação sócio-espacial, pois desse modo o ser humano procurou perceber e entender a existência do outro e a de si próprio.

Além disso, as diferenciações sócio-espaciais possuem estrita relação com as práticas espaciais e com a escala conceitual: no que tange as primeiras, porque as diferenças se dão de acordo com os interesses de agentes específicos que trazem estratégias e intencionalidades que produzem o espaço distintamente; a segunda refere a uma escala própria da ocorrência de processo, objeto e ações de agentes. Desse modo, trata-se de sua escala de abrangência, onde suas ações são diferenciadas, chegando até mesmo a possuir uma escala cartográfica específica.

As diferenças sócio-espaciais são multidimensionais e por isso podem ser analisadas pelo viés econômico, político, pelo viés das temporalidades etc. (CORRÊA, 2007^a). Além de interessar ao homem desde os primórdios e à Geografia, as diferenças são também interessantes para/no âmbito do capitalismo. Isto porque até o século XIX as diferenças eram oriundas principalmente das estruturas organizacionais sumariamente determinadas por fatores socioculturais e pelos grupos sociais que as mantinham. Com o desenvolvimento das forças produtivas a partir da segunda metade do século XIX e predomínio do capital industrial e financeiro, a articulação entre os lugares passa a ocorrer em escalas cada vez mais abrangentes, além de fragmentar o espaço terrestre a partir de novos modos de relações. Isso instabiliza as diferenças sócio-espaciais, as quais se manifestam em diversas escalas, constituindo um dos principais “reflexos, meios e condições para a manutenção do sistema capitalista” (CORRÊA, 2007a, p. 63).

Carlos (2007) também pensa as diferenças, tendo o cuidado de pensar seu conteúdo socioespacial e não meramente espacial. Este se refere aos objetos e sua morfologia, enquanto o primeiro tocaria no conteúdo social que imbuí as práticas determinantes. Logo, a “‘diferenciação socioespacial’ introduz uma ‘qualidade’ ao tema da diferenciação, provocando um deslocamento da análise, configurando uma essência e uma orientação para a compreensão do processo espacial: o social.” (CARLOS, 2007, p. 46).

De acordo com a autora, há a possibilidade abordar a dimensão da produção da diferenciação socioespacial através/como elemento da prática social. O espaço e suas diferenciações seriam, então, compreendidos como produções sociais, onde a dialética entre o espaço e a sociedade seria levada em consideração enquanto um item essencial e inerente à produção social do espaço. Dessa maneira, é mister a tentativa de apreender no processo de produção do espaço em sua interdependência com o(s) agente(s) produtores do espaço, o que nos oferece a possibilidade de compreender a diferenciação.

Dentro dessa perspectiva delineada, Carlos (2007) levanta a hipótese de que a produção espacial traz a diferenciação enquanto fator inerente, o que exige desvelar a qual a essência dos processos que a faz assumir seu dado caráter. Em se tratando da produção social do espaço, podemos dizer que a prática social e a diferenciação socioespacial resultante possuem uma espacialização, abarcando um recorte espaço-temporal e tendo desdobramentos em várias escalas inter-relacionadas.

No que tange as diferenças socioespaciais, Sposito (2010) aponta que estão sofrendo uma recriação em virtude da ampliação das relações econômicas nos planos nacional e internacional, as quais possuem rebatimento direto numa maior relação entre as escalas. No que diz respeito ao espaço urbano e as diferenciações socioespaciais, a autora chama atenção para que essa relação seja trabalhada em três níveis: o primeiro seria da urbanização e a divisão do trabalho; em segundo lugar seria a rede urbana e a divisão do trabalho e; em terceiro lugar seria a reestruturação das relações entre as cidades.

Tal abordagem serve para preparar um terreno que seja profícuo na análise da produção das diferenciações socioespaciais no âmbito das cidades, o que é interessantíssimo para nós. Além disso, desde sua gênese a cidade supõe uma divisão social e também territorial do trabalho, chamando atenção para o fato de que a diferenciação sempre esteve presente na história da urbanização. No entanto, há uma mudança qualitativa no caráter e condicionantes destas diferenciações socioespaciais, por isso a importância de pensá-las segundo os três níveis citados acima.

Assim, conforme Sposito (2010) em relação ao primeiro nível de análise, a urbanização e a divisão do trabalho alçam níveis e qualidades nunca antes vistos, bem diferente de seu caráter simples e pontual existente em seus primórdios, o qual se limitava à cidade e ao campo simplesmente, sendo que a primeira controlava a segunda, política e economicamente. Com o advento do modo de produção capitalista, a escala, de um lado, de operação de grupos econômicos se amplia para conferir condições de reprodução do sistema, e de outro, da ação de Estados e instituições políticas internacionais acompanha o ritmo dos ditames econômicos, seja a favor ou em contestação. Com isso, a urbanização atinge níveis globais e a divisão do trabalho é constantemente recriada, assumindo também alto nível de complexidade.

No que se refere ao nível das redes urbanas e divisão do trabalho, chama-se atenção para sua presença embrionária desde a antiguidade, sendo recolocadas sob outros moldes no âmbito de predominância do modo de produção capitalista. Neste momento histórico, um novo aparato de caráter econômico e cultural, globalizando e permeando a dimensão da vida cotidiana, constituindo fluxos de diversas naturezas que contribuem para uma reestruturação da relação entre as cidades, isto porque a emergência de novos sistemas urbanos evidencia rupturas com em relação ao período anterior ao fenômeno de globalização que conhecemos (SPOSITO, 2010).

Já no que toca o nível da reestruturação das relações entre as cidades, Sposito (2010) o pensa com base em dois pontos: um deles é o fortalecimento de relações entre cidades que constituem diferentes redes urbanas, e outro é a emergência dessas possibilidades de interação de cidades de redes urbanas distintas, visto que condiciona a mudança qualitativa dessas interações. Segundo a autora, o momento atual se destaca pela existência dessas possibilidades de realização.

Dentre os principais fatores que permitem essa requalificação está a ampliação da localização das atividades produtivas, bem como da circulação de bens e serviços a fim de manter estáveis taxas de lucros. Com isso, em virtude das demandas do sistema produtivo, os sistemas urbanos tendem a assumir integração cada vez maiores. Desse modo, novas divisões interurbanas do trabalho são engendradas entre as muitas redes urbanas, sacramentando de vez a estável diferenciação que havia entre elas.

Dito alguns aspectos teóricos sobre as diferenciações socioespaciais, os quais reforçam sua inerência à produção e reprodução do espaço e da vida, bem como sua multiplicidade de

formas de abordagem, tomamos agora o conceito de “desigualdade socioespacial” enquanto um conceito essencial para a construção da reflexão que queremos empreender aqui.

Tal como o conceito de diferença, conceito de desigualdade também possui um caráter multidimensional e comumente tem uma conotação negativa de acordo com suas diversas manifestações, dentre elas a exclusão, hierarquia, exploração e segmentação. Porém, não pensamos que as noções de desigualdade e diferença possam ser pensadas separadamente, pois tratamos da análise de uma realidade inserida na sociedade capitalista e, nesta, diferenciações sociais e espaciais são produzidas continuamente como condição de reprodução e frequentemente constituem contradições e desigualdades sociais e espaciais.

Retomando autores já citados que tratam das diferenças socioespaciais, suas posições acerca das desigualdades socioespaciais são imprescindíveis para este trabalho. Em primeiro lugar, ao optar por uma abordagem da dimensão econômica e seus rebatimentos na produção do espaço urbano, Corrêa (2007a) enfatiza que a diferenciação se trata de um processo que se articula com a divisão do trabalho e à ação de agentes econômicos.

Corrêa (2007a) também salienta que as diferenças sócio-espaciais são epifenômenos da produção do capitalismo, visto que sua geração passou a remeter nevrálgicamente às múltiplas escalas, frações e articulações que o capital industrial e financeiro impõe para a sua reprodução. Com isso, a diferenciação sócio-espacial passa a possibilitar a divisão econômica e social do espaço da cidade, sendo que os processos espaciais são determinados cada vez mais por processos oriundos das práticas de agentes econômicos, os quais procuram estabelecer divisões econômicas do espaço e hierarquizá-lo conquanto atenda ao interesse da reprodução do capital. Dentro dessa perspectiva, pode-se pensar em desigualdades sócio-espaciais produzidas paulatinamente à produção dessa diferenciação submetida à reprodução do capital.

Portanto, práticas espaciais com Fragmentação – Remembramento Espacial e Antecipação Espacial, de forma combinada (CORRÊA, 2007a) e presentes no espaço urbano, contribuem para a existência de periferias carentes em muitos serviços. Podemos perceber então a consideração da produção e existência de desigualdades sócio-espaciais nessa abordagem.

No âmbito desse debate, Carlos (2007) ao levantar a hipótese de que a produção espacial em si traz a diferenciação enquanto fator inerente, a autora deixa implícita a exigência de evidenciar qual a essência dos processos que a fazem a diferenciação assumir

sua forma. No âmbito da sociedade capitalista, essa forma adquirida se funda na contradição existente entre produção social do espaço e apropriação privada deste.

Somando-se a isso, em superação à diferenciação espacial e ao desvelamento de conteúdos novos por vezes ofuscados, Harvey (2004a, 2004b, 2004c) e Soja (1993), citados por Carlos (2007), pensam a noção de “desenvolvimento geograficamente desigual” como importante via de explicação. Essa noção traz em seu bojo condições para a leitura da noção de desigualdade, que por sua vez favorece a leitura da organização social ordenada em classes, estas que são definidas pela posição ocupada no processo produtivo pelos agentes, pelos seus lugares na distribuição de riqueza e pela organização espacial através da divisão espacial do trabalho como dado que, além de diferenciar, irá articular os lugares.

Por esse caminho, Carlos (2007) procura focar a desigualdade enquanto par indissociável da ideia de diferença, como um conceito cuja materialidade irá ser condicionada por um tipo de relações baseadas na sociedade organizada em classes (próprias do modo de produção capitalista), na divisão espacial do trabalho e uma estrutura socioespacial que se mantém e se reorganiza segundo ditames políticos, econômicos e sociais. Nesses termos, a desigualdade coordenaria a diferença, tendo rebatimentos na esfera espacial.

Trazendo mais para perto da abordagem pela qual nos interessamos, a autora trata da cidade, das diferenças e das desigualdades socioespaciais gestadas no interior do urbano. A cidade, segundo Carlos (2007), é definida pela “justaposição de uma morfologia social” e “uma morfologia espacial”. A primeira é definida pelo que é verificável através da já mencionada sociedade organizada em classes e todas suas implicações, e a segunda é definida pelas diferenças verificadas e vividas no acesso ao uso dos espaços. Sendo assim, a reprodução do valor de troca passa a definir as relações, vivências e os conteúdos do espaço da cidade, e acima de tudo possibilita a produção das desigualdades socioespaciais.

Tendo esse cenário assim estruturado, a “negatividade” irá se constituir numa determinação latente da cidade e se constituirá num aspecto das diferenças, presente na escala do lugar, cuja concretização se dá na vida cotidiana, mais especificamente na escala do “habitar”, onde justamente é manifesta essa dimensão negativa da diferença, ou seja, as desigualdades socioespaciais cujas principais características são a conflitualidade ao redor de apropriações diferentes do espaço para alcançar direitos de uso.

A lógica que preside as práticas socioespaciais e permite a produção das desigualdades socioespaciais é um dado oriundo do mundo da mercadoria que subjuga o homem e a vida na

cidade, realizando-a como negócio, condicionando um planejamento calcado somente no aspecto econômico, o que incide no espaço da cidade e abrangendo este à lógica global da acumulação, contribuindo para o aprofundamento da contradição entre “espaços integrados/desintegrados” na globalização.

Em suma, conforme Carlos (2007) pensar essa diferença qualitativa requer ultrapassar a noção predominante na Geografia da “organização do espaço” para a análise da “produção” deste, o que tem como rebatimento considerar a produção social e seu movimento de reprodução, atribuindo à diferenciação o conteúdo e explicação social. Além disso, essa atualização coloca a possibilidade de pensar a diferenciação socioespacial enquanto um produto, mas também como um condicionante para o desenvolvimento do capitalismo, o que já sugere a potencial existência de um conflito, de uma contradição em torno da produção do espaço, a qual é revelado pela “realização de condição em prol do valor de troca e a realização da prática da vida social” (CARLOS, 2007, p. 56).

Essa contradição principal expressa na “produção social do espaço e sua apropriação privada” (CARLOS, 2007, p. 57) irá condicionar as desigualdades socioespaciais. Logo, a tendência manifesta é a de o espaço ser cada vez mais produzido e reproduzido - em intensidade e extensão - mediante uma lógica mercadológica, a qual esta mesma irá definir o acesso dos grupos sociais como um todo, bem como produzindo hierarquizações e fragmentações do espaço, materializando, assim, a diferença transmutada em desigualdade socioespacial. Neste momento, a desigualdade irá produzir as diferenças, sendo, além de tudo, a expressão espacial de estratégias de classes e seu diferente/desigual acesso ao espaço evidenciado pela dimensão social.

Por sua vez, Sposito (2010) discute a temática das desigualdades socioespaciais a partir da renovada articulação entre escalas na atual fase de desenvolvimento do capitalismo que se realiza, o que recria as diferenciações socioespaciais de acordo com a lógica de um “desenvolvimento geograficamente desigual” (SOJA, 1993 APUD SPOSITO, 2010). Além disso, sua sustentação seria uma sociedade organizada em classe onde o lugar dos indivíduos seria dado pelo seu lugar no processo produtivo e na distribuição de riquezas, própria do modo de produção capitalista, concordando com Carlos (2010).

Com base nisso, a autora chama atenção para a assunção no presente do “primado da desigualdade sobre a diferença” (SPOSITO, 2010, p. 128). Tal primazia possuiria algumas determinações, como: o alcance que o modo de produção capitalista alcançou, abrangendo espaços de diversas partes do globo, mesmo sem homogeneizar e incluir todos a sua lógica.

No contexto desse amplo domínio, é forçada a comparação entre os mais diversos espaços que apresentam diferentes realidades socioespaciais constituídas historicamente; o outro é a não valorização e não aceitação das diferenças tal como se faz desde o início do período Moderno e a formação de uma sociedade Ocidental.

Além disso, uma unicidade se erige acompanhando esses dois elementos, o que facilita a instauração da ideia de unidade no sentido do acontecer e do realizar sob uma lógica hegemônica, por meio da qual a percepção do tempo, mesmo numa escala local, tem implicações e condicionantes presentes num sistema global (SPOSITO, 2010). Assim sendo, a difusão e unicidade das técnicas possibilitam essa materialidade que coloca “todos” os lugares conexão, permitindo a comparação entre eles, seus sujeitos e suas práticas.

A implicação disso tem ocorrências no plano ideológico, pois a “sociedade de consumo” passa a ser difundida, inclusive sua racionalidade, sendo estruturado um discurso a respeito da possibilidade de todos poderem nela integrar-se, alcançando justiça e igualdade. O “mito do progresso” (DUPAS, 2006) é mobilizado. Logo, considerando diferentes lugares, estruturado por modo de vida diferente e por práticas socioespaciais distintas, são integrados na sociedade capitalista e elementos que antes eram diferenças passam a ser consideradas desigualdades. Por outro lado, as desigualdades socioespaciais que se constituem por essas transformações expõem as diferenças que se referem não somente ao poder de compra, mas também na capacidade de decisão e apropriação do espaço (SPOSITO, 2010).

Ainda, as desigualdades também se transmutam nas diferenças presentes na sociedade, visto que nas esferas política, econômica e social uma grande parcela da população participa de forma mínima da vida urbana e da sociedade de consumo, ou seja, participa de uma forma diferente de modo qualitativo devido a participação precária e incompleta (SPOSITO, 2010).

Portanto, a partir de aspectos econômicos, sociais e espaciais abordaremos a temática das desigualdades socioespaciais que é tão cara ao nosso trabalho. Nossa abordagem considerará sua concretização no espaço urbano dentro de uma realidade socioespacial dotada de conflitualidade gestada pela coexistência de agentes econômicos e seus interesses em paralelo às necessidades de realização da vida, entre a reprodução capitalista e a reprodução social. É a essa perspectiva que julgamos necessária para pensar a produção de desigualdades socioespaciais referente à moradia no Conjunto PAAR, associando-a a urbanização do município de Ananindeua e a constituição de sua cidade.

1.3. Metrópole e Espaço Urbano

Silva (2014) chama atenção para o seguinte: nas regiões metropolitanas se encontra a maior concentração demográfica nacional, mas também os maiores déficits habitacionais. Sendo assim, precisar nosso entendimento sobre a “metrópole” se coloca como essencial para nosso trabalho a fim de situar a urbanização de Ananindeua e a constituição do Conjunto PAAR no contexto e dinâmica metropolitana, afinal, não podemos comprometer o entendimento da parte justamente por esquecer sua relação com o todo.

Nesse sentido, não só as dimensões territoriais e demográficas devem ser verificadas no desenrolar da existência da metrópole, mas também a complexidade da rede de relações que se dá nesta deve ser verificada para seu entendimento, visto ser o *locu* das estratégias de diversos agentes e sua concretização, o que é subjacente ao modo de produção no qual estão integrados, sendo também associada aos processos e conflitos diretamente responsáveis pela produção do espaço urbano (CORRÊA, 1989). Tudo isso se conjuga e forma um tipo de cidade, ou conjunto de cidades, dotada de uma forma espacial particular, conceituada como metrópole.

Concomitantemente, ao pensarmos a metrópole nos termos supracitados, é forçoso pensá-la em sua capacidade de estender sua rede de influências ao seu entorno imediato e engendrando transformações em cidades vizinhas. Tal raciocínio se encaixa muito bem ao caso de Ananindeua enquanto cidade localizada na Região Metropolitana de Belém, a qual, além de possuir uma dinâmica própria que a diferencia internamente, possui muito de sua organização atual influenciada pela dinâmica da metrópole. Um desses aspectos que atesta essa influência é a urbanização de Ananindeua a partir, principalmente, da expansão urbana de Belém, processo que possibilita: a densificação de sua ocupação; acelerado processo de mudança do uso do solo, assumindo caráter urbano em detrimento da hegemonia rural verificável até a década de 1980 e; a constituição de sua cidade.

Desse modo, a metrópole e a região metropolitana, o urbano e a cidade em nosso estudo necessitam da devida imbricação, uma vez que o núcleo metropolitano difunde não só novos objetos à sua área de influência imediata (onde está Ananindeua), como também novos conteúdos como o urbano, além de promover a expansão do urbano sob novas qualidades como veremos a seguir.

Nesses termos, percebe-se a exigência de pensarmos brevemente o urbano e sua relação com a cidade, o que pode se aproximar do que é pensado por Santos (1994), uma vez que entende os processos gerais, abstratos como o urbano, enquanto a cidade seria o particular e concreto, a materialização do urbano. Nesse sentido, cidade é entendida como a expressão

material e o urbano o processo geral, histórico, que além de condicionarem a estruturação da cidade também engendra as transformações nesta.

A cidade ainda pode ser entendida pela existência de sedentarismo e aglomerado, onde existirá mercado e implicará numa certa administração autônoma (LENCIONI, 2008). O processo histórico quanto a essas características merece destaque, já que durante o tempo histórico são acrescentadas diversas marcas na cidade num incessante processo de transformação e remodelagem. Lencioni (2008) chama atenção também para o fato de a palavra “cidade”, na língua portuguesa, ser anterior à palavra urbano, daí a necessária compreensão de que o fenômeno urbano passa a se estruturar num período histórico e a partir de condições particulares.

Lefebvre (1999) entende que o conceito de “urbano” passa a se referir ao processo de degradação da vida urbana, aos seus problemas e é oriundo da transbordar da cidade de si, ou, da explosão desta, ou seja, não se refere simplesmente à cidade ou ao modo de vida nela. O elemento determinante nesse processo, segundo Lefebvre (1999), é a indústria, a qual desencadeia grandes transformações no espaço da cidade e seu entorno a partir de sua extensão e “explosão”, dando existência ao processo que entendemos como urbano. Nesse sentido, o processo geral, abstrato e transformador conceituado como urbano tem sua gênese do seio das contradições existentes na cidade, que se difundem para outros espaços sobrepondo-os com sua lógica, o que é desenvolvido a partir do próprio acúmulo dos tempos históricos que propriamente definem as cidades em suas particularidades.

Desse modo, Lefebvre (1999) observa que a realidade cidadina primeira é tomada pela indústria e pela continuidade do processo de industrialização, de modo a ser aniquilada pelas ideologias e práticas subjacentes condicionadas por elas. Isso nos leva a considerar o período industrial como ponto essencial para a compreensão das cidades atualmente (Séc. XXI) e na Europa no século XIX. Assim, grande parte da análise acerca da expansão do urbano e as condizentes materializações na cidade relacionam esse processo ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Há que se considerar que o processo urbano e a expressão material cidadina se dão numa dimensão espacial, na qual estão contidos e também são continentes. Logo, a inserção da categoria espaço na análise da metrópole, do urbano e da cidade irá tanto aglutiná-los num corpo sólido, como também irá delimitar os aspectos mais gerais pelos quais se delineiam. Nosso entendimento do espaço perpassa pelo seu caráter *produto-produtor* (LEFEBVRE, 2013), dentro do qual a compreensão do conceito de urbano se engloba, o que significa que é

condicionado pelos agentes e ações que nele estão, como também pelo modo de produção no qual está inserido, podendo também promover rebatimentos nas mais diversas dimensões, seja ideológica e institucional, seja nas forças produtivas etc.

Assim, como mencionado acima, a ideia de modo de produção entra na equação explicativa do processo urbano, da concretização da cidade e de sua organização espacial ao passo que temos o entendimento de que a produção de um novo espaço se dá relacionada com a estruturação de um novo modo de produção ou sua adaptação. A produção desse novo espaço não se dá à toa, mas segundo expressão e demanda do modo de produção que a engendrou (LEFEBVRE, 2013). Desse modo, a cada novo modo de produção, um novo tipo de cidade que será produzida.

Essa produção do espaço e da cidade a qual nos referimos, longe de se relacionar apenas à dimensão estritamente econômica e à elaboração de objetos, se refere também à produção ideologias, consciências, imagens, ideias, verdades e, sobretudo, a um modo de vida atinente ao espaço produzido que o vinculará ao homem que nele vive. A noção ampla de produção que estamos tomando traz também, conforme Santos (1980), a noção de que ato de produzir implica na produção mesma de espaço.

Nesse sentido, o estudo da metrópole atual, da produção do espaço urbano e da cidade exige esse tratamento que se esforçou-se em dar relacionando-as entre si e à produção do espaço, pois sem esse exercício seu entendimento acabaria por ser insuficiente. Afirmamos isso porque entende-se que, em nosso estudo, a metrópole se trata de um tipo particular de cidade que se encontra nevrálgicamente atrelada ao processo urbano e com a difusão deste, promovendo a produção da cidade de Ananindeua sem deixar de considerar suas condicionantes e resultantes.

Com base nisso, nos perguntamos: De que modo pode ser entendida a metrópole? Silva (2014) sugere algumas ideias norteadoras para a compreensão, a saber: a metrópole como uma forma espacial específica de um certo tipo de cidade, ou seja, do ponto de vista espacial e seu lugar na divisão territorial do trabalho; a metrópole a partir da concretização das ações e estratégias dos muitos agentes sociais em seu interior e; a metrópole a partir dos processos condicionadores e os conflitos resultantes na produção do espaço urbano.

Lencioni (2006) reconhece o caráter polissêmico que o com o qual o conceito de metrópole foi tratado. O mais comum deles é a noção de uma “forma urbana” com considerável dimensão, quer seja demográfica, quer seja territorial; outro possui caráter mais

funcional, no qual a metrópole é entendida como um espaço onde se concentra um leque imenso de atividades econômicas, em especial serviços de ordem superior; uma terceira abordagem é a que considera a metrópole um espaço de onde, fundamentalmente, partem as inovações; em quarto lugar, é considerada lugar onde se concentra a recepção e emissão de fluxos das mais diversas naturezas, seja de comunicação e informação e de caráter econômico; e por último, há a abordagem que se aproxima da anterior, mas a aprofunda ao levar em conta a metrópole, sim, como um ponto nodal de onde se constituem rede de “transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder ou, mesmo, de cidades.” (LENCIONI, 2006, p. 45).

Embora as abordagens dos dois autores citados anteriormente difiram, há alguns pontos que convergem no entendimento da metrópole. Um deles é a consideração da metrópole como uma forma urbana específica com consideráveis dimensões e com lugar bem definido na divisão territorial do trabalho, pois dela partem as inovações, os comandos e se concentram geralmente os serviços de ordem superior.

Nesse sentido, a historicidade do conceito é importante para a apreensão da essência do objeto que queremos tomar para a análise num dado recorte temporal, o que irá conferir-lhe particularidade dentre as outras possibilidades de compreensão desse objeto em outros momentos históricos. Sendo assim, é procurado o “elemento que condiciona e, ao mesmo tempo, produz o fundamento daquele momento” (LENCIONI, 2006, p. 44). Se o termo advém do grego com a ideia de “pólis” que se referia às cidades-Estado que eram criadas e possuíam certa subordinação a uma cidade primaz, ou seja, metrópole se referiria a uma “cidade-mãe”. Nas últimas décadas, torna-se elemento de grande relevância a centralidade que as metrópoles possuem, principalmente na “função de comando, de direção, [...] de gestão da reprodução do capital” (Idem, p. 46), envolvendo o âmbito político e público. Logo, os aspectos elencados acima, é observado que não destoam do que se entende por metrópole, já que se aborda suas dimensões físicas e populacionais, a densidade de fluxos que centraliza e sua posição nodal nas redes que para ela convergem.

Esse entendimento da metrópole leva ao enfoque materialidade dos diversos agentes sociais e suas estratégias de reprodução. Tal posicionamento é possível pelo lugar da metrópole na gestão da gestão e reprodução do capital e pelas dimensões demográficas que possui. Isto possibilita a existência de uma gama de agentes sociais nesse espaço comparável à multiplicidade de agentes produtores do espaço urbano referido por Corrêa (1989), levando a uma múltipla estruturação segundo as demandas de agentes financeiros, industriais, como

também de agentes privados, públicos ou individuais interessados na estruturação habitacional do espaço metropolitano segundo oportunidades de acumulação e necessidades de reprodução.

Acompanhando essa compreensão, o espaço da metrópole tende a ser fragmentado segundo as intencionalidades dos diversos agentes em ação com vistas à acumulação, condicionando outra ideia norteadora do entendimento da metrópole: a ocorrência de conflitos em torno do uso do solo urbano, isto é, em função da segmentação do espaço de acordo com as oportunidades de acumulação oferecidas por ele, considerando ser possível o entendimento da metrópole como um espaço onde se constituem redes de consumo e poder, o qual pode determinar até a lógica da produção de seu espaço interno e muitas vezes determinante na conflitualidade existente. Logo, estas ideias norteadoras apresentadas por Silva (2014) e Lencioni (2006) não são excludentes e não se desviam completamente de nosso enfoque.

Retomando a discussão a respeito a histórica relação entre o conceito de metrópole, a cidade e o urbano, Lencioni (2006) chama atenção para o fato de que enquanto cidade remete ao processo de urbanização, metrópole remete ao de metropolização. Porém, metropolização não possui relação simplesmente com a cidade, mas a ultrapassa: se relaciona ao espaço. “‘Metropolização’ advém da palavra ‘metropolizar’ seguida do sufixo ‘ação’”. (Idem, p. 47). Sendo assim, metropolização corresponde a uma ação sobre o espaço, um processo contínuo que o requalifica. Metropolização, então, quando mencionado se refere a dimensão socioespacial do espaço quando um processo se espraia e passa a conferir ao espaço, não somente interno à metrópole, características metropolitanas. Dentre as características que podem ser vistas temos as altas taxas populacionais, a relação com outras metrópoles que integram redes urbanas diferentes, sem contar a frequência de fluxos imateriais nelas.

Além disso, o fato de o conceito de metropolização se relacionar de forma mais ampla ao espaço não quer dizer que se não se relacione também à urbanização. A autora pontua que o conceito ora tratado expressa a transmutação que se impõe sobre o processo de urbanização, ou seja, o desenvolvimento da rede urbana, a criação de cidades e a urbanização como conhecemos há décadas não são mais o centro das transformações que ocorrem no espaço, pois o desenvolvimento de condições metropolitanas num número maior de cidades e numa extensão maior do espaço se torna cada vez mais imprescindível para a acumulação do capital, o que põe em cheque a dinâmica urbana conhecida, negando a cidade em seu modelo clássico.

A dimensão territorial é notável com o processo de metropolização, podendo variar para caracteres mais diluídos ou concentrados, dentro ou fora de uma região metropolitana, ganhando importância a noção de região dada a extensão dos processos e não mais somente a metrópole ou a cidade (LENCIONI, 2006). Dessa maneira, segundo a mesma autora, a metropolização é uma determinação central do momento atual que supera o exclusivismo do qual era dotada a abordagem da urbanização e da cidade, sendo que a história urbana é cada vez mais condicionada pela metropolização do/s espaço/s.

Pensamos que essa discussão a respeito da metropolização tenha papel central em nossa pesquisa, afinal, sob essa perspectiva, que condicionante marcante torna a cidade de Ananindeua uma cidade com as dimensões demográficas que possui, com os fluxos rápidos que a anima e com os centros dotados de serviços que os colocam como quase independentes entre si.

À sua vez, Fresca (2011) aponta que os estudos sobre a metrópole se agrupam em dois grandes ramos de estudos segundo ideias norteadoras diferentes: um mais próximo ao ponto de vista espacial supracitado, que aborda as múltiplas atividades econômicas da metrópole e as escalas nas quais operam, isto é, a funcionalidade metropolitana e; os que analisam a produção do espaço urbano interno à metrópole e as determinantes que caracterizam sua complexidade.

Ainda de acordo, Fresca (2011), a primeira abordagem do estudo da metrópole partiria do papel que exerce na esfera da rede urbana e seu papel na acumulação gerada globalmente, de acordo com a divisão territorial do trabalho que lhe conferiria suas funções no conjunto de cidades no âmbito regional, nacional e internacional. Assim, elementos gerais de aspecto histórico e espacial do modo de produção capitalista são centrais na análise.

Para a segunda abordagem, complementar à primeira, o interior da metrópole que interessa, priorizando as estratégias e ações dos diferentes agentes produtores do espaço urbano e seus conflitos pelos diferentes usos do solo. Dentro dessa linha de análise do espaço interno metropolitano, outras três linhas de pensamento podem ser abordadas (FRESCA, 2011).

A primeira procura pensar a constituição do espaço metropolitano com suas variáveis e elementos estruturadores; a segunda analisa a divisão econômica do espaço a partir das distintas localizações das atividades econômicas e empreendimentos de diferentes caracteres e; a terceira enfoca a segmentação do espaço de acordo com os grupos sociais que podem

consumi-lo, expressa principalmente pelas áreas residenciais, onde os elementos demarcadores desses estudos estão a segregação residencial e sua relação com a produção conflituosa do espaço urbano.

Neste momento, é essa a discussão que mais nos interessa, já que em nossa análise nenhuma dessas três linhas de pensamento é descartada para entender o espaço “intra-metropolitano” devido ao fato de não serem excludentes, como também por interessarem ao nosso estudo. Entendemos, então, que a urbanização de Ananindeua e formação do bairro PAAR é condicionada pelas variáveis e processos que estruturam a Região Metropolitana de Belém, pela distribuição das atividades econômicas ligadas ao setor imobiliário através das políticas habitacionais que se expandiram no município de Ananindeua e pela consequente segmentação do espaço que se desenha nas regiões metropolitanas.

2. Formação territorial de Ananindeua: da rede dendrítica colonial à urbanização

Pensar a formação do município de Ananindeua exige pensar a realidade numa perspectiva espaço-temporal, de modo que possamos efetuar visitas a seus diferentes momentos, nos quais os objetos que atestam a organização espacial sejam levados em consideração para podermos ler geograficamente sua constituição. Não se trata de apresentar necessariamente uma linearidade evolutiva das intervenções sobre o espaço e as práticas que se renovam a cada momento. O mais importante é focar as múltiplas determinações da formação deste município e de sua cidade em diferentes períodos para procurar compreender que conforme a formação sócio-espacial (SANTOS, 2006) predominante cede lugar a outra, os processos e formas que são produzidas e condicionam a produção e reprodução da vida também cedem lugar a outros mais afeitos às determinações da nova realidade.

Uma leitura feita da forma acima descrita permite explorar os elementos responsáveis na formação da cidade de Ananindeua para daí ampliarmos nossa escala de análise e passarmos a focar o bairro PAAR e as desigualdades socioespaciais que se referem à moradia como elementos inerentes à urbanização.

Antes de tudo pensamos ser de grande valia a contextualização de Ananindeua no âmbito da Região de Integração a qual pertence. Essa regionalização se deu em função da constatação da defasagem da regionalização do IBGE em meso e microrregiões, sendo adotada pelo Governo do Estado no ano de 2007 a fim de agrupar municípios dotados de

particulares articulações espaciais e semelhanças nos aspectos sociais, econômicos, ambientais, bem como em seus processos históricos de formação e ocupação.

Dito isso, Ananindeua é agrupada na Região de Integração do Guajará (**Mapa 2**), composta por cinco municípios, a saber: Belém, Benevides, Ananindeua, Marituba e Santa Bárbara do Pará. Em 2012 foi a Região de Integração a apresentar o maior PIB – R\$ 32.003.683,00 (**Tabela 1**). Isso se deve principalmente ao peso que o setor de serviços possui em municípios como Belém e Ananindeua, acompanhado pela Região de Integração do Carajás, a qual tem intensa atividade industrial em função da mineração lá existente.

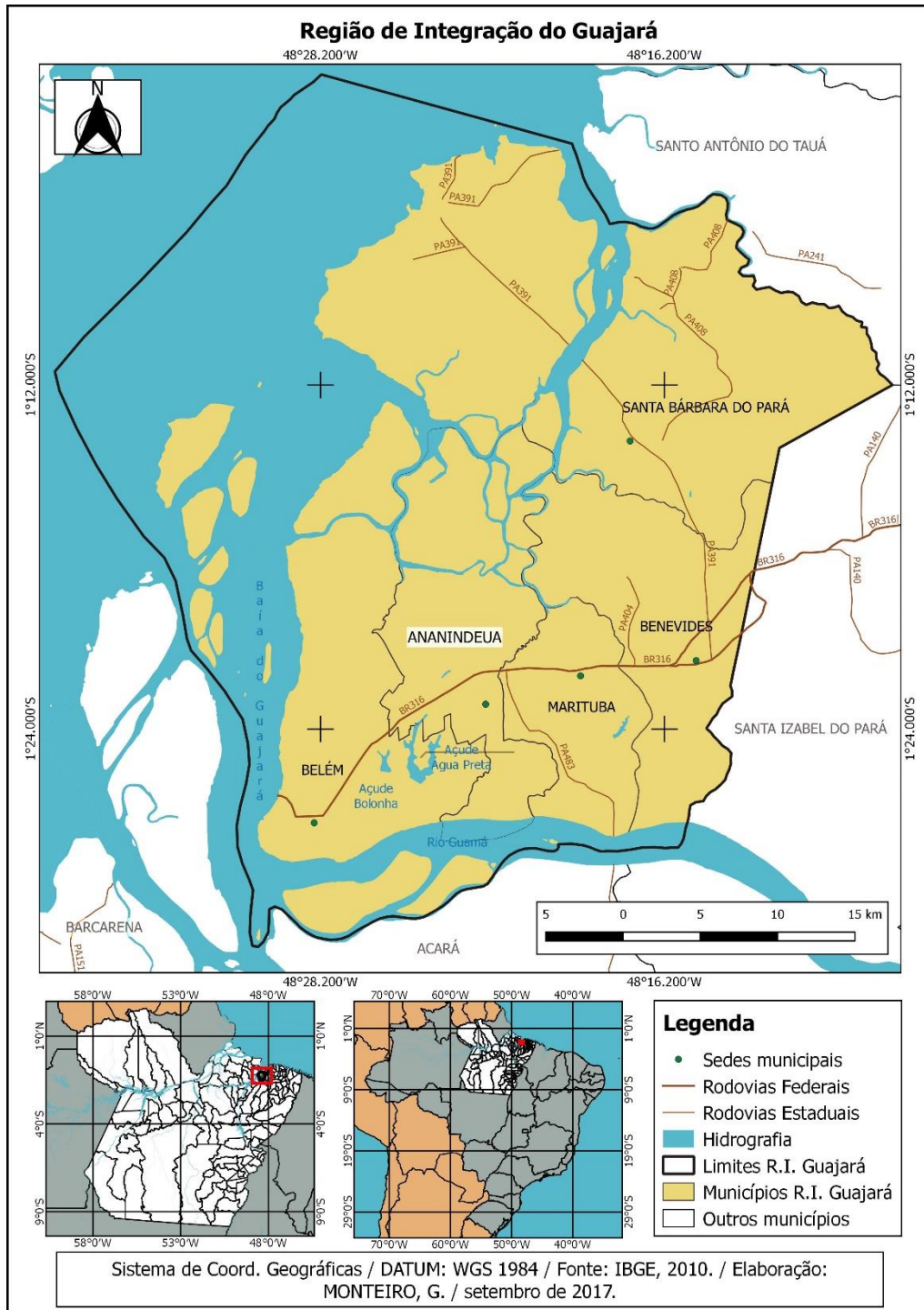


Tabela 1: PIB (Mil R\$) das Regiões de Integração do Estado do Pará

Região de Integração	Nº de Municípios	PIB (Mil R\$)/2012
Araguaia	15	5.733.927
Baixo Amazonas	13	7.486.755
Carajás	12	27.329.364
Guamá	18	5.302.966
Lago de Tucuruí	7	4.894.724
Marajó	16	2.556.306
Guajará	5	32.003.683
Rio Caeté	15	3.052.043
Rio Capim	16	6.109.271
Tapajós	6	1.815.080
Tocantins	11	6.572.453
Xingu	10	3.962.474
TOTAL	144	106.819.045

Fonte: FAPESPA/IBGE, 2013.

Ananindeua se trata de uma cidade de porte médio (SPOSITO, 2004), pois apesar de suas dimensões na R. I e no Estado do Pará, não exerce tanta influência na rede urbana quanto Belém. Possui o segundo maior PIB da Região de Integração guajarina de acordo dados de 2012 (**Tabela 2**) e o segundo maior contingente populacional, tendo apresentado aproximadamente 471.980 habitantes em 2010 (IBGE, 2010), ficando somente atrás de Belém nesses dois aspectos. Este município e os outros dessa R.I. possuem um similar processo histórico de ocupação a partir do último quartel do século XIX, quando da construção da Estrada de Ferro Belém – Bragança e o fomento à ocupação associada com a criação de colônias agrícolas e estações ferroviárias (como no caso de Ananindeua), e também a partir da década de 1970, quando se inicia o processo de metropolização do espaço e ocorre a expansão a partir de Belém da ocupação e de novas atividades nesses espaços.

Tabela 2: PIB (Mil R\$) – 2012 dos Municípios da Região de Integração Metropolitana

PIB (Mil R\$)/2012	Ananindeua	Belém	Benevides	Marituba	Santa Bárbara do Pará
Agropecuária	15.298	32.608	15.177	5.795	5.978
Indústria	686.181	2.560.348	271.882	115.991	16.932
Serviços	2.854.234	14.268.712	301.981	639.248	57.688
Impostos	600.081	3.696.278	165.921	126.564	6.147
Total	4.155.795	20.557.946	754.962	887.599	86.745

Fonte: IBGE, 2012.

Assim como Belém e os outros municípios dessa Região de Integração, Ananindeua a partir dos anos 1990 vive intenso processo de urbanização, o qual se manifesta no território repleto de contradições. Uma delas é o condicionamento às grandes ocupações de terra que são presenciados nessa década, o que aufere notável característica aos municípios da referida R. I. até esta segunda década do século XXI, como habitação precária, ineficiente acesso aos serviços urbanos e concentração de pobreza nessas áreas, dentre os quais está o bairro PAAR.

Esse é o contexto que nos possibilita o entendimento da produção de desigualdades socioespaciais no bairro PAAR no que tange a moradia enquanto produto indissociável da urbanização que compõe o município de Ananindeua, o que exige que se discorra sobre a produção da cidade oriunda da concretização de diversos processos gestados no âmbito da relação da sociedade com o espaço. Sposito (1988) afirma que o resultado cumulativo de outras cidades efetivado pelas transformações socioespaciais ao longo do tempo histórico constitui a cidade atual. Desse modo, acúmulos, rupturas e permanências são responsáveis pela estruturação da Região de Integração do Guajará e dos subespaços que a compõem.

Desse modo, intencionamos realizar uma periodização a fim de elucidar os diferentes momentos e processos responsáveis pela estruturação de Ananindeua, de modo que possamos apontar as diferentes fases, suas mudanças de caráter, até a ocasião em que é formado o bairro PAAR. Com isso, é inevitável que analisemos diferentes “formas-conteúdo” (SANTOS, 2012) e diferentes “usos do território” (SANTOS; SILVEIRA, 2001) que evoluíram e culminaram na cidade de Ananindeua que se percebe neste ano de 2017.

Sendo assim, procuraremos delimitar períodos geográficos (SANTOS, 2008; 2012) enquanto recortes temporais dotados de especificidade organizacional econômica, social, política e sobretudo territorial, representando uma materialização do tempo num espaço que o

acolhe e o assimila, a que possui uma limitada duração que tende a ser rompida, dando origem a um outro período geográfico. As variáveis-chave que consideraremos na estruturação dos períodos serão a ação política, a ocupação território aliada às possibilidades técnicas e as formas que a base territorial vai assumindo, elementos que se modificam simultaneamente conforme se sucedem os períodos. Os períodos que consideramos são três: o primeiro compreendido entre a ocupação periférica, isto é, sujeita à rede fluvial até os incentivos continentalização da ocupação em virtude da estrada de ferro; o segundo compreende os estímulos e concretização da estrada de ferro até a abertura da Rodovia Belém-Brasília; e o terceiro compreendido com a materialização dos conjuntos habitacionais a partir das três últimas décadas do século XX até a configuração atual nesta segunda década do século XXI.

Essa subsequência e ruptura se dá, compreendemos, por meio sucessivos “eventos” (SANTOS, 2012), ou seja, a realização de possibilidades existentes no tempo e no espaço que se materializam e se espacializam, trazendo novos conteúdos, escrevendo uma nova história e atribuindo novos significados aos objetos e lugares que estão ao seu alcance. Então, elencaremos a seguir diferentes momentos de constituição da R. I. Guajará e de Ananindeua para elucidar a formação do bairro PAAR.

2.1. Capítulos Iniciais da formação de Ananindeua: Da ocupação periférica à continentalização

Uma avaliação do movimento espacial da ocupação a partir de Belém é essencial para compreender o processo de Ananindeua, juntamente com os elementos estruturadores, os vetores de expansão, as práticas, processos espaciais e as formas espaciais resultantes. Desse modo, abordaremos em linhas gerais o que compreendemos como um primeiro período do desenvolvimento espacial de Ananindeua, o qual se relaciona com a formação e expansão da ocupação de Belém.

Com base nisso, tomamos a proposta de Eidorfe Moreira (1966) sobre os padrões de ocupação de Belém, o qual traçou um quadro sobre evolutivo definindo os seguintes padrões: ocupação periférica situada às margens do rio e classificada como ribeirinha até o fim século XVIII; uma ocupação que penetra no território, priorizando áreas de terra firme do fim do século XVIII até o último quartel do século XIX e; uma ocupação continentalizada, a qual se dá pela penetração bem mais interiorizada no território a partir do final do século XIX.

Ressaltamos que mesmo se referindo a Belém com essa sistematização, ela pode ser em certa medida associada ao desenvolvimento de Ananindeua, uma vez que o início sua

formação territorial no período colonial obedeceu em grande medida as mesmas materialidades que inspiraram a demarcação de Moreira (1966), assumindo inclusive o mesmo caráter de ocupação. De um lado, o modelo de ocupação periférica possuiu influências na área que viria compor Ananindeua, como veremos a seguir, ainda que os objetivos fossem diferentes e sua ocorrência se desse com uma defasagem temporal. De outro, embora Ananindeua não tenha sido diretamente condicionada pela referida interiorização ocorrida em Belém, o supracitado processo de continentalização teve repercussões fundamentais em sua estrutura territorial e em sua ocupação.

Portanto, nossa abordagem se inicia na ocupação inicial de Belém de cunho estratégico e militar no ano de 1616, cujo fim era assegurar a posse e presença de Portugal na referida porção da colônia (CRUZ, 1973; MOREIRA, 1966). O marco da ocupação é o Forte do Presépio e seu simbolismo na defesa do território contra a invasão de franceses, ingleses e holandeses. Pode-se compreender esta materialização como o primeiro e um dos mais importantes eventos (SANTOS, 2012) na constituição de Belém, R. I. Guajará e Ananindeua, pois marcou o início de seu desenvolvimento, mesmo que sob a organização de uma formação socioespacial primeira. É o momento onde vai se dar se iniciar a ocupação periférica citada acima.

Além de objetivos político – militares, as demandas econômicas e a ocupação a partir das grandes lavouras no Nordeste da colônia levam os colonizadores a buscar o sucesso dos núcleos fundados no litoral atlântico, iniciando-se a lavoura de cana-de-açúcar e exportando produtos nativos conhecidos como “drogas do sertão”. Se a econômica canavieira estava sob a responsabilidade de sesmeiros e colonos, os religiosos, comandando indígenas “domesticados”, dominavam a coleta das “drogas do sertão” e as principais vias para essas atividades eram os rios. Desse modo, essa atividade econômica atrelada às missões religiosas fortalece a interiorização da ocupação do território com a criação de vilas e povoados quase sempre atrelados ainda fortemente ligados aos rios.

Essas atividades econômicas, as relações sociais e a continuidade da ocupação estimulada por elas auxiliam a maturar a situação geográfica (SILVEIRA, 1999) que procuramos pensar aqui, visto que são o desenrolar dos interesses portugueses na Amazônia no século XVII e XVIII e delineiam o contorno do que viria a ser Belém e Ananindeua alguns séculos no futuro.

Há nesse período um forte imperativo do tempo da natureza, com a prevaência de um “meio natural” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), onde o tempo social e natural se confundem a despeito da presença do engenho que supunham um meio técnico pré-máquina

comandando a produção. A dependência dos sistemas naturais é tanta que daí se explica o longo período no qual a cidade de Belém esteve exclusivamente dependente da beira do rio.

O sucesso dos engenhos e da comercialização das “drogas do sertão” propiciam aumento populacional em Belém no séc. XVIII (CRUZ, 1973), o que tornou imperativa a expansão da cidade para além do Igarapé do Piri, o qual dividia o bairro da Cidade (atual Cidade Velha) do restante da povoação. Nesse contexto, a cidade se encontrava “presa” ao rio e à baía sem nenhuma penetração ao interior. No final do século XVII, a forma espacial de Belém vai evoluindo, ganhando contornos na divisão no núcleo da “cidade”, que se referia ao entorno do Forte do Presépio recortado pelas primeiras ruas de Belém e que hoje compõe o Bairro da Cidade Velha, e a “campina” que se localizava após o Igarapé do Piri.

O início do patrimônio municipal se dá em 1627, quando o capitão-general Francisco Coelho de Carvalho cede uma légua de terras para a administração, sendo que sua demarcação se efetiva somente em 1703. Essa área conhecida como Primeira Légua Patrimonial se estende do Forte do Presépio até o Bairro do Marco, onde a cidade preservou sua ocupação até o ano de 1899.

Na metade do século XVIII algumas ações políticas irão incidir sobre o território, alterando de forma significativa sua dinâmica. É o momento do governo do Primeiro Ministro português Marquês de Pombal, quando ocorre a tentativa de uma redefinição das atividades econômicas. É criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e ocorre o incentivo a culturas como cacau, fumo, café, pecuária e à utilização de mão-de-obra escrava. Se trata de uma significativa tentativa de alterar os usos do território em prol de outro formato que parecia mais promissor e trazia ares de modernidade.

Nesse momento foi considerável o crescimento demográfico, ocasionando uma primeira interiorização na área de Belém com uma certa seletividade espacial, tendo preferência por partes mais altas do sítio com o objetivo de evitar os igarapés e igapós, atestando ainda a influência que as condições naturais possuíam sobre a ocupação. A direção que tomou a expansão alcançou áreas que compreendem os bairros do Reduto, Batista Campos, Nazaré e Umarizal, o que iria orientar futuramente a expansão para o bairro do Marco e por conseguinte Ananindeua.

Esse período tem muita influência sobre a área que viria compor o município de Ananindeua, haja vista que o Diretório Pombalino e seu conjunto intervenções políticas teve rebatimentos diretos no que se refere à inserção de objetos geográficos e ocupação na área que viria compor Ananindeua. Trazendo a análise para constituição processual do município e da cidade de Ananindeua, podemos considerar como seu núcleo de ocupação mais antigo a

Colônia Agrícola do Abacatal, muitas vezes sendo representado como um marco de seu povoamento por ter seu início ainda no século XVIII, no período colonial. As famílias que nela vivem remetem aos séculos XVIII e XIX, quando a agricultura comercial se organizava e se articulava com Belém do Grão Pará e a base do trabalho era composta por africanos escravizados.

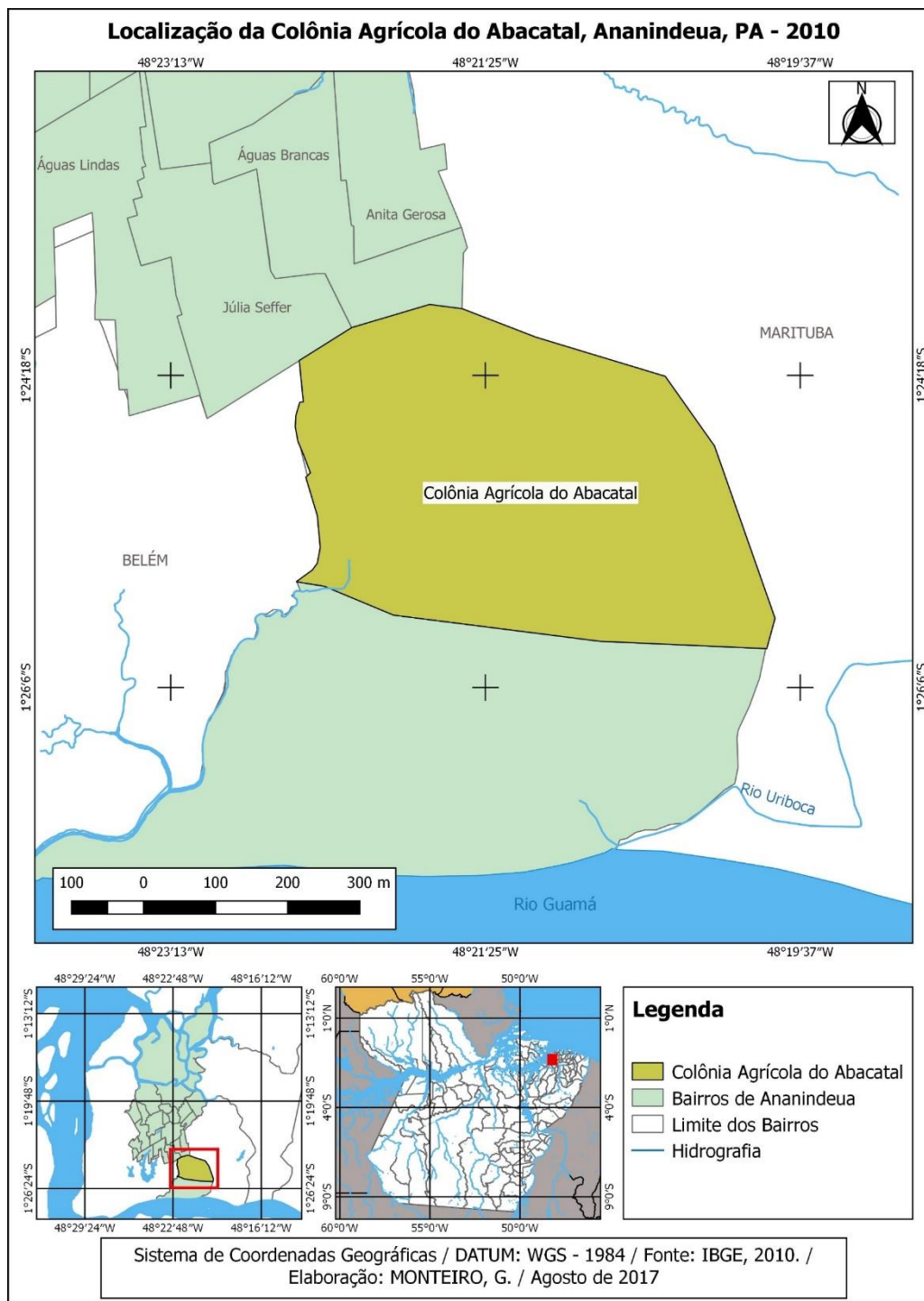
Nesse momento, aos rios amazônicos ainda era atribuída grande importância, visto que eram as principais vias de circulação pelo interior do território, fazendo com que os rios Guamá, Acará, Capim e Moju passem a condicionar o surgimento de povoados e núcleos à suas margens, onde colonos pobres e índios destribalizados se estabeleciam e tinham predominância numérica até o final do século XVIII, quando se estimula a agricultura comercial na Amazônia e a mão-de-obra africana vai passar a ser dominante tendo relação direta com as fazendas e engenhos. Sendo assim, a essencialidade dos rios é corroborada pelo fato do mais antigo núcleo de Ananindeua se localizar as margens do rio Urubóca, hoje compondo a área de Marituba, que dava acesso a um importante corpo hídrico: o Rio Guamá. Essa ocupação segue a mesma lógica do povoamento até o século XVIII demarcada por Moreira (1966): as margens dos rios.

Além da produção de cultivos alimentares, como feijão, arroz e milho, também se encontravam nas redondezas de Belém alguns engenhos, bem como a permanência extração das “drogas do sertão”, cujo fim era a atividade mercantil. O Diretório Pombalino vai ter grandes reflexos, sobretudo às margens dos rios Guamá e Capim, onde uma atividade agrícola diversificada irá se estender.

A agricultura comercial fomentada apresentou considerável potencialidade e capacidade de diferenciar sua produção tanto em gêneros quanto em dimensões. Desde sítios, fazendas, até grandes unidades agro-manufatureiras de açúcar e aguardente, as empresas foram bem-sucedidas, sendo que esta última unidade produtiva tinha como base o trabalho escravo devido aos vultosos recursos que eram aplicados em tal empreendimento. Segundo Marín e Castro (1999), sobretudo entre 1765 e 1823, notáveis transformações são empreendidas na região rural no entorno de Belém, principalmente no aspecto demográfico devido ao incentivo à colonização e ao trabalho escravo, o que contribuiu para a triplicação do contingente populacional.

Nesse momento se estabelece um mercado de trabalho escravo regular, principalmente na Zona Guajarina e no Baixo Tocantins, sendo comum e presente nesse momento a fuga de escravo e sua concentração em agrupamentos característicos, acarretando no processo de “aquilombamento”.

Além das fugas e posterior aquilombamento, os grupos afrodescendentes no Pará se estabeleceram nas terras através de outras formas tais como: através de terras de herança e da ocupação de fazendas abandonadas, o que diz respeito à gênese da Colônia Agrícola do Abacatal (**Mapa 3**). Oriunda desse período no qual a agricultura comercial é incentivada pelas iniciativas do Marquês de Pombal e do estabelecimento de um mercado de força de trabalho escrava, a Comunidade do Abacatal vai ser inscrita na realidade paraense até os dias de hoje, a qual segundo os moradores atuais é mantida pelo argumento de se tratar de terras de herança.



Marín e Castro (1999), ao tentar resgatar as origens da Colônia Agrícola do Abacatal através da narrativa de seus moradores, destacam dois momentos que se conflitavam ao serem propostos como marco inicial, um remetendo em alguns depoimentos ao ano de 1710 e o outro ao ano de 1790. O argumento existente trata da presença de um conde de nome Antônio Coma de Mello, o qual possuía sesmarias de uma grande área às margens do Rio Guamá e seu afluente, igarapé Urubóca, onde construiu um engenho de açúcar cuja força de trabalho era

africana. Conta-se que o conde chegou a possuir três filhas com uma escrava chamada Olímpia, as quais receberam a terra como herança após a morte do pai, vindo a formar o Quilombo do Abacatal. No entanto data referente ao ano de 1710 causa estranhamento, visto que o número de escravos nessa época era reduzido, já que seu mercado só é organizado a partir de 1765, diante do incentivo e implantação da já mencionada agricultura comercial no período da administração pombalina.

A segunda data identificada como marco inicial à supracitada comunidade, que é o ano de 1790, quando o mercado de trabalho africano já se encontra organizado e controlado pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, possui mais coerência. A agricultura comercial se encontrava desenvolvida e margeava os rios Moju, Acará, Capim e Guamá, refletindo os resultados da concepção modernizadora pombalina, havendo condicionado mudanças econômicas e demográficas para a região. Para tanto, ocorre o aumento na oferta de sesmarias concedidas para a constituição de fazendas destinadas à lavoura e movidas pelo trabalho escravo. É mais provável que nesse momento residam as origens da Comunidade Agrícola do Abacatal dada a análise do contexto em que se encontram processos e agentes que possam corroborar seu início.

A ocupação da Comunidade do Abacatal, embora não apresente muitas influências na composição do município de Ananindeua, é importante ser abordada para a identificação dos múltiplos processos que tiveram influência na região e tiveram impacto decisivo na organização espacial, onde específicos elementos, agentes e ações se colocaram. Isto permite um conhecimento mais completo das variáveis que incidiram na área do referido município.

Se essa ocupação é identificada como a mais antiga, os primeiros proprietários de terra de fora do regime de sesmaria chegam na área por volta de 1850 no Maguari, áreas que futuramente iriam compor o Distrito Industrial de Ananindeua sem alterar, contudo, a ocupação da área. Depois da instalação do Engenho do Conde Coma Mello às margens do Rio Guamá, o Rio Maguari-Açu que vai se constituir também num vetor de ocupação do território, pois foi a partir dele que ocorreu a fixação dos primeiros moradores da área insular do espaço ananindeuense por volta também dos anos de 1850, além de dar nome a outro dos agrupamentos mais antigos de Ananindeua, a localidade Maguari (MENDES, 2003 APUD COSTA, 2009). Assim, chama-se atenção para o modo de vida das comunidades ribeirinhas que se instalaram em função do Rio Maguari-Açu, pois através da pesca tinham seu principal sustento, ao lado do cultivo de pequenas hortaliças.

Esse momento, situado no início da segunda metade do século XIX, não se situa mais subordinado às mesmas condições políticas do período anterior, no entanto, a carência de vias

de circulação ainda condiciona a ocupação às margens dos rios, se traduzindo ainda na permanência decisiva da ocupação periférica na área que irá compor Ananindeua, enquanto em Belém a ocupação já rumava em direção às porções de cotas mais elevadas e se afastava dos rios.

Ainda segundo a demarcação dos padrões de ocupação feitos por Moreira (1966), além de um povoamento que penetra na cidade de Belém priorizando áreas de terra firme do fim do século XVIII até o último quartel do século XIX, um outro movimento de apropriação do solo se dá final do século XIX, onde a “continentalização” se faz perceber e redefine em alguns aspectos da organização dos espaços localizados no entorno da cidade. Se altera também as ações e interesses políticos, os quais incentivam um outro desenvolvimento econômico em consonância com um desenvolvimento técnico que irá dar os contornos de outros uma modificação dos usos do território, localizando alterações também na área que viria compor Ananindeua.

2.2. Da continentalização à metropolização do espaço

A referida situação geográfica pode ser vislumbrada com mais clareza no início da segunda metade do século XIX, quando se fortalece, principalmente no Pará, a economia gomífera como uma continuidade da vocação que a região possuía para a extração das drogas do sertão, perdurando até a década de 1950 aproximadamente diante da mudança de ações políticas que alterarão tanto o padrão técnico, quanto a economia e a ocupação a nível nacional, regional e local. No início desse período, o grande enfoque na extração de borracha se deveu crescente demanda que possuía nos Estados Unidos e Europa, pois o desenvolvimento industrial carecia de equipamentos oriundos dessa matéria-prima.

Simultaneamente, ocorrem constantes queixas da decadência da agricultura na Província em virtude do apego dos colonos à atividade extrativista, seja da caça, pesca, coleta do látex, castanhas e outros, conforme aponta em relatório de 1858 o Vice-Presidente da Província Ambrósio Leitão da Cunha (PENTEADO, 1967), o que os deixava pouco afeitos a cultura agrícola e esta atividade ficava com poucos braços para ser mantida.

O crescimento demográfico foi notável, principalmente pela atração que a economia da borracha exercia, assim como implantação de serviços urbanos como esgoto, sistema de iluminação elétrica graças a pujança econômica do momento. Foi o período onde a expansão da cidade e somente inicialmente condicionada ao deslocamento para o bairro do Marco a partir da atual Avenida Almirante Barroso. Vê-se uma modificação notável na organização

espacial da cidade com esse aumento populacional e com provisão de nova infraestrutura que irá ganhar novos caráter no final início do século XX.

Ainda em meados do séc. XIX, é expresso interesse de construir uma via que não só ligaria Belém até Bragança, como também possibilitaria a colonização da chamada “Região Bragantina”, a qual acreditava-se ser rica em terras férteis, com o objetivo de resolver a problemática alimentar da capital (LEITÃO DA CUNHA, 1858 apud PENTEADO, 1967). Entretanto, inúmeras tentativas nessa direção se mostraram infrutíferas até a fundação da Colônia de Benevides em 1975, a qual surgiu como uma promissora tentativa de abastecer a demanda de gêneros alimentares de Belém.

Entretanto, o transporte até a referida colônia era feito por via fluvial, o que era muito lento e dispendioso. Daí surgiu a ideia de promover a construção de uma estrada de ferro que ligaria a capital até a Colônia de Benevides, como também cortaria a Região Bragantina e permitiria sua colonização. Após inúmeras tentativas, a construção da estrada de ferro tem início no ano de 1883 e conclusão em 1908, quando chega a Bragança.

Em virtude do dinamismo da economia gomífera no Pará especificamente e das grandes divisas que gera nas receitas da Província (PENTEADO, 1967) que é possibilitada estrada de ferro que “cortaria” a região conhecida como Nordeste Paraense, ao longo da qual seriam instaladas colônias agrícolas com europeus das mais diversas nacionalidades (franceses, espanhóis, açorianos) para o fornecimento de gêneros alimentícios para a capital devido à escassez de braços destinados à agricultura.

Aqui demarcamos um momento que será decisivo na formação territorial de Ananindeua, onde elementos significativos irão se mostrar importantes: a Estrada de Ferro Belém-Bragança, uma de suas estações de embarque-desembarque e o Curtume Maguari. Sendo assim, a consolidação da Estrada de Ferro de Bragança é outros dos sucessivos eventos que promovem a superação de uma superação geográfica anterior e matura um período geográfico definido na área que viria compor Ananindeua. Mesmo tendo difundindo determinações em diversas escalas, a saber local e regional, nos interessa aqui o evento como a espacialização da “totalidade na particularidade” (SANTOS, 2012, p. 160), isto é, na então freguesia de Ananindeua.

É perfeitamente inteligível a identificação de uma fase de “continentalização” apresentada com Moreira (1966) verificada com mais força a partir do último quartel do século XIX com os elementos elencados acima como importantes variáveis para o desenvolvimento de Ananindeua, permitindo compreender como os sistemas de engenharia podem redefinir a organização espacial de uma área. Não só um objeto geográfico, mas

também a regulação política do período, as demandas econômicas e as potencialidades territoriais oferecidas pela área a ser ocupada constituíram um conjunto que irá alterar a organização de alguns subespaços.

Senão vejamos. Em virtude dos já mencionados pontos, no intervalo de 1883 e 1908 é construída a Estrada de Ferro de Bragança, cujo primeiro trecho que ligava Belém à Colônia Agrícola de Benevides tinha uma parada obrigatória para reabastecimento de combustível (lenha) de localização imprecisa na área que hoje compreende Ananindeua, havendo dois locais frequentemente mencionados como ponto onde ficava a estação: um é o Viaduto do Coqueiro, outro é a Estação Rodoviária de Ananindeua em frente à sua prefeitura.

Segundo informações contidas no Plano de Habitação de Interesse Social de Ananindeua (PHISA, 2012), no ano de 1907 são construídas estações nas localidades do Entrocamento, Ananindeua e Marituba, sendo afirmados núcleos populacionais. No caso de Ananindeua, essa estação se localizava na área que compreende o atual centro administrativo de Ananindeua. A Estrada de Ferro e sua parada fomentaram a mobilidade para seu entorno de um pouco significativo contingente populacional, no entanto, com a instalação do Curtume Maguari em 1916, moradias de seus operários foram construídas ao seu redor, efetivando e dando um tom diferenciado à ocupação (COSTA, 2009).

A instalação do Curtume Maguari se dá ao Norte da estação da estrada de ferro (**Imagem 1**) e é analisada por Costa (2009) como elemento da maior importância na formação de Ananindeua, pois em virtude desse estabelecimento seria constituído o primeiro núcleo que iria se contrapor à lógica e organização rural da área ananindeuense. Tal afirmação não é feita sem justificativas, visto que a referida empresa, além de alcançar significativas dimensões no quadro econômico nacional (chegou a ser a maior empresa do ramo Norte do país), também construiu uma vila para seus operários, a Vila Operária, conhecida posteriormente como Vila Maguari, com estes assumindo um modo de vida diferente do seu entorno rural

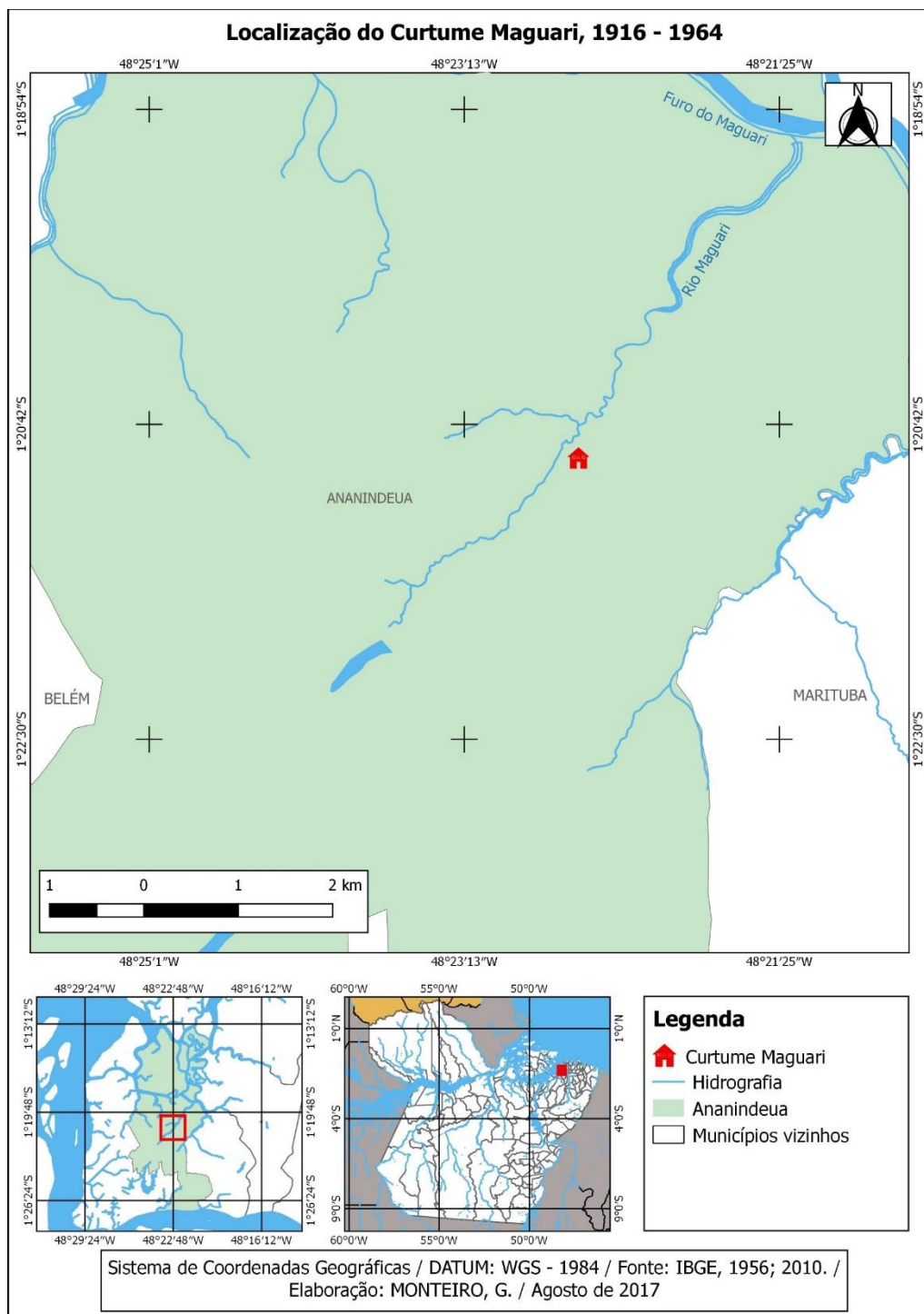
Imagem 1: Prédio do Curtume Maguary



Fonte: Relatório de Diagnósticos do Plano Diretor, 2006.

As origens do Curtume Maguary remontam às operações *Parah Electric Hailwayss and Lightning Company* em função de suas necessidades energéticas que demandavam madeira e lenha. Essa área é vendida para a Empresa Saunders & Davis, os quais fundam o curtume em 1916. A fundação da Vila Operária se constitui, então, num primeiro vetor de expansão a partir do núcleo oriundo da estação da ferrovia, para a qual era ligada pela via conhecida como Estrada do Maguari aberta no ano de fundação da empresa, atualmente Avenida Cláudio Sanders.

A instalação do Curtume Maguari respondeu a uma prática de seletividade espacial (**Mapa 4**), já que Belém passava por incrementos na urbanização e industrialização. A capital da Província tinha que lidar com problemas do seu núcleo central, já que se encontrava sobrecarregado seu sítio urbano. Com grande parte deste constituído por baixadas, logo, terrenos alagáveis, somada aos altos custos que teria o saneamento dessas áreas para torná-las habitáveis à população que nela vive, é levantada a necessidade de higienização do espaço público para prevenir o alastramento de doenças e os riscos pelos quais os habitantes dessas partes estavam expostos. Desse modo, as primeiras medidas para o deslocamento das camadas populares para áreas mais distantes da cidade são tomadas, para além da “Primeira Légua Patrimonial”, evitando a superlotação do sítio urbano e fomentando uma ocupação desordenada nos novos espaços ocupados.



São marcantes nesse momento as intervenções urbanísticas da gestão de Antônio Lemos (1897 – 1909) com sua promoção ao embelezamento e ao saneamento da cidade. Suas ações nos levam a crer que houve muita preocupação em promover a cidade nos moldes do elitismo com obras de jardinagem, melhoria das praças, incentivo a construções suntuosas e o “controle edilício”, o que proibia a construção de sobrados nas áreas centrais da cidade e “puxados” em toda a cidade (CRUZ, 1973). Desse modo, há ações políticas que promovem a

segregação e a produção de desigualdades socioespaciais no que tange o acesso à infraestrutura, serviços urbanos e à cidade em geral.

Com os espaços ocupáveis nas áreas centrais sofrendo grande valorização e a grande procura pelos terrenos próximos ou localizados no centro da cidade, ocorre desinteresse nessas áreas por parte de alguns agentes e fazendo com que os investidores optassem por localizar seus negócios em locais afastados do centro, mas ligados a ele pelas vias possíveis. Os terrenos localizados no entorno da estrada de ferro serviram como alternativa a impossibilidade de ter acesso ao coração da cidade, próximos das paradas de embarque-desembarque de mercadorias, em função das quais algumas famílias e comerciantes passaram a se fixar (COSTA, 2009). Essas áreas, localizadas na futura área de Ananindeua, eram freguesias de Belém no último quartel do século XIX, para em 1938 ser reconhecida como distrito.

Essa conjuntura condicionará a localização do Curtume Maguari na área que hoje compõe Ananindeua. Após esse período inicial, o empreendimento referido já alça dimensões consideráveis no ramo no Pará, conhecido nacionalmente e internacionalmente. Costa (2009) aponta que em seu primeiro momento, que se estende de 1916 a 1946, o Curtume Maguari possui notáveis especificidades não só no que se refere às dimensões do empreendimento, seja em nível de empregados, maquinário ou volume de comercialização. A preocupação com os trabalhadores era latente, até lotes de terras recebiam com construções pré-acabadas, daí é constituída a Vila onde estes moravam.

Percebemos que a estrutura social de cada momento histórico vai ditando as regras das formas de ocupação do território e vão moldando o espaço, o qual vai adquirindo novas funções, novas formas e novos processos que passam a animá-lo. Podemos pensar, tomando o Curtume Maguari e a Estrada de Ferro de Bragança, na formação de um “meio técnico” (SANTOS; SILVEIRA, 2001) que realiza novas possibilidades e difunde novos significados e temporalidades a medida que mecaniza o território, sobrepõe, ainda que em apenas algumas parcelas do espaço, o ritmo natural na esfera produtiva e da circulação. Portanto, novas condições e modos de uso do território são oferecidas.

No contexto de sua estruturação urbana exposta acima com o curtume e a estação da estrada de ferro, Ananindeua era apenas um distrito de Belém. Essa situação muda no ano de 1943, no dia 30 de dezembro por meio do Decreto-lei Estadual nº 4.505, promulgado pelo Interventor Federal Magalhães Barata, quando Ananindeua é municipalizada. No entanto, sua sede municipal foi reconhecida como cidade no dia 31 de dezembro de 1947 e era composta

pela sua sede e pelos distritos de Benevides, Benfica e Engenho Arari. Tal qual aconteceu com Ananindeua em relação a Belém, seus distritos de Benevides, Benfica e Engenho Arari são desmembrados e é criado o município de Benevides pela Lei nº 2.460 de 29 de dezembro de 1961.

Entretanto, na década de 1930, são destinadas um conjunto de áreas de topografia privilegiada a instituições militares e públicas, conformando o “Cinturão Institucional”. No que se refere à dinâmica demográfica da cidade de Belém, merece destaque o período de ascensão de economia gomífera, seu declínio na segunda década do século XX e sua retomada na década de 1940. O esfacelamento dessa atividade, da década de 1920 a 1940, não só Belém, mas a Amazônia como um todo viveu um momento de diminuição de crescimento populacional e até perda de população em alguns períodos.

No entanto, na década de 1940, momento de ocorrência da Segunda Guerra Mundial e estabelecimento dos “acordos de Washington”, incentiva-se a economia gomífera novamente por meio de investimentos norte-americanos e Belém novamente se coloca como destino de um significativo contingente populacional. Até a década de 1950, o crescimento populacional provoca o esgotamento de áreas de terra firme, levando a ocupação da baixadas, resultado de contradições de acesso ao espaço urbano, já que os equipamentos urbanos tiveram uma distribuição seletiva na cidade (RODRIGUES, 1998).

Na década de 1950, o movimento de incremento populacional continua, mas não mais ligado à atração exercida pela extração do látex, mas por iniciativas gestadas na esfera estatal. Era o momento no qual o país era governado por Juscelino Kubistchek e os lemas do governo eram “Energia e Transporte” e “Cinquenta Anos em Cinco”. Mais do que palavras vazias, os lemas evidenciam os tipos de prioridade de ação que o governo tomaria. Suas empreitadas principais na Amazônia foram as implantações das rodovias Brasília-Acre e Belém-Brasília, propiciando a migração para a Amazônia de forma mais acelerada.

Em Belém, a ligação rodoviária proporciona um pico no crescimento demográfico em relação às três últimas décadas e se estendendo até a década de 1990. Segundo dados do IBGE, de 1960 a 1991, o acréscimo populacional bruto que a cidade adquire gira em torno de 842.518 habitantes. É notável o inchaço que a metrópole apresenta, se tornando insustentável mesmo no momento tratado, no qual esses contingentes são direcionados para o entorno metropolitano, isto é, para os municípios vizinhos. Na RMB esse movimento é evidente, a partir da década de 1960, intimamente relacionado à produção dos conjuntos habitacionais. Aqui é delineado mais um capítulo da formação territorial de Ananindeua.

2.3 Ananindeua: metropolização do espaço, políticas habitacionais e urbanização

Na década de 1950 Ananindeua possui eminência rural, pois, dos 13.303 habitantes, aproximadamente 1.000 habitavam sua sede municipal (IBGE, 1958). Ananindeua era tida como um subúrbio de Belém, havendo em seu território grande número de chácaras, granjas e sítios de propriedade das classes abastadas da capital. Havia também grande número de roças onde sobreviviam colonos, o que demonstra as diferentes espacialidades e temporalidades que contrastavam com seu núcleo central e com a Vila Maguari.

O núcleo central originado pela estação de estrada de ferro e o aglomerado oriundo da Vila Maguari eram os únicos objetos que contrapunham a lógica e organização espacial rural de Ananindeua. É certo que a abertura da BR – 316 tenha tido significativa influência no referido município, pois se trata de um sistema de engenharia que evidencia um primeiro avanço das comunicações e circulações, porém é Belém que nesse momento recebe grande parcela dos fluxos, principalmente populacionais. O desenvolvimento desse processo irá ter reflexos no território de Ananindeua algumas décadas depois.

Senão vejamos. Desde a década de 1940 Belém assumiu papel de destino de mão-de-obra novamente em virtude da “Batalha da Borracha”, o que acelerou o esgotamento às parcelas do sítio urbano de topografia favorável, legando os grupos pobres à intensificação da ocupação nas baixadas a partir da década de 1950 e 1960 (ABELÉM, 1989). Essa configuração espacial da ocupação se deu por motivos políticos, econômicos e naturais. Políticos e econômicos porque já ocorria um movimento de especulação imobiliária, o que restringia o acesso às partes da cidade melhor providas de infra-estrutura e topografia favorável.

Já as motivações naturais se devem a ocorrência dessas baixadas relacionadas ao fato de grande parcela do sítio urbano de Belém estar cortado por igarapés numa extensa rede de microbacias, estando sujeitas aos ciclos de cheia e vazante do Rio Guamá e da Baía do Guajará (MOREIRA, 1966). Esses fatores naturais foram decisivos historicamente na apropriação da cidade, pois as camadas de alta renda ocupavam as porções mais altas e à população pobre restava as áreas alagáveis, pois os altos custos de saneá-las e torna-las habitáveis não eram atrativas às elites políticas e econômicas. Desse modo, as baixadas representam uma das primeiras manifestações de diferenciação e desigualdade socioespacial no espaço urbano de RI do Guajará.

Sendo assim, Pinheiro et. al (2007) falam de um movimento de “periferização/metropolização da pobreza” para se referir a histórica localização e o “morar” precários na RMB, sobretudo nas décadas de 1960 a 1990, a qual possuiu três espaços constantemente relacionados à luta e conflitos em torno da moradia e que se relacionam com subespaços físicos da RMB cujas características são segregação e desigualdades socioespaciais, a saber, as baixadas, invasões de terra e conjuntos habitacionais.

Nesse contexto de periferização/metropolização da pobreza imbrincados pelas conhecidas ocupações coletivas da RMB, temos os três vetores: “as ocupações coletivas nas áreas centrais de Belém”, cuja área de ocorrência foram as áreas de baixadas de Belém e teve um período bem delimitado, nas décadas de 1950 e 1960 com grande intensidade e com menor força nas décadas posteriores; ocupações na “área de transição” do município de Belém no que se refere ao centro urbanizado, pois as famílias das “baixadas saneadas” se instalavam nessa nova porção e; por fim, a área de expansão que rumava no sentido da RMB, inicialmente Ananindeua e depois o restante do municípios que compõem a região metropolitana, tendo grande peso na produção do espaço urbano as invasões que ocorreram aos conjuntos habitacionais.

A ocupação das baixadas se deu em função, num primeiro momento, da retomada da economia gomífera, sendo que a partir da década de 1950 sua ocupação respondeu pela abertura da BR – 316 e a concentração da população nas grandes cidades. As ocupações nas áreas de transição se deram em função das obras de saneamento e dotação de infra-estrutura nas baixadas, as quais tenderam à valorização por também se situarem próximas às áreas centrais, o que deslocou a população pobre para a periferia distante, ou seja, para além da Primeira Léguas Patrimonial e do Cinturão Institucional. Por último, a construção dos Conjuntos Habitacionais, oriundos das iniciativas do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Serviço Financeiro de Habitação (SFH), consolidaram a expansão dos grupos de baixa belenense em direção a Ananindeua, seja de forma legal, com a compra as unidades, seja de forma ilegal, com invasão de conjuntos e terrenos contíguos.

Cada um desses vetores de periferização/metropolização da pobreza e da expansão urbana representou, a seu tempo, uma nova configuração no espaço urbano, primeiro a nível intra-municipal, depois a nível metropolitano. As tensões em torno da apropriação do espaço urbano e produção da moradia se relacionava ao avanço do padrão urbano-industrial que já se apresentava como tendência a nível nacional. Este processo se coloca como importante elemento da evolução urbana de Ananindeua que é verificada a partir de 1970 (RODRIGUES,

1998), momento no qual a cidade de Belém atinge um nível de expansão acentuado e condiciona a ocupação de áreas no eixo da Rodovia Augusto Montenegro, da BR – 316 e da Estrada do Coqueiro, ainda que não de forma consolidada e latente como veremos na década de 1980.

Sendo assim, ao lado inchaço populacional, a materialização das ações de agentes produtores do espaço urbano na apropriação das baixadas e na concretização dos conjuntos habitacionais são dois elementos co-determinantes na metropolização do espaço e estruturação urbana de Ananindeua a partir da década de 1960, já que a concentração populacional na capital e o grande déficit habitacional existente se apoiaram nas políticas habitacionais do BNH e do SFH, os quais tiveram efeitos diretos na produção do ambiente construído na região metropolitana e em Ananindeua, sendo que os conjuntos habitacionais “populares” foram os principais objetos geográficos que consolidaram a expansão para além da Primeira Léguas Patrimonial nesse momento.

A política habitacional em questão, de acordo Rodrigues (1998), pode ser pensada em três momentos: um primeiro onde se tratou do desenrolar e redução de uma proposta de política urbana gestada entre 1964 e 1966 no âmbito do Governo Federal e se cria um conjunto de institucionalidades responsáveis pela sua execução, como BNH, SERFHAU, COHAB; a expansão dessa política habitacional a outras esferas do urbano entre 1967 e 1972, quando, para atender aos interesses de grupos econômicos que buscavam novos campos de investimento, procura incentivar a indústria de materiais de construção, programas de saneamento e desenvolvimento urbano, enfim, dinamizar a economia através da promoção imobiliária. Além disso, o BNH inicia em 1971 o repasse de capital a agentes financeiros, os quais ficavam responsabilizados por retornar posteriormente esses recursos ao BNH; por fim, o período de 1973 a 1984, quando o retorno da crise econômica torna a política habitacional via de investimentos do capital estrangeiro (SCHMIDT, 1987 apud RODRIGUES, 1998).

Nesse interim, de 1966 a 1986 foi o período de operação do BNH e da construção de 19.190 unidades pela COHAB/PA em todo o estado. O município que teve o maior contingente de unidades habitacionais construídas foi Ananindeua, cerca de 16.004 (83%), abrangendo os mercados populares e médios contemplados pela política habitacional. A conformação desses Conjuntos Habitacionais, ainda que não sejam os únicos elementos de relevância, se constituem no “evento” que é fundamental a constituição do espaço urbano de Ananindeua. Desde a abertura da BR – 316, da criação das políticas do BNH e SFH até a consolidação do C. H.’s, temos eventos sucessivos que espacializam formas-conteúdo

(SANTOS, 2014) que ressignificam o espaço ananindeuense especificamente. Além de uma simples sucessão de eventos, temos uma soliedariedade entre eles (SANTOS, 2012) que gesta o período geográfico em questão com Ananindeua em seu seio.

Isto tem a ver com a estruturação do meio técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2001) em suas faces que tocam a difusão dos meios de transporte e informação e a globalização financeira. Olhar a abertura da BR – 316 e o fluxo migratório reavivado para Belém ao mesmo tempo em que está, se passando a concentrar instituições que balizam a integração nacional e ocupação da Amazônia, a conformação do Distrito Industrial de Ananindeua e de empresas de diversos ramos ao longo da BR – 316 que se comunicam com diversas escalas, e as políticas habitacionais gestadas pelo governo central se torna elucidativo desse “meio geográfico”.

Com esses processos, a configuração que se verifica irá localizar a elite no centro tradicional no interior da metrópole ou próxima a ele, enquanto as camadas populares deslocam-se para a periferia, seja da própria metrópole, seja do município vizinho. Com a ultrapassagem da ocupação consolidada para além da Primeira Léngua Patrimonial, a realidade dos arredores de Belém transita rapidamente de uma organização e ritmo rural para o urbano, principalmente em Ananindeua. Assim, novas formas de apropriação e uso do solo vão passar a compor a realidade ananindeuense, seja pela moradia, seja pela atividade industrial que tem como vetor a Rodovia BR – 316.

Entretanto, em Ananindeua a urbanização respondeu eminentemente a um caráter habitacional em detrimento do industrial. Através das políticas habitacionais que o urbano se propaga para o município em questão e auferem novas características ao seu espaço, se mostrando como produto/produtora de transformação do padrão de produção territorial tal qual se faz em todo o Brasil (SANTOS, 1993). É nesse período também, a partir da década de 1960, que as novas formas de produção territorial deslocam a população pobre do campo e as concentra nas grandes cidades, nesse caso Belém, promovendo seu inchaço.

Nesse período, a estruturação urbana de Ananindeua mostra um processo contínuo e heterogêneo, onde um jogo de interesses e uma correlação de forças a influência de maneira decisiva. A intensificação da especulação imobiliária nas áreas centrais de Belém, a qual tem ligação direta com os problemas habitacionais, cujo instrumento para saná-los era a expansão da ocupação para Ananindeua, se prostra como determinante. Esta revela-se através dos interesses de grupos dominantes que produzem o espaço urbano, os quais priorizam a ocupação de certas áreas, causando o aumento dos preços do solo urbano.

A produção do espaço urbano da capital, então, se apresenta como uma forma de produção desigual do espaço, principalmente a partir da valorização das partes mais altas e das obras de “saneamento” das baixadas que as valorizam e desloca os grupos empobrecidos que aí viviam. Ocorre a um processo de construção do espaço urbano que servirá a acumulação e produção de lucro (Harvey, 2004c). Harvey (2008) expõe a correlação da urbanização sob orientação da acumulação capitalista, onde as desposseções, distribuição desigual do espaço construído e segmentações sociais são consequências diretas.

Tendo esse modelo como base da produção do espaço urbano, o qual o direciona prioritariamente para a produção de lucro, distintos agentes colocam em movimento seus interesses e moldam a produção e organização do espaço não mais limitado a Belém, mas a partir da década de 1970 em Ananindeua também. As mudanças gestadas no interior da capital e a manifestação de novos objetos geográficos destinados a moradia no espaço ananindeuense expressam uma modernização do território própria das possibilidades do período em questão, acompanhada pela instauração de uma racionalidade instrumental que faz submente a produção e acesso à cidade ao valor de troca, implicando na segmentação do espaço e segundo as classes sociais em consonância a sua produção desigual, elementos do que Damiani (2004) considera uma “urbanização crítica”.

É em meio a esse processo que chamamos atenção para o período de mudança de caráter da ocupação de Ananindeua, que transcorre a política habitacional, esta que vai ser executada para atender as camadas populares que não possuíam acesso à moradia e que não possuíam condições de ocupar o interior da metrópole, sendo direcionados para os arredores da cidade. “Mais do que suas localizações, os conjuntos são expressões de poder político mais assistencialista que responsável” (SIROTHEAU, 2008, p. 37), visto que com base no critério de controlar a densidade do uso do solo, o Estado proveu a construção de grupos de unidades habitacionais separados entre si, os quais seriam articulados somente após serem ocupados. Não só visando a desconcentração, mas a preferência por espaços poucos valorizados levavam à construção desses empreendimentos em locais distantes da Primeira Léngua Patrimonial, a exemplo da área utilizada para a construção do Conjunto Cidade Nova.

A urbanização verificada, então, se constitui num processo particular englobado no processo geral – porque integrado à totalidade socioespacial - de estruturação do território e da sociedade, o qual responde a elementos como a mobilidade social e setorial do trabalho determinadas pelas relações de produção sociais e espaciais (LIMONAD, 1999). Daí resultam

desigualdades geográficas, sociais e econômicas inter-relacionadas em Belém e Ananindeua que sintetizamos em desigualdades socioespaciais.

Sendo assim, é perceptível que o espaço urbano de Ananindeua, com todas as suas características e no contexto metropolitano, se consolida fundamentalmente a partir da implantação dos conjuntos habitacionais. Só entre 1964 e 1996, oriunda do período de vigência e posterior ao BNH, cerca de 36 empreendimentos foram financiados indubitavelmente pelo referido banco na Região Metropolitana de Belém (a qual era composta somente por Belém e Ananindeua). Após a extinção do Banco Nacional de Habitação em 1986, um número menor de unidades foi construído até 1996. Até este ano, em Belém verifica-se a concretização mais empreendimentos habitacionais, 25 ao todo, seguida por Ananindeua com 11 empreendimentos no referido período (**Quadro 1**).

Quadro 1: Empreendimentos habitacionais construídos em Belém e Ananindeua (1964 – 1996)

Belém		Ananindeua		
Nova Marambaia I	83	Ananindeua (Abelardo Condurú)	18	
Conjunto do Basa	4			
Nova Marambaia II	37			
Icoaraci I	29	Tropical	200	
Costa e Silva	6			
Nuneslândia (Satélite)	42			
Mendara I	18	Cidade Nova I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX	3.903	
Mendara II	6			
Médici I	-			
Marex	34	Stélio Maroja	1.216	
Icoaraci II e III	0			
III	Nova Marambaia	33	Tucuruvi	11
	Cordeiro de Farias	2		
	Bela Vista	69		
	32	Guajará I	1.	

	0		948
	79		
Médici II	8		
	36		
Pedro Teixeira	0	PAAR	4. 100
	2.		
Maguari	580		
	22		
Tavares Bastos	8	Catalina	7 70
Providência/Promorar	1. 649		
	29		
Antônio Teixeira	2	Val Paraíso	5 10
Gueiros	25		
Euclides Figueiredo	4		
	16		
Castro Moura	3	Júlia Seffer	1. 172
	1.		
Tapajós	037		
	20		
Jardim Maricá	3	Geraldo Palmeira	1. 100
Augusto	25		
Montenegro I e II	2		

Fonte: Silva, 2014. (Elaborado pelo autor)

Em relação a esses empreendimentos, chamamos atenção para o Conjunto Maguari, com 2.580 unidades residenciais e concluído em 1982, Geraldo Palmeira, com 1.100 unidades e concluído em 1986, o Júlia Seffer, concluída em 1984 e com cerca de 1.172 unidades, o Cidade Nova, sendo o maior de todos, a saber, composto por nove núcleos e concentrava aproximadamente metade da população do município, e o próprio Conjunto PAAR, dotado de 4.100 unidades habitacionais, sendo o segundo maior conjunto habitacional da RMB.

Pensando os quatro últimos conjuntos citados, construídos em Ananindeua e estruturadores de sua cidade enquanto locus do urbano, entende-se que atestam o fenômeno urbano gestado principalmente pelo Estado, pelo capital imobiliário e pela própria força de trabalho, pois estes elementos nos servem para observar e compreender a distribuição de atividades, objetos e da população no território (LIMONAD, 1999), atestando também seu caráter fundamentalmente espacial.

É visível o salto populacional que o município de Ananindeua tem na década de 1980, sendo uma das condicionantes a materialização dos conjuntos habitacionais (**Tabela 3**).

Tabela 3: Evolução da população de Ananindeua e sua situação de domicílio – 1960 a 2010

Período	Ananindeua		
	Pop. Urbana	Pop. Rural	Total
1960	3.353	16.977	20.330
1970	2.916	19.611	22.527
1980	6.858	59.169	66.027
1991	74.051	14.100	88.151
2000	392.627	942	393.569
2010	470.819	1.161	471.980

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1960/70/80/91 2000/2010. (Elaborado pelo autor)

Analisando o quadro acima, verificamos que nas décadas de 1960, 1970 e 1980 a população residente na área rural de Ananindeua tem mais peso na composição total que a população urbana, para somente inverter esse quadro na década de 1990 a população urbana passa a compor aproximadamente 84% da população do município. Caso curioso é o da década de 1980, a qual entendemos como momento de transição da situação domiciliar da população, visto que nesse período se concretizam inúmeros conjuntos habitacionais que, embora estivessem na área rural, sua lógica e dinâmica diferia e muito do antigo ambiente de granjas, roças e chácaras encontradas em Ananindeua.

Mesmo com um considerável contingente de unidades habitacionais construídas, o déficit habitacional não foi sanado. A insuficiência do setor formal era latente, então as ocupações coletivas permaneceram com maior intensidade ainda, sendo marcantes na década de 1990. A ocupação de áreas ociosas passou a ser mais frequente e não mais de forma pontual, mas se fazendo a partir com grandes contingentes participando e com choques com a polícia.

Além de áreas ociosas, a ocupação de áreas de conjuntos habitacionais em fase de conclusão se deu com maior frequência em Ananindeua, onde se localizou cerca de 77% de áreas desapropriadas e 55% de áreas não desapropriadas do estado. Grande parte das ocupações aconteceram nas proximidades de conjuntos habitacionais já construídos em

função das vantagens locacionais existentes como equipamentos urbanos, transporte coletivo etc.

Não só em Belém, mas também em Ananindeua, as ocupações coletivas tiveram como principal impulso as contradições da forma de apropriação do espaço urbano, evidenciando este como um produto social resultado de um jogo de forças entre agentes condicionam o surgimento de conflitualidades, as quais acabam por se constituir por mobilizações de agentes sociais em tom de contestação, expressando o caráter “sujeito-objeto” (BEAUJEU-GARNIER, 1980) das duas cidades pelas ações das classes que acabam por condicionar devido aos interesses econômicos que regem organização espacial que possuem.

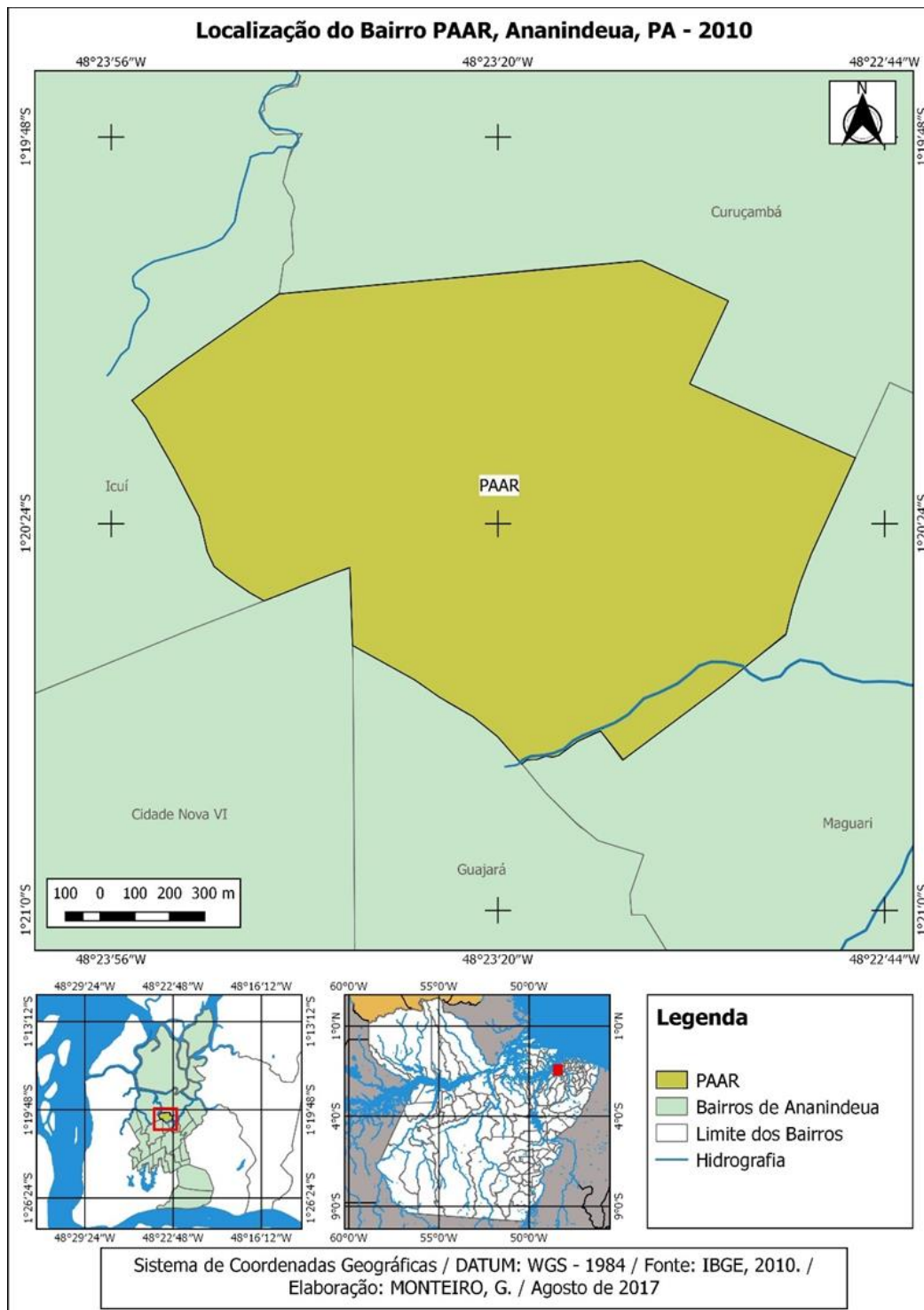
Não só se constituindo nos principais eixos do povoamento formal, nas décadas de 1980 e 1990 a Rodovia Augusto Montenegro e a BR – 316 também se mostraram favoráveis como principais eixos da ocupação ilegal e informal, ocorrendo em áreas ociosas e em conjuntos habitacionais em construção de dentro e fora da 2ª Léguas Patrimonial de Belém. O Estado toma o papel de mediador entre os posseiros e as construtoras, negociando com estas as desapropriações e permanências dos ocupantes. O ano de 1993 foi um ano de intensas ocupações em conjuntos, sendo que muitos deles encontravam-se em conclusão e com as obras paradas. Nesse interim, há destaque para o PAAR, considerado a maior área de ocupação espontânea da América Latina.

3. A “crise urbana” na escala local: o caso do Conjunto PAAR

Santos (1993) se refere a uma “crise urbana” em construção no Brasil a partir de da produção da cidade por agentes socioeconômicos hegemônicos que mobilizam sua força política e econômica e direciona o fenômeno urbano à reprodução do capital. Essas ações possuem também impacto na dimensão espacial, fazendo com que a cidade, conforme Santos (1993), concentre uma massa crescente de pessoas que não são integrados a empregos formais e serviços básicos, como saneamento. Sendo assim, uma diferenciação na escala da cidade se faz perceber a partir dessa lógica, onde os grupos sociais pobres são deslocados e concentrados em aglomerados precários, espacializando desigualdades socioespaciais que nos propomos a discutir aqui. Logo, é nessa contextualização que podemos entender a estruturação do bairro PAAR.

Inicialmente um conjunto habitacional localizado no bairro do Coqueiro, o PAAR (**Mapa 5**) possui uma área de 1.823.085,14 m² e possui uma história bastante singular no que diz respeito à forma de sua ocupação. Composto as áreas pertencentes ao Curtume Maguari e

obtido pela COHAB/PA no ano de 1989 para a construção de um novo conjunto habitacional que iria compor o já existente Conjunto Guajará, o Conjunto PAAR iria ser baseado no mesmo modelo de habitaes populares construídos no complexo Cidade Nova. (SANTANA, 1998)



Este conjunto trazia no bojo de seu projeto, elaborado em maio de 1990, uma proposta inovadora: a população que seria inserida teria participação garantida no processo de escolha do padrão habitacional e acompanharia a construção das unidades e do conjunto. Era uma nova perspectiva que a CAIXA adotara, onde o beneficiado participaria de todas as etapas, desde o planejamento até o recebimento do imóvel.

Mesmo com essa proposta inovadora, fundamentalmente sua localização se encontra submetida a intencionalidades que acabam por materializar essa forma dotada de uma função específica numa conjuntura socioespacial também particular, ou seja, “há uma lógica que preside a ação” (SILVA, 2012, p. 19). O modo como está disposto esse e outros conjuntos adjetivados de “populares” expressam a forma geral pela qual é regida a produção do espaço urbano na metrópole. A produção da moradia está estritamente imbrincada com produção do espaço urbano da Região de Integração e de Ananindeua, seja relacionada à política habitacional, seja relacionada da autoconstrução típica das ocupações irregulares.

No que se refere à situação e ação da política habitacional no período, Barros (2007) aponta, conforme informações cedidas pelos técnicos da COHAB/PA, que a CAIXA liberou recursos para a implantação da infraestrutura no primeiro momento da construção do projeto que viria a ser o PAAR, estas que compreendiam a rede de esgoto, de drenagem, posteamento, meio-fio, sistema de transmissão de energia elétrica, loteamento.

Posteriormente, na segunda fase, a CAIXA liberou recursos para a construção de somente 1.000 unidades habitacionais, o que acabou por inativar o projeto por um período. Diante da impossibilidade de dar cabo de toda a construção que ficara por fazer, os técnicos estabeleceram uma divisão da área em quatro partes, cada uma delas recebendo o nome de um estado da região Norte, a saber: Pará, Amazonas, Acre e Roraima, resultando na sigla PAAR. Cada uma dessas áreas seria atendida sucessivamente à medida que os recursos fossem sendo disponibilizados pela CAIXA.

Com isso, no Conjunto PAAR, a aplicação de recursos não se deu de forma homogênea, pois a CAIXA liberava os recursos financeiros e os técnicos da COHAB definiam uma área para ser agraciada com os investimentos em infraestrutura coletiva e de habitação, ficando as outras a espera. Outra dificuldade que emperrou a consolidação do conjunto foi à mudança do governo estadual, o que se tornou um empecilho aos avanços da COHAB/PA na sua construção. Esses foram algumas barreiras determinantes na formação do Conjunto PAAR no âmbito institucional.

No que se refere às ocupações irregulares, diante das problemáticas elencadas acima é gestada uma das muitas manifestações da situação habitacional na capital e nos outros municípios que a circundam: a invasão de sua área em setembro de 1990 por aproximadamente seis mil famílias. Alves (1997) salienta que a precariedade do financiamento do Governo Federal para a política habitacional e a crise pela qual passava naquele momento o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) vão ter como principal reflexo em Ananindeua a invasão do Conjunto PAAR, onde o Estado vai manifestando seu distanciamento de seu papel de garantir infra-estrutura e serviços coletivos básicos, engendrando algumas condições para as grandes invasões de terra predominantes na década de 1990.

Sendo assim, de acordo com Correa (1989), o espaço urbano se coloca como um reflexo e um condicionante social: se a apropriação e produção desigual dos equipamentos urbanos em algumas áreas da região metropolitana é condicionada por interesses políticos e econômicos, vai condicionar a aglomeração da população pobre em locais afastados e precários. Essa discussão remete à discussão do papel dos agentes produtores do espaço urbano, também segundo Corrêa (1989), como o Estado e os agentes sociais excluídos. Se o primeiro age segundo interesses de uma elite que o sustenta, mostra ineficiência na produção da cidade para os agentes sociais excluídos, os quais ficam legados áreas sem serviços básicos e infra-estrutura geral que assegure condições mínimas de moradia. Em parte com base nesses elementos que foi condicionada a invasão do Conjunto PAAR.

O processo de ocupação, entretanto, contou com lideranças comunitárias, o que supõe planejamento e organização na ação. No entanto, esta foi desordenada, pois muitos equipamentos foram depredados, áreas que seriam destinadas ao lazer e habitação foram ocupadas de forma inapropriada, havendo também roubo dos equipamentos elétricos, dentre outras formas de danificação do patrimônio público.

É essencial lembrar que mesmo que a ocupação do Conjunto PAAR tenha se dado por meio de uma invasão e com certo vandalismo, foi relativamente organizada, já que as famílias preencheram uma ficha de inscrição, pagavam uma taxa de 1.000 cruzeiros e recebiam um lote de terra. Assim, a invasão redefiniu a forma de intervenção da COHAB para que as famílias fossem cadastradas, isto no ano de 1991.

É seguindo o canteiro central (hoje sua principal rua, Est. Curuçambá Oeste, e centro comercial) de sua área que novas ocupações e construções iam surgindo, bem como pequenos comércios que futuramente iriam constituir a feira, espaço este que pode ser visto chegando

ao Conjunto PAAR via Cidade Nova VI, elemento bastante notável atualmente pelo dinamismo que possui. Mesmo com as ações dos técnicos de cadastrar os ocupantes, numa grande velocidade mais famílias iam chegando, dificultando o inventário.

Nessa situação, os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989), que caracteriza aqueles agentes do espaço urbano que se encontram em situação de exclusão ou sujeitos a desigualdades socioespaciais de várias dimensões no espaço urbano, assumem protagonismo. Mesmo diante da tentativa de regulação por parte do Estado, ou seja, por mais que os ocupantes estivessem vinculados a um agente, estes colocaram-se como efetivos agentes modeladores de uma parcela da cidade de Ananindeua, visto que produziram seu próprio espaço, sobrepujando a racionalidade e intencionalidade estatal até então presente na área. Não entraremos no mérito da legalidade ou ilegalidade da ação desses sujeitos, no entanto chamamos atenção para esta enquanto uma estratégia de sobrevivência diante da situação de exclusão na qual se encontravam no que tange à moradia na cidade.

No entanto, Alves (1997) aponta que a maneira pela qual ocorria o assentamento da população do PAAR, seja por meio das invasões aceleradas, seja pela falta de recursos para o provimento de infraestrutura e ordenamento mais eficiente do assentamento, trouxe como inevitável expressão a segregação socioespacial dos moradores por meio das ocupações irregulares, desordenadas, precárias e em áreas de risco. Vemos então a insuficiência das medidas da COHAB em mitigar as consequências não só da ocupação desordenada do Conjunto PAAR, mas de um processo que se desenrola por todo o tecido urbano metropolitano e que tem na segregação e desigualdades socioespaciais sua principal expressão concreta, as quais continuam a se reproduzir pelas medidas que afirmam intentar combatê-las.

As ações da COHAB – Pa e da Caixa Econômica Federal foram as primeiras iniciativas do Estado no sentido de solucionar a problemática da moradia. Ao longo da primeira década dos anos 2000, o poder público municipal destinou uma série de recursos em ações como a urbanização de áreas de ocupação, remanejamento, remanejamento de populações residentes em áreas de risco, ações no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa Minha Vida (ANANINDEUA, 2010). Entretanto, nenhuma dessas ações são verificadas no bairro PAAR, causando um hiato entre o que foi executado e a conhecida demanda do lugar. Entretanto, tratando das diferenciações e desigualdades socioespaciais, estas se reproduzem no âmbito da cidade somente ou podem ser verificadas numa escala maior, isto, do bairro? Procurando responder a essa pergunta que será desenvolvida a próxima parte do trabalho.

3.1. As desigualdades socioespaciais no bairro PAAR

Até o momento, expomos e discutimos a produção do espaço urbano de Ananindeua abordando relacionando-a a ações políticas, econômicas e espaciais, as quais mudaram qualitativamente de significado no tempo e geraram as condicionantes sucessivas que configuram o referido município como é atualmente.

A segunda parte do trabalho permitiu a identificação de elementos que incidiram sobre a área que viria compor Ananindeua do período colonial, no período imperial até as políticas habitacionais criadas durante o Regime Militar, momentos que revelaram a força que ações políticas e econômicas possuem de redefinir o conteúdo espacial de um lugar.

Sempre procurando relacionar a produção do espaço de Ananindeua inserida na totalidade espacial, consideramos sua associação estrita à expansão urbana de Belém, sobretudo a partir da década de 1970, o que consolida a produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais em nível metropolitano, não mais restrito à metrópole.

Dando ênfase ao recorte territorial estudado, a dinâmica oriunda desse último momento considerado lançou as bases da constituição do bairro PAAR sujeito à lógica de produção do espaço na escala da cidade e na da região de integração. Mas se a citada diferenciação se dá a nível regional, ele também se dá na escala do bairro, daí nos interessa análise sobre a distribuição desigual no seio dos processos de produção da estrutura espacial do PAAR, como veremos adiante.

3.1.1. Distribuição desigual da estrutura espacial no bairro PAAR

Como procuramos pensar as desigualdades socioespaciais segundo a metodologia proposta por Rodrigues (2015), utilizaremos como parâmetro para compreender a distribuição desigual da estrutura espacial no bairro PAAR elementos que expressem seu sentido enquanto forma-conteúdo (SANTOS, 2014), isto é, objetos geográficos dotados de um significado pelos agentes que os produziram e condicionaram sua produção e que em sua espacialização evidenciam as desigualdades socioespaciais produzidas. Desse modo, nossos elementos/variáveis são: Média de habitantes por domicílio; Domicílios sem banheiros; Domicílios com quatro banheiros ou mais; Chefes de família com rendimento de até um salário mínimo; Chefes de família sem rendimento; Chefes de família com rendimentos acima de vinte salários mínimos.

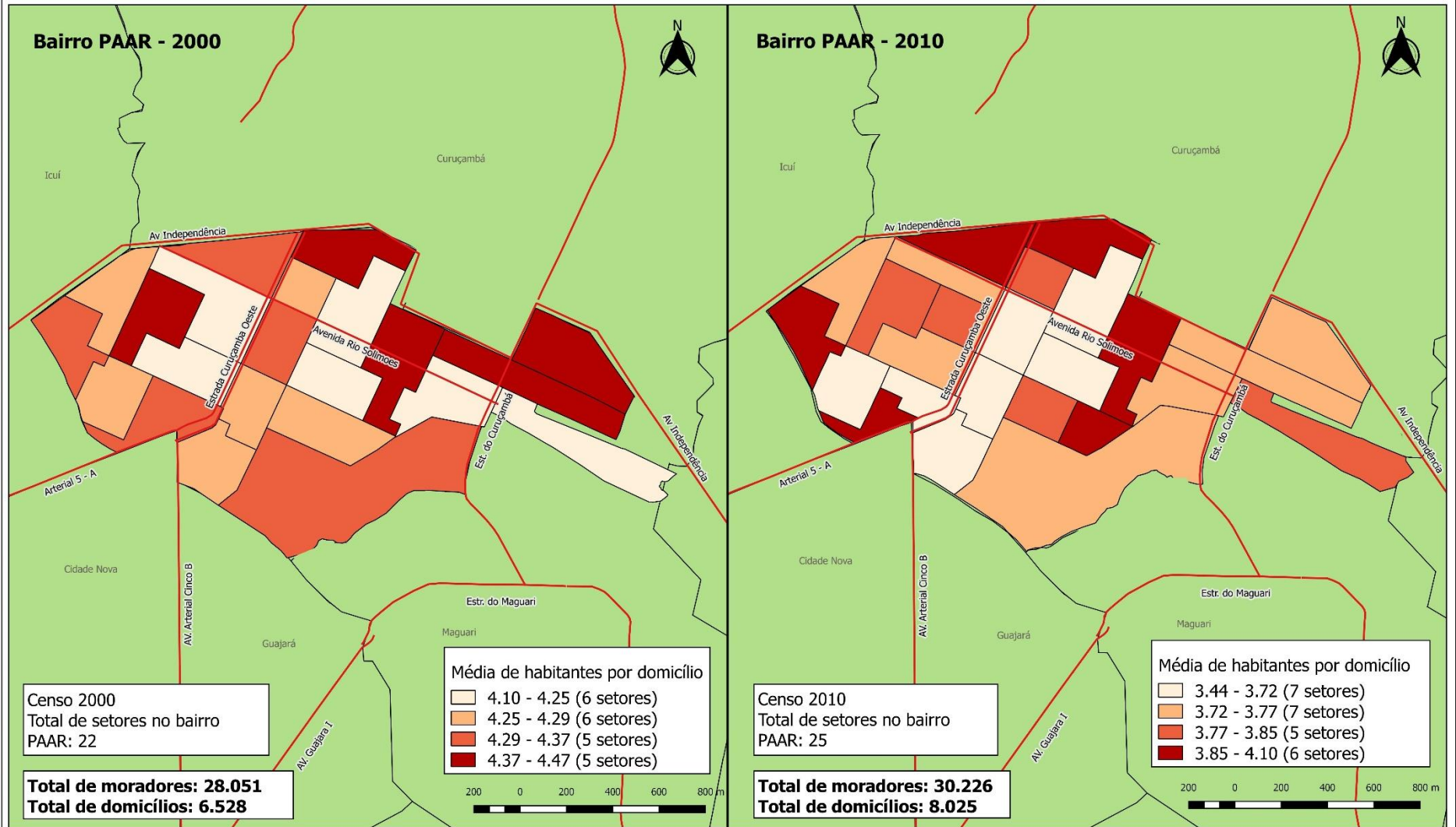
Sendo assim, considerando que os agentes produtores do espaço urbano não agem de maneira idêntica, não possuem mesmo força de mobilização das forças econômicas, políticas,

jurídicas e espaciais e nem possuem interesses iguais, a estrutura espacial da cidade terá parcelas diferenciadas conforme os agentes e seus respectivos interesses incidem sobre o espaço.

Essa estrutura espacial se refere a elementos demográficos, produtivos, de renda, de consumo, de classes, técnicas produtivas e organizativas particulares que, combinadas e localizadas num lugar específico, configuram a forma de uso dos recursos existentes (SANTOS, 2014) Essa estrutura espacial, quando operacionalizada no entendimento do bairro PAAR, no oferece a percepção da distribuição diferencial dos dados sobre sua área, expressando a desigual divisão socioespacial mesmo nesse subespaço. Assim, se torna perceptível a diferenciação socioespacial sob um caráter negativo, o que atesta produção de desigualdades socioespaciais a partir da inexistência de condições de acesso a parcelas da cidade por certos grupos, estando legada a uma menor parcela privilegiada.

Escolhendo esse caminho, utilizaremos informações do censo do IBGE dos anos de 2000 e 2010 referentes aos setores censitários, pois estes nos oferecem informações pontuais que favorecem o estudo na escala do bairro. Considerando essa diferença temporal, pontuamos que no ano 2000, o bairro PAAR possuía 22 setores censitários, aumentando esse número para 25 em 2010 (**Mapa 6**):

Média de moradores por domicílio no bairro PAAR, Ananindeua - PA (2000 - 2010)



Legenda

- Principais acessos ao bairro PAAR
- Bairros de Ananindeua

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: WGS 1984
Fonte: IBGE, 2000; 2010
Elaboração: MONTEIRO, G.
outubro de 2017

O mapa acima apresenta, sobretudo, uma mudança demográfica no bairro PAAR. Tendo sido constituído a partir de uma grande ocupação, no início dos anos 2000, o PAAR apresentava uma média de 4,29 moradores por domicílio, mudando para 3,76 moradores por domicílios no ano de 2010.

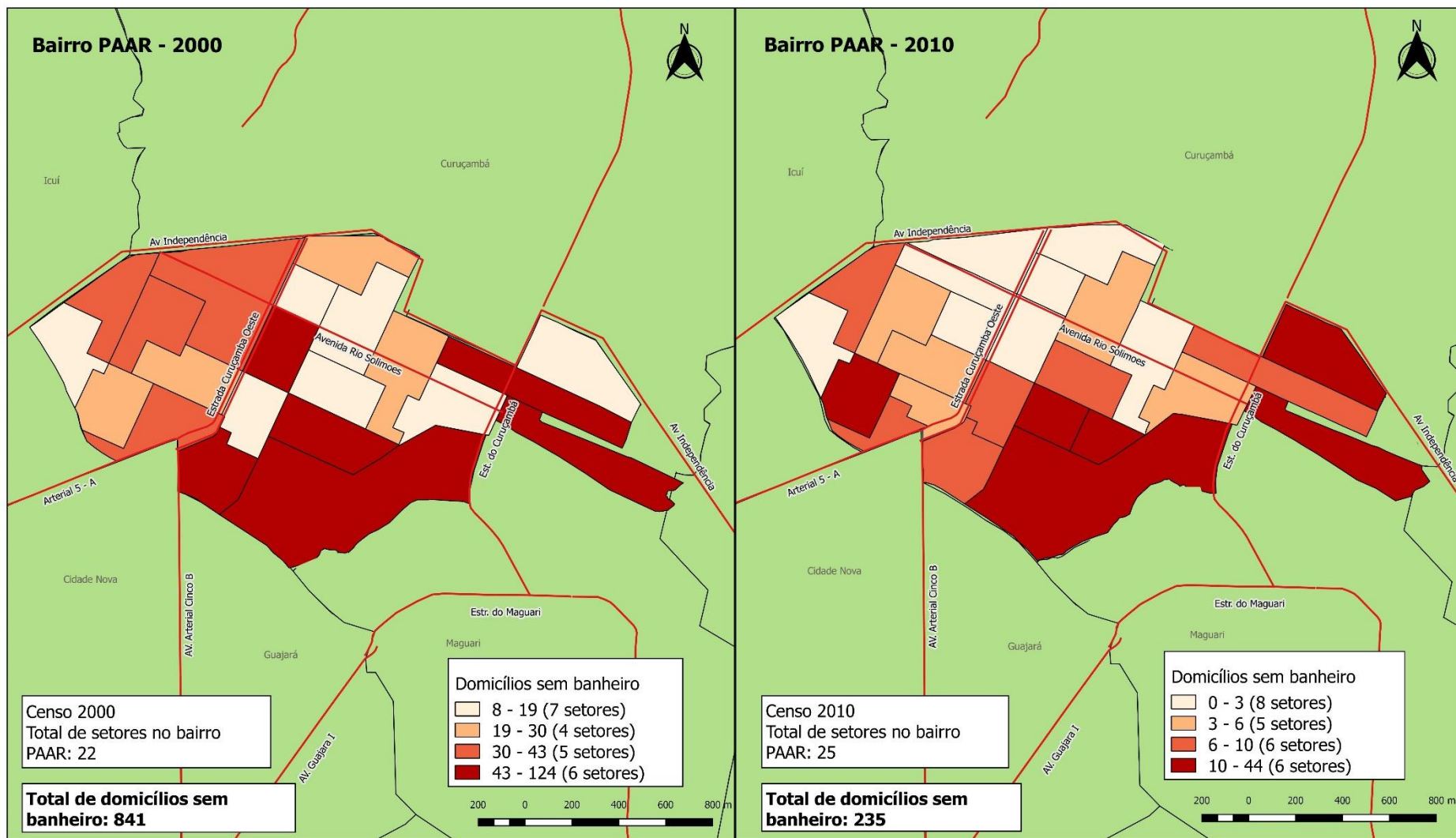
Com base nas informações referentes ao número de moradores, o bairro PAAR possuía um total de 28.051 moradores, ao passo que para o ano de 2010 apresenta um crescimento de 7,2% (2175). Esses dados informam que não houve um crescimento tão acentuado do contingente populacional na área estudada, ao passo que no caso de outros indicadores um sensível aumento foi percebido.

No caso do número de domicílios, o PAAR apresentava um total de 6528 no ano 2000, aumentando essas quantidades para 8025 em 2010 (18,7%), isto é, ocorrendo acréscimo de 1497, quantidade suficiente para reduzir a média de habitantes por domicílio.

Considerando o eixo de maior relevância do PAAR a Est. Curuçambá Oeste (onde se localiza o canteiro central do PAAR), podemos perceber que os 5 setores censitários com maior média (na cor vermelha – média de 4,37 a 4,47) no ano 2000 se localizam fora desse eixo, se localizando em grande parte nas porções nas bordas do bairro, próximos aos limites com os bairros do Curuçambá e Icuí, áreas pobres de Ananindeua. Esse número de setores com maior média aumenta no ano de 2010 (6 setores), ainda que a média de moradores por domicílio tenha diminuído com visto acima. Os setores com maior média de mor/dom (3,85 – 4,10) se localizam, em sua maior parte, novamente nos limites do Icuí e Curuçambá, ainda que dois deles.

Em relação aos setores censitários com indicadores intermediários, o intervalo de classe de médias mais próximo dos maiores valores (na cor alaranjada escura) permanece o mesmo do ano 2000 para 2010, ainda que se centralizem mais no bairro de um período para outro. O que chama atenção é a localização dos setores com menores indicadores, visto que aumentam em número de 2000 para 2010, sendo que os setores alaranjados claros (valores intermediários de menor média de mor/dom) e bege (menores valores de média de mor/dom) aumentam em número de 6 para 7 setores. Vale ressaltar ainda a localização dos setores com menores valores, expressos na cor bege, que apresentam uma centralização no ano de 2010, se localizando mais próximos do canteiro central do bairro PAAR, onde se localiza seu centro comercial e melhor infra-estrutura.

Distribuição de domicílios sem banheiro no bairro PAAR, Ananindeua - PA (2000 - 2010)



Legenda

- Principais acessos ao bairro PAAR
- Bairros de Ananindeua

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: WGS 1984
Fonte: IBGE, 2000; 2010
Elaboração: MONTEIRO, G.
outubro de 2017

No que tange a distribuição de domicílios sem banheiros na estrutura espacial do Bairro PAAR, o mapa acima (**Mapa 7**) apresenta uma diminuição de 841 do ano 2000 para 235 no ano de 2010, uma diminuição em torno de 357%, ainda que tenha havido crescimento populacional de um período para o outro, o que pode significar um arrefecimento do desenvolvimento dessa precariedade na área estudada.

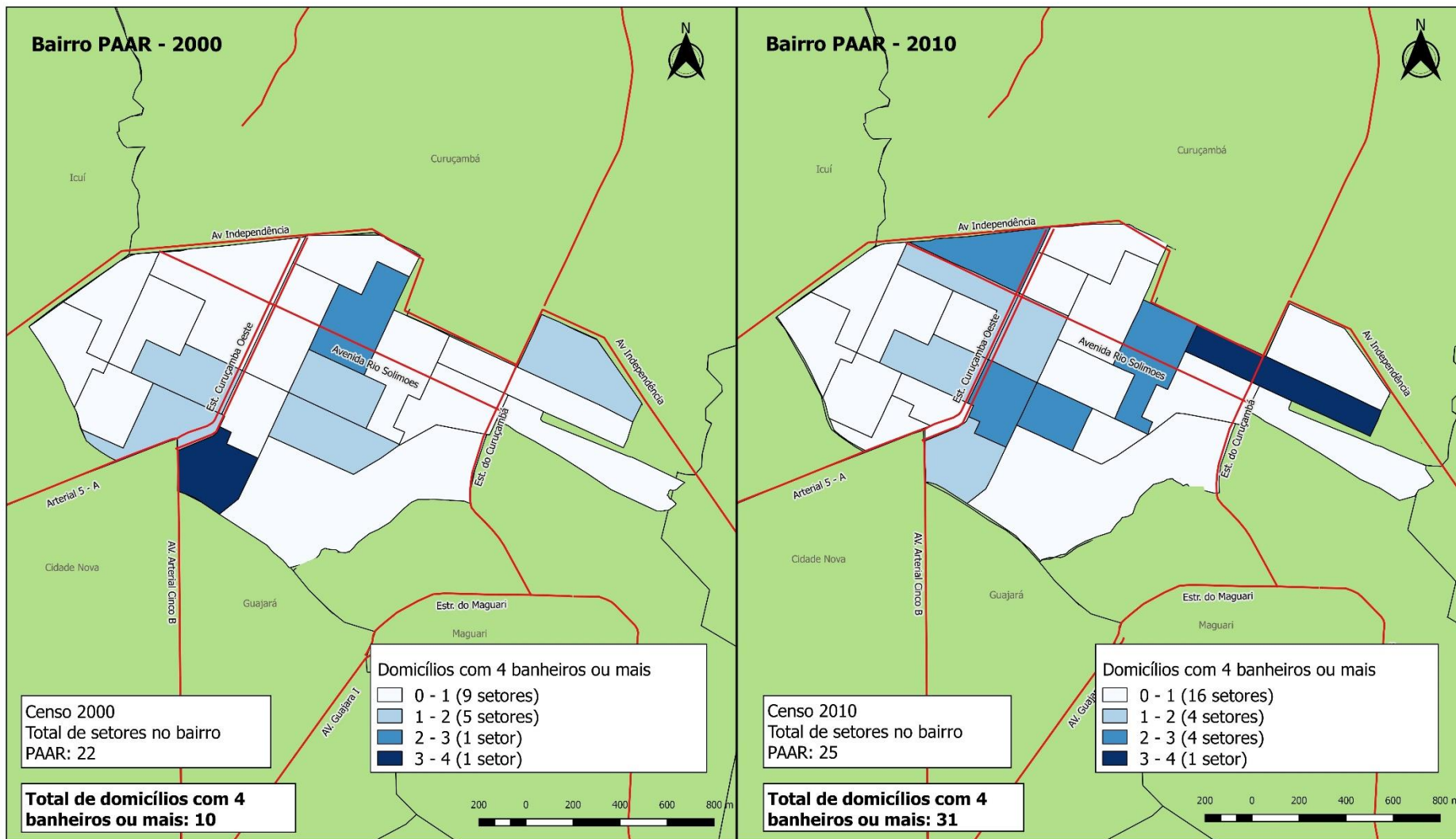
Analisando comparativamente, vê-se que o número de setores censitários com piores indicadores (na cor vermelha) permaneceu o mesmo do ano 2000 para o de 2010, 6 setores. Além disso, a localização dos setores censitários com esses piores indicadores (valores entre 43 – 124) possuem localização periférica no ano 2000 em sua maior parte, ainda que dois deles se localizassem próximos ao canteiro central e próximos da Av. Arterial 5-b, importante via que fornece ligação ao Conjunto Cidade Nova e Guajará. Além

Entretanto no ano de 2010, esses setores com piores indicadores (valores entre 10 – 44) se localizam distantes da Est. Curuçambá Oeste, como já dito, onde se localiza o canteiro central e centro comercial o bairro PAAR. No que toca os setores intermediários piores, expressos pela cor alaranjada, é visto o aumento do número de setores censitários de 5 para 6 do ano 2000 para 2010, tendo que ser considerado que os valores no intervalo de classes mudam significativamente, pois no ano 2000 os números de domicílios sem banheiro em cada setor intermediário pior se encontram valores entre 30 – 43 e no ano de 2010 entre 6 – 10.

Já os setores censitários com melhores indicadores, na cor bege, apresentam aumento de número de 2000 para 2010 de 7 para 8 setores. No ano 2000, sua distribuição era irregular, não havendo uma padronização, mas 2 desses 7 setores se localizavam nas imediações do canteiro central do bairro PAAR e outros dois se localizavam nas proximidades da Av. Rio Solimões, a qual não possui porções e grande centralidade, mas é uma importante via de circulação do PAAR.

No ano de 2010, dos 8 setores, 6 setores com melhores indicadores (na cor bege, valores entre 0 – 3 domicílios sem banheiro por setor) se localizam nas imediações do canteiro central do bairro PAAR e da Av. Independência, áreas que já apresentam melhor infra-estrutura e são áreas valorizadas. Há 1 setor que chama atenção por sua proximidade com o bairro Icuí, o que pode ser relacionado com reflexos das obras empreendidas no âmbito do PAC referentes à infraestrutura urbana até o ano de 2010

Distribuição de domicílios com 4 banheiros ou mais no bairro PAAR, Ananindeua - PA (2000 - 2010)



Legenda

- Principais acessos ao bairro PAAR
- Bairros de Ananindeua

Sistema de Coordenadas Geográficas

Datum: WGS 1984
 Fonte: IBGE, 2000; 2010
 Elaboração: MONTEIRO, G.
 outubro de 2017

Em relação à variável domicílio com 4 banheiros ou mais, podemos dizer que permite verificar domicílios com condição excepcional. No mapa acima (**Mapa 8**) verifica-se que no ano de 2000 o total de domicílios com 4 banheiros é de 10, saltando para 31 no ano de 2010, representando um aumento de 210% (21 domicílios). Essa informação já evidencia a melhoria de infraestrutura em algumas partes específicas do bairro PAAR, o que atrai moradores com certas características.

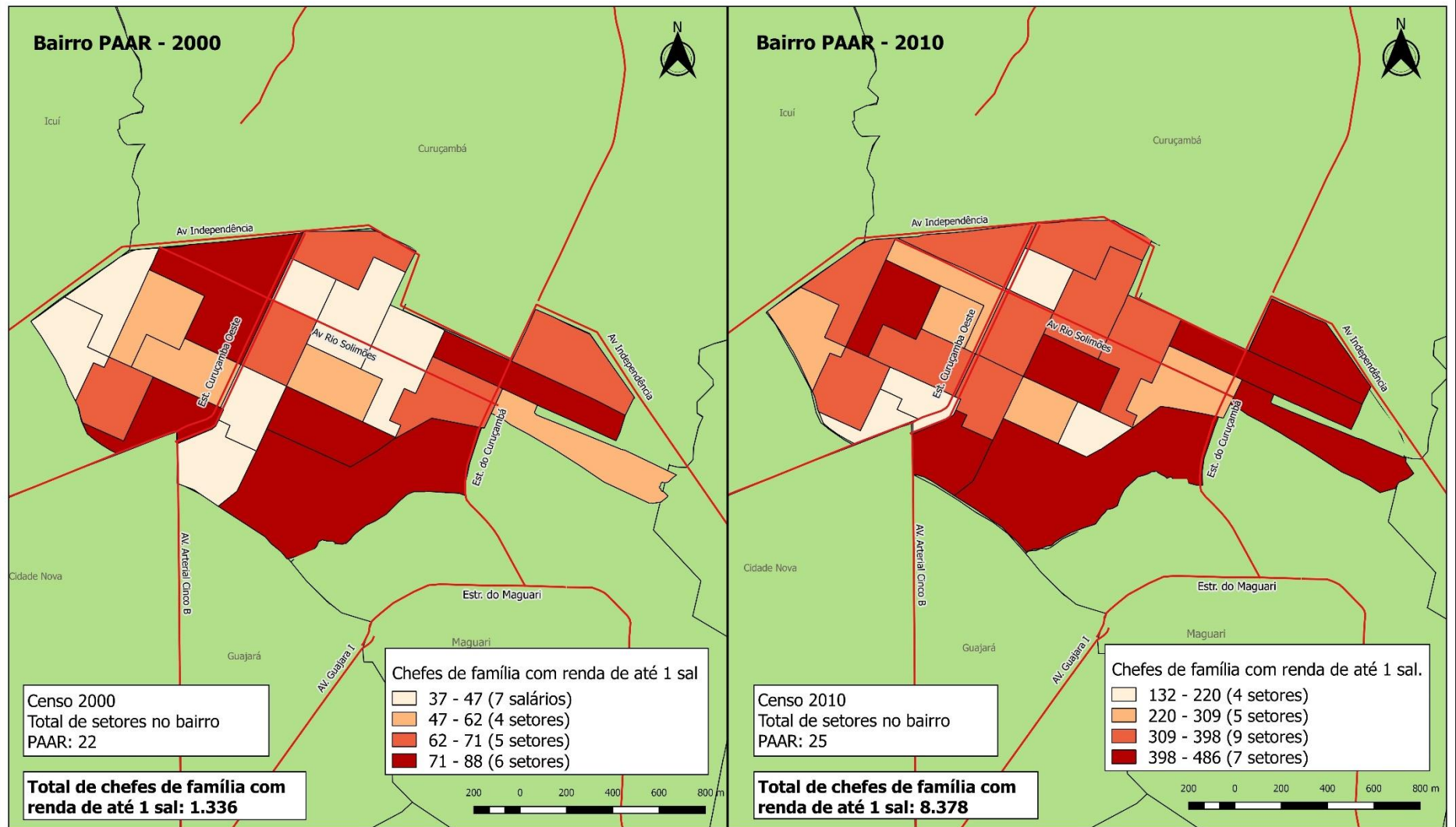
No ano 2000, o setor que apresentava melhores indicadores (em azul escuro), logo maior concentração de domicílios com 4 banheiros ou mais, se localizava nas imediações da Est. Curuçambá Oeste e Arterial 5-b, localização que oferecia melhores condições de infraestrutura e sendo até hoje um tanto privilegiada. No ano de 2010, somente um setor continua a apresentar melhores indicadores, entretanto, este se encontra nas proximidades da Est. Do Curuçambá e da Av. Independência.

Por outro lado, a área de estudo apresenta aumento no número de setores com indicadores intermediários melhores (na cor azul), expressando 1 setores nessas condições no ano 2000 e 5 setores no ano de 2010. Considerando os dois melhores indicadores da variável tratada, verificamos que no ano de 2010 estes se localizam nas proximidades do canteiro central do bairro PAAR e nas imediações da Av. Independência, esta que apresenta-se como um importante vetor que tende a valorização atualmente.

Em relação aos indicadores intermediários piores, expressos pela cor azul celeste, ambos com valores entre 1 – 2 domicílios com 4 banheiros ou mais por setor, verifica-se sua diminuição do ano de 2000 a 2010, com a redução de 5 para 4 setores nessas condições. Se num primeiro período considerado suas localizações dispersas, no segundo período esses setores se concentram nas proximidades do canteiro central do bairro PAAR.

Em relação aos setores censitários na cor branca, que apresentam de 0 a 1 domicílios com 4 banheiros ou mais na área estudada, ocorre o aumento em seu número de 15 para 16 de 2000 a 2010, ocorrendo seu afastamento principalmente da área a Est. Curuçambá Oeste, o que demonstra uma seletividade espacial de classes mais capitalizadas que se apropriam de forma diferenciada do espaço urbano.

Distribuição de chefes de família com renda de até 1 sal. no bairro PAAR, Ananindeua - PA (2000 - 2010)



Legenda

- Principais acessos ao bairro PAAR
- Bairros de Ananindeua

Sistema de Coordenadas Geográficas

Datum: WGS 1984

Fonte: IBGE, 2000; 2010

Elaboração: MONTEIRO, G.
outubro de 2017

Além da localização das médias de moradores por município, domicílios sem banheiro e domicílios com 4 banheiros ou mais por setor censitário, pensamos que a distribuição de chefes de família em diferentes condições de renda auxiliaria o estudo da estrutura espacial no bairro PAAR. Do mesmo modo que as variáveis acima, a renda das famílias permite avaliar a divisão desigual do espaço dentro da área estudada mesma.

Como primeira variável, vejamos então, a distribuição de chefes de família com renda até 1 salário mínimo demonstrada pelo mapa acima (**Mapa 9**). No ano 2000 foi identificado nos dados do IBGE a existência de 1336 chefes de família com ganho de até um salário mínimo mensal, enquanto no ano de 2010 verifica-se um salto para 8378, representando um crescimento de 627% (7042). Essas informações apresentam o crescimento de um grupo social com baixa renda, ainda que esse aumento de número indique o aumento de empregados formais e melhoria de vida.

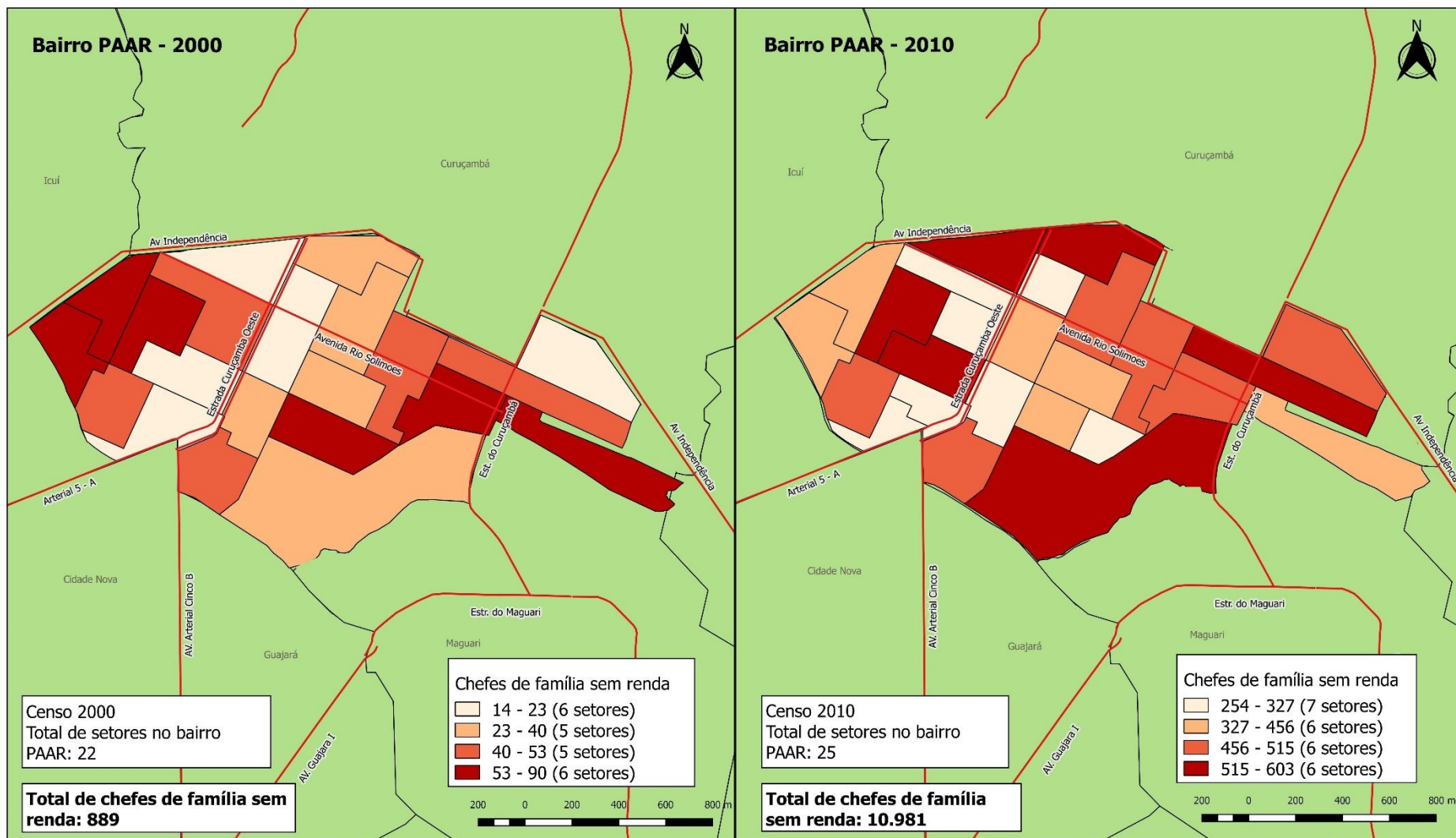
De uso desses indicadores é difícil realizar um comparativo pela discrepância de valores de um período para o outro, mas considerando o critério utilizado para a definição de intervalos de classe, no ano 2000, nas classes com piores indicadores, isto é, com maior concentração de chefes de família com rendimento até um salário mínimo (expresso na cores vermelha, valores entre 71 – 88), encontramos 6 setores censitários, dos quais 3 se encontram próximos aos canteiro central do PAAR e outros 3 se localizam de forma mais periférica. Em relação a esta mesma classe, no ano de 2010 são verificados 7 setores censitários com os piores indicadores (valores entre 398 – 486) dos quais apenas um se encontra nas proximidades do canteiro central do bairro, ficando o resto distante dessa área.

Em relação aos indicadores intermediários piores, na cor alaranjado escuro, vemos que no ano 2000 encontramos 5 setores censitários com essa classificação (valores entre 62 – 71), a qual salta para 9 no ano de 2010 (309 – 398). Em relação aos indicadores intermediários melhores, há aumento de número de setores censitários com valores dentro desse intervalo de classe (na cor alaranjada mais clara) do ano 2000 (valores entre 42 – 67) ao ano de 2010 (220 – 309), com mudança de 4 para 5 setores.

Por sua vez, os setores com melhores indicadores, na cor bege, apresentaram uma sensível redução de 2000 para 2010, diminuindo de 7 para 4 setores, evidenciando poucas áreas dentro do bairro PAAR sem grande concentração de trabalhadores nessa faixa de renda, o que o configura como concentrador de um segmento social. Verificamos também que em

2010, esses setores com melhores indicadores se localizam em sua maior parte na parte “central” do PAAR, próximo ao centro comercial e à área de melhor infra-estrutura.

Distribuição de chefes de família sem renda no bairro PAAR, Ananindeua - PA (2000 - 2010)



Legenda

- Principais acessos ao bairro PAAR
- Bairros de Ananindeua

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: WGS 1984
Fonte: IBGE, 2000; 2010
Elaboração: MONTEIRO, G.
outubro de 2017

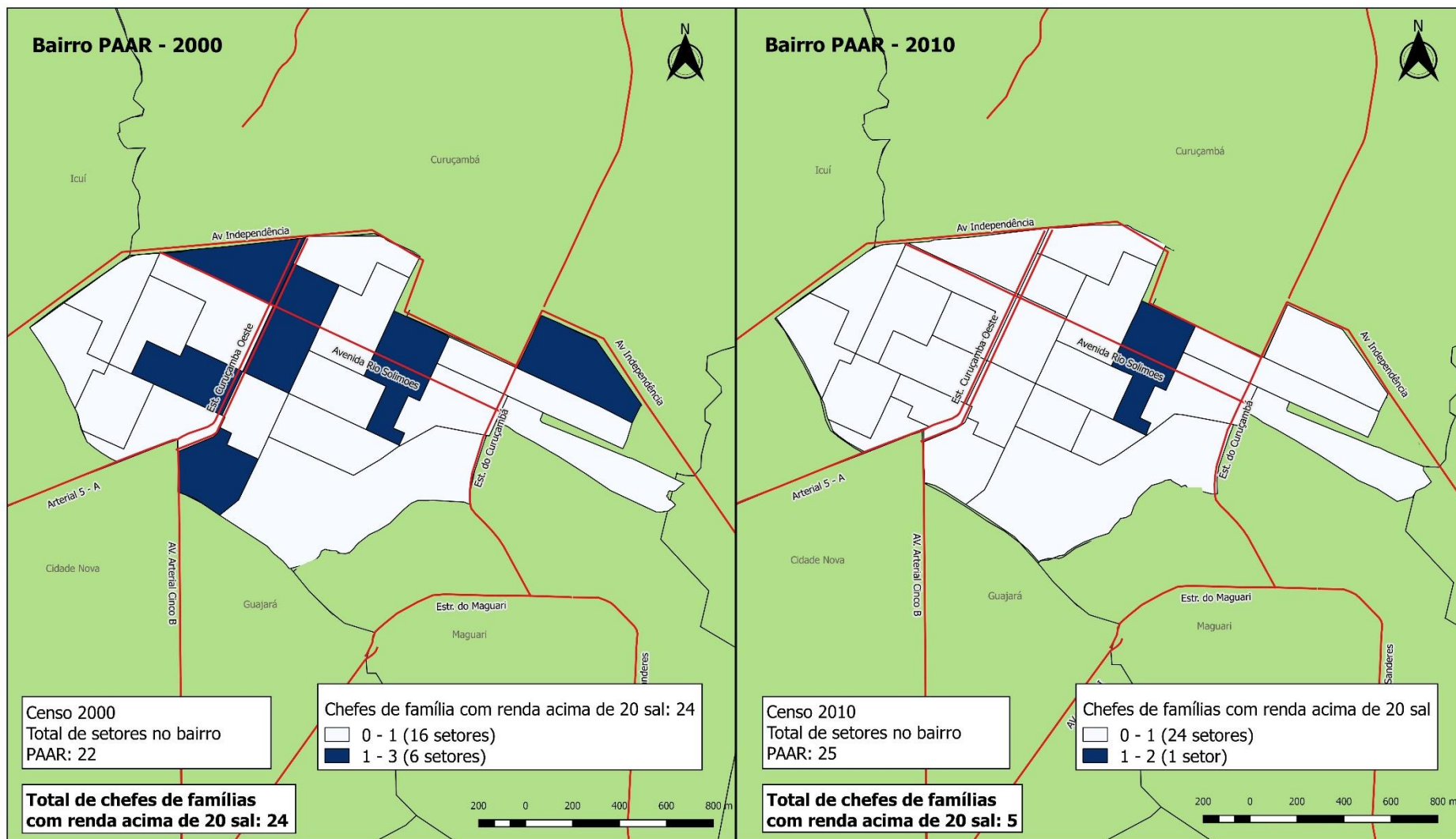
No que se refere a chefes de família sem renda mensal no bairro PAAR, verificamos que no ano 2000 o IBGE identifica cerca de 889 desses sujeitos, número que se eleva para 10981 no ano de 2010, ou seja, um aumento percentual de 1235% (10092) chefes de famílias sem rendimento acrescidos (**Mapa 10**). Essa rápida concentração de chefes de família sem rendimento no bairro PAAR se relaciona com a condição que essa área tem de oferecer as poucas ofertas de moradia para a população pobre de Ananindeua. Estando sujeito a insegurança, ausência de infra-estrutura e pouca valorização, esse espaço se torna a alternativa mais viável para os segmentos sociais mais pobres.

É interessante notar que no ano 2000, os setores com piores indicadores, representados pela cor vermelha (valores entre 53 – 90), são 6 em quantidade e se localizam distantes do canteiro central do PAAR, para em 2010 3 dos 6 setores censitários com os piores indicadores (valores entre 515 – 603) 3 se encontram perto dessa área. Vale ressaltar que 2 deles que se localizam próximos ao Est. Curuçambá Oeste se localizam em sua porção mais ao Norte, próximo da Av. Independência, área que ainda possui grande parte de moradia em situação fundiária irregular.

Já os setores com indicadores intermediários piores, no ano 2000 havia na área de estudo 5 setores (valores entre 40 – 53), aumentando para 6 setores (valores entre 456 – 515) no ano de 2010. É notório que neste ano, grande parte dos setores com a citada classificação se encontram distantes do eixo da Est. Curuçambá Oeste, revelando a seletividade espacial dos sujeitos sem rendimento mensal.

Os indicadores intermediários melhores são verificados no ano 2000 em 5 setores, saltando para 6 em 2010. Enquanto isso, os indicadores melhores são verificados em 6 setores no ano 2000 (valores entre 14 – 23) e em 7 setores no ano de 2010 (valores entre 264 – 327). A grande diferença de valores dos intervalos de classe realmente causa muita estranheza, mas é interessante analisar sua distribuição espacial dentro do bairro PAAR. Tanto no ano de 2010 quanto no ano de 2000, os setores censitários com melhores indicadores se localizam nas imediações da Est. Curuçambá Oeste, ou seja, as áreas centrais concentram outro segmento social. Percebe-se com esses indicadores uma segmentação espacial comum à cidade.

Distribuição de chefes de família com renda acima de 20 sal. no bairro PAAR, Ananindeua - PA (2000 - 2010)



Legenda

- Principais acessos ao bairro PAAR
- Bairros de Ananindeua

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: WGS 1984
Fonte: IBGE, 2000; 2010
Elaboração: MONTEIRO, G.
outubro de 2017

Por fim, a última variável a ser analisada é a distribuição de chefes de família com renda mensal acima de 20 salários mínimos (**Mapa 10**). Podemos observar no mapa acima que ocorre a redução do número de chefes de família na condição supracitada, reduzindo o número de 24 no ano 2000 para 5 em 2010, anunciando uma diminuição em 480% ou em 19 chefes de família com renda de acima de 20 salários mínimos mensais. Isso indica a tendência da concentração no bairro PAAR de segmentos de menor renda, tendência anunciada desde o início de sua estruturação.

Devido a menor quantidade de diferença de valores dessa variável entre os setores censitários, pudemos separar apenas 2 intervalos de classes para a análise de indicadores. Vemos que no ano 2000 haviam 6 setores censitários que com melhores indicadores referentes a chefes de família com renda acima de 20 salários mínimos, expressos no tom de azul mais escuro e tendo valores entre 1 – 3. O mapa também permite perceber sua concentração nas imediações do canteiro central do bairro PAAR, reforçando a já mencionada seletividade espacial por essa área.

Por outro lado, no ano de 2010, somente 1 setor censitário com melhores indicadores (expressos na cor azul mais escura, com valores entre 1 – 2 chefes de família com renda acima de 20 sal. por setor censitário). Este setor, porém, se localiza longe do eixo da Est. Curuçambá Oeste, estando nos eixos da Av. Rio Solimões e próximo da Av. Independência, áreas que não possuem grande valorização no momento, mas que possuem potencial viário significativo tanto de entrada como de saída do bairro PAAR.

Com base em todas as informações pontuadas nessa seção do trabalho e com a análise da produção cartográfica é possível afirmar que há uma concentração dos melhores indicadores na área melhor estruturada do bairro PAAR, isto é, o canteiro central por onde há a via Est. Curuçambá Oeste e suas imediações. Essa configuração revela que um segmento um pouco mais capitalizado consegue ter acesso direto a melhor infra-estrutura e serviços básicos que refletem direto na questão da moradia e suas melhores condições.

Essa divisão desigual do espaço do bairro PAAR por processos gerais que ocorrem no espaço da cidade e que moldam o espaço urbano em sua totalidade, mas atingindo de forma diferencial suas diferentes parcelas. No caso da área estudada, esta é condicionada como um bairro de segmentos de menor renda, o que não impede que mesmo internamente haja a reprodução de desigualdades socioespaciais.

Considerações Finais

Entender a reprodução e distribuição de desigualdades socioespaciais no bairro PAAR exige compreender Ananindeua em seu desenvolvimento histórico e geográfico para refletir sobre materializações de distintas formações socioespaciais ao longo do tempo, de modo a tornar possível compreender os processos que organizaram o espaço de acordo com as determinações do momento.

Não podemos perder de vista seu desenvolvimento imbricado com o movimento geral da região de integração que compõe e com a própria metrópole, visto que muitos elementos que estruturaram Ananindeua se devem à sua inserção nesse espaço, capazes de condicionar determinações que promoveram ressignificações em seu território.

No período colonial, na área de Ananindeua, os objetos geográficos fomentadores da ocupação eram empreendimentos agrícolas de exportação, cujos donos eram proprietários de terra sesmeiros. A força de trabalho escrava cuidava da reprodução desses empreendimentos. Vale ressaltar que esses elementos se encontram dentro de um contexto que fomenta esse tipo de organização e atividade, logo não se pode perder de vista a localização de Ananindeua e sua formação dentro de uma estrutura espaço-temporal específica.

Do último quartel do século XIX até a década de 1960 verificamos influências de ordem distinta. Primeiro da Estrada de Ferro que possuía uma estação na área da freguesia de Ananindeua e que fomentou uma pequena ocupação, a qual de maneira genérica se relaciona com o projeto do governo de criar colônias agrícolas que gerassem oferta de cultivares alimentares no contexto da economia gomífera. Em segundo lugar temos o Curtume Maguari, o qual é instalado na referida área em função do fácil acesso a áreas com preço rentável. Esta empresa fomenta uma ocupação mais consistente e distinta do povoamento existente até então em Ananindeua.

Já a partir da década de 1960 é perceptível o movimento de metropolização do espaço a partir de Belém, por meio do que tanto a ocupação (nas primeiras décadas desse processo), quanto outras atividades que só se encontravam no núcleo metropolitano, se dispersam para os municípios que integram a rede urbana, atingindo com mais força Ananindeua, sobretudo pela sua proximidade com Belém. A partir desse momento, se intensifica a urbanização que tem como importante dado a valorização diferencial do espaço segundo sua capacidade de gerar lucros, acompanhada de sua hierarquização, fragmentação e segmentação social. Em

muito a constituição de Ananindeua, a ocupação nos moldes dos conjuntos habitacionais e a formação do Conjunto PAAR se relacionam a esse processo.

No caso particular do PAAR, ele é fruto de todo esse processo contraditório de produção da metrópole, da região de integração onde se encontra e de Ananindeua, o qual desde seu início é subsespaço desprovido de uma estrutura espacial privilegiada, estando esta localizada em outras porções de Ananindeua e da área central de Belém. Entretanto, a partir da análise da espacialização dos indicadores utilizado foi apresentado que mesmo dentro do bairro PAAR há uma distribuição desigual da estrutura espacial, o que evidencia a reprodução de desigualdades socioespaciais em várias escalas.

Articulado ao explanado acima, consideramos que haja a produção de desigualdades socioespaciais enquanto um produto imanente da produção capitalista do espaço urbano, resultante de interesses conflitantes entre diferentes agentes, uns que procuram auferir maiores lucros através da apropriação de certas parcelas do solo urbano, e outros que querem suprir suas necessidades de moradia e sobreviver, se encaminhando para aquelas porções da cidade na qual possa se abrigar. Assim, estas estariam entre as materializações do processo de urbanização que valorizamos nesta pesquisa e que nos possibilita pensar a urbano-diversidade e as múltiplas dimensões que se colocam como essenciais na compreensão do urbano atual.

Referências Bibliográficas

ABELÉM, A. **Urbanização e remoção: por quê e para quem?** Belém, UFPA/PLADES/NAEA: 1989.

ALVES, Joana Valente Santana. **Belém: a capital das invasões.** 164 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 1997.

ANANINDEUA. **Plano de habitação municipal de interesse social.** Secretaria Municipal de Habitação, Ananindeua: 2012.

BARROS, M. M. G. **Evolução urbana e saneamento ambiental: um olhar sobre o PAAR.** 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2007.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação Socioespacial. **Revista CIDADES**, v.4, p. 45-60, 2007.

_____. **A reprodução do espaço urbano.** São Paulo: EDUSP, 2008.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** Editora Ática: São Paulo, 1989.

CORRÊA, R. L. Diferenciação Sócio-espacial: escala e práticas espaciais. **Revista CIDADES**, v.4, , p. 61-72, 2007a.

- CASTRO, I. E. O Problema da Escala. In: (org.) CASTRO, I. E; GOMES, P. C . C; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- COSTA, B. S. **RELAÇÕES ENTRE PATRÕES E OPERARIOS NO PARÁ DO SÉCULO XX: representações do Curtume Maguary para memória da sociedade ananindeuense**. Monografia de Conclusão de Curso (História). ESMAC. 2009.
- CRUZ, E. **A Estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política**. Belém: SPVEA, 1955.
- _____. **História do Pará**. Belém, Governo do Estado do Pará. 1973. V. 2.
- DAMIANI, A. L. urbanização crítica e produção do espaço. **CIDADES: Revista científica/grupo de Estudos Urbanos**, v.1, n. 1, p. 307-339, 2004.
- FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração Metropolitana**. FAPESPA. 2013.
- FAPESPA. **Produto Interno Bruto Municipal 2010 – 2013**. FAPESPA. 2014.
- FRESCA, T, M. Uma discussão sobre o conceito de metrópole. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 8, p. 31-52, ago./dez. 2011.
- HARVEY, D. L'Urbanisation du capital. **Actuel Marx**, n. 35, p.41-70, 2004c.
- _____. The right the city. **New Left Review**, n. 53, 2008.
- IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume XIV. Rio de Janeiro, edição do IBGE, 1957
- LEFEBVRE, H. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. **La Producción del Espacio**. Madrid: Capitán Swiny, 2013.
- LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. In **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 24, pp. 109 - 123, 2008. Disponível em: <www.geografia.fflch.usp.br>. Acesso em: 12/03/2013.
- LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, Ano 1, n. 1, p.71-91, 1999.
- MARÍN, R. E. A; CASTRO, E. M. R. **No caminho das pedras do Abacatal: experiência de grupos negros no Pará**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- MOREIRA, E. **Belém e sua Expressão Geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.
- PENTEADO, A. R. **Problemas da colonização e do uso da terra na Região Bragantina**. Belém, UFPA, 1967. V. e
- RODRIGUES, E. J. **Banidos da Cidade, Unidos na Condição: Cidade Nova – espelho da segregação social em Belém**. Belém: UFPA/NAEA, 1998.
- RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará**. Tese (Doutorado). Presidente Prudente : [s.n], 2015.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: EDUSP, 2008b.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SIROTHEAU, J. L. **A natureza do território das gangues no bairro do Júlia Seffer: uma questão de poder ou violência?** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Belém: CFCH/UFPA, 2008.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços:** urbanização economia e cidades no Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2004. 508 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades sócio-espaciais. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. (Org.). São Paulo: Contexto, 2011.

A EXPANSÃO DA DENEICULTURA E O BIODIESEL NA AMAZÔNIA PARAENSE: estudo da microrregião de Tomé-açu

Jakeline Almeida Brito¹³

RESUMO

Este trabalho parte da análise das perspectivas das dinâmicas do espaço agrário paraense. Modificações essas que tem suas particularidades no período do dendê na Amazônia. Na tentativa de traçar uma abordagem histórica do agronegócio na Amazônia, esse trabalho faz um levantamento de dados secundários a partir de uma revisão bibliográfica e consultas a sites reunindo uma série de informações que dão destaque geral para expansão do cultivo, e extração do dendê no Pará, dando ênfase ao nordeste paraense mais especificamente na microrregião de Tomé-açu.

Palavras-chave: Dendeicultura, Espaço Agrário, Tomé-Açu.

Introdução

O presente trabalho se propõe analisar a expansão da dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu. Com intuito de mostrar em diferentes períodos históricos a produção dessa cultura no Pará. Para isso foi feita uma pesquisa bibliográfica a partir de fontes secundárias dentre essas, resultados do Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário Amazônico (GDEA). Na tentativa de traçar uma abordagem histórica do agronegócio na Amazônia, este se propõe a reconstruir uma serie de informações que dão destaque geral para expansão do cultivo, e extração do dendê no Pará, dando ênfase ao nordeste mais especificamente na microrregião de Tomé-açu. Com o intuito de fazer uma breve descrição dos planos, programas e projetos do Estado para o desenvolvimento da dendeicultura no Pará. Como ocorreu a implantação das empresas, quais são e onde estão instaladas e qual a finalidades das mesmas. Dada sua capacidade de reestruturar a configuração territorial, modificando a paisagem, e transformando as relações de trabalho nos locais, nos quais se expande essa cultura.

Expansão do dendê na Amazônia paraense

¹³ Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Pará.

O dendezeiro é uma palmeira nativa das áreas florestadas da parte ocidental e central da África. Foi trazida ao Brasil no período colonial. Dados da EMBRAPA mostram em diversas publicações a cronologia do cultivo de dendezeiro na região amazônica. Essas datam a década de 1940, as sementes sendo oriundas do estado da Bahia, trazidas para o Pará, pelo antigo Instituto Agrônômico do Norte (IAN). Tendo esse cultivo diversas fases ao um longo período de tempo, desde experimentação da Sudam, até a expansão das grandes empresas para a produção de biodiesel. Segundo Miranda as primeiras tentativas de implantação do cultivo de dendê na Amazônia não foram resultados de uma política de Estado, mas fruto de interesses individuais e só depois institucionais ligados a órgãos de pesquisas na região. Seguindo após isso diversos estudos se deram para a possibilidade do cultivo na região, notadamente na região Amazônica, que dispõe de condições edafoclimáticas muito favoráveis a esta palmeira.

A partir de 1964, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia buscou viabilizar a implantação de um projeto piloto de dendê no Pará, assim foram feitos diversos acordos de cooperação técnica com outros centros. Passando no ano 1965 para Sudam (Superintendência do desenvolvimento da Amazônia), com objetivo de implantação de usina de processamento de cachos com frutos frescos. A primeira plantação comercial de dendezeiros no Pará data 1968, estava localizada na rodovia PA-391, Município de Benevides (PA), atual Município de Santa Bárbara. Desde então houveram diferentes projetos para pequenas e médias plantações em alguns municípios do estado do Pará, como em Santa Isabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, Benevides e Ananindeua.

Em 1974 o plantio passou a ser competência da Denpasa (Dendê do Pará). Desde então outras empresas foram criadas ou fundidas, dentre essas, a Agropalma, Marborges, Biopalma, Belém bioenergia Brasil, dentre outras. Segundo dados da EMBRAPA, a partir dos anos 1980 Promak Indústria Mecânica Ltda., atualmente Usican Indústrias Mecânicas, permitiu que o Pará tivesse condições de construir usinas de extração de óleo de palma, competindo com as multinacionais do porte da Stork, DeVecker e Máquinas Piratininga. A partir disso houve aprovação de diversos projetos para implantação de usinas sendo algumas financiadas Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC).

Com um discurso de desenvolvimento, o dendê se apresenta como um meio, sendo capaz de gerar renda e desenvolver o campo, com sustentabilidade, em escala industrial é que a expansão do monocultivo do dendê entrará em cenário paraense, pois essa conta com o apoio estatal desde a década de 1960. Percebe-se no contexto histórico a exaltação dos meios

técnicos para o processamento da dendeicultura dada as possibilidades que o Pará apresenta em aspectos físicos viável para a produção do dendê. De parcerias com instituições estrangeiras até políticas de Estado concretizadas, a monocultura do dendê se expande sustentada nesse discurso de desenvolvimento econômico.

Segundo (NAHUM; MALCHER, 2012) políticos, empresários e comerciantes regionalmente conhecidos promoveram varredura fundiária em busca de imóveis rurais potencialmente qualificados para esse cultivo. Baseado na ideia de evento de (SANTOS, 2012) o grupo de pesquisa GDEA, acredita que de um longo período histórico, o dendê surge como um *evento*, sendo um resultado de um feixe de vetor, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. É possível notar que no processo de implantação dessas políticas, houveram inúmeras modificações estruturais nas quais percebe-se a construções de estradas pavimentadas e rede de energia elétrica, dentre outras, esses são portanto, arranjos técnicos e políticos para consolidar-se, compreendendo tal expansão agricultura de energia (NAHUM; MALCHER, 2012), sendo assim, a cultura do dendê reorganizar o espaço, a paisagem, a configuração territorial e, fundamentalmente, as formas de uso do território, possibilitando a ressaltar as políticas que fomentaram seu desenvolvimento enquanto políticas públicas espaciais (STEINBERGER, 2006).

Tendo abrangência de interesses empresarias local e interesses externos. É preciso dizer que, sobretudo o período geográfico do dendê está subordinado a um comando exógeno. Pois hoje tem-se o mercado de commodities de óleo de palma. Basta lembrar que estamos no período da globalização, à lógica do mundo no lugar. Para Santos o lugar é um conjunto de possibilidades, perceber-se isso na microrregião de Tomé-Açu. A globalização, segundo concepção de Milton Santos (2014), pode ser entendida como o período histórico no qual a ciência, a técnica e a informação comandam a produção e o uso dos objetos, ao mesmo tempo em que impregna as ações e determinam as normas. Como evidências dessas transformações atuais, temos o progresso das telecomunicações e dos transportes, a agricultura moderna desenvolvida em áreas antes periféricas, as novas áreas industriais, o papel das finanças, a informação que se irradia no território.

No estado do Pará é possível vislumbrar essas transformações, sobretudo nas áreas de expansão da dendeicultura. É importante frisar que por meio da Lei nº 11.097 de 13 de janeiro de 2005, é lançado Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), agora esse procurará garantir reserva de mercado de biodiesel, como também fomenta sua produção a

partir de diversas fontes, condicionando a vertiginosa expansão da dendeicultura na Amazônia Paraense a partir do referido momento.

Outra política que se orienta nesse sentido é o Programa de Produção Sustentável do Óleo de Palma no Brasil (PSOP), lançado em 06 de maio de 2010 e que continha em seus objetivos o disciplinamento da expansão da produção de óleo de palma no Brasil, a fim de fornecer meios que garantiriam uma produção em bases ambientalmente e socialmente sustentáveis. No seio deste programa ainda foi aprovado por meio do Decreto nº 7.172 um de seus principais instrumentos: o Zoneamento Agroecológico do Dendê (ZAE – Dendê), o qual identifica cerca de 23.276,73 km² de área preferencial para o cultivo da palma, distribuídos por 53 municípios, e 69.999,88km² de área regular, distribuídos por 66 municípios, dentre os quais está Tomé-açu.

Segundo a EMBRAPA, atualmente, o Pará é o maior produtor de dendê no Brasil sendo responsável por mais de 90 % da produção nacional de óleo de palma, com 55.066 há plantados com dendezeiros (AGRIANUAL, 2006) e produtividade média de 3,32 toneladas de óleo por hectare anualmente nas plantações adultas (VEIGA et al., 2001). A organização da produção está assim constituída: três grandes empresas (Agropalma, Marborges e Yossam). O mapa a seguir mostra a configuração da localização das principais empresas de dendeicultura no Pará até o ano de 2015.

Alguns especialistas frisam que a cultura do dendê ocupa um destaque cultivo de oleaginosas. A palma fornece quase um terço da produção global de óleos vegetais. O Brasil está entre os países responsáveis pela produção mundial de óleo de palma. Apesar de não ter grandes expressões como indonésia ou Malásia, esses são responsáveis por uma grande parte da produção mundial. Estimativas de 2015 do departamento de agricultura dos Estados Unidos, a Indonésia, com 24.500,00 mil/ton é o maior exportador de óleo de dendê. O Brasil encontra-se na 14^a posição com 110 mil/ton. Em relação ao consumo doméstico. O Brasil se encontra na 23^a posição com 475 mil/ton, indicando o quanto o mercado consumidor está em expansão.

É possível notar a grande expressividade da produção de óleo de dendê no Brasil. Tendo esse, ampla aplicação na indústria cosmética e alimentícia, sendo usado na fabricação de sabonetes, biscoitos, pães e sorvetes. O que nos faz pensar nas intencionalidades da produção desses, daí surge inúmeras indagações, sobre comercialização das grandes empresas que hoje fazem da cultura do dendê um emblema de discurso de desenvolvimento na região.

Pois essas possibilitam recursos tecnológicos com o apoio do Estado para propiciar sua produção em grande escala, que finalidade sustenta essa difusão.

É válido falar em fronteira agrícola, um lugar de possibilidades, inúmeras modificações esses lugares passam a presenciar, pois esses vão sendo modificados em função da dinâmica do mundo. Como bem ressaltou Becker (1994), a Amazônia é uma fronteira gigantesca no limiar do século XXI. A Amazônia sempre foi alvo dos interesses e investimentos do grande capital, contudo compreender esta lógica e sua nova configuração é interpretar as novas reconfigurando sua dinâmica territorial.

Faz-se, relevante lembramos, que em cenários nacionais que a Amazônia a partir da década de 1960, torna-se prioridade de programas e projetos de ocupação do Estado. E nesse cenário teremos a criação da SPVEA-Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia, criada em 1953. É a SPVEA, um dos meios utilizados pelo Estado para as políticas do dendê na Amazônia. Podemos dizer que na microrregião de Tomé-açu, há intensas transformações territoriais, desde chegada das grandes empresas produtoras do dendê na região marcos da década de 1970. Segundo Carvalho; Nahum (2013), esses demarcam uma periodização da dendeicultura, um período do dendê na Amazônia paraense, segundo os autores, este pôde ser subdividido em três subperíodos e permite perceber a gradação no desenvolvimento desse monocultivo.

Os mesmos autores frisam que nos períodos do dendê foi imprescindível a ação do Estado, o papel das técnicas e os usos do território. O primeiro período considerado por esses como o período da especulação, a técnica tendo um papel decisivo para a sua implantação, pois levou a experimentos que identificaram áreas favoráveis ao desenvolvimento dessa cultura, possibilitando a entrada de novos investidores. O segundo período identificado como período das transformações, com as ações estatais mais claras e com a intensificação da dendeicultura; o terceiro seria um subperíodo, identificado como o período do *boom* do dendê, vem à tona com a implantação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) lançado em 2004, que inicia o *boom* desta cultura que é conhecido atualmente.

Vale ressaltar que tal crescimento vertiginoso não se dá apenas pelos arranjos técnicos e políticos estruturados pelo Estado, mas também é influenciado pela contínua expansão geográfica que as lavouras de dendê apresentam a nível mundial, visto que essa *commodity* se depara com o esgotamento de espaços para plantio na Ásia (continente onde estão a Indonésia e Malásia, os maiores produtores mundiais) e avança em direção da África e América Latina

já tendo um destaque expressivo o Peru. Essa expressividade da cultura do dendê, nos remete ao que Santos, aborda como novas formas do capitalismo no campo e na cidade.

A penetração, no campo, das formas mais modernas do capitalismo conduz a dois resultados complementares. De um lado, novos objetos geográficos se criam, fundando uma nova estrutura técnica; de outro, a própria estrutura do espaço muda. Designações tais como “região urbana ou zona rural” ganham um novo conteúdo. (SANTOS, 2014, p. 92)

O dendê tem se expandido na Amazônia paraense, mudado a configuração territorial, alterado a paisagem, dinamizado o trabalho, com uma nova lógica de mercado no rural, o dendê torna-se parte de um global que altera o local.

Dinâmicas territoriais do dendê na microrregião de Tomé-Açu.

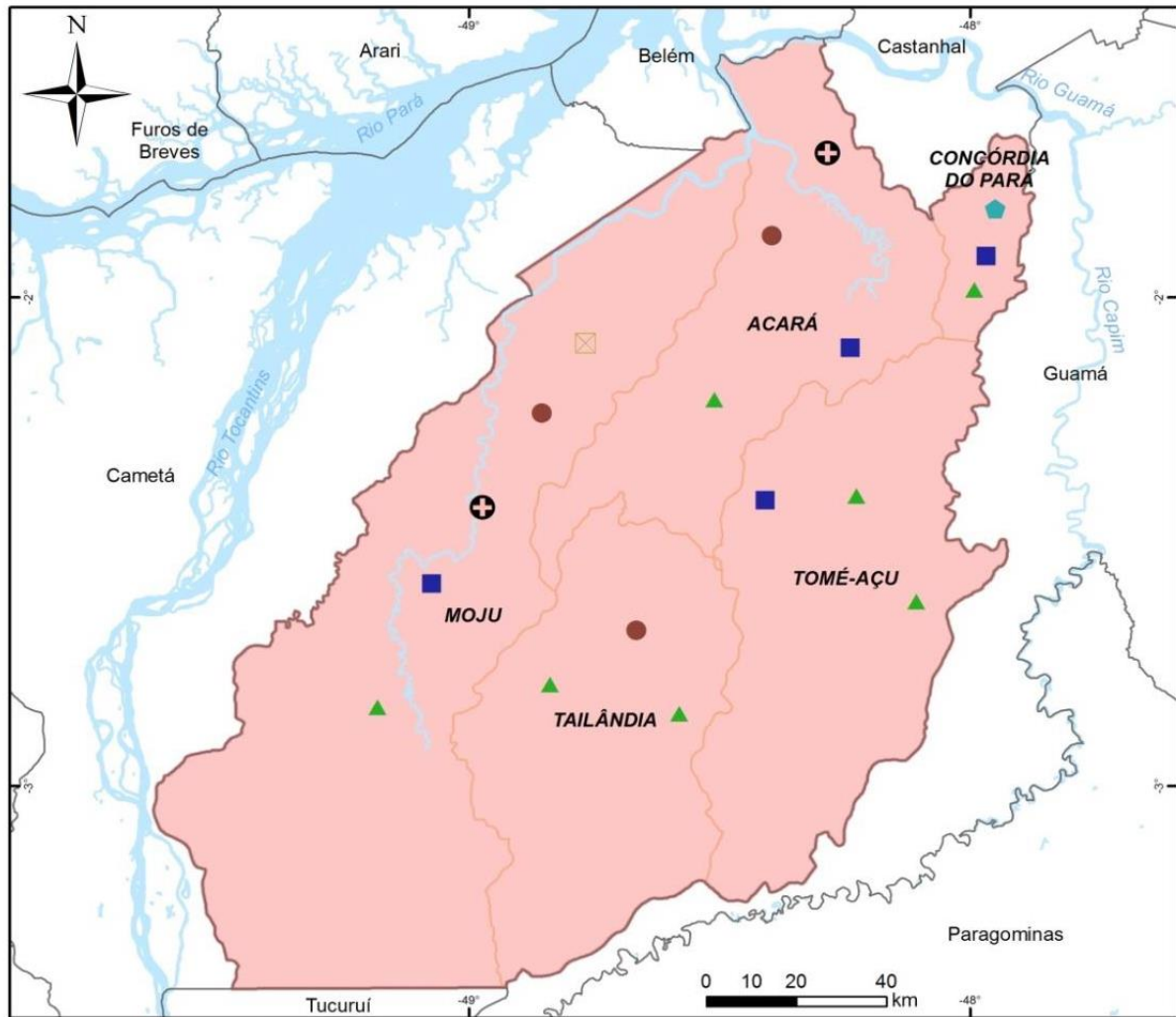
A expansão da dendeicultura no nordeste paraense se deu efetivamente no início do século XXI com o Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). É preciso ressaltar que desde chegada do dendê na microrregião de Tomé-Açu, houve inúmeras dinâmicas espaciais em alguns municípios no Pará, sobretudo os que compõem a microrregião de Tomé-Açu, dinâmicas essas vista inicialmente nos municípios de Moju, Acará e Tailândia onde houve hegemonização pelo Grupo Agropalma, atuante no segmento agroindustrial desde 1982, quando constituiu a primeira empresa denominada Companhia Real Agroindustrial S.A (CRAI) para desenvolver um projeto de cultivo de palma e extração de óleo de palma e óleo de palmiste em uma área de cinco mil hectares no município de Tailândia. Nessa expressividade nota-se algumas empresas como a BIOPALMA, presente nos municípios de Moju, Tomé-Açu, e Concórdia do Pará; GUANFENG GROUP, em Moju; MARBORGES, em Moju e Acará; BIOVALE, Petrobrás Biocombustíveis e GALP Energia presente em todos os municípios da Microrregião de Tomé-Açu, se estruturaram em função das políticas de Estado para facilitar a produção de óleo de palma na região, a saber: o Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) em 2004 e o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo em 2010.

Um cenário marcado por incentivos fiscais, com apoio do banco mundial desde 1983, a DENPASA, dentre outros incentivos que se vislumbra no território paraense, até o período atual. Assim o óleo de palma e seus derivados têm diversas aplicações nas indústrias alimentícias e óleo-química para o biodiesel. Na indústria alimentícia o óleo de dendê é destaque no comércio e consumo entre os 17 principais óleos comestíveis do mundo. Dados

da Embrapa-2016 registram que o crescimento da demanda mundial desses óleos vem ocorrendo principalmente em razão do crescimento populacional, haja vista que os maiores consumidores domésticos, registrados em fevereiro de 2016, foram Índia, Indonésia, União Europeia e China, que consumiram 50% do total mundial de 62.526 mil toneladas (USDA, 2016). Enquanto em países como Índia e China o óleo de dendê é utilizado na alimentação, em países da União Europeia, é usado na produção de biodiesel. No que se refere à produção nacional de óleo de dendê, o estado do Pará é o maior produtor brasileiro, com 57,19% da área, 85,18% da produção e a produtividade média de 16,41 t/ha de cachos de frutos frescos, superior à nacional (11,01 t/ha), (EMBRAPA 2016).

No mapa abaixo é possível observar a presença de algumas empresas na microrregião de Tomé-Açu, tendo uma grande expressividade no Pará a Petrobrás biocombustível e a Biovale, essas duas empresas instaladas no Estado em 2010, dado o investimento do programa do zoneamento ecológico da cultura da palma de óleo, o Estado teria como um dos objetivos apoiar investimentos em plantios e recuperar áreas devastadas na Amazônia. Fatos como esses, dentre outros como programa da produção sustentável de óleo no Brasil. Teria fomentado a expansão da cultura de palma no estado, inclusive na microrregião de Tomé-Açu.

Empresas dendeicultoras na Microrregião de Tomé-Açu (PA) em 2016



Legenda:

- | | | | |
|--|--------------------|--|--|
| | AGROPALMA | | Municípios da Microrregião de Tomé-Açu |
| | BBB/PETROBRAS/GALP | | Microrregião de Tomé-Açu |
| | BIOPALMA | | Microrregiões do Pará |
| | DENTAÚÁ | | Estados do Brasil |
| | GUANFENG GROUP | | Países Fronteiriços |
| | MARBORGES | | Hidrografia |



Sistema de Coordenadas Geográficas. Datum: WGS 1984
 Fonte: IBGE 2010. Elaboração: Joecylene Saraiva. Abril de 2017



Mapa 2: Localização das empresas dendeicultoras na microrregião de Tomé-açu, até o ano de 2016. Elaboração: Saraiva.

Após o lançamento em 2010 do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil (PSOP), só na microrregião de Tomé-Açu, foram identificados cerca de 395.120 ha de áreas preferenciais para o cultivo e 1.125.211 ha de áreas regulares, ressaltando que no município de Tomé-Açu, segundo o ZAE – Dendê, foram identificados cerca de 279.211 há, considerados regulares para a dendeicultura conforme a tabela abaixo que mostra as áreas de cultivo do dendê por hectare, em cada município da microrregião de Tome-Açu. Dados referentes: Decreto 7.172 de 7 de maio de 2010.

Municípios	Área para cultivo (hectare)	
	Preferencial	Regular
Acará	209.028,96	367.265,26
Concórdia do Pará	30.288,60	38.830,32
Moju	155.803,32	245.466,36
Tailândia	0,00	194.526,36
Tomé-Açu	0,00	279.123,48
TOTAL	395.120,88	1.125.211,68

Tabela 2 – Áreas preferenciais e regulares para plantação de dendê na microrregião de Tomé-Açu. Fonte: Decreto 7.172 de 7 de Maio de 2010, organizada GDEA.

Considerações finais

A expansão da dendeicultura no nordeste paraense, fornecem subsídios para pensarmos nas diversas modificações que essa cultura trouxe e tem trazido para o espaço agrário na Amazônia. De início com discurso de desenvolvimento, ainda permanecendo com uma perceptiva de inclusão social e desenvolvimento sustentável. Temos a implantação de técnicas, de políticas, planos que fomentaram a expansão ao longo de décadas e que até nos dias atuais alcançam o ápice desse

processo. Não há como negar que em virtude da chegada das grandes empresas produtoras do dendê, estas trouxeram melhorias quanto o acesso viário, nesses municípios, também aumentou a oferta de emprego no local, porém há fatores que precisam ser vistos, indagamos de que forma as modificações trazidas pelo dendê têm beneficiado a região, os pequenos produtores, comunidades tradicionais.

O monocultivo, sem dúvida manifesta-se como uma nova forma geográfica, com intencionalidades diversas. Essa altera o modo de vida do camponês, sendo que na lógica do agronegócio a terra não é mais um meio de sobrevivência e sim um meio de produção e reprodução da lógica do capital. Segundo a ABRAPALMA (Associação Brasileira de produtores de óleo de palma) dados de 2011, o Brasil está entre os dez países que mais produz óleo de palma no mundo, com uma produção de 300 mil toneladas de óleo de palma a maior parte provém do território paraense.

Partimos da hipótese que as motivações para expansão da dendeicultura residem fundamentalmente na renda da terra extraída por meio da produção e comercialização do óleo de dendê. Assim, a venda para os conglomerados alimentícios, de higiene e cosméticos constituem os principais motivadores para produção de óleo de dendê. De modo que a produção de dendê para o biodiesel constitui uma reedição da ideologia da fronteira, sobretudo a partir do zoneamento agroecológico do dendezeiro, reeditando fatos e discursos típicos do ufanismo do I PDA (1972-74) e representações da região como fronteira agrícola atrativa para o capital financeiro de bancos e multinacionais do setor automobilístico para o meio rural (NAHUM, 2012).

A grande questão aqui levantada não seria apenas, na produção e comercialização do dendê, mas, sim as novas formas de subordinação do território sobre uma ideologia do discurso do dendê para o biodiesel, sendo que é possível vislumbrar que expansão da produção de dendê no Estado do Pará se intensifica depois de 2010, com o aumento dos investimentos trazido pelo Zoneamento Agroecológico do Dendê, articulado pelo governo federal. Segundo Nahum (2015) E, após com incentivos para a produção do dendê para o biodiesel. Sob o discurso de utilização do dendê para o biodiesel- tal como proposto pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e no Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma- cresceu a área plantada, a produção de óleo, o número de empresas no setor, projetos de agricultura familiar e municípios que integram esta cadeia produtiva. É, portanto em torno desse discurso e das modificações, no cenário da Amazônia paraense, que nossa tentativa se debruça em mostrar as múltiplas transformações do espaço agrário paraense causados pela dendeicultura, desde ações do Estado até as implantações das grandes empresas produtoras do dendê no Estado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº. 7.172, de 7 de maio de 2010. Brasília/DF, 07/05/2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7172.htm>. Acessado em 08/06/2017.
- BECKER, B. **Amazônia**. Rio de Janeiro. Ática: 1999.
- BECKER, B. e EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CARVALHO, A. C. A; NAHUM, J. S. Período do Dendê na Amazônia Paraense. In: (org) NAHUM, J. S. **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia Paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2014.
- CARVALHO, A. C. A. **As metamorfoses do trabalho e no espaço a partir da dendeicultura em Tomé-Açu (PA): estudo de caso na Vila Forquilha**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2016. 117 f.
- EMBRAPA. Boletim de Pesquisa e desenvolvimento. Importação e Exportação de Óleo e Palmiste de Dendezeiro no Brasil (2010–2015). ISSN 1517-1981 Outubro 2016.
- GLASS Verena. G. O relatório “Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará” é uma realização do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da ONG Repórter Brasil.
- Müller, Antonio Agostinho. **A Embrapa Amazônia Oriental e o agronegócio do dendê no Pará** / Antonio Agostinho Müller, José Furlan Júnior, Pedro Celestino Filho. -- Belém, PA : Embrapa Amazônia Oriental, 2006.
- NAHUM, JOÃO; SANTOS, CLEISON . Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia paraense. **Revista da ANPEGE**, v. 11, p. 309-331, 2015.(A2)
- NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. A dendeicultura na Amazônia paraense. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 20, n. 2, p. 281-294, mês. 2016. ISSN 2179-0892.
- NAHUM, J.S.; SANTOS, C. B. O boom do dendê na microrregião de Tomé-Açu, na Amazônia paraense L'essor de la palme à huile dans la micro-région amazonienne de Tomé Açu, Pará The oil palm boom in the brazilian amazon region of Tomé-Açu, Pará.. **Confins (Paris)**, p. 1-14, 2015.(A2)
- NAHUM, J. S; MALCHER A. T. C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins [Online]**, 16 | 2012, Disponível em: <<http://confins.revues.org/7947>>. Acessado em: 22 agosto 2017.
- ROCHA, Gilberto** de Miranda R. – *O dendê como projeto de estado: uma alternativa econômica, social e ecológica para a Amazônia*. observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egall1/Geografiasocioeconomica.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos Teórico e metodológico da geografia. 6ª. Edição, 2ª reimpressão. Edusp. São Paulo 2014.
- _____. **Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª. Edição, 8ª reimpressão. Edusp. São Paulo 2014.
- _____. **Espaço e método**. 5ª. Edição, 2ª reimpressão. Edusp. São Paulo 2014. 13

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE.USDA. Foreign Agricultural Service.
Oilseeds: World Markets and Trade. March. 2015.

VEIGA, A. S; FURLAN JÚNIOR, J; KALTNER, F. J. *Políticas Públicas na Agroindústria do DENDÊ na Visão do Produtor*. Belém(PA): Embrapa Amazônia Oriental, 2005.

IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NA METRÓPOLE PARAENSE: UM ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE RIACHO DOCE, BAIRRO DO GUAMÁ, BELÉM

Rosiane de Carvalho Malheiros¹⁴

Resumo

A pesquisa em desenvolvimento, vinculada ao plano de trabalho “*Reestruturação Urbana, Metropolização do Espaço e Desigualdades Socioespaciais em Cidades Amazônicas*”, consiste em discutir implicações territoriais das políticas habitacionais na Comunidade Riacho Doce (CRD), localizada, na Bacia do Tucunduba no Bairro do Guamá, Região Metropolitana de Belém. Traçando algumas reflexões acerca do planejamento e da gestão urbana, nosso intuito, está em demonstrar contradições, entre as proposições embasadas no Plano Diretor e as implicações territoriais da gestão urbana e portanto, da política habitacional, no âmbito das práticas sócio espaciais, já que o discurso promovido pelo plano diretor de Belém, versa sobre, “o direito à cidade”, no entanto, identificamos, um conjunto de contradições relacionadas ao que está proposto no mesmo, enquanto instrumento normatizador e promotor de políticas de inclusão social, além de diretrizes que objetivam o enfrentamento da crise urbana na RMB. Neste sentido, abordaremos conceitualmente “*planejamento*” e “*gestão urbanas*”, como sugere Souza (2015), onde, ambos são ferramentas de promoção do desenvolvimento socioespacial. Tais elementos, são necessários para se compreender o processo de produção do espaço metropolitano em Belém e, como vem se configurando as estratégias e ações do Estado, no que nos concerne às políticas de habitações, quanto a produção do espaço construído.

Palavras-chave: Plano Diretor. Urbanização. Desigualdade. Direito à cidade.

INTRODUÇÃO

Mediante o contexto histórico da produção urbana da Região Metropolitana de Belém (RMB), fundamentado, a partir, da produção desigual do espaço, marcado por ambiguidades que consolidaram modos de vida, sejam eles: extremamente modernos e artificializados, ou, característicos pelo déficit habitacional, a favelização acentuada, a insuficiência dos equipamentos e serviços urbanos. Contrastes que tem tomado forma nas últimas décadas e afetado o modo de vida da população (TRINDADE, 2016).

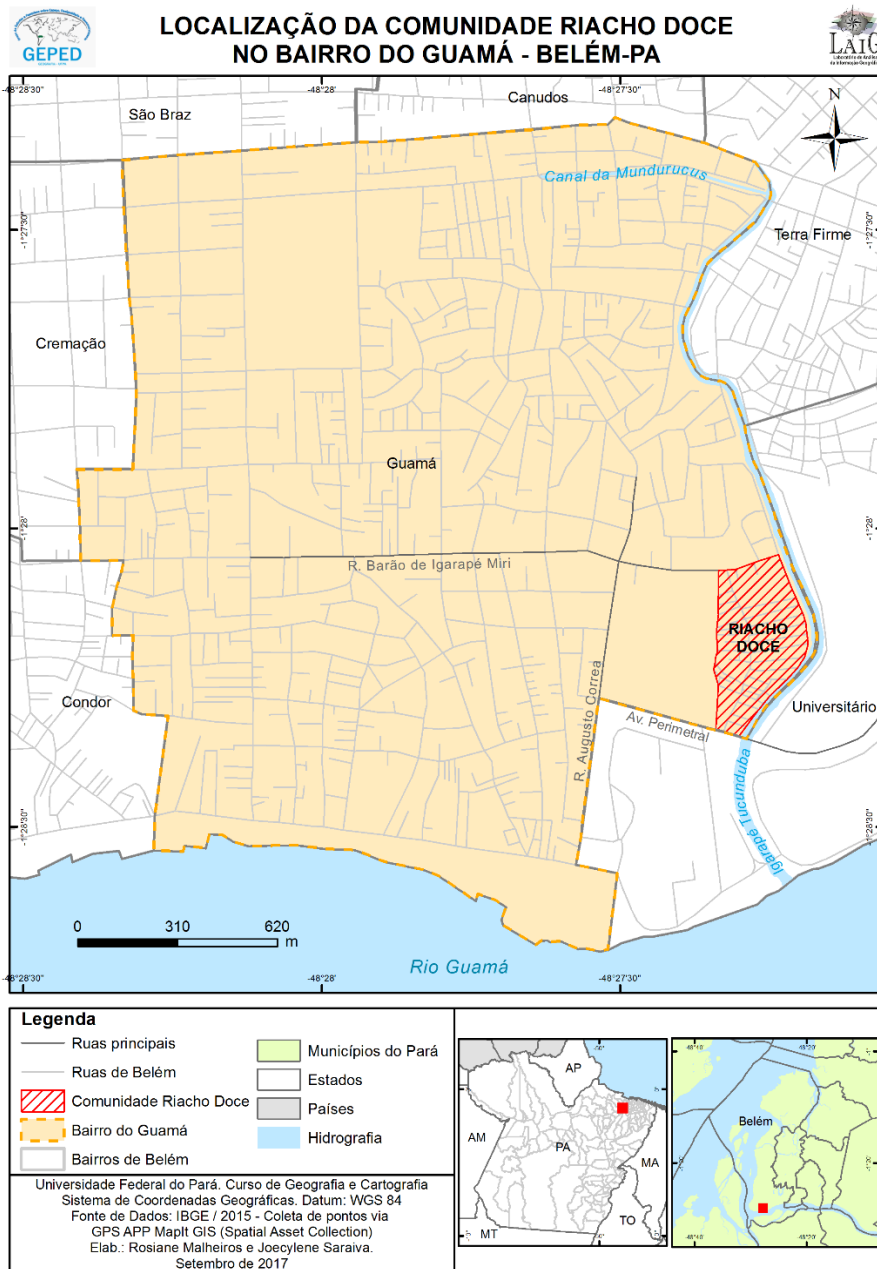
Diante do exposto, esta pesquisa objetiva compreender as estratégias e ações do estado na produção do espaço construído, a partir de então, relacionar às políticas de habitação e seus gerenciamentos, quanto à concessão de “benefícios” como: a promoção do acesso à moradia e à terra urbanizada, de modo que a “função social da cidade” estabeleça-se, atendendo a todo contingente populacional, principalmente, as frações de trabalhadores da classe baixa.

¹⁴ Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Pará.

Um cenário que, se associado às políticas habitacionais, cuja as dinâmicas de desenvolvimento, não estejam baseadas num processo linear, mas sim, num processo construído por (des) continuidades, (re) construções, e (re) estruturações, pode ser interpretado como, um espaço, apropriado estrategicamente, sob os moldes de reprodução das relações capitalistas.

São essas crises múltiplas e emaranhadas (da cidade e do urbano), além, de fissuras na “realidade” que tornam perceptíveis aos nossos olhos a influência dos processos globais (econômicos, sociais, políticos, culturais), exercida sobre o espaço urbano e sobre a cidade, modelando-os. O tempo e o espaço urbano, também sofrem influência, com a introdução de grupos nestes espaços, seja por apropriação, a qual, inventa e esculpe o mesmo, seja por atribuição de novos ritmos. Tais grupos, possuem papel fundamental, quanto a inovação do modo de viver, de ter e criar uma família, de educar as crianças, de utilizar ou transmitir riquezas. Transformações da vida cotidiana, responsáveis por modificar a realidade urbana, onde a Cidade foi ao mesmo tempo, local e meio, de interações complexas (Lefebvre, 2013).

Alguns fatores, que vão, desde garantias diversas, propostas pelo plano diretor, as quais, regem princípios fundamentais, quanto, à função social da propriedade urbana, e conseqüentemente à democratização do acesso às áreas com boas condições de moradia, até as dificuldades políticas de regulamentação dos instrumentos que possuem poder de intervenção no âmbito de terras urbanas, possibilitando, formas mais justas de apropriação social de bens e serviços urbanos. Área de estudo, localizada na Bacia do Tucunduba, Bairro do Guamá, como demonstrado na figura 1.



Fonte: Dados do IBGE e Coleta de pontos via GPS APP MapIt GIS. Elaboração: Joecylene Saraiva e pela autora.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

- Analisar como vem se configurando os discursos do plano diretor e as práticas de gestão territorial urbana do ponto de vista da “função social da cidade” e da promoção do acesso à moradia e à terra urbanizada na comunidade Riacho Doce, localizada no bairro Guamá, região metropolitana de Belém no período de 2008 aos dias atuais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Apontar as contradições entre a gestão pública urbana e as práticas sócio espaciais, relacionadas ao que propõe o referido plano diretor de Belém.
- Compreender a formação do espaço metropolitano em Belém e da comunidade Riacho Doce, no que concerne à política de habitação.
- Que estratégias de gestão urbana o poder público vem adotando para superação da crise urbana no que se refere à produção da moradia em Belém?
- Em que medida os discursos do plano diretor e as estratégias de gestão urbanas apresentam elementos de convergência e de divergência quanto a política habitacional.
- Analisar o papel dos movimentos sociais na produção do espaço e acesso moradia.

ABORDAGENS TEÓRICO METODOLÓGICA

1.1 Plano Diretor, Gestão Urbana e Política Habitacional:

a) Planos diretores Brasileiros e sua relação com a terra urbanizada:

O Plano Diretor Urbano (PDU), norteia as diretrizes, quanto a apropriação do espaço ao projetar cidades modernas. Disponibiliza ferramentas necessárias, a fim de que, as cidades sejam reinventadas, a partir de seus planejamentos, superando o modelo tradicional de metrópole e de assentamentos urbanos (SOUZA; SILVA, 2010).

Para que de fato exista adequação dos Planos Diretores e seus territórios de aplicação é necessário que haja o confronto com as condições territoriais historicamente estabelecidas, além da análise das conjunturas políticas, administrativa e institucional específicas, atendendo às disposições do Estatuto da Cidade, ou detalhando normas, prioridades e ações, deste modo, corresponder aos municípios, principalmente, no que diz respeito à promoção da redução das desigualdades sociais ou acesso à moradia e à cidade. De qualquer modo, a insuficiência de conteúdos e dificuldades de acesso por parte de pesquisadores à estudos e diagnósticos sobre os planos diretores municipais, pós Estatuto da Cidade, nos preocupam quanto à possíveis brechas para distorções que possam existir nos mesmos de cunho interpretativo, atribuindo fragilidades quanto à objetividade dos projetos habitacionais, podendo causar consequências irreversíveis para populações diversas não atendendo expectativas como, intervenções públicas, no processo de desenvolvimento urbano, especialmente, no que se refere à promoção do acesso à moradia.

A democratização do acesso às áreas com boas condições de moradia, assim como, a regulamentação dos planos diretores, dos instrumentos voltados para a ocupação de áreas vazias ou subutilizadas, a regularização fundiária, sua captura e redistribuição da valorização fundiária, sua captura e redistribuição da valorização, além da reserva de área de habitação de interesse social, entre outros, deveriam representar as novas possibilidades da democratização, porém, as dificuldades políticas de regulamentação dos instrumentos os quais apresentam potencial de intervenção no mercado de Terras, ainda são muito pertinentes, dificultando a possibilidade de formas mais justas de apropriação social dos bens e serviços urbanos. Afetando diretamente o potencial de aproveitamento dos instrumentos de intervenção, no âmbito da redistribuição de renda gerada pelo desenvolvimento urbano e da promoção da redução das desigualdades no à terra urbanizada e à cidade.

Estudos baseados referencialmente no texto da lei do Plano Diretor, confirmam a preocupação expressada anteriormente, quanto à fragilidade existente na objetividade dos planos diretores, o que não contribui para mudanças nas formas de apropriação social da cidade, tão pouco, enfatizam a promoção do acesso à moradia. Por mais que haja disseminação do discurso favorável à democratização do acesso à terra e à redistribuição mais justa dos bens e serviços urbanos, assim como, os ganhos na construção de canais institucionais atuantes na gestão urbana, a pouca abertura no campo da disputa concreta pelo acesso à terra e à cidade ainda se mantém.

b) Novos Planos Diretores e função social da propriedade:

São raras as exceções, onde os novos planos diretores brasileiros, fazem referência ao cumprimento da função social da propriedade dando ênfase às diretrizes gerais do Estatuto da Cidade. Tais exceções associam o cumprimento desta característica à ocupação dos vazios urbanos, ao uso do instrumento do Estatuto, para o combate da especulação imobiliária, ao das exigências da coletividade em geral, à promoção do acesso à moradia e à cidade, à racional dos equipamentos e serviços urbanos e infraestrutura, à segurança, à saúde, à preservação do meio ambiente e da qualidade de vida, ao combate à apropriação privada de lucros fundiários, entre outras especificações. Podemos observar também, registros de referências quanto à submissão da função social da propriedade ao ordenamento territorial definido no Plano Diretor, assim como, orientado de forma indireta, à priorização de usos específicos para determinadas áreas da cidade, contidos na Constituição Federal.

Quanto aos apontamentos contidos no relatório do Pará, não há avanços dos planos, no sentido de conferir precisão ao conceito. Como aponta a pesquisa de análise dos relatórios estaduais e dos novos planos diretores brasileiros. Segundo a pesquisa, o Pará também apresentou um relatório cuja a falta de criação de condições concretas para a efetivação das diretrizes para regularização fundiária e urbanização de áreas assentadas por população de baixa renda, além, das referências à garantia do direito à terra e moradia e à gestão democrática por meio da participação popular, demonstram fragilidade eventual ou a grande diversidade, na incorporação da gestão democrática como diretriz ou princípio. Porém, faz-se necessária uma análise profunda quanto às formas de participação e controle social. No entanto, tal incorporação parcial às diretrizes do Estatuto da Cidade, por parte dos planos diretores brasileiros, tem se mostrado característico.

Observou-se que as diretrizes que abordam a redução das desigualdades sociais e a redistribuição de renda e investimentos na cidade, estão menos presentes ou são menos enfatizadas nos planos, tratam elas, quanto à orientação para:

(i) a ordenação e controle do uso e ocupação do solo de modo a evitar a retenção especulativa de terrenos (ii) a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização e (iii) a recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado à valorização dos imóveis urbanos. (JUNIOR; MONTANDON, 2011. p. 61).

No entanto, há relatórios que fazem associação direta entre:

[...] a justa distribuição dos benefícios o ônus de correntes do processo de urbanização e a recuperação dos investimentos do poder público de que tenha resultados à valorização de imóveis urbanos à instituição de instrumentos como a outorga onerosa do direito de construir ou as operações urbanas [...] (JUNIOR; MONTANDON, 2011. p. 61).

INTERPRETAÇÃO limitada, quanto às formas de regulamento, tendo em vista que, as mesmas podem estar apropriadas no sentido de promover desigualdades sociais e criar privatização do esforço coletivo.

O QUE É PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANOS

Após terem sido apresentadas as finalidades que compõem o plano diretor, para se pensar o Direito à Cidade e à Justiça Espacial, abordaremos conceitualmente, “*planejamento e gestão urbanos*”, onde ambos, são ferramentas de promoção do desenvolvimento sócio espacial, complementares, a partir de algumas definições:

[...] planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contraprováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios.

“... gerir significa, administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas.” (SOUZA, 2015, p. 46).

A ideia de planejamento nos remete ao futuro e gestão ao imediatismo, ação, agora, administração do presente. A distinção entre estes dois instrumentos, não os torna concorrentes, ambos se complementam. A análise prognóstica, está vinculada a uma perspectiva de se construir diversos cenários alternativos, de forma consistente e realista. Selecionando dados empíricos, levando em consideração sua capacidade, adequados aos sólidos conhecimentos teóricos, o que nos resultará, interpretações inteligentes da dinâmica sócio espacial.

Há de se atentar, quanto ao processo de autocriação social, quando se relacionam os vínculos múltiplos e complexos entre as relações sociais.

Planejadores urbanos são diferentes de arquitetos, o urbanista pertence à tradição do saber arquitetônico, desenvolve um olhar distinto ao olhar do cientista social, que por sua vez, ao lidar com o espaço urbano, aplica seu conhecimento, a partir, das relações e dos processos sociais, usando as condicionantes espaciais, como forma de extrair resultados que vise mudança social.

No entanto, tais distinções, significam incompatibilidade entre planejadores e arquitetos. O fato é, que arquitetos “pós-modernos”, adotaram a expressão *urban design*, ou desenho urbano, onde o leque se abre, para contribuições de algumas ciências sociais.

Uma das questões que devemos levantar é: Como estas relações, vulnerabilizam a sociedade? Não se pode abdicar da equidade, para se tratar a crise urbana, já que o desenvolvimento socioespacial, precisa estar aliado à mudança social positiva, para melhor, ou seja, com *melhorias na qualidade de vida e um aumento da justiça social*. Quanto a primeira característica, trata-se satisfação das necessidades, básicas ou não. Quanto a segunda, corresponde ao tratamento justo, partindo, de como se entende, igualdade e desigualdade, neste caso, questionamentos como: igualdade em relação a que? Desigualdade em relação a que? Contribuirão para se contextualizar o entendimento. Ou melhor, a garantia de acesso a equipamentos culturais urbanos, deve ser concedida, não apenas por lei, mas também, por condições efetivas. Fundamentos para um verdadeiro *desenvolvimento urbano* não devem ser

modelados, pela versão urbana da ideologia do “desenvolvimento” capitalista em geral, ou seja, modernização. Mas são dois, os objetivos que o definem: a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social. Desta forma, entendemos que *desenvolvimento urbano*, é objetivo fundamental do planejamento e da gestão urbanas (SOUZA, 2015).

Quanto à intencionalidade dos planos diretores, é necessário que haja, novas reformulações sobre as definições do conjunto de instrumentos que os compõem. Diante de objetivos vagos e indefinições, que dão margem à cristalizações de interpretações mercadofílicas do instrumento, gerando assim, efeitos perversos, quando aplicados, sob lógica do capital.

PROCESSO DE FORMAÇÃO URBANA DO BAIRRO GUAMÁ E COMUNIDADE RIACHO DOCE

3.1. Processo de formação urbana do bairro do Guamá:

Historicamente, a primeira ocupação do bairro do ¹⁵Guamá que se tem indício é a área de uma fazenda, localizada nas proximidades do igarapé ¹⁶Tucunduba, doada em 1728 pelo rei português ao senhor Theodoretto Soares Pereira, para fins de exploração das riquezas existentes, como madeiras e “drogas do sertão”, além da prática agrícola e atividades que contribuíssem para o desenvolvimento da área, englobando construção de pontes portos e caminhos. Em troca, o posseiro era isento de pagamento de tributos, sendo-lhe cobrado apenas o dízimo para o Governo.

Até meados do século XX o Guamá era pouco habitado, possuía área arbustiva com caça e frutos em abundância, suficiente para atender aos poucos moradores do lugar, além de feiras e mercados das cidades. (RAMOS, 2002, p. 34).

Neste período, o Igarapé do Tucunduba atendia tráfego intenso de pequenos barcos, além de ser utilizado para momentos de lazer. Com condições de infra-estrutura de péssima

¹⁵ A origem do nome Guamá é **indígena** do tupi guarani. Refere-se ao peixe-coelho, possivelmente existente nos rios da área com abundância, há algum tempo (RAMOS, 2002. P. 17).

¹⁶ A origem do nome Tucunduba é **indígena** do tupi guarani. Significa “lugar que possui muitas árvores de tucum” palmeira que fornece fibras para fabricação de redes e cordas (RAMOS, 2002. P. 17).

qualidade, o modo de vida dos moradores da área era afetado diretamente, tornando-os responsáveis por exemplo, pela abertura das ¹⁷principais ruas do bairro.

Importante ressaltar que o **quadro existente no país hoje**, corresponde a **grande concentração** de terras, é **originário do processo colonização** implantado pelo governo português, criador do Sistema de Capitânicas Hereditárias e pela doação de grandes extensões de terras aos colonizadores, estratégia utilizada por Portugal em prol da garantia da posse do território recém conquistado.

Após a ¹⁸confiscação da área em 1794, a mesma foi doada como “esmola à Santa Casa de Misericórdia.

No final do século XVIII, uma ¹⁹olaria é construída na referida área, com intuito de atender a Cidade de Belém com o fornecimento de telhas e tijolos. Assim, Belém ganha atratividade, quanto à sua dinâmica, provavelmente, influenciada por sua ²⁰posição geográfica. Tendo em vista que o igarapé Tucunduba e o rio Guamá facilitavam o escoamento da produção e articulação com o Centro da Capital.

No século XIX, na primeira década, é construído o ²¹Leprosário do Tucunduba, substituindo a Olaria. Este marco deu início a uma nova fase de ocupação da área do Guamá, agora, com função reclusão social.

¹⁷ As principais ruas do bairro, que receberam a atuação dos moradores foram: parte da atual Avenida José Bonifácio (Antiga Pedreira do Guamá); a Estrada do Tucunduba (atual Rua Barão do Igarapé Miri); a Rua João de Deus; a Passagem Pedreirinha; a Vai-quem-quer (atual Frei Daniel); a Napoleão Laureano (antigo Beco do Piquiá); a rua Augusto Corrêa (chamada de Passagem do Bacuri); a Ezeriel (antiga Lameira Bittencourt); a 20 de Fevereiro (antiga Anibal Duarte) entre outras (RAMOS, 2002, p. 35).

¹⁸ Tal confiscação se deu, após a expulsão dos padres mercedários, os quais faziam parte da mesma ordem religiosa responsável pela construção do convento e igreja N. Sra. das Mercês. Os mesmos, adquiriram a fazenda em 1755, até o ministro português Marquês de Pombal intervir na reforma política que resultaria na doação da área da fazenda (RAMOS, 2002. P. 17).

¹⁹ Não se sabe ao certo o período de instalação desta olaria, alguns pesquisadores da história de Belém, falam da sua instalação na época do Frei Caetano Brandão (Bispo que se destacou na diocese paraense) em meados de 1783. No entanto, arquivos da Prefeitura Municipal de Belém (CODEM), apontam uma diferença de pelo menos quinze anos antes, da data de instalação da olaria, mencionada anteriormente (RAMOS, 2002, p. 16-17).

²⁰ Belém é uma grande península, cuja sua localização se dá, entre dois rios de grande porte – pela baía Guajará a oeste e pelo rio Guamá ao sul, afluentes do rio Pará, pelo Furo do Maguari ao norte, limitando-se com o município de Ananindeua a leste. Constituída por inúmeros afluentes, tendo sido a maior parte destes, aterrados, resultado do processo de ocupação urbana da cidade (SILVA; LUZ; PONTE; RODRIGUES, 2017, p. 153).

²¹ A fundação desse hospital, deu-se em 07/03/1815, administrado pela Santa Casa de Misericórdia do Pará, quanto aos cuidados com os doentes. Localizava-se na rua Barão de Igarapé Miri (Antiga Estrada do Tucunduba). Acredita-se que a mesma, iniciava-se das proximidades da passagem Alegre e do Clíper de ônibus da esquina da rua Augusto Correa e se estendia até as margens do Igarapé Tucunduba. Sua desativação se deu

No final do século XIX e início do século XX, com o surgimento das grandes capitais brasileiras, entre elas a cidade de Belém, surge também uma sociedade elitista, cujo o governo, com intuito de controlar a ocupação do espaço, passa a definir os espaços. Centros urbanos, dos ricos civilizados, periferia (baixada) dos pobres, miseráveis, selvagens e atrasados (RAMOS, 2002, p. 33). Contexto que caracteriza o Guamá como lugar isolado da cidade, abrigo de pessoas indesejáveis à sociedade, inseria-se no conceito de área de baixada. Um dos principais fatores para essa mudança, foram as ocupações, as quais, apresentaram-se de forma progressiva na Região Metropolitana de Belém (RMB).

Intensificadas na década de 80 e início dos anos 90, estas ocorrências possuem uma intensa relação com os problemas urbanos existentes na RMB, resultando em obstáculos, quanto ao acesso à moradia, à não absorção da crescente população no setor formal da economia, aos direitos trabalhistas (à classe trabalhadora), aos equipamentos urbanos (sistemas viários, energia elétrica e abastecimento de água potável, entre outros). Acompanhados da ineficiência, quanto a capacidade do estado em prover habitação popular. Não dando, outra alternativa viável à população de baixa renda, a não ser, as ocupações de Terras. Processos que por acompanhar o ritmo da segregação social, refletem a espoliação urbana, data a distância dos centros da cidade, contribuindo, no primeiro momento com a “expulsão”, da classe trabalhadora desses espaços, em nome do padrão de beleza exigidos no período áureo da borracha, supervalorizando áreas nobres e contribuindo para a especulação imobiliária. No segundo momento, dar-se a ocupação das áreas periféricas da cidade, afastadas de equipamentos urbanos, (Augusto Montenegro e BR 316) pelos moradores, que por sua vez, integram-se a movimentos de ocupação de terras. (SANTANA, 2011, p. 155).

A partir dos anos 90, tais ocorrências tornam-se elementos primordiais, para atuação da ²²Cohab/PA (Companhia de Habitação do Estado do Pará), quanto implementação da política habitacional. Dois momentos foram fundamentais para o reflexo dessas mudanças, o primeiro se deu com a crise do Sistema Financeiro de Habitação, o segundo, pelos interesses

por volta de 1938, reflexo da inserção do Bairro do Guamá no contexto da Cidade de Belém. Quanto ao que restou do antigo abrigo, pouco se aproveitou, como algumas ruínas de paredes reutilizadas pelos moradores, após sua desativação. Oficialmente, a história desse local foi ignorada, de modo que não existe nenhum documento ou placa para se lembrar do passado (RAMOS, 2002, p. 17-22).

²² A partir de 1990 de acordo com documentos governamentais, a Cohab/PA (Companhia de Habitação do Estado do Pará), tem sua função modificada, onde suas atribuições atendiam: Reorganização e regularização fundiária de lotes urbanos ocupados por famílias de baixa renda; desapropriação de áreas de interesse social para assentamentos e construção de moradias populares; ordenação e urbanização dessas áreas, com a implantação de infraestrutura básica (saneamento, energia elétrica) e de equipamentos sociais (de saúde, educação, segurança e abastecimento); recuperação de conjuntos habitacionais populares existentes no Estado, sob competência da COHAB (SANTANA, 2011, p. 147).

políticos-eleitores do governo estadual, onde, para buscar legitimação, utilizam-se da política habitacional, junto aos moradores das áreas em questão, dando início a uma relação pela qual, os interesses são expostos, estando estabelecida sobre concessão e conquista (SANTANA, 2011, p. 156).

3.2. Processo de formação urbana da Comunidade Riacho Doce:

Localizada na Bacia do Tucunduba, Bairro do Guamá, a área da Comunidade Riacho Doce, está inserida entre os diversos modelos de urbanização, das bacias hidrográficas (BH), que compõem a cidade de Belém, tendo seus canais espalhados por 14 Bacias Hidrográficas (BH), o que condicionou a habitação e construção da estrutura física da cidade. Modificação hídrica, caracterizada, pelos aterramentos de canais e rios, para fim de edificações habitacionais, em áreas de baixada (Nunes. Luz. Ponte. Rodrigues, 2017).

Sua ocupação se deu em 04 setembro de 1990, alcançando 1.537 famílias abrigadas em 2001, com renda média de um a três salários mínimos, com uma média populacional de 4,5 e 5,6 pessoas por domicílio, respectivamente. As características de moradias encontradas, refletem uma forma de ocupação do solo peculiar na cidade de Belém. Representando, a tipologia habitacional das áreas alagadas na cidade, remetendo-nos a atentar, para a procedência interiorana da maioria dessas famílias, nesta referida área.

O predomínio de material utilizado na construção das casas era a madeira, registro realizado através de um levantamento do Programa Família Saudável (PFS), Belém, 2000. Identificando que 82,08% das residências eram de madeira, e somente 10,78% em alvenaria. 14% possuíam revestimento, e 0,42% não possuíam revestimento em suas taipas, desses, 28% do material utilizado era reaproveitado (VASCONCELOS, 2014).

Sem atendimento de serviços básicos como, tratamento de esgoto, naturalizando o despejo de desejos, assim como o lixo doméstico e entulhos, serem descartados nos cursos d'água existentes no entorno, como também, nos quintais das residências. Consequentemente, a qualidade sanitária e ambiental da população residente na comunidade, estava seriamente comprometida. Dados levantados pelo PFS (BELÉM, 2000), apontaram que 43,86% dos domicílios possuíam fossa para sanar a falta do esgoto, 47,03% dessas estruturas, lançavam dejetos a céu aberto e 9,11% não informaram.

A falta de um sistema de drenagem, acentuava ainda mais os problemas de alagamentos. Considerando que a drenagem existente na área, era natural, porém, dificultada pelo acúmulo de entulhos e demais resíduos, que por sua vez, eram transportados pela maré

através do Igarapé. Elementos, propiciadores para lutas em prol da urbanização e infraestrutura, com apoio da comunidade local, movimentos sociais, resultando, na inserção da comunidade, para atendimento do Programa de Desenvolvimento Local do Riacho Doce (PDL/RD), através da Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB/PA, utilizando-se dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PA. Onde, segundo o relatório do *Projeto de Trabalho Técnico Social Comunidade Riacho Doce, abril/2008*, o mesmo, teve início em 2001, baseado no modelo de planejamento e gestão participativa implementado pela Prefeitura Municipal de Belém, no período de 1997 a 2004. Dividiu-se em três etapas, a fim de atender demandas relacionadas à serviços de urbanização e infraestrutura, como: Sistema de abastecimento d'água, esgotamento sanitário, drenagem, equipamentos sociais entre outros, tendo em vista que, para cada etapa, novas demandas se faziam necessárias, e conseqüentemente, deveriam ser atendidas. No quadro abaixo, alguns detalhamentos das fases do projeto, estão especificadas, a fim de dimensionar a extensão do mesmo e suas influências sobre o espaço e modo de vida da população.

Quadro 1.

Plano de Desenvolvimento Local do Riacho Doce (PDL/RD) 1ª, 2ª e 3ª Etapas							
Fase 1		Fase 2		Fase 3		Localização da Área Riacho Doce	Financiamento/ Contribuintes
Data	Financiadores Contribuintes	Data	Financiadores Contribuintes	Data	Financiadores Contribuintes	Av. Perimetral entre o Campus 3 e a Associação dos Funcionários da UFPA Município de Belém/PA	Orçamento Participativo e Congresso da Cidade
1997 - 2004	Implementado pela Prefeitura Municipal de Belém	1997 - 2004	Implementado pela Prefeitura Municipal de Belém	1997 - 2004	Implementado pela Prefeitura Municipal de Belém		
2001	Início	Não informa	Início	Não informa	Início		
2002	Realização de serviços de infraestrutura urbana e organização comunitária	Não informa	Realização de serviços de infraestrutura urbana e organização comunitária	Não informa	Realização de serviços de infraestrutura urbana e organização comunitária		
2007	Andamento - Governo do Estado do Pará - COHAB/PAC	2007	Andamento - Governo do Estado do Pará - COHAB/PAC	2007	Andamento - Governo do Estado do Pará - COHAB/PAC		

Repasse (Valor do trab. Técnico Social)	520.000,00	Repasse (Valor do trab. Técnico Social)	420.000,00	Repasse (Valor do trab. Técnico Social)	390.000,00
Num. de Famílias	886	Num. de Famílias	1000	Num. de Famílias	957
Tipo de Construção	54% Madeira	Tipo de Construção	54% Madeira	Tipo de Construção	54% Madeira
Escolaridade	68% inseridos no Ensino Fundamental Incompleto	Escolaridade	68% inseridos no Ensino Fundamental Incompleto	Escolaridade	68% inseridos no Ensino Fundamental Incompleto
Renda média familiar em (SM)	1 a 3 SM	Renda média familiar em (SM)	1 a 3 SM	Renda média familiar em (SM)	1 a 3 SM
Naturalidade %	96% Paraense 2% Maranhense 2% outros	Naturalidade %	96% Paraense 2% Maranhense 2% outros	Naturalidade %	96% Paraense 2% Maranhense 2% outros
Número de Famílias em situação de risco	160	Número de Famílias em situação de risco	272	Número de Famílias em situação de risco	112

Condição do imóvel	78% Próprios - 52% Estado de Conservação Precários - 36% Razoável	Condição do imóvel	78% Próprios - 52% Estado de Conservação Precários - 36% Razoável	Condição do imóvel	78% Próprios - 52% Estado de Conservação Precários - 36% Razoável		
Localização da poligonal atendida	Av. Tucunduba, Entre Barão de Igarapé Miri e Passagem Giparaná.	Localização da poligonal atendida	Rua da Olaria, entre av. Perimetral e Fé em Deus	Localização das três poligonais atendidas	1ª - Rua Fé em Deus, Rua da Liberdade, Barão de Igarapé Miri, Rua da Olaria. 2ª - Pss.Grão Pará e Barão de Igarapé Miri. 3ª - Rua da Olaria, Rua da Paz, Barão de Igarapé Miri e área da ETE.		
<p>Obs.: As células com cores mais fortes, correspondem à informações repetidas, o que pressupõe-se, que foram baseadas na pesquisa de campo realizada no período de 04 a 17 de outubro de 2007. Tais dados, compõem os três relatórios do Projeto de Trabalho Técnico Social, o que confirma nossa tese.</p>							

Diante deste contexto, o qual representa a realidade da grande parcela populacional pobre urbana do planeta, condicionada a viver em assentamentos nem previamente urbanizados, onde a força de trabalho dos próprios moradores, seus recursos materiais e financeiros, serão base para construir as próprias moradias, temos um cenário, o qual não corresponde à tendência do mercado para serviços financeiros.

Até os anos de 1980, a incredibilidade, por parte das instituições financeiras, quanto a viabilidade de disponibilizar empréstimos, para estes clientes (população de baixa renda), fundamentava-se em razões variadas, de forma a enfatizar, características das famílias de baixa renda, alegando, incompatibilidade das exigências formais, para a permissão de empréstimos financeiros, além da forma de obtenção de renda, a qual estes recorriam, que em sua maioria, se dava de maneira informal. Aliando tais objeções, a falta de interesse das empresas financeiras, em movimentar, altos custos de transação, sem resultar em retorno lucrativo, haja vista que, tal população, “consome” pequenas quantias de empréstimos.

Desta forma, até o surgimento do novo paradigma do financiamento, na década de 1980, o qual, através da expansão de um crédito pequeno, objetivando atender aos mais pobres, conhecido como *microfinanciamento* (informal e gerador de renda), não restava outra opção à população mais pobre, a não ser, recorrer às práticas “informais”, sendo estas, estratégias financeiras, baseadas na poupança individual, empréstimos, remessas ou penhoras junto a empresas informais e agiotas, respectivamente. Dinâmica resultante, da construção histórica da população de baixa e média renda (ROLNIK, 2015).

Convencidos sobre a potencialidade dos pobres, e da lucratividade do microfinanciamento, os investidores financeiros privados, passam a encará-los, como “bancáveis”, resultando no aumento do fluxo do capital de investimento privado (composto por doadores, bancos multilaterais e organizações internacionais), neste novo setor, cujas bases ideológicas e econômicas pautadas inicialmente no empreendedorismo dos pobres, recentemente, aderiu aos processos de autoconstrução progressiva, um novo modelo de moradia, iniciativa incorporada como programa na ONU e no Banco Mundial.

Pautado num discurso, cuja linguagem era a do “direito ao crédito”, definia-se como empréstimo não lucrativo, de combate à pobreza e em favor do empoderamento das mulheres. No entanto, este modelo, não indiferente à redistribuição de renda, tão pouco, era favorável ao sistema de bem-estar, da igualdade e oportunidades, pelo contrário, baseava-se na promoção do empreendedorismo. Logo, o microfinanciamento, despreendeu-se de organizações sem fins

lucrativos, deixando de estar sob o domínio único, para integrar-se, ao grande e inexplorável mercado, sendo este, o dos bancos comerciais e mercado de capitais.

Os novos modelos de microfinanciamento, agora, apresentam-se, com novas ideias, enfatizando o Lucro ao invés do desenvolvimento humano, abrindo novos horizontes, através da exploração dos mais pobres, os quais, servirão, como um “mercado de fronteira, abrindo novos horizontes para acumulação de capital”, são os chamados: “bilhões de baixo”.

Nos últimos dez anos, o novo modelo de microfinanciamento, sob a forma de um capitalismo gentil, interessado em erradicar a “pobreza por meio do lucro”, vem crescendo através de programas de microfinanciamento de moradias. O microfinanciamento habitacional, tornou-se principal escolha, de uma diversidade de instituições, entre elas, bancos e instituições comerciais, como o Banco HDFC, por organizações intergovernamentais e ONGs especializadas na oferta de habitação, promovedores de tais ações, a partir de então (ROLNIK, 2015).

No entanto, apesar de sua expansão ao redor do mundo, as opções de microfinanciamento habitacional, são mínimas em relação ao PIB e às atividades de microfinanciamento em geral, justamente, por ainda se voltar para um público específico, pertencente ao grupo de empréstimos empresariais.

O processo de evolução das instituições, as quais, atuaram como, fundos comunitários autogeridos, em direção à financeirização, é melhor explicada por Rolnik (2015), no trecho a seguir, baseada em dois aspectos:

O microfinanciamento habitacional pode ser entendido, em termos de financeirização, em dois aspectos: primeiro, é um modelo que estabelece vínculos entre os moradores de favelas e os mercados de capitais nacionais e, mais recentemente, internacionais. Em segundo lugar, é um modelo que pressupõe uma visão financeira da vida, na qual a casa é apresentada como um ativo a ser investido, trocado e usado como garantia para alavancar financiamentos adicionais, a fim de financiar o consumo, o bem-estar ou a atividade empreendedora (ROLNIK, 2015, p. 139).

E rumo a sua última fronteira urbana, a expansão do capital, marcada pelo microfinanciamento, alcança as favelas da periferia do capitalismo, transformando territórios e populações estigmatizadas por raça, classe, gênero e forma de posse, em objetivo de colonização e exploração financeira, em nome da inclusão. Ou seja, a partir da dinâmica estabelecida entre o microfinanciamento, como sendo considerado a nova fronteira SUBPRIME do capitalismo, a partir, da convergência entre o capital destinado à promoção do desenvolvimento e o capital financeiro, um processo colaborativo, para a identificação de

novos sujeitos do desenvolvimento, além, da abertura e consolidação de novos territórios de investimentos.

Rolnik (2015), continua explicando, que a compreensão dos processos descritos anteriormente, será possível, a partir da especificidade da economia política de cada país e cidade. O processo de financeirização da moradia e do solo urbano, a partir das transformações ocorridas no Brasil, no fim do século XX e nas primeiras décadas do novo milênio, representa um período, que abarca, ações de redemocratização política, além, de estagnação e retomada do crescimento econômico. Inclui a ascensão vivida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), quanto a sua chegada ao poder, primeiramente, em nível local, posteriormente, a nível nacional. Força política, oriunda de movimentos sociais e da reorganização de grupos de esquerda, ao longo dos anos de 1980 e 1990. Em suas agendas, elementos como a construção de um Estado de direitos, onde o acesso à moradia adequada e o direito à cidade eram debatidos.

Neste período, também avança no país, a hegemonia dos circuitos globais, com forte influência nas políticas habitacionais e urbanas, marcando este momento por contradições e ambiguidades. Estamos falando de um país, o qual, está retomando uma trajetória de crescimento econômico, após ter passado por aproximadamente, duas décadas de estagnação ou recessão entre 1980 e 1998. Com crescimento do PIB brasileiro na faixa anual de 3,27%, no período entre 1999 e 2009, tendo um aumento de 2,29% da taxa anual, gerada pela população ocupada. Outros elementos como, o reajuste do salário mínimo de 155%, o aumento do real de 73% nos períodos de 2003 a 2010, além, da incorporação de taxas de cobranças maiores sobre a população brasileira, em 2005, com a mudança da conclusão da política econômica, tornando a expansão do mercado interno, um pilar. Aumentando o consumo interno, a estratégia utilizada para o crescimento era, a inclusão de estratos de renda mais baixos.

No âmbito das políticas sociais, implementou-se políticas públicas dirigidas à população mais vulnerável, os programas de transferência de renda (Bolsa Família), subsidiaram tais políticas, com intuito de retirá-las deste parâmetro precário, no qual se encontravam. Como resultado, o conjunto de ações sociais, destinadas, ao aumento de oportunidades, de empreendedorismo e desenvolvimento econômico, fizeram com que, o número de pobres no Brasil, caísse de 57 milhões para menos de 30 milhões de pessoas, e de 30% para 15% da população, entre 2001 e 2008, considerando os rendimentos do trabalho, o aumento do emprego, os ganhos na previdência e as políticas sociais.

No período de 2003 a 2010, injetou-se 1 Trilhão de reais na renda dos trabalhadores, alcançando principalmente, os que formavam a base da pirâmide social. Entre 2003 e 2008, o rendimento médio familiar per capita, no topo das faixas de renda no Brasil, cresceu 1,6% (10% mais ricos), enquanto que, na base da pirâmide (10% mais pobres), cresceu 9,1 % ao ano (ROLNIK, 2015).

Do ponto de vista, da política urbana, no seio da sociedade civil, nos partidos, e entre governos, o papel do cidadão, e de suas organizações na gestão das cidades, nas décadas de 1980 e 1990, eram elementos para intensos debates. Marcaram, avanços legais, no campo do direito à moradia e do direito à cidade. Sendo incorporado à Constituição de 1988, um capítulo sobre política urbana, fundamentado, a partir, da noção de função social da cidade e da propriedade do reconhecimento dos direitos de posse, principalmente, dos sujeitos oriundos de favelas e periferias.

Os indicativos do crescimento econômico em localidades, cidades e metrópoles brasileiras em várias regiões, eram perceptíveis, através da expansão e disponibilidade de subsídios públicos, ao crédito para produção habitacional, associados, ao crescimento da economia, favorecendo o setor imobiliário. No entanto, as cidades de fronteiras do agronegócio, imprimem o crescimento vegetativo (muito mais lento), representando, a dinâmica da expansão demográfica atual. As décadas de consolidação de territórios populares - Favelas, loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais, deixam de ser marcadas, pela dualidade, centro/periferia. A constituição dos espaços, nos anos do crescimento urbano (1960 - 1980), por um lado, dotados de água, luz, equipamentos públicos e espaços comerciais, por outro, representam, na *nova geografia da miséria*, a geografia da pobreza, da vulnerabilidade social, muito mais heterogênea e complexa, a qual, define o “lugar dos pobres” na cidade, resultando na formação de grupos sociais mais heterogêneos (ROLNIK, 2015).

Elementos iniciais de observação, que se estenderam até os dias atuais, objeto de debates e reflexões para se pensar o Direito à Cidade, e a Justiça Espacial, para esses espaços, que são produtos de relações, e fruto de relações de poder, serão nesta pesquisa, utilizados, para melhor compreensão, nosso objeto de estudo, a CRD, em sua forma de uso e apropriação do espaço, contextualizados sob as diretrizes do PDU de Belém, o modelo de política urbana, e suas garantias, como, função social, cultural e econômica.

Com efeito, nossa premissa, partirá do contexto, onde, os principais atores envolvidos no processo de reinvenção das cidades, concentram suas atuações, em função da lógica ditada pela dualidade entre, mercado e democracia.

Deste modo, entendemos as novas modelagens no espaço urbano, interpretando quais relações são predominantes em determinados espaços, tendo como processo fundamental, a metropolização de Belém.

4. RESULTADOS PRELIMINARES

No primeiro momento, estabeleceu-se um levantamento bibliográfico e documental acerca das temáticas do Plano Diretor, Estatuto da Cidade e Gestão Urbana, um aporte teórico-conceitual que permeia as respectivas temáticas, possibilitando-nos na construção de algumas reflexões preliminares sobre o respectivo processo. Em conjunto, o levantamento e análise de documentos a respeito da produção de moradia no âmbito da CRD, localizada no Bairro do Guamá, região metropolitana de Belém. Dados estes, que estão sendo obtidos junto à COHAB.

No segundo momento, foi estabelecida a realização de levantamento e análise de dados acerca de indicadores demográficos, socioeconômicos e espaciais junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Ministério das Cidades. E junto à Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Pará; à Secretaria Executiva de Planejamento, de Orçamento e Gestão do Estado do Pará (SEPOF).

No terceiro momento, coube-nos observar sistematicamente e qualitativamente o levantamento e análise das formas-conteúdo presentes no espaço da respectiva CRD atentando para as antigas e novas espacialidades urbanas. Realizamos produção cartográfica com uso de software Arcgis 10.1 para mapear a estrutura urbana atual de Belém e da Comunidade, a partir das intervenções empregadas pelo Plano Diretor, com vista a identificar e interpretar alguns elementos de formação, a produção de continuidades e descontinuidades territoriais na escala desta cidade, a distribuição desigual da estrutura espacial.

No quarto momento, para efeito de operacionalização da pesquisa qualitativa, o trabalho de campo foi estabelecido, com intuito de identificar mudanças e contradições entre os discursos e as ações da gestão pública. Nessas circunstâncias, as observações sistemáticas qualitativas, como instrumento operacional, têm nos possibilitado a obtenção de informações importantes sobre os usos do solo urbano. Ainda com intuito de produção de informações para materialização da pesquisa, utilizamos a entrevista, opção que decorre da possibilidade de produzirmos informações de caráter qualitativo, relevantes para o desenvolvimento de pesquisa. Realizamos entrevistas com informantes específicos: representantes do poder

público, representantes dos movimentos sociais urbanos, representantes dos agentes econômicos e moradores do referido programa.

A relevância das entrevistas, está quanto a construção de uma abordagem qualitativa, para a apreensão de determinadas tendências processuais, estratégias, ações da gestão governamental da referida cidade de Belém, para com a Comunidade. A articulação entre elementos de natureza quantitativa e qualitativa, nos permitirá analisar, por uma lente teórico-metodológica específica, e, portanto, com seus limites e possibilidades analíticas, as potencialidades, limites e contradições entre os discursos do plano diretor e as práticas da gestão urbana municipal.

Após os referenciais teóricos terem sido estudados, categorizados e elaborados, tivemos o primeiro contato com o grupo de pesquisa que compõem o Programa de Apoio à Reforma Urbana - PARU, da faculdade de Serviço Social, pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará – UFPA, os quais foram fundamentais para a escolha do nosso objeto de estudo (Comunidade Riacho Doce), desde então, tem nos acompanhado na construção desta pesquisa, tendo em vista que nos foi apresentado pela coordenadora do programa PARU, Prof.^a Dra. Sandra Helena Ribeiro.

Posterior à definição da área a ser estudada, deu-se início a etapa da realização dos campos. Iniciamos pela CRD, no dia 08/07/2017, para o qual, definimos como atividades à serem realizadas, o conhecimento da área e coleta de pontos via um GPS APP MapIt GIS - Spatial Asset Collection, para confecção do mapa de localização da área de estudo, na companhia de líderes comunitários: Joelma Ferreira, militante do movimento popular, Pedagoga, estudante de Geografia Agrária pela UFPA, e moradora da comunidade, como também, Maria Edna Rodrigues, moradora comunidade, representante comunitária.

No dia 15/07/2017, realizamos nossa segunda visita à comunidade, pondo em prática o quarto momento. Realizamos leitura do espaço, segundo o aporte conceitual-teórico obtido. Discutiu-se, as diretrizes apresentadas pelo Plano Diretor, as quais, ressaltam a relevância do acesso à terra urbanizada, um meio para superação da crise urbana associada à questão da moradia e suas interferências no espaço da Comunidade, a partir da implementação do projeto habitacional que está sendo realizado pela COHAB, onde “*planejamento*” e “*gestão urbanos*”, são ferramentas de promoção do desenvolvimento socioespacial, por conseguinte, precisam estar aliados à *Justiça Social* (SOUZA, 2015). Desta feita, podemos fazer observações iniciais quanto à realidade em que se encontram os moradores da CRD ao que parece contrapor tal

gama de diretrizes embasadas pelo plano diretor, que por sua vez, mostra que seus instrumentos têm se tornado ineficazes.

Na Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB, deu-se a realização do segundo momento, de forma parcial, onde, no primeiro contato foi estabelecido um diálogo com o gerente de obras, sr. Mário Antônio, o gerente de projetos, sr. André Nogueira, e a gerente Sandra Neves, responsável pela parte técnica social. No terceiro momento, no dia 10/10/2017 foi realizada uma entrevista junto à Gerência da Área Técnica Social.

No Instituto Amazônico De Planejamento, Gestão Urbana E Ambiental – IAGUA, onde participamos de reunião do projeto DSTAIDS NA AMAZÔNIA, atuantes, na área da CRD diretamente com a população, levando informação através de várias atividades. Tais contribuições são de grande relevância, pois legitimam a pesquisa. Também, por meio de entrevistas semiestruturadas, sendo a primeira entrevista realizada no dia 22/06/17, com a contribuição do entrevistado L1 (denominado assim para evitar identificação) morador fundador e liderança da CRD desde 1990.

Tabela1. Resultados Obtidos

METAS DO PROJETO		
Metas Prevista	Atividades desenvolvidas por meta	Percentual de execução
1º momento	Levantamento bibliográfico e análises de documentos.	100%
2º momento	Levantamento e análise de dados secundários	90%
3º momento	Observações sistemáticas qualitativas, análises de formas e conteúdos e mapeamento da estrutura urbana atual da comunidade Riacho Doce, no contexto da Região Metropolitana de Belém.	80%
4º momento	Trabalho de Campo e entrevistas	90%

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico se discute resultados e discussões, baseados nos PROJETOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL – COMUNIDADE RIACHO DOCE (PTTS/CRD), correspondentes às três etapas do projeto (cuja abrangência está apresentada na tabela 02), realização de entrevistas à agentes responsáveis pela Área Técnica Social, Gerência de Obras da COHAB/PA e liderança da comunidade CRD, os quais, foram denominados respectivamente, G1, G2, G3 (responsáveis pela área de trabalho técnico social, com a realização de entrevistas à três representantes), R1 (responsável pela gerência de Execução de projetos) e L1 (representante da liderança comunitária da CRD), para evitar identificação no texto, assim foram identificados.

Importante salientar a impossibilidade de se tirar amostra a partir das entrevistas realizadas, tendo em vista que, o número de pessoas entrevistadas nas partes (área de estudo e poder público), foi insuficiente, direcionando-nos a uma maior dedicação na extração de dados, a partir, dos relatórios e trabalhos de campo, para a construção dos resultados que discutiremos a seguir.

Tabela 02. Projeto Divido em 3 etapas com efeitos de capitação de recursos e adequada divisão de serviços de urbanização e infraestrutura.

1º etapa: Avenida Tucunduba, entre Barão de Igarapé Miri e Passagem Jiparaná.	2º etapa: Rua da Olaria, Avenida Perimetral e Fé em Deus.	3º etapa compreende três poligonais: Rua Fé em Deus; Rua Liberdade; Rua Barão de Igarapé Miri e Rua da Olaria / Passagem Grão Pará e Barão de Igarapé Miri / Rua da Olaria, Rua da Paz, Barão de Igarapé Miri e área ETE.
---	---	---

Elaboração: Autor. Baseado nos dados contidos no PTTS/CRD, 2007.

Outro fator preocupante, é a incompatibilidade dos dados, especialmente, os contidos nos projetos técnicos, disponibilizados pela gerência técnica social da Cohab/PA, os quais apontam média salarial familiar de até 3 salários mínimos, e uma porcentagem baixa, quanto ao desemprego. Dados que se diferem da realidade local, uma questão frágil, que demonstra possíveis falhas quanto aos dados cadastrados pela Cohab/PA. Deste modo, dar-se-á

andamento à pesquisa, com ênfase na coleta de informações e materiais, prioritariamente, *in loco* (na própria comunidade), com intuito de minimizar as disparidades entre pesquisa científica e cenário real da CRD. A partir de então, apresentamos perfis socioeconômicos fieis ou, mais próximos do quadro real vivido pela comunidade, tomando como base, os próprios critérios de análise utilizados pela Cohab/PA ao efetuar cadastros no período entre 04/07 de abril de 2007. Segue uma lista dos principais critérios utilizados pela Companhia de Habitação:

Perfil socioeconômico das famílias beneficiárias:

Aplicação do formulário de pesquisa entre 04 e 17 de outubro de 2007.

Análise de dados após a visita técnica

- Nível de escolaridade: ensino fundamental incompleto;
- Naturalidade;
- Desempregados: - Realizam alguma atividade no setor informal;
- Sexo predominante;
- Renda familiar;
- Renda mensal;
- Titulares dos imóveis;
- Situação de moradia (condição dos imóveis);
- Estado de conservação (precários e razoável);
- Tipo de construção mais evidente;
- Formas de utilização;

Após análise das pesquisas, a Cohab/PA constatou:

Tabela 03.

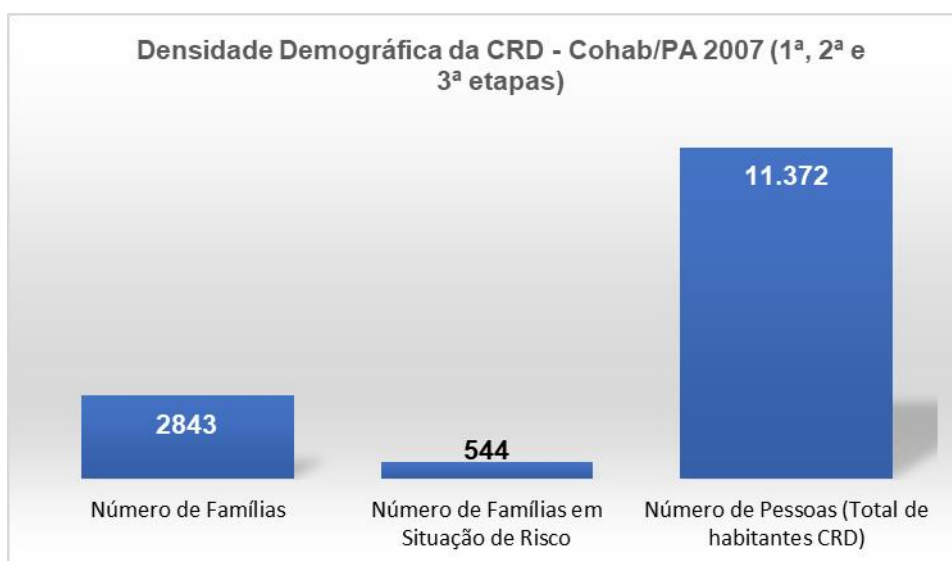
Panorama Geral da Sistematização dos Dados, contidos nos Projetos de Trabalho Técnico Social - 2007 CRD Cohab/PA	
Categorias	Somatória
Número de Famílias	2843

Número de Famílias em Situação de Risco	544
Número de Pessoas (Total de habitantes CRD)	11.372
Nível de escolaridade (ensino fundamental incompleto)	56%
Naturalidade	96%
Desempregados (realizam alguma atividade no setor informal)	29%
Sexo predominante (feminino)	67%
Renda Familiar até 3 SM	90%

Fonte: Autor

A partir dos resultados apresentados em 2007, fazemos a seguinte leitura demográfica:

Gráfico



Estes, como todos os dados que constituem a tabela 03 apresentada anteriormente, correspondem ao período inicial de atuação da Cohab/PA, na CRD, para implementação do projeto técnico social na área. Ênfase, estes dados nos foram disponibilizados pela Gerência Técnica Social da Cohab/PA, responsável pelo cadastramento das famílias beneficiárias. A atuação destes profissionais, possui um prazo de 33 meses para cada etapa do projeto (no que concerne ao da CRD dividiu-se em três etapas), que em sua maioria, não cumprem os prazos

estabelecidos para entrega dos imóveis, o que prejudica o trabalho realizado junto à população, dentro do que se refere, acompanhar e dar assistência a mesma, num prazo insuficiente, segundo relatos dos entrevistados G1, G2 e G3:

G1.: Porque o PAC, por ele ter demorado muito, o recurso que veio do Governo Federal, ele não há reajuste, ele estagnou, ele parou! E (pausa) a obra, ela continua, tem todo um movimento, tenho mão de obra “pra” pagar, terceirizada, tenho firma, e há um custo. E quem “tá” custeando toda essa obra hoje é o Governo do Estado. (grifos do autor)

Nós “tamos” com quase 70% de investimento do Estado. 70% quem “tá” investindo, é o Governo do Estado, pra terminar os conjuntos. Porque o Riacho Doce é uma obra muito antiga, que já veio da Prefeitura pra COHAB (grifos do autor).

Corroborar o entrevistado G2.:

G2.: O Riacho Doce, ele... (pausa) iniciou no plano da, é... (pausa), PDL né (afirmou)! Plano de Desenvolvimento Local, acho que 2001 (esboçou dúvida). De 2007 “pra” 2008 que ele passou pra COHAB, Governo do Estado, a COHAB (Grifos do autor).

²³“Cadeia de interesses” que interferem diretamente quanto ao avanço dos projetos, ainda que, a formulação do texto (fazendo referência a função da Cohab/PA), apontando diretrizes essenciais para o atendimento de populações em situação de risco, não sejam determinantes para inibir tais rupturas:

Objetivo de Intervenção:

O Projeto contempla ações de Reurbanização da Ocupação Riacho Doce, com combate aos baixos níveis sócio-Ambientais, Erradicação das Palafitas, Construção de novas unidades habitacionais, Projeto de Trabalho Técnico Social e Regularização Fundiária para as famílias moradoras da localidade, em parceria com Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM (PTTS/CRD, 2007, p. 04).

A função para a qual a Cohab foi criada (órgão de coordenação e execução do Plano de Habitação do Estado), está pautada, na atuação em todo o estado do Pará, cujo o objetivo está em produzir habitação popular para as famílias de baixa renda, que possuam o rendimento igual ou inferior a 3 salários mínimos (SANTANA, 2011, p. 120). Função, que não tem acompanhado o déficit habitacional existente na RMB, que após identificação do perfil socioeconômico das famílias, os quais, comprovaram em 2007 a necessidade de intervenção quanto às políticas habitacionais que de fato atendam as demandas locais na

²³ Nos referimos às políticas falsas que “representam” interesses de classes dominadas, com intuito de legitimar o estado, e assim, viabilizar interesses hegemônicos. Por conseguinte, uma relação de forças sociais se condensa, com o papel de expressar as contradições de classes.

CRD, estas, ainda persistem nos dias atuais, na forma de desigualdade socioespacial, mostrando a falta de serviços básicos como: a Implantação de rede de abastecimento de água, drenagem e esgotamento sanitário, equipamentos urbanos, como também, as novas unidades habitacionais(encontram-se inacabadas), acarretando em saqueamentos de materiais de construção, como também, a depredação das unidades, por intermédio de malfeitores, como relata o entrevistado G1, de casos ocorridos na área de intervenção da CRD.

G1.: Não, hoje praticamente o Riacho, nós “*tamos*” concluindo, graças a deus, muita luta, porque, todo esse tempo ele ficou parado, sem recurso, né! E a gente é... (pausa) já “*tá*” entregando algumas habitações, de maneiras precárias, sim! Porque? Porque a gente não tá entregando o total, por exemplo: eu fiz um sorteio de duzentas (200)... (dúvida) quantas foi? (Volta-se para o entrevistado G2). (grifos do autor).

Corroborar o entrevistado G2: “G2.: (sussurros) Cento e oitenta (dúvidas). Cento e trinta (afirmam)! (grifos do autor)”

Reitera o entrevistado G1.:

G1.: Cento e trinta (130) famílias! Eu não tenho os cento e trinta imóveis prontos. Mas eu tenho “*sessenta e poucos*”, sessenta e três (63) e eu vou entregar. Até porque, o que que acontece na área do Riacho Doce? Os prédios estavam todos prontos, eles depredaram os prédios todinhos. Então há uma dificuldade muito grande disso. Eu não sei se são forças contrárias na área, brigas políticas...(pausa) isso tudo dificulta o acabamento da entrega desses apartamentos. (Grifos do autor)

Inserir os mapas da Cohab que compreendem a malha urbana de casa etapa atendida.

Figura 02.



Fonte: Cohab/PA, Agosto de 2015. Fotografia aérea da CRD.

Figura 03.



Fonte: Cohab/PA, Agosto de 2015. Fotografia aérea da CRD.

Figura 04.



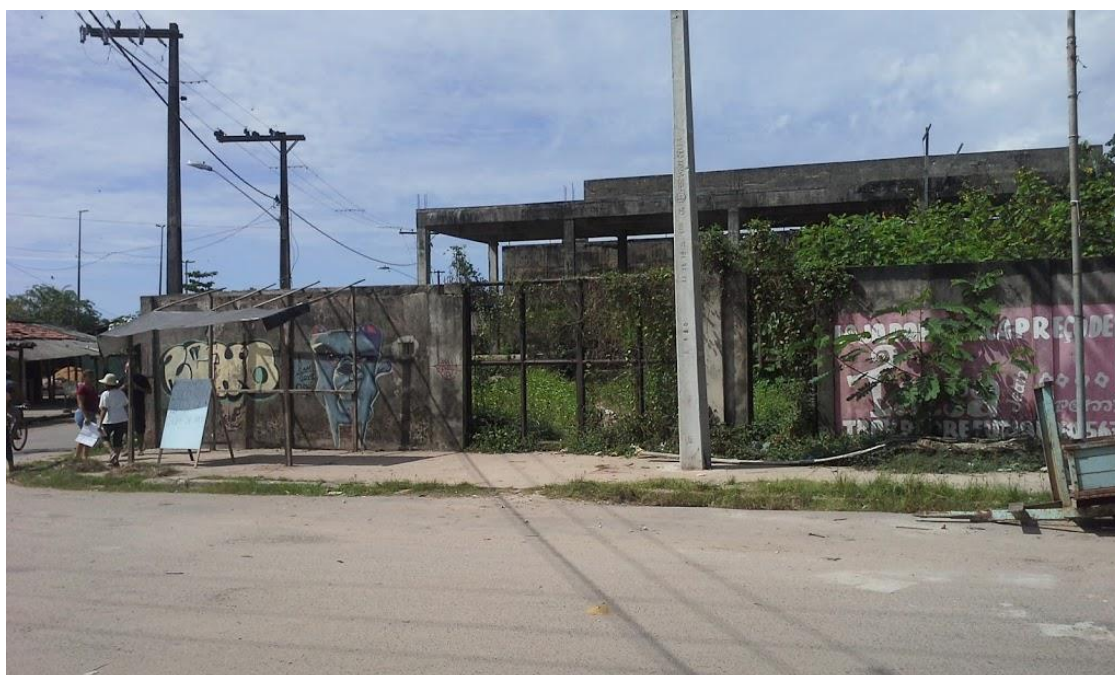
Fonte: MALHEIROS, 2017. Av. Perimetral.

Figura 05



Fonte: MALHEIROS, 2017. Comércios, alternativas informais como meio de sobrevivência.

Figura 06.



Fonte: MALHEIROS, 2017. Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) abandonada.

Figura 07.



Fonte: MALHEIROS, 2017. Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) abandonada.

Figura 08.



Fonte: MALHEIROS, 2017. Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) abandonada.

Figura 09.



Fonte: MALHEIROS, 2017. Vuelas da Quadra 19.

Figura 10.



Fonte: MALHEIROS, 2017. Vuelas da Quadra 19.

Figura 11.



Fonte: MALHEIROS, 2017. Vuelas da Quadra 19, Passagem Ômega.

Figura 12.



Fonte: MALHEIROS, 2017. Unidade de Atendimento Família Saudável.

Figura 13.



Fonte: MALHEIROS, 2017. Unidade de Atendimento Família Saudável.

Figura 14.



Fonte: MALHEIROS, 2017. Rua da Olaria (Caixa d'água).

Figura 15.



Fonte: Malheiros, 2017. Visão da CRD, lado esquerdo e Ocupação “Greenvile”, lado direito.

Figura 16.



Fonte: Malheiros, 2017. Av. Tucunduba (Bueiro Aberto).

Figura 17.



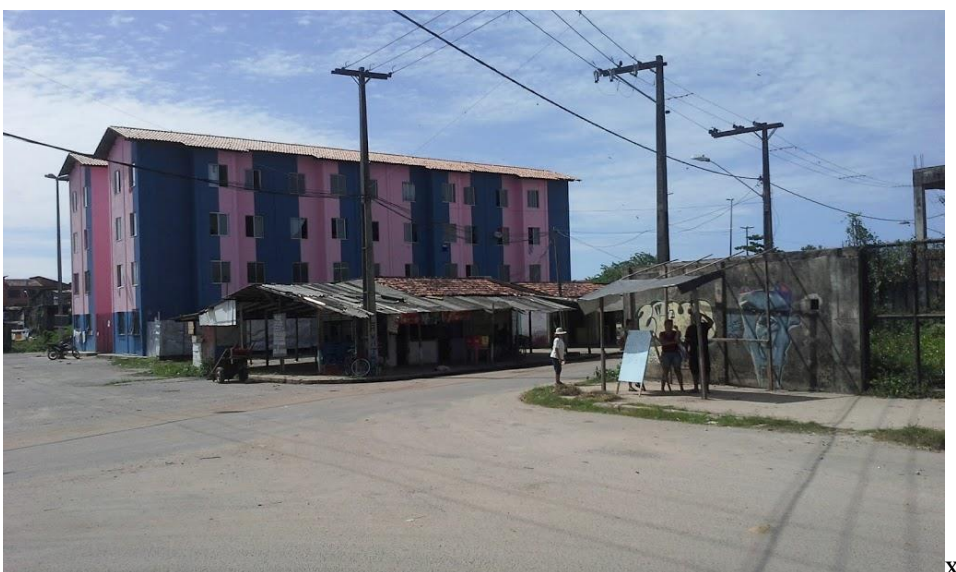
Fonte: Malheiros, 2017. Conjunto habitacional Pantanal, Rua Barão de Igarapé Miri.

Figura 18.



Fonte: Malheiros, 2017. Cruzamento Barão de Igarapé Miri com Tucunduba.

Figura 19.



Fonte: Malheiros, 2017. Cruzamento Barão de Igarapé Miri com Tucunduba.

Figura 20.



Fonte: Malheiros, 2017. Relação dos moradores com o rio Tucunduba. Do outro lado da margem a ocupação Greenville_Perimetral.

Figura 21.



Fonte: Malheiros, 2017. Rio Tucunduba. Do outro da margem parte da ocupação “Greenvile”.

Figura 22.



Fonte: Malheiros, 2017. Quadra 01, av. Tucunduba.

Figura 23.



Fonte: Malheiros, 2017. Av. Tucunduba. Evidência de problemas gerados pela falta de serviços básicos.

Figura 24.



Fonte: Malheiros, 2017. Av. Tucunduba. Evidência de problemas gerados pela falta de serviços básicos.

6. REFERÊNCIAS

- DAVID, Harvey. *Os limites do capital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. 591p.
- JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; MONTANDON, Daniel Todtmann. (orgs). *Os Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro. Letra Capital: Observatório das Cidades – IPURB/UFRJ, 2011. 295 p.
- LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. 1. ed. Espanha: Capitán Swiny, 2013. Capítulo 1.
- LEFEBVRE, Henri. *O DIREITO À CIDADE*. 4. ed. São Paulo - SP: Centauro, 2001. 45 - 57p.
- RAMOS, José Messiano Trindade. *Entre dois tempos: um estudo sobre o bairro do Guamá/Escola Frei Daniel/Patrono*. Belém, 2002, 09-25p, 33-42p. Apoio Rede Celpa.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. 129 - 140p. / 257 - 279 p.
- SILVA, Christian Nunes da. LUZ, Luziane Mesquita da. PONTE, Franciney Carvalho da. RODRIGUES, José Edilson Cardoso. *BELÉM DOS 400 ANOS: análises geográficas e impactos antropogênicos na cidade*. 1. ed. Belém PA: GAPTA/UFPA, 2017. 153-184p.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. 558p.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Dos Espaços de Controle aos Territórios Dissidentes: escritos de divulgação e análise política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 248p.
- SOUZA, Charles Benedito Gemaque. SILVA, Marques Alexandre Pimentel. *O Plano Diretor Urbano de Belém: um instrumento para outra reinvenção das cidades*. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 2, n. 1, p. 97-106, jan./jun. 2010.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. *Formação Metropolitana de Belém (1960-1997)*. 1. ed. Belém PA: Paka – Tatu, 2016. Capítulos 1 e 2.

O PPGEO desenvolve vários projetos de pesquisas sobre a Amazônia, e especialmente sobre o Estado do Pará, no ano de 2017. O referido Programa de Pós-Graduação foi considerado dentre os 94 programas de pós-graduação em geografia do Brasil, a terceira maior produção intelectual, e em 2016, tendo seu doutorado aprovado pela CAPES. Atualmente, o respectivo programa de Pós-graduação possui nota 4. Por sua vez, vários alunos da Graduação da UFPA, tem conseguido excelentes colocações em seleções de mestrado e, posteriormente, de doutorado em diversas instituições públicas federais do Brasil. A construção do processo formativo da graduação e pós-graduação Geografia PPGEO/UFPA tem exercido um papel muito importante na formação de lideranças intelectuais para região amazônica, e com apoio da FAPESPA, teve aprimorado essa participação na formação de novos pesquisadores. O referido Projeto teve também como resultado, dois trabalhos de conclusão de curso de alunos que foram bolsistas, e um deles concorreu ao mestrado e obteve êxito na sua aprovação, para começar em 2018 como aluno do PPGEO. A participação com auxílio da FAPESPA tem sido fundamental não só em bolsas de graduação como também em pós-graduação e pós-doutorado, no qual o PPGEO também obteve auxílio tanto no mestrado como no pós-doutorado.



0 100 200 300 m

48°23'13"W

ISBN 978-856311725-0



21'25"W

9

788563 117250

N 48°22'48"W 48°16'12"W 60°0'W 55°0'W 50°0'W